

Educação e Socioeconomia Solidária

# Fundamentos da Produção Social de Conhecimentos



Série Sociedade Solidária  
Vol. 8 - 2019

Laudemir Luiz Zart  
Eliane dos Santos Martinez Paezano  
Jucilene de Oliveira Martins  
(Organizadores)



Editora: Maria do Socorro de Sousa Araújo  
Organização: Laudemir Luiz Zart  
Revisão: Rosane Salette Freytag  
Revisão Técnica: Laudemir Luiz Zart  
Diagramação: Douglas Milton da Silva Oliveira  
Criação da Capa: Janbor Alencar Borges

**Copyright@2013/Unemat Editora  
Impresso no Brasil**

**Conselho Editorial:** Portaria n. 1080/2017 do Conselho Editorial  
Presidente: Maria do Socorro de Sousa Araújo

Membros:  
Ariel Lopes Torres  
Luiz Carlos Chieregatto  
Mayra Aparecida Cortes  
Neuza Benedita da Silva Zattar  
Roberto Vasconcelos Pinheiro  
Sandra Mara Alves da Silva Neves  
Severino de Paiva Sobrinho  
Tales Nereu Bogoni  
José Ricardo Menacho Tramarim de Oliveira Carvalho  
Guilherme Angerames Rodrigues Vargas  
Gustavo Laet Rodrigues

**CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

Fundamentos da Produção Social do Conhecimento.  
Educação e Socioeconomia Solidária: fundamentos da  
produção social de conhecimentos / Laudemir Luiz Zart; Eliane  
dos Santos Martinez Paezano; Jucilene de Oliveira Martins (Org.)  
- Cáceres: Editora Unemat, 2019.  
388 p.; Vol. VIII

ISBN 978-85-7911-200-3

1. Educação. 2. Socioeconomia. 3. Produção Social. I Título.  
II Autor.

CDU 33:37(81)

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
- Editora Unemat -

**Unemat Editora**  
Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavalhada  
Fone/fax: (0xx65) 3221-0077  
Cáceres-MT – 78200-000 - Brasil  
E-mail: editora@unemat.br

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou de qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 5610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

## ORAÇÃO

*Senhor, Jesus Cristo, tu nos ensinaste a sermos solidários.*

*Porque tu foste solidário com teu povo.*

*Sobretudo com os mais pobres de teu tempo.*

*Nós te pedimos:*

*Dá-nos um coração solidário, capaz de superar o egoísmo.*

*Dá-nos mãos solidárias, que vencem a ambição.*

*Dá-nos braços solidários, que vencem, a indiferença.*

*Dá-nos pés solidários que vencem o comodismo.*

*Dá-nos olhos solidários que não conhecem a indiferença.*

*Dá-nos uma boca solidária que deixa para trás a mentira.*

*Dá-nos ideias solidárias que vencem os nossos preconceitos.*

*Ajuda-nos a viver a solidariedade, o amor, a justiça.*

*Senhor, ajuda-nos a crescer no assumir conjunto.*

*E na partilha mútua para formar comunidade fraterna.*

*Dá-nos um coração cheio de espírito da solidariedade.*

*Que tua providência nos fortaleça e possibilite,*

*mais vida, dignidade e esperança.*

*Verônica Moreno Machado\**

*\* A publicação desta oração é uma singela homenagem da equipe do Núcleo Unemat-Unitrabalho à memória de Verônica Moreno Machado falecida em acidente trágico no ano de 2015 aos 25 anos.*

*Verônica fez Pedagogia na Unemat e mestrado de Educação na UFMT e recém aprovada para o doutorado em Educação na UNB. Concursada no IFMT – Campus de Pontes e Lacerda.*

*Foi bolsista no Núcleo Unemat-Unitrabalho, espaço não só de estudos, pesquisas, redação de textos científicos, organização de eventos. Foi, e está nas nossas lembranças a dedicação, a vivência alegre, a busca pelo novo, os sonhos colocados em prática. Estudiosa e militante.*

*Verônica nos deixou a alegria de uma vida bem vivida, mesmo partindo no auge da sua juventude.*

*Viveu conosco as possibilidades de um mundo solidário.*

*Que a vida na eternidade seja o aconchego de Deus.*

## SUMÁRIO

### **APRESENTAÇÃO:**

#### **CONSTRUÇÃO DE REDES E EXPERIÊNCIAS PARA A PRODUÇÃO SOCIAL DE CONHECIMENTOS**

*Laudemir Luiz Zart* ..... 09

### **Parte I: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS, DEMOCRACIA, TECNOLOGIAS SOCIAIS E PRODUÇÃO ASSOCIADA**

#### **Capítulo 1**

##### **A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS NA PRÁTICA DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

*Maria Nezilda Culti* ..... 22

#### **Capítulo 2**

##### **TRABALHO ASSOCIADO E DEMOCRACIA: A CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

*Sônia Marise Salles Carvalho* ..... 36

#### **Capítulo 3**

##### **ECONOMIA SOLIDÁRIA, TECNOLOGIAS SOCIAIS E RELAÇÕES DE GÊNERO: A AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTA DE INOVAÇÃO TECNOLOGIA SOCIAL PARA EMANCIPAÇÃO SOLIDÁRIA DAS MULHERES DO CAMPO**

*Tânia Cristina da Silva Cruz; Jonathas Felipe Aires Ferreira*  
..... 57

#### **Capítulo 4**

##### **A PRODUÇÃO ASSOCIADA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATO GROSSO: RESISTÊNCIA, TRABALHO E SABERES DA EXPERIÊNCIA**

*Edson Caetano; Camila Emanuella Pereira Neves* ..... 75

## **Capítulo 5**

### **ECOLOGIA DE SABERES? UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA.**

*Iraci Aguiar Medeiros; Leda Gitahy* ..... 99

## **Capítulo 6**

### **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA INOVADORA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SOLIDÁRIO: A EXPERIÊNCIA DA MOBILIZAÇÃO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE BARCARENA - PA.**

*Armando Lirio de Souza; Everson E. Farias de Lima; Rodrigo A. Sobral Santos* ..... 129

## **Parte II: SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS, COOPERAÇÃO E DIVERSIDADES SOCIOCULTURAIS**

### **Capítulo 1**

#### **PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO NAS EXPERIÊNCIAS DA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA NO NÚCLEO UNEMAT-UNITRABALHO.**

*Laudemir Luiz Zart* ..... 157

### **Capítulo 2**

#### **ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO INTERCULTURAL EM ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

*João Ivo Puhl* ..... 185

### **Capítulo 3**

#### **IDENTIDADES, MULTICULTURALISMO E TERRITORIALIDADES CAMPONESAS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

*Vivian Lara Cáceres Dan; Tânia Paula da Silva* ..... 202

### **Capítulo 4**

#### **DO DIÁRIO DE CAMPO: CONVERSAS COM PESCADORAS/ES DO PANTANAL MATO-GROSSENSE SOBRE CULTURA DO TRABALHO**

*Lia Tiriba; Fernanda Santana de Souza* ..... 218

## **Capítulo 5**

### **TECNOLOGIAS SOCIAIS EM ORGANIZAÇÕES AUTOGESTIONÁRIAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERTAN**

*Sandro Benedito Sguarezi; José Jaconias da Silva; Elei Chavier Martins; Anderson Gheller Froehlich; Taliara Teixeira Sguarezi; Raimundo Nonato Cunha de França; Sonia Aparecida Beato Ximenes de Melo.....* 245

## **Capítulo 6**

### **ECONOMIA SOLIDÁRIA: FORMA DIFERENCIADA DE GERAÇÃO DE RENDA, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO - Estudo a partir da implantação do CANTASOL**

*Melre Rocha Lima; Milton Mauad de Carvalho Camera Filho; Angela Ester Mallmann Centenaro; Alceu Zóia .....* 269

## **Parte III: INCUBAÇÃO SOLIDÁRIA NAS EXPERIÊNCIAS DO NÚCLEO UNEMAT-UNITRABALHO**

### **Capítulo 1**

#### **MAPEAMENTO DE EXPERIÊNCIAS COM FAMÍLIAS ASSENTADAS: APRENDIZAGEM DA JUVENTUDE CAMPONESA NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE – MATO GROSSO**

*Marcia Aparecida de Barros da Cruz; Laudemir Luiz Zart .....* 291

### **Capítulo 2**

#### **FORMAÇÃO E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: UMA ANÁLISE ACERCA DAS OFICINAS DO PROJETO JUVENTUDE CAMPONESA DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES - MIRASSOL DO OESTE- MT**

*Cristiane Gonçalves Ribeiro; Thiago Wanderson Zorzan Santana; Marcia Aparecida de Barros da Cruz; Laudemir Luiz Zart .....* 304

### **Capítulo 3**

#### **CONTRIBUIÇÕES DA INCUBADORA NA FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: REATIVAÇÃO DA FARINHEIRA NA COMUNIDADE TRADICIONAL DISTRITO DO FAVAL NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**

*Eliane dos Santos Martinez Paezano; Douglas Alexandre Campos Castrillon Junior; Evelyn Oliveira Cardoso Santos; Luan Benedito Oliveira da Silva; Laudemir Luiz Zart.....* 317

### **Capítulo 4**

#### **ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES DA REGIÃO FRONTEIRA BRASIL/ BOLÍVIA**

*Jucilene de Oliveira Martins; Janbor Alencar Borges; Lizandra Ozeia de Oliveira; Thiago Wanderson Zorzan Santana; Laudemir Luiz Zart .....* 332

### **Capítulo 5**

#### **CONTABILIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA JUSTO NA ACOOPERFRON**

*Thiago Wanderson Zorzan Santana; Jucilene de Oliveira Martins; Luan Benedito Oliveira da Silva; Lizandra Ozeia de Oliveira; Laudemir Luiz Zart.....* 344

### **Capítulo 6**

#### **PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO PONTO DE COMERCIALIZAÇÃO: FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA (FEISOL)**

*Douglas Alexandre Campos Castrillon Junior; Eliane dos Santos Martinez Paezano; Luan Benedito Oliveira da Silva; Rafaela Grazielle Castrillon .....* 368

**Sobre os Autores.....** 381



## APRESENTAÇÃO

### CONSTRUÇÃO DE REDES E A TRADUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PARA A PRODUÇÃO SOCIAL DE CONHECIMENTOS

Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart

Esta é uma obra que reúne autores/as de universidades brasileiras que tem como foco a educação e o trabalho, e, as reflexões sobre o processo de incubação solidária de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis. A incubação articula atividades políticas, educacionais e culturais de mobilização, formação e organização de grupos sociais populares.

Neste livro são descritas e interpretadas experiências com mulheres, juventudes, camponeses/as, catadores/as, pescadores/as, quilombolas, indígenas, educadoras/es mobilizadas e/ou organizadas em grupos sociais singulares e/ou conectados em movimentos sociais. Neste sentido há a tradução das construções coletivas de múltiplos sujeitos e agentes históricos que se mobilizam e se organizam na resistência e na proposição de práticas sociais e referenciais teóricos para a superação das estruturas socioeconômicas e das relações sociais e culturais de dominação e exploração para a construção social de realidades emancipatórias e libertadoras.

É uma obra que evidencia metodologias, referenciais teóricos, práticas sociais e culturais de interação de pesquisadores/as, estudantes e servidores/as de universidades brasileiras para o entendimento e a ação transformadora de realidades sociais de empobrecimento das pessoas. A temática da economia solidária perpassa todos os capítulos e as experiências narradas e refletidas demonstram e argumentam das possibilidades e das potencialidades de superação da pobreza para a criação de relações sociais de promoção da solidariedade humana.

O conceito de produção social do conhecimento é a lógica fundante que configura os conhecimentos sistematizados. A sociabilidade do conhecimento é uma estratégia de produção, aprendizagem e socialização que descentraliza o *lôcus* de legitimidade das ciências. É a realização de diálogos profícuos e profundos entre os conhecimentos científicos das universidades e os saberes tradicionais predominantes nos grupos sociais. São os fluidos

e os encontros dos diferentes tipos de saberes que se alimentam, se fertilizam e se fortificam para a apreensão e a compreensão adequada das realidades sociais e o exercício pertinente de práticas sociais.

O livro está organizado em três partes que contém em cada qual seis capítulos, num total de 18 que reúnem 39 autores/as de 8 universidades brasileiras: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus de Cáceres. Desta articulação nasce a ideia de rede, que se constitui na capacidade de interação e de cooperação de pesquisadores/as e de grupos sociais para apreender, compreender e desenvolver conhecimentos científicos e saberes tradicionais adequados para a plena existência humana.

A tradução que adotamos na apresentação desta obra está referida na obra de Boaventura de Sousa Santos (2000)<sup>1</sup> ao explicitar que “[...] uma *teoria de tradução* que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos actores colectivos ‘conversarem’ sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animem” (p. 27). A inteligibilidade é edificada em diálogos coletivos de atores sociocognitivos de universidades, de grupos sociais, de movimentos sociais e da gestão pública. Representa o mergulho dialético na diversidade e na desigualdade, na competição e na cooperação, para o entendimento da totalidade social tendo como utopia a fortificação de princípios e de práticas sociais de afirmação da democracia como metodologia e como filosofia da participação política, das vozes ouvidas e das culturas reconhecidas.

O livro resulta das atividades desenvolvidas no Núcleo Unemat-Unitrabalho da Universidade do Estado de Mato Grosso a partir do projeto que denominamos de *INCUBAR*, aprovado com o nome de “Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana” na Chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013.

A seguir apresentamos as partes e os capítulos que compõem o livro.

---

<sup>1</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

Na Parte I: *Produção de Conhecimentos, Democracia, Tecnologias Sociais e Produção Associada* reúne seis capítulos de experiências que interpretam processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, formulação, aplicação e avaliação de políticas públicas, mobilização e articulação territorial de agentes da economia solidária, formação superior de professores indígenas, inclusão e afirmação das mulheres no mundo do trabalho e no protagonismo político, tecnologias sociais e trabalho associado em comunidades tradicionais quilombolas, movimentos sociais.

No capítulo 1 *A Construção de Conhecimentos na Prática do Processo de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários* Maria Nezilda Culti desenvolve uma reflexão sobre a produção social do conhecimento com base nas atividades de incubação. Parte de uma abordagem da complexidade dialética do processo de conhecer. Reconhece a teoria gnosiológica que afirma a inter-relação entre o sujeito e o objeto na apreensão da realidade e na construção das estruturas e das relações sociais. Ao compreender que as idealidades e as materialidades são dimensões interdependentes e que formam uma totalidade, há a interpretação do processo de incubação universitária enquanto espaço de produção de conhecimentos e de organização dos produtores e consumidores em práticas de trabalho associado. Analisa a incubação aplicada nas relações sociais e culturais da agricultura familiar. Evidencia os limites e as possibilidades de desenvolvimento da incubação como epistemologia e metodologia para a afirmação do encontro dos saberes populares e dos conhecimentos científico-tecnológicos, tendo como consequência a produção de novos conhecimentos e de novas práticas sociais.

Sônia Marise Salles Carvalho no capítulo 2 *Trabalho Associado e Democracia: a construção de instrumentos de políticas públicas* desenvolve um pensamento histórico para a interpretação das possibilidades e dos conflitos relativos aos processos de construção de políticas públicas. Apreende as políticas públicas como um campo de tensões no qual se manifestam os interesses do mercado, da sociedade civil (movimentos sociais) e do Estado. Da concepção geral das políticas para a especificidade das ações públicas direcionadas para a economia solidária. Elucida as contradições inerentes à sociedade de classes sociais e indica as questões fundantes da inserção das lutas sociais e sindicais para afirmar as experiências econômicas solidárias e as conquistas populares no campo da cooperação.

*Economia Solidária, Tecnologias Sociais e Relações de Gênero: a agroecologia como ferramenta de inovação tecnologia social para emancipação solidária das mulheres do campo* é o capítulo 3 e traz a reflexão desenvolvida por Tânia Cristina da Silva Cruz e Jonathas Felipe Aires Ferreira. Partem do reconhecimento que a contemporaneidade se caracteriza como a sociedade de consumo e esta tem implicações nas relações de depredação das condições naturais da existência e na destruição da biodiversidade. No plano empírico a reflexão está direcionada para o campo, com predominância na agricultura familiar e na dinâmica da organização das mulheres. A agroecologia é compreendida como uma metodologia de tecnologia social adequada para a mobilização de arranjos econômicos solidários como processos de resistência aos projetos sociais e culturais hegemônicos e como formas de afirmação de alternativas concernentes com a conservação ambiental e com a solidariedade humana.

No capítulo 4 denominado de *A Produção Associada em Comunidades Tradicionais de Mato Grosso: resistência, trabalho e saberes da experiência* Edson Caetano e Camila Emanuella Pereira Neves que com a epígrafe de Morte e Vida Severina se perguntam sobre o quinhão que sobra à classe trabalhadora no sistema do capitalismo neoliberal. Reconhecem o domínio do sistema global de pensamento moderno que engendra a existência nos espaços de vida, de aprendizagem, de valores e de produção da existência. Se há a predominância do capital e das suas tecnologias, o capítulo traduz uma existência resistente na Comunidade Quilombola Capão Verde no município de Poconé, Mato Grosso. Embasado no materialismo histórico e dialético a pesquisa realizada e refletida no capítulo, é um mergulho nas formas de produção da vida, das relações sociais, na tradicionalidade dos valores, dos costumes e dos saberes. Revelam Caetano e Neves as possibilidades do trabalho associado como estratégia de desenvolvimento da educação, das tecnologias e das formas ampliadas de reprodução social da existência em comunidades tradicionais.

*Ecologia de Saberes? Uma experiência de formação superior indígena* é o capítulo 5 onde Iraci Aguiar Medeiros e Leda Gitahy apresentam e refletem a experiência de articulação da Universidade do Estado de Mato Grosso com a organização das entidades e das comunidades do movimento indígena para a formação superior de professores indígenas no Terceiro Grau Indígena da Unemat em

execução desde o ano de 2001. Verificam e apresentam a relação entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos, gerando espaços de interação entre diferentes pessoas, etnias, múltiplas maneiras de visões de mundo e de pensamento. Para a apreensão da multiplicidade de saberes, práticas e conhecimentos se embasam no conceito de ecologia de saberes, de Boaventura de Sousa Santos, para demonstrar e argumentar sobre a fertilização tanto do campo dos conhecimentos científicos quanto do campo dos saberes tradicionais.

Armando Lirio de Souza, Everson E. Farias de Lima e Rodrigo A. Sobral Santos, no capítulo 6 tratam da *Extensão Universitária Inovadora e Desenvolvimento Territorial Solidário: a experiência da mobilização territorial no Município de Barcarena - PA*. A análise resulta da experiência de extensão universitária, denominada pelos autores de inovadora, do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão Mercado Institucional de Alimentos (PMIA) na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará. A inovação se dá pelo processo interrelacional e pela complexidade de articulação de pesquisadores, extensionistas, gestores públicos e representações dos movimentos sociais do campo centrado na preocupação sobre a execução e aprimoramento das políticas públicas configuradas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e estas aplicadas no Território da Cidadania do Baixo Tocantins e do Salgado Paraense. Os autores traduzem conhecimentos pertinentes para a extensão universitária com a atuação de docentes pesquisadores, técnicos e discentes universitários, para compreender o processo de mobilização de trabalhadores/as do campo, as metodologias de promoção de espaços de diálogo, a interação de gestores públicos, entidades de apoio e fomento e as organizações socioprodutivas para o fortalecimento das redes de cooperação para o desenvolvimento tanto das políticas públicas quanto das entidades produtivas da classe trabalhadora.

A Parte II do livro reúne seis capítulos que tratam da *Socioeconomia Solidária: experiências de produção de conhecimentos, cooperação e diversidades socioculturais*. Os capítulos têm como espaço empírico as experiências realizadas em solos do Mato Grosso. São reflexões que traduzem o trabalho e a organização de pescadores/as, de camponeses/as, dos/as catadores/as, dos povos indígenas, dos povos da Fronteira Brasil-Bolívia. São tratados temas como incubação solidária, educação popular, cooperação intercultural, sociabilidades multiculturais, saberes

tradicionais, reforma agrária, tecnologias sociais, comercialização solidária.

No capítulo 1 de autoria de Laudemir Luiz Zart há a reflexão sobre a *Produção Social do Conhecimento nas Experiências da Socioeconomia Solidária no Núcleo Unemat-Unitrabalho*. Parte do conceito de incubação solidária para a análise das práticas sociais de formação, de organização socioeconômica e político-cultural de grupos sociais populares. Tem como pressuposto as experiências de campo da socioeconomia solidária como espaço de aprendizado que levam os extensionistas a se inserir em complexos de concepções e práticas sociais. O capítulo tem como objetivo pensar a complexidade sob o desafio de traduzir os processos de produção social do conhecimento. A reflexão está ancorada nos estudos e nos processos de incubação solidária realizadas na Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES), vinculada ao Núcleo Unemat-Unitrabalho. Para apreender o sentido da produção social do conhecimento o autor expôs as ideias seguindo uma lógica argumentativa destacando as necessidades políticas da mobilização e da organização de sujeitos sociais, a leitura psicossociológica que abrange a apreensão das concepções de mundo e das práticas sociais, o entendimento sociológico das estruturas e das relações sociais, a compreensão dos processos educacionais centrados na formação intelectual e a crítica às relações sociais de produção: o trabalho assalariado do trabalho associado.

João Ivo Puhl no capítulo 2 trata das *Estratégias de Cooperação Intercultural em Economia Solidária*. Para a reflexão sobre o tema o autor se propôs elaborar um ensaio de interpretação com base no percurso pessoal da experiência de abertura da visão etnocêntrica ao mundo intercultural e pluriétnico. Parte do pressuposto que todos os seres humanos nascem etnocentros. A problematização vai na direção da compreensão sobre as estratégias de cooperação intercultural na economia solidária. Puhl revela sua história pessoal, da saída da comunidade onde viveu e constituiu a sua primeira visão de mundo, perpassando a trajetória do encontro com o outro, a alteridade que configura o desconhecido, o estranho e que deve ser conhecido para ser reconhecido. Nesta caminhada de desconstrução de perspectivas eurocêntricas, tanto pessoais quanto socioculturais, a narrativa perpassa pelas experiências das lutas sociais dos trabalhadores tanto no campo quanto na cidade. Para uma compreensão mais ampla, interpreta as pesquisas mais recentes que

tratam das relações em comunidades étnicas como os indígenas Chiquitos descendentes dos reduzidos pelos jesuítas nos séculos XVII e XVIII, comunidades, organizações ou movimentos interétnicos contemporâneos.

No terceiro capítulo de autoria de Vivian Lara Cáceres Dan e Tânia Paula da Silva a temática se centra nas *Identidades, Multiculturalismo e Territorialidades Camponesas na Fronteira Brasil-Bolívia*. As autoras abordam, com pesquisas realizadas nos assentamentos da reforma agrária no município de Cáceres-MT, as concepções e as práticas sociais de solidariedade e cooperação. Esta abordagem é importante porque a fronteira é predominantemente vista como uma área de conflitos sociais, vivenciados nas relações sociais e econômicas, culturais, étnicas, ambientais. A análise das redes de sociabilidade constituídas pelos agricultores familiares que vivem no território da faixa de fronteira Brasil-Bolívia, demonstra as possibilidades de identidades, multiculturalismo, solidariedade em regiões limítrofes. Destacam as autoras que o objetivo da interpretação foi perceber as estratégias de resistência vivenciadas tanto individual quanto coletivamente em relação aos aspectos sociais, culturais e étnicos no território, para além da imagem de uma zona de perigo, evidenciar as redes de sociabilidades constituídas pelos/as camponeses/as para a sobrevivência e permanência na terra conquistada. Releva-se a importância da construção de uma categoria analítica sobre a fronteira que reflita melhor as relações e se traduza no que o cotidiano dessas pessoas estão apontando como importante e, assim, desconstruir estereótipos e preconceitos relacionados aos camponeses assentados e à região de fronteira.

O capítulo 4 com o tema *Do Diário de Campo: conversas com pescadores/as do Pantanal Mato-Grossense sobre cultura do trabalho*, Lia Tiriba e Fernanda Santana de Souza traduzem a experiência de investigação de campo vivenciada com os/as pescadores/as em suas vivências concretas de trabalho nas águas do Rio Paraguai no município de Cáceres. Os diálogos, enquanto as pesquisadoras navegam nas águas remansas, dão-se em torno das questões da organização do processo de trabalho, das relações entre os homens/mulheres e a natureza, os sistemas de proteção dos perigos nos acampamentos, bem como as normas de convivência. As perguntas e as narrativas avançam para o campo da solidariedade, das possibilidades e dos limites do associativismo e do cooperativismo. A temática sobre a distribuição dos frutos do trabalho ganha um tom

especial na perspectiva de construção de modos de vida e da aprendizagem fundadas no trabalho associado e na educação popular. As vozes dos pescadores e das pescadoras perpassam toda a construção dos significados da organização da economia do pescado no pantanal.

O capítulo 5 reflete sobre as *Tecnologias Sociais em Organizações Autogestionárias e Economia Solidária: um estudo de caso na COOPERTAN* desenvolvido por Sandro Benedito Sguarezi, *Et al*, demonstram a partir de um recorte espaço-temporal o processo de produção de tecnologias sociais em organizações autogestionárias vinculadas ao conceito de economia solidária. Com base na realidade empírica e na pesquisa qualitativa sob a forma de pesquisa-ação o texto problematiza sobre o papel da organização de Catadores/as de materiais recicláveis no processo de construção de tecnologia social. Nestes termos são problematizados os parâmetros das ciências modernas e as tecnologias produzidas em ambientes fechados e transferidos para contextos produtivos e de organização socioeconômica. Destaca-se na produção social do conhecimento a inter-relação do empreendimento econômico solidário com a universidade e com a gestão pública parceiros para a geração de conhecimentos adequados para as realidades concretas vivenciadas pelos distintos grupos sociais. Para os autores os resultados da pesquisa apontam que a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra (COOPERTAN) é um *locus* de produção de tecnologias sociais, do encontro entre a pesquisa, a extensão e a gestão, possíveis de serem reaplicadas, e, vinculado aos movimentos sociais, capazes de produzir políticas públicas que permitem a inclusão socioprodutiva dos/as catadores/as através da coleta seletiva, visando a sustentabilidade nas dimensões econômicas, culturais e educacionais.

No sexto capítulo escrito por Melre Rocha Lima, Milton Mauad de Carvalho Camera Filho, Angela Ester Mallmann Centenaro e Alceu Zóia há a reflexão sobre a *Economia Solidária: forma diferenciada de geração de renda, produção e comercialização - estudo a partir da implantação do CANTASOL*. A leitura interpretativa parte do contexto de lutas pela reforma agrária e dos interesses antagônicos que existem entre os que desejam a efetiva realização, a classe trabalhadora, e por outro as forças políticas e econômicas que travam a eficiência na distribuição das terras e na concretização de políticas e programas para o desenvolvimento



socioproductivo da economia camponesa. Assumido o compromisso com a reforma agrária os autores do capítulo demonstram a necessidade de processos formativos e de organização camponesa para a promoção da correlação entre a produção e a comercialização. O foco na análise é o Sistema Canteiros de Comercialização Sociossolidária Agroecológica (CANTASOL) espaço universitário na UNMEAT – Campus Universitário de Sinop, para a promoção da participação de estudantes e professores na construção de saberes a partir de atividades práticas nos campos da pesquisa, do ensino e da extensão.

Na Parte III constituída por seis capítulos, reflete-se sobre a *Incubação Solidária nas Experiências do Núcleo Unemat-Unitrabalho*. Traduzem-se as metodologias, a pesquisa e a extensão inseridas e comprometidas com grupos sociais populares. São analisados os processos de formação para a geração da cultura da autoorganização e da autogestão. Estão descritos e interpretados os limites e as possibilidades cognitivas e sociais para a viabilidade econômica, política e cultural para a estruturação e o desenvolvimento de empreendimentos econômicos de trabalho associado.

O capítulo 1 de autoria de Marcia Aparecida de Barros da Cruz e Laudemir Luiz Zart reflete sobre o *Mapeamento de Experiências com Famílias Assentadas: aprendizagem da juventude camponesa no Assentamento Roseli Nunes no Município de Mirassol D'Oeste – Mato Grosso*. Inserido no contexto da pesquisa e da extensão universitária, a atividade desenvolvida no processo de incubação proporcionou à juventude do campo a troca de experiências com os camponeses e camponesas do Assentamento Roseli Nunes e Santa Helena. Esta atividade de campo denominada como “experiências interessantes” foi proposta, elaborada, executada e analisada com estudantes camponeses/as na formação realizada com intuito de promover a compreensão da organização solidária camponesa em processo de efetivação na Escola Estadual Madre Cristina, na Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e na comunidade com grupos informais de organização da produção associada e agroecológica.

Cristiane Gonçalves Ribeiro, Thiago Wanderson Zorzan Santana, Marcia Aparecida de Barros da Cruz e Laudemir Luiz Zart no capítulo 2 trazem sobre a *Formação e Empreendimentos*

*Econômicos Solidários: uma análise acerca das oficinas do projeto Juventude Camponesa do Assentamento Roseli Nunes - Mirassol Do Oeste-MT.* É uma leitura do curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários planejado e organizado pelo Núcleo Unemat–Unitrabalho e a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBESS), realizado com a juventude camponesa e articulado com a Escola Estadual Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes – Mirassol do Oeste – MT. O texto é uma análise das discussões teóricas em consonância com a reflexão acerca das experiências a partir das práticas vivenciadas na organização de experiências de produção coletiva assumindo o conceito de trabalho associado. Apontam os autores que o trabalho realizado proporcionou uma visão de totalidade do território camponês, integrando a cultura, a produção de conhecimento científico e tecnológico e as práticas sociais e comerciais da juventude camponesa.

O capítulo 3 com o título *Contribuições da Incubadora na Formação e Organização da Economia Solidária: reativação da farinheira na comunidade tradicional Distrito do Favai no Município de Nossa Senhora do Livramento-MT* escrito por Eliane dos Santos Martinez Paezano, Douglas Alexandre Campos Castrillon Junior, Evelyn Oliveira Cardoso Santos e Luan Benedito Oliveira da Silva. Traduzem os autores o processo de formação e organização realizado em uma comunidade tradicional para proporcionar a compreensão política e econômica para a reativação de uma farinheira instalada no território da Morraria. A experiência foi realizada no Distrito do Favai que fica localizado no município de Nossa Senhora do Livramento - MT. A análise é relativa às atividades desenvolvidas com a metodologia de incubação solidária e as formações de cunho pedagógico, sociológico, administrativo e contábil, com o propósito que os/as camponeses/as se apoderassem dos conceitos fundamentais para apreenderem o processo de produção associada e realizar a comercialização.

*Organização Socioproductiva dos Pequenos Produtores da Região Fronteira Brasil/ Bolívia* é a temática do capítulo 4 elaborado por Jucilene de Oliveira Martins, Janbor Alencar Borges, Lizandra Ozeia de Oliveira, Thiago Wanderson Zorzan Santana e Laudemir Luiz Zart. Para compreender a estrutura socioproductiva os autores analisam os dados da pesquisa de campo realizada no espaço territorial formado por seis assentamentos de reforma agrária. Foram entrevistados/as 95 camponeses/as para compreender a configuração

e as necessidades dos/as assentamentos/as, assim como, as potencialidades e a luta pela organização a partir da produção no campo. A pesquisa teve como finalidade perceber, sistematizar e expor o processo que envolve o enredo, afirmações e/ou negações, da produção agroecológica, a identidade e a cultura do local, os parâmetros de socialização das famílias inseridas no manejo do campo e na organização do trabalho.

O capítulo 5 de autoria de Thiago Wanderson Zorzan Santana, Jucilene de Oliveira Martins, Luan Benedito Oliveira da Silva, Lizandra Ozeia de Oliveira traduz a experiência de campo com o tema *Contabilidade na Economia Solidária: uma análise da formação do preço de venda justo na ACOOPERFRON*. O esforço teórico é demonstrar como um empreendimento econômico solidário, mesmo sendo informal, pode realizar a formação do preço de venda de seus produtos, ou seja, quais são os processos e os métodos que podem ser utilizados para chegar a um preço solidário. Uma vez que, os preços dos produtos podem alavancar o desenvolvimento de um empreendimento como também retroagir. Compreendem os autores que os empreendimentos, mesmo os informais, comercializam seus produtos e estão inseridos no mercado e isto se constitui numa das inovações da economia solidária, já que está inserida no mercado sem estar submissa à busca do lucro e isso se concretiza através da prática do preço justo e solidário. A análise neste capítulo é a partir da correlação entre a economia solidária e as ciências contábeis, especificamente, um ramo desta ciência que é a contabilidade de custos, compreendida como um importante ramo de controle e de decisão gerencial, para o processo de formação do preço de venda.

De autoria de Douglas Alexandre Campos Castrillon Junior, Eliane dos Santos Martinez Paezano, Luan Benedito Oliveira da Silva e Rafaela Grazielle Castrillon no capítulo 6 há a reflexão sobre o *Processo de Organização Coletiva do Ponto de Comercialização: Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL)*. Retratam os autores o caminho de mobilização, formação e organização de camponeses/as e artesãos para o trabalho associado em empreendimentos econômicos solidários e a articulação em rede de colaboração para a constituição do espaço de comercialização solidária na Universidade do Estado de Mato Grosso. A FEISOL se constituiu no encontro de diálogos e de aprendizagem entre produtores e consumidores. É a afirmação da solidariedade e da agroecologia. É a demonstração da possibilidade e da viabilidade

econômica da produção sem agrotóxicos e da educação alimentar para a vida saudável do corpo e do meio ambiente.

Desejamos a todas e todos uma leitura dialógica para a apreensão dos conceitos e das práticas sociais na perspectiva da transformação solidária e sustentável das realidades sociais.

The background features a light gray watercolor-style texture with various shades and spots. A thick, stylized ribbon graphic in shades of gray and black curves across the middle of the page. The text is centered and rendered in a bold, black, serif font.

# **PARTE I**

**PRODUÇÃO DE  
CONHECIMENTOS,  
DEMOCRACIA,  
TECNOLOGIAS SOCIAIS E  
PRODUÇÃO ASSOCIADA**

## CAPÍTULO 1

# A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS NA PRÁTICA DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Maria Nezilda Culti

### 1 Introdução

A relação do ser humano com o mundo se dá por intermédio da ação<sup>2</sup>. Não uma ação qualquer, mas aquela que altera o mundo: uma ação transformadora, modificadora. Mais ainda, uma ação transformadora consciente, que é capaz de agir intencionalmente em busca de mudança que favoreça o mundo. Trata-se de uma ação humana a que chamamos de trabalho ou práxis. Essa ação é consequência de um agir intencional, cuja finalidade é a alteração da realidade, moldando-a às nossas necessidades. Essa ação pressupõe trabalho que é, portanto, o instrumento da intervenção e de apropriação do mundo pelo homem. Da relação do homem com o mundo, da nossa intervenção na realidade e vice-versa, por meio do trabalho, resultam produtos que podemos chamar de ideias (produtos ideais) e *coisas* (produtos materiais). Nessa relação, constrói-se a cultura e o conhecimento. A cultura, como o conjunto dos resultados da ação do homem sobre o mundo pela via do trabalho, constrói-se com as coisas que fazemos graças a nossas ideias e das ideias que tivemos graças às coisas que fazemos. Nenhuma ideia é gestada isoladamente de nossa ação com o mundo material; tampouco as coisas originam-se independentemente de nossa capacidade de pensá-las antes, ou seja, as coisas estão impregnadas de idealidade e as ideias de materialidade. O conhecimento, imprescindível para a nossa existência, por se constituir em entendimento, averiguação e interpretação da realidade, é o que nos guia para nela intervir. Ao seu lado, coloca-se a *Educação*, em suas múltiplas formas, como veículo que o transporta para ser produzido e reproduzido.

Entretanto, o mundo por nós construído e os valores (como um dos produtos da cultura) que criamos nesse processo produzem um enquadramento de nossa existência individual e coletiva que nos

---

<sup>2</sup> A autora já publicou a parte inicial deste artigo conforme indicada na referência bibliográfica: Culti (2016).

possibilita ajustar nossos atos e pensamentos, situando-os em uma visão de mundo ou compreensão da realidade que dê forma aos nossos conhecimentos e nossos entendimentos. É com base nos conhecimentos, que, de certa forma, antecedem nossas ações e, portanto, são nossos conceitos prévios, que guiamos nossa existência. Porém, os valores, conhecimentos e preconceitos mudam, porque o ser humano é passível de mudança, assim como a vida é processo e processo é mudança. Além disso, os valores e conhecimentos são moldados pela sociedade e pelo seu tempo histórico, assim como, nossas referências não são iguais para todos e em todo tempo, ou seja, são relativos, não podem ser examinados em si mesmos, de forma isolada, uma vez que o ser humano não está apartado da vida social.

Nas formações sociais da história da humanidade, nunca se observou uma composição igualitária entre os vários grupos que nelas se constituíram, seja quanto à propriedade dos bens materiais e aos ideais necessários à reprodução da existência, seja quanto à capacidade de ascendência e controle de uns sobre os outros. Dessa maneira, uma vez que estão relacionados ao âmbito do poder e de quem o possui, os valores e conhecimentos produzidos em sociedade não são neutros. Por imposição ou convencimento, a maior parte dos valores e conhecimentos oriundos daqueles que detêm o poder é seguida e acatada como se tivesse extensão globalizante e sempre verdadeira.

Nós, seres humanos, dependemos em grande medida de processos educativos para nossa sobrevivência e, desse prisma, a educação é instrumento de base, tanto aquela do “vivendo e aprendendo” como aquela organizada em locais determinados e com instrumentos e processos pedagógicos específicos, que, por sua vez, por estarem imersos no tecido social, também não são neutros.

Em síntese, estamos adotando a concepção de que os conhecimentos são produzidos neste mundo pelos próprios seres humanos e que a relação de conhecimento é uma relação entre sujeito e objeto, que se dá no tempo humano e histórico, e também de que a relação com o mundo não é individual e imutável, mas coletiva, social, ou seja, conhecimento é uma construção histórica, social e cultural. (CORTELLA, 2003, Apud CULTI, 2006).

## **2 Conhecimento e Processo de Incubação por meio da Educação e Extensão Universitária**

Na Economia Solidária se processa o conhecimento por meio da práxis desenvolvida no trabalho de incubação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que a compõe.

Ela nem sempre é explicada com o mesmo significado e nome, mas seu princípio é a ideia da solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. Os empreendimentos que a compõem apresentam as seguintes características: são organizações urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e de crédito, baseadas na livre associação, posse dos meios de produção, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático, em que cada associado representa um voto. A cooperativa é a forma clássica de organização de um empreendimento da Economia Solidária.

Ao longo dos anos, a Economia Solidária vem se transformando numa importante iniciativa produtiva geradora de trabalho e renda. Seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda ou empobrecidos, desempregados, trabalhadores do mercado informal ou subempregados no setor urbano e rural.

As Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários surgem como parte das entidades de apoio, assessoria e fomento a essa economia. Elas se tornam espaços de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação das iniciativas produtivas coletivas e nas estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares que possibilitam um movimento de realimentação e crescimento conjunto autossustentável.

Elas ajudam, na prática, a organizar, formar/orientar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais procurando qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em constituir e melhorar seus EES. Por meio de processo educativo, orientado na participação e no diálogo, instrui quanto à organização do trabalho, aos aspectos da autogestão, de ordem jurídica, contábil, financeiro, relações interpessoais e outros aportes necessários. Tem como principal objetivo promover a geração e consolidação dos empreendimentos de autogestão. As parcerias com os poderes públicos e com as iniciativas privadas nas localidades onde



as ações são desenvolvidas, têm sido praticadas e é muito importante para os empreendimentos e para o fortalecimento das ações desenvolvidas no processo de incubação.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido nas Incubadoras que chamamos de incubação, é uma construção/reconstrução de conhecimento por meio do processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista a necessidade de dar suporte técnico e social a esses empreendimentos, tanto urbanos quanto rurais. Esse processo: valoriza o saber acumulado das pessoas e do grupo com vistas à inclusão social e econômica, acrescenta conhecimentos básicos de trabalho cooperativo e técnicas específicas de produção e gestão administrativa, orienta para o mercado e inserção em cadeias produtivas e/ou planos e arranjos produtivos locais, une “saber popular” a “saber científico” numa tentativa de transformação da prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Desenvolve um processo educativo que modifica as circunstâncias, os homens e as mulheres na sua maneira de ser e agir. É, portanto, um processo de construção e reconstrução de conhecimentos para os atores envolvidos em vários aspectos.

### **3 Princípios Norteadores do Processo de Incubação**

Esse processo de construção de conhecimento adquirido no trabalho de incubação de empreendimento econômico solidário (EES), envolve como já citado, um conjunto complexo de atividades de caráter técnico e social orientado por objetivos, o que faz desta prática uma atividade conscientemente buscada e orientada a um fim.

A forma pedagógica característica do processo educativo na incubação, parte do percebido para o não percebido, do imediato para o mediato. Essa prática pedagógica transforma os conteúdos e altera a conduta. Ao envolver trabalhadores, especialmente excluídos do mercado formal de trabalho urbano ou produtores da área rural, como os da agricultura familiar, os produtores oriundos da política de Reforma Agrária, os do Movimento dos trabalhadores sem Terra (MST); o processo educativo na prática de incubação implica a existência de uma determinada classe social, historicamente explorada, subalterna e marginalizada no processo produtivo e social. Em virtude disso, imprime-se um conteúdo político ao processo

educativo, ou seja, a prática de incubação, sobre ser pedagógica, é também uma prática política.

A prática de incubação (processo real), na qual se dá o processo educativo, é o objeto do relacionamento entre saber popular, trazido pelo trabalhador/educando (sujeito), e o acadêmico/científico, trazido pelos educadores (sujeito). Por outro lado, o processo prático de incubação, mais que uma troca de saberes, é entendido como um processo de produção de conhecimento, no qual o saber popular e os conceitos teóricos ou conhecimentos acadêmicos/científicos do educador são utilizados como matéria-prima por ambos, educador-educando ou orientador-orientado, de maneira a transformar o saber popular e o científico em saberes aplicáveis ou mais adequados à natureza do empreendimento e do trabalhador cooperativo.

O processo prático de incubação é muito mais um conjunto de objetivos que se detalham em passos e instrumentos, de certa forma, experimentados e produzidos *na e pela prática*, do que propriamente uma metodologia de incubação.

Em síntese, é inerente à nossa conceituação de processo prático de incubação a existência de dois saberes, distintos, mas não opostos: o saber popular e o saber acadêmico/científico, que são trabalhados por meio de uma prática pedagógica participativa/dialógica, na qual se procura respeitar os limites e o tempo de aprendizagem do educando.

### **3. 1 Processo Educativo na Prática de Incubação como Processo Criativo**

A prática de incubação dos empreendimentos econômicos solidários é um processo pedagógico que implica sempre uma atitude criativa por parte de todos os envolvidos. Ela se faz por meio de uma ação educativa, cujo êxito depende de certa gestação interna, subjetiva, do conhecimento teórico, o qual deve se refletir incondicionalmente em sua realização efetiva. Desta forma, ocorrem modificações na própria objetivação da teoria e dos conceitos, uma vez que esta objetivação depende da dificuldade ou facilidade dos trabalhadores (educandos/orientados) e dos próprios educadores/orientadores quanto ao conhecimento do produto acabado, antes da sua construção na atividade prática. Ou seja, não existe possibilidade de prever totalmente o caminho, pois ele é cheio de imprevisibilidade, experimentação e indeterminação quanto aos próprios resultados, visto que é construído no próprio processo, e

assim, realiza-se com base em erros e acertos, avanços e recuos, e, por isso, adquire um caráter único, que não se repete. Embora previsto teórica e idealmente, sua realização é imprevisível, uma vez que está sujeita à intervenção de fatores subjetivos. O conhecimento é gerado por meio da vivência, ou seja, as ações interativas entre orientadores e orientados, entre os próprios orientadores e entre os próprios orientados são fundamentais para a aquisição de novos saberes.

### **3. 2 Processo Educativo na Prática de Incubação como Ação Coletiva**

A ação educativa na prática de incubação não se esgota numa relação interpessoal ou individual que parte do educador/orientador para o educando/orientado. Pelo contrário, nessa atividade, os sujeitos dedicam-se coletivamente a compreender uma dada realidade e produzir um saber novo ou diferenciado. A forma de interação entre os dois saberes deve ser bidirecional e participativa, ou seja, deve ser entendida como um construir em conjunto e de forma horizontal.

O processo de incubação exige, por um lado, a constituição de equipe multidisciplinar de professores, técnicos e acadêmicos e, por outro, a organização coletiva dos trabalhadores interessados em formar um empreendimento (cooperativa/associação, redes de comercialização, etc), que não é fim, mas meio para buscar e constituir a sua fonte de trabalho e renda, que se organiza na forma de autogestão coletiva, diferenciando-se da relação capital-trabalho tradicional.

Trata-se também de uma ação intencional, na medida em que os trabalhadores (educandos/orientados) atuam coletivamente de acordo com uma intenção, um projeto (formar um empreendimento) e um objetivo comum (proporcionar trabalho e renda). Na elaboração e realização desse projeto, eles conjugam causas e objetivos. Por outro lado, os educadores/orientadores, também organizados numa equipe multidisciplinar, agem intencionalmente com os mesmos objetivos, utilizando seu conhecimento acadêmico/científico para este fim. Portanto, trata-se de uma inter-relação entre educadores/orientadores e educandos/orientados, equipe de educadores/orientadores entre si e grupo de educandos/orientados entre si. Embora a proposta seja coletiva, não se ignora a presença marcante da individualidade, impregnada de essência social, uma vez que todos somos síntese das relações sociais.

Nessa práxis coletiva, a atividade obedece a um objetivo previamente traçado. Portanto, embora possa vir a ocorrer adequação entre os objetivos ou intenções e os resultados da ação, estes são uma objetivação do sujeito prático coletivo. Trata-se de uma esfera prática na qual o realizado corresponde, em maior ou menor grau, dependentemente das vicissitudes do processo prático, a certa intenção original.

### **3. 3 Processo Educativo na Prática de Incubação como Ação Modificadora da Realidade**

Como prática pedagógica, o processo de incubação busca modificar conteúdos de consciência e conduta dos envolvidos, o que implica perceber a realidade, a maneira como ela se exprime na consciência e como se pode conhecê-la. Nessa concepção, o saber, tanto o popular como o acadêmico/científico, apresentam-se não apenas como conhecimento já cristalizado, mas também como percepção da realidade. A conscientização nessa prática é entendida como um processo de construção ou de recriação de conhecimentos.

No entanto, a ação educativa na prática de incubação dos empreendimentos coletivos não é só produção de conhecimentos. Ela requer, como prática (processo objetivo), a transformação da realidade, ou seja, não se limita à contemplação ou à manutenção dos princípios predominantes na sociedade. Implica, entre outras, a transformação da prática de trabalho individual, autônoma ou realizada sob as determinações do capital privado (trabalho assalariado), em trabalho cooperativo com autogestão coletiva. Implica na mudança ou adaptação dos próprios instrumentos teóricos/científicos ou conceitos usados pelos educadores. Propicia, portanto, circunstâncias que modificam o homem e as coisas e que, ao mesmo tempo, são modificadas por ele; o educador/orientador que educa é ao mesmo tempo educado/orientado.

## **4 A Cultura do Produtor Familiar e os Acordos Simbólicos**

Ao longo do tempo a população camponesa desenvolveu uma cultura própria, que foi se estabelecendo, oriundas das mais variadas origens, consideradas populações tradicionais, tais como, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, seringueiros, pantaneiros, roceiros, sertanejos, camponeses e várias outras. Essas populações buscam uma reinserção econômica, social, política e até tecnológica,

pela sua reafirmação, redefinição e atualização de seus modos de vida e construção de alternativas.

Segundo Souza e Outros (2011, p. 132-144), dentre essa diversidade, a agricultura familiar tem sua representatividade valorizada pelas formas de atuações e manifestações, construídas pela sua história, com características próprias onde a família é proprietária dos meios de produção e trabalha a terra, com modalidades de produção e manifestações de valores e tradições (patrimônio sociocultural).

São indivíduos sociais envolvidos em ações coletivas de construção do “mundo da vida” no meio rural, que compreendem a realidade em sua individualidade, apesar de existir de forma pouco percebida, laços construídos de confiança e reciprocidade que dão forma à comunidade. Como ator social, no caso dos participantes de movimentos sociais, dão à medida da democracia e a natureza do desenvolvimento da sociedade em que ele está inserido.

As ações da Incubadora, ao operar com metodologias participativas e pesquisas realizadas buscando conhecer a realidade de perto, observa que a essência do conhecimento é individual e às vezes o coletivo não é conhecido. O tempo passa a ser fator importante e necessário para obter mais informação, envolvimento e orientação, visando dar atendimento às necessidades e interiorizar novos conhecimentos.

Por meio de levantamentos primários e dos diálogos com os produtores compilam-se muitos dados que norteiam as ações. Muitas são as idas e vindas às localidades, conversando com as famílias, algumas conversas cumpridas bastante amistosas, alegres e cheias de receptividades, com cafezinhos, bolos, almoços e chimarrões.

Os produtores familiares desconfiam da aproximação de quem vem de fora do seu meio. Mostram cansaço de tantos projetos de intervenção frustradas que chegam até eles e não deixam respostas e nem subsídios para que outros deem continuidade e também, os retornos aos produtores das pesquisas nunca acontecem. Esses comportamentos contribuem para que o produtor familiar continue com uma forma de viver isolada, construindo uma cultura própria que não entrelaça com as ofertas apresentadas pelos que vem de fora, denotando falta de comunicação de mundos, observadas na linguagem, seja ela oral, corporal, artística, tecnológica, havendo muitas arestas a serem aparadas. É preciso tempo e disposição de ambos os lados para ouvir, para traduzir e assim, ir construindo no

processo dialógico, um novo saber trabalhando com as técnicas desenvolvidas no âmbito das instituições que acumulam saberes científicos.

No mundo simbólico, as esperanças, os medos do novo, da falta de conhecimento, as experiências anteriores sem êxitos, as desconfianças nas instituições envolvidas, a pouca instrução, fazem com que não se apoderem do processo e desistam de pensar em mudanças pela fragilidade. Portanto, muitas são as etapas a serem vencidas. As ações da incubadora com os atendidos, para amenizar e tentar romper o distanciamento, o medo e suas fragilidades, precisam estabelecer contatos constantes, senão com todos, que é quase impossível, mas pelo menos com as lideranças ou comissões de produtores quando indicadas por eles.

Faz-se necessário manter uma teia invisível carregada de afetos, de símbolos e ficar sempre atentos às informações reais e as subliminares que são trazidas nos discursos, nem sempre claros e conscientes. A equipe orientadora precisa cuidar para traduzir e transmitir falas, comunicações que colaborem no sentido da integração do grupo, fazendo o possível para que as comunicações desagregadoras se percam e diminuam as suas forças. Para facilitar essa relação e torná-la mais presente, é necessário fazer parcerias entre a equipe e algumas pessoas das localidades que fazem acordos simbólicos, onde o principal fator é a identificação e a confiança, ‘acordo de alma’ que não podem ser maculados sob hipótese nenhuma, pois, se isso ocorrer, corre-se sérios riscos das ações não obterem êxito. Não pode a universidade por meio das ações da Incubadora ou outros projetos, frustrar a comunidade, sob pena dela não mais ter crédito para continuar atuando com esses produtores familiares.

## **5 Considerações Sobre o Agir no Processo Educativo**

Como já ressaltado, o processo de incubação é de construção e reconstrução de conhecimentos, que une saberes populares e acadêmicos de forma dialógica e participativa entre os agentes envolvidos (trabalhadores, universidade e parceiros) para atender as necessidades e desejos trazidos pelos produtores. Dada a diversidade de situações, perfis dos grupos de trabalhadores, condições materiais, sociais e ambientais, o processo precisa ser conduzido de forma criativa, sem perder de vista o aspecto coletivo e de transformação das realidades.

Atuar neste campo é sempre um ato de aprendizagem mútuo entre orientador/educador e orientado/educando. Como orientador achamos que vamos transferir conhecimentos ao orientado. Fazemos isso, mas ao ensinar, aprendemos muito pela observação e no diálogo (“prosa”) e ao mesmo tempo, vamos adquirindo confiança do orientado.

Desse modo, com base nas observações a partir da prática vivida com grupos atendidos, percebemos que no meio rural encontramos algumas especificidades. Com os produtores rurais da agricultura familiar ou dos assentamentos da reforma agrária, o trabalho precisa ser iniciado muito mais pelo caminho da confiança para se chegar aos objetivos pretendidos. Nesse sentido, primeiro é preciso diagnosticar a cultura de relações humanas, sociais, produtivas e comerciais na localidade, em vista de que nas comunidades sempre há famílias de produtores que lideram, ou seja, é preciso identificar as relações locais que foram construídas ao longo do tempo, com base na confiança e convivência local ou comunitária.

A identificação das lideranças locais é importante porque são elas que tomam decisões com base numa relação informal, mas de confiança plena dos produtores da comunidade, tanto que os demais se orientam por elas.

A porta de entrada para o agente externo (orientador da universidade/incubadora) na localidade rural ou comunidade dos produtores, é facilitada se ela ocorrer pelas mãos de um produtor local para quebrar resistências e ganhar a confiança dos produtores. Depois da sua entrada e na continuidade, essa relação de confiança fica mais fácil se construída com base numa relação dialógica e horizontal entre os produtores e o agente externo (orientadores da universidade/incubadora) mediante sua presença com certa regularidade na localidade/comunidade. A presença mais constante vai permitir mais tempo de observação do comportamento deste agente pelos produtores, possibilitando mais tempo de “prosa” entre eles ao estilo do “cerca peão” como dizem os sertanejos. Nestas conversas, a equipe de trabalho (orientadores) não pode deixar nada subtendido, todas as intenções precisam ficar bem claras. Desta forma, é possível a continuidade da inserção e desenvolvimento das atividades. Nos encontros que seguirão, a equipe dos orientadores precisa descobrir, sem perguntar e apenas por meio da observação, quem é a liderança não explícita na comunidade. Aquele que com um olhar, um sorriso ou uma simples pergunta, dá sinais para a

continuidade ou não das ações. A equipe de orientadores nunca deve assumir um compromisso ou marcar um encontro/reunião com alguma possibilidade de ela não ocorrer, pois se faltar sem um motivo que seja assimilado e aceito pelo grupo atendido (orientado), pode aos poucos contribuir para desfazer a confiança que vinha sendo construída.

Também é recomendável no início das ações, esclarecer a função do Estado e das Políticas Públicas que hoje tem por finalidade beneficiar os pequenos produtores, pois eles resistem a elas em vista de as mesmas, no passado, não priorizarem o pequeno produtor, ou seja, tudo isso é necessário para quebrar as desconfianças.

A equipe orientadora da Incubadora também não pode ignorar o grau de politização e a existência de pequenos grupos de produtores e suas lideranças, como a atuação das “brigadas” do MST no interior dos assentamentos da Reforma Agrária. O processo de politização destes produtores, que por um lado é importante para conseguirem a terra para trabalharem e construírem suas vidas, por outro, também gera muitos conflitos, mesmo depois de assentados. Neste caso, os produtores são naturalmente politizados, mas não por isso, deixa de haver divisão interna em grupos, facilitando a geração de conflitos entre eles, que se apresentam quando precisam tomar alguma decisão coletiva. Para lidar com estas diferenças e conflitos é preciso cuidadosa discussão interna e avaliação para a interação com todos os grupos de produtores. Para conviver com estas realidades e ganhar a confiança da maioria dos produtores, demanda muita “prosa” num longo caminho percorrido que incluiu pescarias, festas, almoços e outros encontros informais.

Nos empreendimentos do setor urbano também encontramos o aspecto da desconfiança e da aproximação do agente externo (equipe orientadora). O que muda são as formas ou estratégias de interação que a equipe acaba desenvolvendo, que é diferente porque nas cidades a cultura das relações humanas é mais individualista e menos comunitária ou de vizinhança como se observa no meio rural entre os produtores. As lideranças, quando existem numa comunidade urbana, são mais facilmente identificadas. No meio urbano se observa que a desconfiança tem outra origem. Quanto mais excluídos do trabalho e socialmente forem os trabalhadores, maior é o grau de desconfiança de quem deles se aproximam oferecendo qualquer tipo de oportunidade.



Vencidas as dificuldades iniciais da falta de confiança no decorrer do desenvolvimento das ações e dos trabalhos com os produtores, também é preciso amenizar as resistências para a formalização dos empreendimentos coletivos sejam singulares ou a formalização das redes ou centrais de produção e comercialização. Percebe-se ao recomendar a organização coletiva, que os produtores receiam perder a posse daquilo que é um bem estável e da família, como a terra, bem como, a perda de liberdade, temendo o empoderamento de uma gestão coletiva formalizada.

É importante oferecer orientação aos produtores para abandonarem tais medos e entenderem que é a união dos mesmos que permite acumular as condições mínimas para potencializar a produção, o volume de venda, melhorar a inserção no mercado e o mínimo necessário para obter financiamentos por meio de políticas públicas de crédito ou a fundos perdido, via programas voltados ao apoio do pequeno agricultor familiar.

Quando os trabalhadores percebem que podem depositar confiança nas pessoas da universidade, ela se torna sólida e a parceria duradoura. Isso contribui para amenizar as inúmeras fragilidades e dificuldades que geralmente acompanham os produtores. O processo de incubação constrói caminhos de descobrimentos inusitados, nos quais as pessoas (equipe orientadora e produtores) vão se descobrindo mutuamente. Alguns membros da equipe entram em contato com a existência de uma realidade desconhecida para eles e, ao mesmo tempo, os produtores descobrem que ainda podem ser cidadãos e que tem direitos constitucionais garantidos.

Ao agir como orientadores no processo de incubação, também nos conhecemos, somos sujeitos e objetos, ou seja, atuamos sobre nós mesmos. Trata-se, portanto, de uma atividade prática criadora e transformadora. É um processo de construção e reconstrução de conhecimentos para os envolvidos em vários aspectos. Une “saber popular” e “saber científico”, sem prevalecer o científico, visto que não há saberes superiores ou inferiores, eles são apenas diferentes. Por isso, nesse processo a interação entre os dois saberes deve ser bidirecional, horizontal e participativa; um construir em conjunto.

Por tudo que se vive e se observa na extensão universitária por meio do processo de incubação, nos dá a certeza de que a extensão, a pesquisa e o ensino são indissociáveis. Defendo o ponto de vista que é a partir do trabalho de extensão que se alimenta e fortalece a pesquisa em muitas áreas e não o contrário, como se apregoa. A

atividade prática em muitas situações modifica certezas teóricas. Desse modo, é preciso mudar a forma de olhar a extensão universitária e deixar de considerá-la como algo secundário no meio acadêmico, passando a valorizá-la tanto quanto a pesquisa.

Desta feita, há como afirmar sem correr o risco de ser apenas uma ideia ou opinião prematura, que o processo de incubação é também um processo real de transformação, já que propicia mudanças na realidade de trabalho e vida das pessoas.

Neste processo, não podemos ignorar a importância e o papel das políticas públicas. Elas são duplamente necessárias, pois precisam potencializar as ações da Incubadora na medida que proveem Normas e Leis a ela pertinente em apoio aos empreendimentos econômicos solidários, além de viabilizar recursos materiais necessários para a instalação dos mesmos, em muitas circunstâncias. Os meios materiais na maioria das vezes são necessários porque são pessoas que só dispõem de sua força de trabalho e não possuem posse de bens ou capital financeiro para melhorar suas condições de trabalho e renda.

Avaliamos que as políticas públicas, bem como a universidade por meio da incubadora oferecem instrumentos e apoios aos grupos de trabalhadores que pretendem e conseguem organizar seus empreendimentos. Mas, apesar disso, o êxito depende essencialmente dos próprios produtores, que precisam de muita determinação para não desistirem quando as dificuldades ou barreiras naturais aparecem no transcorrer do processo. Nem todos os grupos que procuram a Incubadora acabam se transformando numa cooperativa ou associação formalizadas legalmente. Alguns grupos se desfazem, sucumbem no decorrer do processo e outros fazem a escolha de permanecerem como estavam, trabalhando de forma coletiva, mas continuando como grupos informais. Os motivos são muito variados e diferem de grupo a grupo, conforme suas condições, expectativas e desejos.

Em síntese, podemos arrolar alguns resultados trazidos por meio dos orientadores à universidade e também aos produtores orientados.

Na universidade, há um despertar para outra forma de ver o mundo, abstraindo menos, estimulando a autocrítica como educador e pessoa, enriquece e modifica a forma de ensinar, estimula a prática da interdisciplinaridade, estimula a associação entre ensino, pesquisa e extensão e possibilita a transferência de conhecimentos às comunidades.

Aos produtores, as ações modificam em alguma medida a forma de pensar e agir, eles sentem-se mais seguros, respeitados e fortalecidos para interagir na sociedade, passam a dispor da sua cidadania, adquirem outros conhecimentos e tem acesso a tecnologias, desperta talentos e estimula a criatividade, bem como, melhora a qualidade de vida.

### **Referências Bibliográficas**

CULTI, Maria Nezilda. *O Desafio do Processo Educativo na Prática de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo-USP/SP. São Paulo: 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários: aspectos conceituais e a práxis do processo de incubação*. Maringá: Caiuás, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Desafio do Processo Educativo na Prática de Incubação: empreendimentos econômicos solidários (EES)*. Saarbrücken, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas (NEA), 2016.

SOUZA, João B. da L e Outros. Atuação da incubadora de empreendimentos econômicos solidários da UEM com produtores da agricultura familiar. In: *Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários: aspectos conceituais e a práxis do processo de incubação*. Maringá: Caiuás, 2011.

## CAPÍTULO 2

# TRABALHO ASSOCIADO E DEMOCRACIA: A CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Sônia Marise Salles Carvalho

### 1 Introdução

Pensar em uma política pública no Brasil requer redimensionar o campo de tensões entre os interesses oriundos do mercado, da sociedade civil e do Estado, em que se destacam sinergias e conflitos de toda ordem.

Entendemos que uma política pública que pretende intervir sobre uma dada realidade precisa apreendê-la como um fenômeno conectado aos fatos sociais, políticos e culturais, ou, mais precisamente, redes de interdependências de trocas, alianças, solidariedade, confiança e conflitos.

Consideramos que as lutas por direitos, pautadas pelos movimentos sociais deveriam orientar as diretrizes das políticas públicas de integração social e levar à indução de ações de criação de emprego, trabalho, renda, reorganização sócio-política ou orientação a certo tipo de desenvolvimento social.

Nesse sentido, esse texto reflete sob que condições ocorrem a elaboração de políticas públicas que contribuem para a integração ao mundo do trabalho, na perspectiva da Economia Solidária, pertinente a um novo modo de produção, portador de solidariedade e de reciprocidade.

O fenômeno da Economia Solidária está circunscrito ao campo das experimentações econômicas de um determinado setor da sociedade civil marcado pela diversidade, pela tradição histórica de lutas sociais e sindicais e pela busca de um novo sentido para o trabalho.

Esses sujeitos coletivos querem criar um novo projeto socioeconômico com caminhos alternativos diferenciados de organização da produção, caracterizando as iniciativas econômicas com nova organização do trabalho. A extensionalidade e a singularidade dessas iniciativas marcam as formas de institucionalização da política pública de integração social pelo trabalho associado e democrático.

Destacamos as sinergias entre o mercado, a sociedade e o Estado e as possibilidades de estabelecer novas relações entre eles, que permitam políticas públicas sociais e do trabalho, alinhadas às demandas reais dos setores sociais que apostam em outra economia e sociedade.

## **2 Diálogos do Estado com a Sociedade Civil e o Mercado na Construção da Política Pública de Economia Solidária**

A construção da política pública no campo da Economia Solidária, no século XX, apontou os processos de emancipação e de precarização do trabalho, a partir das reivindicações do movimento social e de sua trajetória. No movimento do próprio movimento social as experiências socioeconômicas vão ganhando visibilidade como iniciativa social e atravessa espaços institucionais, constituindo objeto da análise e densidade, como fenômeno associado às políticas públicas de integração ao mundo do trabalho.

Segundo Silva & Araújo da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA, a Economia Solidária significa:

Um conjunto de instituições que tem uma longa trajetória histórica, que ganha diferentes formatos e mantém diferentes modalidades de interdependência entre aqueles que delas participam, sejam entidades públicas, da sociedade civil e das comunidades (2003, p. 01).

Esses autores apresentam três possibilidades organizativas da Economia Solidária: a) organização autônoma dos trabalhadores onde o trabalho emancipatório se apresenta como categoria estruturante das relações sociais; b) a organização produtiva ocorre sob a forma autogestionária; c) as formas de produção não são subsidiárias do modo de produção hegemônico.

Os três fatores configuram a ideia de solidariedade democrática e se associam a três aspectos combinados: a autonomia, a igualdade e a estrutura contra hegemônica aos valores capitalistas e à gestão burocrática das políticas.

No entanto, para realizar a integração social de forma efetiva, seriam necessárias ações sistemáticas e estruturadas, que aproveitassem as dinâmicas locais e assim fossem potencializadas suas virtualidades. Porém, o contexto histórico do país é caracterizado por um mercado com regras próprias na tentativa de se autorregular,

cujo mercado de trabalho funciona para manter o padrão acumulativo do capital.

Nessa perspectiva, o Estado encontra-se revestido da dimensão pública das políticas, de modo que possui autoridade para executar determinadas demandas, que entram na agenda de governo, mediante um processo de negociação e espaços de luta. Há os conflitos no reconhecimento de interesses, que possam tornar-se institucionalizados, o que significa ter assegurado o acesso aos recursos e aos bens, produzidos pela sociedade em geral.

Segundo Rúa (2006), a política pública constitui o governo em movimento, sendo sempre uma ação de governo, que investe no poder do Estado o seu próprio poder decisório. Por isso, entendemos a política pública como uma ação de governo, na alocação de recursos e bens, a partir das demandas geradas pela sociedade em geral ou por parte dela.

Anterior a 2004, a atuação do Estado brasileiro foi, prioritariamente, a de assegurar os interesses do grande capital, pelo apoio às grandes empresas e ao mercado financeiro. Esse fato aprofundou a crise econômica e social marcada pelo desemprego em massa e a desestruturação do tecido social. Acirra-se a tensão entre o capital e o trabalho, ainda considerados referenciais na organização da sociedade capitalista.

A partir de 2004, o governo de esquerda no Brasil incluiu na sua agenda as reivindicações do movimento social de Economia Solidária, pautado por um desenvolvimento sustentável e solidário, que possibilita uma nova relação entre o capital e o trabalho.

Historicamente o papel do Estado no Brasil não é de assegurar um contrato social, que represente os interesses nacionais, com ideias universais, mas é um instrumento de dominação, que depende de uma correlação de forças sociais e políticas que possam assegurar interesses específicos de grupos sociais.

O Estado com forma de organização do poder político de um grupo social sobre toda a sociedade é resultado dos conflitos entre dominantes e não dominantes, com capacidade de intervenção para institucionalizar os interesses através da democracia representativa.

Nas análises do IPEA<sup>3</sup>, o Estado brasileiro historicamente não cumpriu sua função distributiva e não conduziu a economia nacional

---

<sup>3</sup> Essa pesquisa surgiu no bojo de um amplo convênio firmado entre o Ministério do Trabalho e emprego (MTE) e a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), com a intervenção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ela conta ainda com o apoio e a

na direção da inclusão social. Até a década de 1970, acreditava-se que o desenvolvimento das forças produtivas e a industrialização iriam organizar a redistribuição de renda de forma equitativa e haveria a incorporação dos homens ao mundo do assalariamento.

A partir da década de 1980, a relação entre crescimento econômico e aumento das desigualdades sociais exigiu da sociedade civil estratégias de lutas intensas por um desenvolvimento com inclusão social. A Constituição de 1988 marca esse momento de grande atuação da sociedade e o Estado se viu pressionado por demandas de cidadania, tendo que desenvolver um complexo sistema de proteção e participação social, que se consolida, mesmo que, muitas vezes, em sentido contraditório da lei.

No entanto, na década de 90, vimos assistindo à retração do Estado-previdência devido à crise do padrão acumulador do capitalismo, que não mais assegura ao Estado os recursos necessários à manutenção de um equilíbrio mínimo entre a exploração do trabalho e o efeito acumulador do capital.

De acordo com Silva, o Estado não possui mais capacidade de gerir a questão social, pois:

Depois de mais de uma década, considerados os avanços, deve-se, também, constatar que as dificuldades foram maiores que a capacidade do Estado em promover tanto desenvolvimento quanto distribuição de renda e inclusão social. Além disso, é notório que o poder público, com baixa capacidade de gestão e condução de políticas, opta constantemente por descentralizar suas ações, ora desresponsabilizando-se de suas atribuições, ora apoiando-se em instituições da sociedade civil a partir de soluções conjunturais, sem proporcionar parâmetros (2002, p. 03).

A partir da década de 1990, o Estado assume a concepção do programa neoliberal passa a ter uma intervenção mínima em relação

---

participação de professores e pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O propósito maior desta pesquisa é conhecer, em maior profundidade, a natureza e as singularidades desse gênero novo de política pública no Brasil voltada para o tema da economia solidária. Para tanto, a pesquisa subdividiu-se em duas etapas. A primeira, dedicou-se a uma visão geral sobre tais políticas, com base em um questionário previamente enviado à rede brasileira de gestores públicos de economia solidária. A segunda etapa envolveu pesquisa mais qualitativa, organizada sob a forma de estudos de caso, envolvendo uma amostra de oito entes federados que participam dessa rede.

aos direitos sociais e ao trabalho e uma intervenção forte para proteger e manter o padrão de acumulação capitalista.

A crise do trabalho, por meio do desemprego e emprego precarizado, desencadeia um maior déficit de cidadania, fazendo com que a sociedade civil pressionasse para que o Estado assumisse o compromisso com a redistribuição mais equitativa da riqueza humana, apropriada por uma calasse social no sistema capitalista.

Mediante a crise, a função do Estado tem sido também o de manter a coesão social, dada a profunda desigualdade social e a integração subordinada ao trabalho assalariado e ao consumo. Como exemplo, podemos destacar as políticas sociais como o programa bolsa-família, o fome-zero, programas de assistência social, que buscam assegurar o mínimo de sobrevivência às famílias consideradas de risco social.

Consideramos que são programas sociais necessários, porque fazem transferências de renda mínima e permitem uma circulação interna de trocas, potencializando o mercado local, no entanto, não asseguram uma autonomia necessária aos beneficiários no exercício de uma solidariedade democrática, mas contribui para estabelecer círculos de proximidade nas relações sociais.

São ações públicas ainda insuficientes para manter os limites de funcionamento da sociedade, o que justifica a organização de setores da sociedade sob outra lógica do social, afirmadas pelas práticas econômicas de autogestão e solidariedade.

O Estado se torna então um agente redistribuidor da riqueza humana, por meio de políticas compensatórias e de uma solidariedade voltada para o caráter filantrópico, dado que:

na sociedade brasileira o discurso da solidariedade como caridade, frequente entre agentes externos que auxiliam populações carentes (sobretudo alguns empresários, religiosos, políticos e ativistas de ONGs), corre o risco de ser usado em detrimento da ideia de direitos conquistados através de lutas sociais, cada vez mais percebidos como “privilégios”. Há uma concepção filantrópica de solidariedade, mas aqui enfatizamos uma concepção política, onde a ideia de economia solidária possui um caráter histórico (CUNHA, 2002, p. 25).



O Estado passa a ter uma dívida social para com os cidadãos porque o seu papel é de facilitar o engajamento voluntário dos cidadãos, para que possam fazer parte de uma inserção democrática na sociedade. No entanto, impõe uma troca redistributiva entre desiguais, o que termina por estabelecer um fosso maior entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

A proposta auferida pelo movimento da Economia Solidária não é eliminar o Estado, mas conduzi-lo a uma possibilidade de mudança na sua responsabilidade redistributiva, com ampliação do controle social exercido pela sociedade civil e restabelecer a possibilidade da reciprocidade, na medida em que o acesso aos direitos proporciona as condições de lidar com os deveres cívicos e mesmo de manter a obrigação com liberdade.

Na concepção da Economia Solidária, o Estado deve ter uma corresponsabilidade no desenvolvimento das políticas sociais e ser instigador das mudanças auferidas pela sociedade civil organizada, reconhecendo o trabalho associado como um direito.

Essa economia traz em seu bojo uma concepção de política enquanto uma proposta de transformação social, desenvolvida dentro da tradição socialista do século XIX, acolhendo os princípios da autogestão e do trabalho coletivo como elementos constituintes da relação social. Essa perspectiva é defendida por Paul Singer, que desloca à sociedade civil a responsabilidade de gerenciar o Estado, que se torna subsidiário para implementar as demandas dos grupos populares.

Essa definição mostra que não se trata apenas de mudanças operadas no interior da organização do trabalho dos grupos populares, mas uma proposta de mudança cultural e estratégica de constituir outra maneira do trabalhador (a) se relacionar com o seu trabalho e com os outros trabalhadores, mediante uma nova relação entre o Estado e a sociedade.

Nesse sentido, busca-se a construção de outro modo de produção, tendo a solidariedade democrática como o cerne das relações sociais, onde se pode permitir: a) a integração social dos grupos populares à sociedade em geral, por meio do reconhecimento da utilidade social do seu trabalho; b) afirmação da unidade na diversidade dos grupos, com as suas necessidades e motivações; e c) a transformação do desenvolvimento do país em uma lógica voltada para o bem-comum e a garantia da cidadania para todos (as).

As formas organizativas na Economia Solidária têm colocado em xeque a atual inserção do Estado na vida pública, na medida em que, fortalecida pelos novos movimentos sociais, ocorre maior consciência da classe trabalhadora, exigindo direitos em diferentes níveis, como o direito à saúde, educação, trabalho, dignidade e segurança.

Essa transversalidade de demandas reforçou a necessidade de políticas integradas nos três níveis da instância federativa. Isto significou a necessidade de uma economia de mercado orientada para a melhoria das condições de vida.

O campo da Economia Solidária produziu espaços públicos ampliados não estatais, como os fóruns, redes, associações e cooperativas, que representam um espaço de mediação entre o Estado e a sociedade, cujo diálogo permite conformar algumas demandas de setores da sociedade civil à agenda do governo.

As experiências socioeconômicas na Economia Solidária mostram a possibilidade histórica de modificar o papel do Estado, por meio do diálogo com outros espaços públicos não estatais, que representam os interesses comunitários mais amplos e não focados em uma determinada classe social.

O reconhecimento desses espaços públicos ampliados, como porta-vozes das necessidades dos trabalhadores (as) sem emprego, tem contribuído para se destacar as relações intrínsecas entre a exclusão e a desigualdade social, permitindo se pensar políticas de integração associadas à mobilidade social.

No campo da Economia Solidária, os espaços associativos solidários significam um dos diferentes espaços representativos do político, para além do Estado, como política da vida, retomando o conceito habermasiano, como “relacionamento de seres humanos numa polis, remetendo a dimensão do aparecer, da deliberação e do estar juntos”.

Essa forma biopolítica do poder, manifestada no campo dessa economia consiste na sua difusão e no seu aumento através do poder do coletivo e por isso o partido político se torna um suporte no jogo político-institucional, para garantir o acesso aos fundos públicos e às políticas públicas, direcionadas para as necessidades da sociedade civil.

Nesse sentido, foi que a Economia Solidária no Brasil somente pode iniciar seu processo de institucionalização em um governo sensibilizado com a causa dos trabalhadores (as), mesmo que ainda

não se constitua uma política pública de Estado, mas há uma sinergia propícia às interações sociais e conforme Nunes (2006) está se construindo novos vínculos nas relações com a sociedade.

A resposta à crise do mundo do trabalho foi pensada por duas concepções de políticas públicas que pudessem intervir para promover uma melhor sinergia entre o Estado e a sociedade. A primeira está assentada sob o paradigma da relação assalariada clássica, com medidas para ampliar as políticas de emprego, para a geração de renda e trabalho. Propõe-se a qualificação profissional e cursos de capacitação técnica para aumentar as condições de empregabilidade.

A ideia expressa acima mostra a insuficiência dessa proposta para uma efetiva integração social pois

dissemina os valores de empreendedorismo acoplados a uma visão de negócio (...)", e continua descrevendo as características dessa concepção afirmando que ela é uma "(...) política de geração de trabalho e renda numa perspectiva inclusiva, no sentido da acomodação dessa economia informal nos marcos institucionais regulatórios de uma economia de mercado, sem incorporar uma estratégia efetiva de desenvolvimento diferenciado (SILVA, 2002, p. 03).

O Estado possui a responsabilidade de obter os recursos estratégicos financeiros, tecnológicos e humanos para gerir as empresas solidárias. A economia solidária seria uma espécie do gênero de iniciativas que o Estado utiliza para alcançar os fins de uma política de bem-estar em comunidades carentes.

Assim confirma Araújo ao dizer que:

a Ecosol seria parte do campo sempre em ampliação daquilo que podemos denominar cidadania social, cuja culminância é dada pelo Estado de Bem-Estar e na sua articulação histórica com o mercado e com o assalariamento (2002, p.1).

Essa versão é denominada de utilitarista e dá ênfase às capacidades do uso de recursos simplificados para produzir e viver;

mas tem uma interpretação ambígua com relação aos empreendimentos de base comunitária e local.

De acordo com Silva,

Possivelmente, essas iniciativas, na perspectiva em foco, têm funções de inclusão social, mas não se constituem em um modo de vida sustentável, dadas suas fragilidades e a heteronomia ante os recursos públicos e o próprio mercado (2003, p. 03).

Parece-nos que o utilitarismo mantém uma perspectiva cautelosa em relação à inclusão que não seja pela via do assalariamento, diferentemente de como é percebida a concepção pelo viés da Economia Solidária onde assegura que:

Na qualidade de um conjunto de iniciativas de extração comunitária, mas colocada a serviço do Estado, é natural que se reivindicuem a seu favor condições de acesso a recursos e estruturas públicas e que tenham como foco questões relativas à democratização de espaços públicos de decisão a respeito da destinação de recursos públicos estratégicos (ARAÚJO, 2002, p. 04).

O autor reforça os propósitos da Economia Solidária, que prevê políticas de emprego e políticas de trabalho e renda. A qualificação profissional seria importante, mas insuficiente em si mesma.

Também Silva se aproxima de uma segunda percepção que está associada à:

Responder a estratégias territoriais de desenvolvimento em torno do fomento de outra dinâmica econômica, baseada na construção e fortalecimento de cadeias socioprodutivas locais integradas ao tecido de relações sociais político e cultural do lugar (2003, p. 03).

Essa outra interpretação é denominada de solidarista ou comunitarista e afirma a Economia Solidária como um espaço de mediação entre o Estado, o mercado e a comunidade, não estando a serviço de um ou outro e torna a ES como um espaço de mediações onde:

A economia solidária encontrar-se-ia na contingência de ter de lidar com o acesso a direitos sociais e proteção mínima do Estado e dos mercados, mas lidaria com a obrigação de certos deveres de solidariedade por parte da própria comunidade. Portanto, sua função enquanto rede institucional não poderia identificá-la com políticas estatais de cunho compensatório, nem com a inclusão pelo assalariamento ou pelo mercado (ARAÚJO, 2002, p. 04).

A concepção solidarista anuncia que a sociedade civil ou a comunidade tenha dever a si certas obrigações morais mínimas, a começar pelo dever da solidariedade. Tal ideia é combatida por Rosanvallon ao defender que direitos e obrigações acabam por exercer um reforço dialético entre si:

A obrigação não é unívoca. Não é limitação que onere exclusivamente uma parte; ela exerce também uma imposição positiva sobre a própria sociedade, convidando-a a levar a sério os direitos. Entre o direito social tradicional e a assistência social paternalista, abre-se assim o caminho de uma implicação recíproca do indivíduo e da sociedade. Abrem-se as portas para um novo direito social, a igual distância do Estado-providência passivo, cujo custo não é mais possível financiar, e da velha sociedade assistencial, a que ninguém quer retornar (1998, p. 138).

Compreendemos que as experiências das políticas públicas de Economia Solidária somente podem ser avaliadas no entrecruzamento de interfaces entre a autonomia das comunidades, o Estado e o mercado.

Nas palavras de Sousa Santos (1998) a concepção solidarista significa que nenhum dos três princípios que regem o social-mercado, Estado e comunidade podem isoladamente garantir a sustentabilidade de interdependências não mercantis.

Para que essa outra economia possa equilibrar essas racionalidades, recomenda-se que:

Receba conhecimentos das universidades, recursos financeiros e organizacionais do Estado

e da sociedade civil e ainda tem de manter um certo grau de autonomia política e econômica em relação a eles, não podendo, por definição — pelo menos na sua vertente *solidarista* — subordinar-se aos poderes de mando típicos da burocracia e, enfim, não deveria ser transformada em ação subsidiária a serviço da burocracia de Estado ou da lógica dos mercados (ARAÚJO, 2003, p. 26).

As análises dessas concepções políticas de economia solidária revelam uma leitura do social que compreende as políticas como obrigações devidas pelo Estado ou pela sociedade civil organizada, como objetivo de dinamizar os empreendimentos na geração de renda ou trabalho.

A primeira necessidade do campo da Economia, no suporte à uma política de integração plena e de desenvolvimento social é uma efetiva política pública de trabalho. Recorremos aos resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ IPEA sobre o panorama do trabalho no Brasil:

1) há um contexto diversificado de iniciativas socioeconômicas que interferem nas formas de implementação das políticas, assegurando a necessidade da diversidade de propostas;

2) está associado ao poder de organização dos movimentos sociais populares

3) afirma novos paradigmas para a sociedade do trabalho com novos marcos regulatórios;

4) a política de ES está associada a uma concepção de desenvolvimento territorial e as formas diferentes de gerar renda e trabalho, para além das políticas de emprego;

5) valoriza a concepção sustentável-solidária, que busca o fortalecimento de elementos socioprodutivos locais integrados, voltados para a garantia de cidadania;

6) pressupõe uma política de articulações recíprocas, testando as questões de sociabilidade das comunidades, a participação política dos seus membros, bem como, as especificidades culturais do grupo.

As reflexões geradas por essa pesquisa são afirmadas pelo pensamento de Nunes (2006) ao mostrar que as políticas públicas de ES é uma política de trabalho. Assim, até a década de 90, havia uma concertação entre o sindicato, os empresários e o Estado sobre a possibilidade da não integração dos trabalhadores no mercado formal,

mas contemplavam a formação de trabalhadores autônomos com o reforço da ideologia do empreendedorismo individual.

As políticas públicas de ES vieram atestar a insuficiência dessa abordagem, apostando na possibilidade de validar as novas formas de trabalhar e produzir, caracterizada pela perspectiva do trabalho coletivo, auto gestor e solidário.

Para Nunes (2006) se aposta na possibilidade da mobilidade e da integração dos grupos populares, a partir da necessidade de se ajustar as relações entre a sociedade civil e o Estado, de forma que os atores sociais dessas políticas possam pensar, junto ao Estado, políticas mais adequadas as suas necessidades, cuja participação se faça sentir desde a sua elaboração, implementação e avaliação.

Nesse sentido, o papel do Estado torna-se mais qualificado porque “antes o Estado se caracterizava por implantar políticas de apoio aos mais desfavorecidos, hoje observamos uma corresponsabilidade no desenvolvimento das iniciativas” (NUNES, 2006, p. 285).

O relatório produzido pela pesquisa do IPEA, apontou o caráter de construção da política de Economia Solidária, caracterizadas: a) pela ausência de um quadro institucional que as oriente; b) a diversidade de práticas e concepções sobre o modo de realização dessas práticas; c) a cultura política que reflete nas relações entre o Estado e a sociedade; d) a necessidade de uma articulação forte com a sociedade civil e com as bases do governo nas suas três instâncias federativas; e) sua natureza indutiva de promover processos de ação para a organização da sociedade, com afirmação de coletivos concretos.

As reflexões advindas dos resultados dessa pesquisa levaram-nos a compreender que as relações entre o poder público e os outros atores sociais se devem precisamente à natureza do campo da Economia Solidária, implicando articulações entre as áreas da saúde, educação, moradia, lazer e crédito. Esse conjunto de necessidades permite aproximar e integrar as políticas de inserção social e a direcionar alternativas às políticas de desenvolvimento do país.

Para que as demandas do movimento social de Economia Solidária se transformem em políticas públicas, requer algumas ações:

1) a agenda do Estado deve assumir a agenda do governo, onde passa a priorizar também as necessidades geradas por segmentos da Economia Solidária;

2) a ES precisa ser integrada à agenda do Estado como estratégia de desenvolvimento e não somente a geração de renda;

3) manutenção de diálogo permanente das organizações populares com agentes internos e externos, em meio a disputas ideológicas e políticas;

4) redirecionamento dos recursos públicos para dinamização das cadeias produtivas locais e investimentos para uma melhor distribuição da riqueza;

5) novo sistema de regulação e controle social dos recursos públicos, a partir da sociedade civil;

6) os modelos de intervenção social precisam ser inovados na perspectiva da integração de políticas públicas a nível federal, estadual e municipal, para promover ações permanentes e mais articuladas, onde a ajuda mútua se torne um valor econômico.

Esse conjunto de proposições evidenciou a configuração das experiências, o suporte institucional, o sistema de alianças e os arranjos sociais, como elementos de ancoragem das políticas de intervenção social, para compreendermos a inserção das políticas a nível territorial em suas diferentes dimensões espaciais.

Nesse sentido, há diferentes forças sociais determinando e determinadas por instituições com diferentes experiências e que exigem uma forte interação entre elas para que possam formular e monitorar as políticas públicas no campo da ES.

Sendo assim Silva esclarece que:

A atuação da Economia Solidária depende da posição institucional dentro da estrutura governamental, mas também de alianças, apoios e relações de interdependências entre os agentes envolvidos. O poder, o mando, as decisões sobre políticas públicas não se identificam facilmente. As práticas deslizam, fogem, se escondem, aparecem onde não imaginamos, são como “artesanatos” que funcionam à luz de saberes locais e de micro relações cuja tessitura é de difícil apreensão (2003, p. 04).

Há necessidade da sinergia entre o Estado e a sociedade, por meio de ações governamentais, que transformem as necessidades dos grupos populares em demandas reconhecidas e inseridas nos planos de desenvolvimento das esferas municipais e locais, traduzidas nos planos plurianuais.



Podemos considerar que a Economia Solidária desempenha a função de elo entre políticas públicas (Estado), comunidades e os mercados, por meio de ações e atividades implementadas por prefeituras, como o orçamento participativo, fóruns da cidade e prefeituras de bairros, fatos que significam uma administração inovadora do poder local.

Na busca da sinergia entre o Estado e sociedade podemos verificar algumas estratégias do governo atual como as parcerias com a iniciativa privada, ONGs e organizações populares (centros populares, igrejas, associações, conselhos setoriais). Contudo, há que se considerar a fragmentação burocrática das áreas administrativas das prefeituras e secretarias, perpassadas por linhas de influência e aliança.

Importante destacar é a participação ativa dos cidadãos na gestão pública com o incentivo e apoio do governo, no sentido da comunidade se organizar e participar da definição de projetos e políticas, o que pode ser decisivo para fortalecer os laços de cooperação entre os cidadãos e as instituições públicas.

A ideia de poder local tem sido fundamental para a gestão pública, pelo protagonismo das cidades como espaço privilegiado, onde podem surgir projetos inovadores, a partir de parcerias entre governos locais, organizações da sociedade civil e empresas privadas.

O discurso da participação popular foi incorporado a muitas administrações para favorecer espaços de debate, negociação e decisão dos assuntos públicos e da mobilização da comunidade urbana. Busca-se primar pelo princípio da proximidade entre a democracia política e a democracia econômica.

No entanto, são inúmeros os desafios que podem comprometer a sinergia entre o Estado e a sociedade, apontados por estudos de Dowbor (2003), sobre as cidades, os quais podem destacar: 1) desafios subjetivos, manifestados pela vontade política e o comprometimento do governo com um desenvolvimento inclusivo; 2) desafios sociais, voltados para a questão da desarticulação entre secretarias, órgãos e programa e da integração das políticas urbanas, com descentralização político-administrativa e dificuldades para conciliar interesses específicos e localizados com interesses coletivos; 3) desafio educacional, pela falta de formação e informação sobre objetivos e metodologia dos programas; 4) desafios políticos, pelo risco de descontinuidade dos projetos, lentidão do processo decisório e programas com teor mais redistributivos que emancipatórios; 5)

econômicos, pela falta de recursos para investimentos e altos custos da participação na gestão dos assuntos públicos; 6) culturais com a persistência de elementos clientelistas e assistencialistas nas relações sociais.

Uma gestão democrática assegura que uma concepção de poder público como indutor do desenvolvimento deve ter como estratégia:

a) uma prefeitura que seja cuidadora da cidade, prestadora de serviços sociais e indutora do desenvolvimento econômico.

b) o poder municipal deve atuar como gestor da economia da cidade, interferindo na redução dos impactos da economia na vida do cidadão.

c) comprometimento com a redistribuição social do trabalho e renda, com o objetivo de associar eficiência com justiça social.

d) a criação de instâncias de participação e negociação de políticas públicas de desenvolvimento.

Essas questões investigativas acerca das relações entre o Estado, a sociedade civil e o mercado são articulados sob novas perspectivas no campo dessa economia que se pretende integrar os trabalhadores (as) à sociedade por meio de um trabalho associado traduzido no pleno exercício da democracia.

### **3 A Operacionalidade da Política Pública de Economia Solidária**

Para restabelecer as políticas públicas de Economia Solidária no novo reordenamento do trabalho e da produção, exige-se outro restabelecimento da relação Estado, mercado e sociedade civil, porque as necessidades produtivas tornam-se as necessidades de toda a sociedade, mas sob outra base de produção social, referendada pela solidariedade.

Nesse sentido, a formulação da política pública no campo da Economia Solidária foi idealizada por três atores: os empreendimentos econômicos solidários, os gestores públicos e as entidades de apoio e fomento. As diretrizes na construção das políticas, por esses três atores são oriundas: a) encontros nos fóruns estaduais e nacional, b) cinco plenárias realizadas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), c) o Conselho da Economia Solidária e no aceno aos Conselhos das políticas transversais, d) diretrizes das três conferências nacionais de Economia Solidária.

A síntese dessas proposições está traduzida no Plano Nacional de Economia Solidária. O documento apresenta um aprofundamento

do pensamento sobre a Economia Solidária no Brasil, a partir das seguintes proposições:

1) a Economia Solidária é herdeira de lutas de emancipação popular, contra a exclusão social, realizada por mulheres, negros, indígenas, camponeses e outros, sendo o caráter comum das lutas a inserção econômica e social;

2) as iniciativas econômicas e sociais, em busca de inserção socioeconômica, deram origem à Economia Solidária, que significa uma prática de produção, comercialização, finanças e consumo, privilegiando a autogestão, a cooperação e o desenvolvimento comunitário e que se caracteriza por valores culturais de forma a inserir no processo o ser humano na sua integridade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ao invés da acumulação privada do capital;

3) o trabalho significa a emancipação humana, por democratizar as relações sociais de produção, ser exercido por livre opção, desenvolver as capacidades do indivíduo, gerar conhecimento e permitir o bom uso do produto do seu trabalho.

4) O desenvolvimento é promovido com a participação de todos (as) nos resultados econômicos, na sustentabilidade do ecossistema, na distribuição equitativa da renda, na elaboração de alianças entre os movimentos sociais, no compartilhamento de decisões e programas de intervenção social;

5) o valor central é a soberania nacional com participação democrática e interativa, e a confiança deve ser preservada nas relações sociais

6) os desafios desse movimento social estão na necessidade de uma abordagem territorial ativa na gestão pública e no exercício do controle social das políticas de Economia Solidária.

Essas proposições estão em processo de institucionalização por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES, criada em 2001, que transcendeu o impacto social dessa iniciativa, pois trata-se de um outro sentido do trabalho, desvinculado do emprego assalariado, o que atesta a presença dessa Secretaria no Ministério do Trabalho e Emprego, rompendo com a cidadania regulada pelo emprego formal.

Segundo o programa da SENAES, a atuação do Estado no gerenciamento dos programas sociais de caráter distributivo, como o fome zero, a bolsa-família e o primeiro emprego, são uma resposta à desregulação do trabalho e a reestruturação produtiva.

Contudo, não se trata de conferir ao auto emprego (empreendedorismo ou o cooperativismo), e deixar a “sociedade por conta própria” como alternativa à crise do trabalho e à crise social. A proposta da Economia Solidária é uma conjugação de esforços do Estado, da sociedade civil e do mercado, para a gestão do social em prol do bem-comum.

A SENAES, considerada como mediadora, interlocutora e propulsora das políticas de integração social pelo trabalho associado representa o projeto de sociedade proposto pela Economia Solidária, sua principal atribuição é avançar para medidas estruturais na organização da produção e do trabalho, para isso, o primeiro ato é a institucionalização da política, inserindo as suas prerrogativas como prioridades de agendas governamentais. A Secretaria de Economia Solidária adquire uma importância estratégica para o movimento da ES com diferentes significados:

a) sua representação institucional, enquanto uma entidade do governo, dirigida por um militante do Partido dos Trabalhadores e professor universitário, Paul Singer, que é reconhecidamente o gestor de política pública de Economia Solidária;

b) o fato da Secretaria Nacional de Economia Solidária estar alocada no Ministério do trabalho e Emprego /MTE, pode significar o início do reconhecimento por esse governo, de outros registros de economia, que não está associada ao assalariamento, mas a outras práticas econômicas não-monetária e não-mercantil e à economia informal;

c) a revitalização do Estado como o principal representante da esfera pública, mas associado aos espaços públicos não estatais, na implementação de políticas públicas de integração social, mesmo que ainda os programas de governo sejam de natureza mais distributiva e menos emancipatória;

d) afirma o reconhecimento dos interlocutores legítimos à causa dos trabalhadores (as), cujas reivindicações têm ocasionado mudanças nas orientações das políticas públicas;

e) contribuição para a integração de políticas públicas nos três níveis da federação, aproximando ministérios com o MTE, MDS e o MDA.

Segundo Filho o processo de institucionalização da Economia Solidária parece:

Evoluir de formas de auto-organização socioeconômica em direção às formas de auto-

organização sócio-política, o que nos leva a pensar tal campo também como um tipo de movimento social de natureza singular. Isto precisamente em função da característica dos atores que o compõe (2003, p. 21).

O desafio parece ser o reconhecimento institucional das experiências econômicas dos grupos populares, de modo que se valorizem as novas formas do agir econômico e as novas formas de fazer política pública, como exemplo a constituição de redes de colaboração solidária e a manutenção dos fóruns para consolidar as diretrizes de uma economia popular.

Assegura Filho que os fóruns têm duplicidade de relações sociais, por que:

Ao mesmo tempo em que reivindicam sua autonomia enquanto espaço de atores da sociedade civil, os fóruns abrem-se para uma relação de interdependência em relação aos poderes públicos, bem como vinculam atores com características e origens distintas, práticas também diferentes, sob alguns ângulos, e que tentam, de algum modo, unificar-se (2003, p. 23).

Nesse sentido, os fóruns se tornam então “interlocutores diretos na concepção, implementação e avaliação das políticas e dentro da própria estrutura de governo e máquina pública, levando ao diálogo e à ação conjunta de Secretarias” (FILHO, 2003, p. 25).

A criação, a execução, o controle e a expansão das políticas públicas estão relacionados com o poder de intervenção, na esfera estatal, de setores da sociedade civil que estão em busca de outra forma de viver. Assim, nos parece que a capilaridade e os desafios dos 27 fóruns brasileiros podem se constituir em um indicativo importante para análise das condições históricas de implementação de políticas públicas de integração social e de desenvolvimento solidário.

A conjugação de políticas econômicas e sociais torna essas políticas emancipatórias, porque rompe com as práticas assistencialistas e busca alterar a forma de distribuição da riqueza social, além de garantir o controle da comunidade sobre a distribuição dos recursos públicos.

Essa perspectiva suscita mudanças na política de desenvolvimento do país, na medida em que o controle público da economia seja compartilhado pela sociedade civil, tendo o Estado o papel de garantia dos princípios da comunidade - solidariedade democrática, equidade, poder compartilhado, transparência nas ações - inseridas nas políticas sociais.

As políticas públicas para a economia dos setores populares e solidários concebem o desenvolvimento associado ao processo de transformação das relações sociais e produtivas, onde a cidadania, expressa pela vivência de direitos, e a autogestão, expressa pela democracia plena, são os indicadores da qualidade e melhoria no modo de vida (SILVA, 2003).

As experimentações socioeconômicas de setores da sociedade civil têm apontado para uma aproximação entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social, por meio da possibilidade de redistribuição social da riqueza de forma equitativa, o direito a ter direitos, o respeito ao pluralismo das culturas e a sustentabilidade do desenvolvimento de caráter solidário.

Esse projeto nacional proposto por setores da sociedade civil tem sido desafiado pela conjuntura brasileira, no processo de globalização, que prioriza a propriedade privada, as relações mercantis e o setor privado. Há uma estabilidade focada na expectativa do mercado e do investimento e não na expectativa das pessoas (SANTOS, 2006).

Por essa razão é importante pensar a democracia a partir das relações entre a regulação social e a emancipação social. O controle social deveria ser exercido pela conjugação de atores sociais, priorizando os princípios comunitários voltados para o bem-comum, em consonância com o mercado e o Estado, desde que focados na legitimação da cidadania.

As políticas sociais precisam mediar essa relação entre o controle e a liberdade na construção do social, porque a modernidade tem produzido uma regulação social que se desdobra em exclusão e desigualdade, mesmo que mantidas dentro de padrões de controle da coesão social.

#### **4 Considerações Finais**

Podemos aferir que as políticas públicas de Economia Solidária estão ancoradas nas relações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado, cujas sinergias são vinculadas às condições históricas da

formação social brasileira e no processo de mobilização da sociedade para democratizar as relações sociais.

O espaço social produzido por essa economia está definido por ideias, alianças histórias individuais e coletivas, amizade, desconfiança, normas, regras, experiências, sabedorias e conflito, que são elementos importantes para configurar as diretrizes das políticas públicas sociais, na medida em que define as condições reais das parcerias, a possível atuação política intersetorial, os acertos e os malogros e a possibilidade de intervenção na destinação dos recursos públicos.

Nesse sentido, o Estado é um devedor, um parceiro e um interlocutor privilegiado desde que se analise a sua ação no sentido de mediar as relações entre o capital e o trabalho e contribuir para o dinamismo da sociedade em geral.

O desafio tem sido o de transformar as reivindicações dos empreendimentos econômicos solidários em políticas de Estado e não apenas circunscritas às políticas de governo, mediante a relação entre o controle social e a emancipação social.

Há o objetivo de conferir um novo estatuto social às práticas socioeconômicas, realizadas no campo da Economia Solidária, referentes à proteção do trabalhador (a), valorizando as outras formas possíveis de integração social.

Esse novo estatuto requer o reconhecimento das novas experimentações econômicas como meio de evitar a precarização do trabalho e tornar-se uma ação propositiva de mudança na produção social, e não apenas à diminuição estrutural do desemprego; reconhecer a heterogeneidade do trabalho, como a ocupação em cooperativas e associações e não apenas empresa e o deslocamento do trabalho protegido, até então garantido pelo contrato social com o mercado assalariado, para novas sociabilidades laborativas.

O processo de institucionalização das políticas públicas de Economia Solidária significa um modelo de desenvolvimento humano sustentável que dialogue com a integralidade das pessoas.

### **Referências Bibliográficas**

- ARAÚJO, T. Lima. *Políticas Públicas e Redução da Pobreza*. In: Seminário Internacional: O Estado no Enfrentamento da Pobreza. CLCSO, CROP: FUNDAJ, Recife, 19-21 de Marc, 2002.
- CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. *Políticas Públicas Sociais*. In: Carvalho, A. et al (org). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Proex, 2002.

- DOWBOR, Ladislau. *Reprodução Social - Tecnologia, Globalização e Governabilidade*. v.1, nº.1. Petrópolis: vozes, 2003.
- FILHO, França G. C. *A Temática da Economia Solidária e suas Implicações Originais para o Campo dos Estudos Organizacionais*. In. Realidade Organizacional PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002. 1 CD.
- NUNES, Brasilmar Ferreira (org). *Sociologia de Capitais Brasileiras: participação e planejamento urbano*. Brasília: Liber Livro, 2006.
- ROSANVALLON, Pierre. *La Crise de L'Etat Providence*. Paris: Seuil,1998.
- RUA, M. Graças & AGUIAR, Alessandra T.. A Política Industrial no Brasil 1985-1992: Políticos, Burocratas e Interesses Organizados no Processo de Policy-Making. In *Planejamento e Políticas Públicas*, nº. 12, jul. – dez.1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org). *Produzir para Viver*. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SILVA, José Graziano da; TAVARES, Lucas. *Sobre o Futuro do Programa Bolsa Família*. In: CASTRO, Jorge Abrahão de MODESTO, Lúcia (org.). *Bolsa-família: avanços e desafios de 2003-2010*. Brasília: IPEA, 2008, v. 2.



## CAPÍTULO 3

# ECONOMIA SOLIDÁRIA, TECNOLOGIAS SOCIAIS E RELAÇÕES DE GÊNERO: A AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTA DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA SOCIAL PARA EMANCIPAÇÃO SOLIDÁRIA DAS MULHERES DO CAMPO

Tânia Cristina da Silva Cruz  
Jonathas Felipe Aires Ferreira

### 1 Introdução

A sociedade contemporânea está assentada na lógica do consumo<sup>4</sup>. Este consumo está configurado em uma cadeia produtiva que deteriora os recursos naturais em prol da concentração da renda capitalista e da destruição da sociobiodiversidade. Nos espaços rurais tal dinâmica de esgotamento das reservas naturais e as desigualdades geradas no acesso a recursos financeiros e materiais estão explícitas nas relações entre os integrantes da família de base comunitária e agrícola. Em especial, nos preocupa a condição de centenas de mulheres do campo que estão submetidas a esta dinâmica de extorsão da natureza e a uma precarização intensa de suas condições de vida.

Os enfrentamentos diários para estas famílias de produtoras, produtores e assentadas e assentados rurais (que hoje totalizam cerca de 4,4 milhões de unidades produtivas, com aproximadamente 13,8 milhões de pessoas que trabalham em seus estabelecimentos agro-familiares)<sup>5</sup> está no correto e contínuo escoamento da produção, nos desafios às adversidades ambientais, no acesso a crédito e apoio técnico contínuo, no estabelecimento de redes de apoio e comunicação, na manutenção de equipamentos e sobretudo, no acesso a recursos básicos como água/irrigação e insumos para plantio. Tudo isto se constitui como entraves para a continuidade da agricultura familiar e para a qualidade de vida e saúde das pessoas que vivem da

---

<sup>4</sup> **Sociedade de consumo** é um termo utilizado para designar o tipo de **sociedade** que se encontra numa avançada etapa de desenvolvimento industrial capitalista e que se caracteriza pelo consumo massivo de bens e serviços disponíveis, graças a elevada produção dos mesmos (BAUMAN, 2008). As relações entre consumo e a sociedade existem há muito tempo. Mas na pós-modernidade, com o desenvolvimento da cultura do consumo esta relação assume um novo contexto estruturado na fluidez, no líquido, como propõe Bauman (2008). Em sua obra "Vida para Consumo" Bauman descreve de forma direta e consistente *passagem da sociedade dos produtores para sociedade de consumo* e os impactos da pós-modernidade no consumo.

<sup>5</sup> Isto corresponde a 77% da população ocupada nos campos da agricultura brasileira (Censo Agropecuário, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso: 10 fev. 2016).

terra e que produzem 70% do que vai para os pratos dos brasileiros (Censo Agropecuário, 2006).

Uma alternativa a este modelo está na leitura da agroecologia como um instrumento e uma metodologia de tecnologia social<sup>6</sup> possível de ser usada no âmbito de arranjos econômicos solidários<sup>7</sup> de modo que se possa empoderar as mulheres e as famílias do campo na criação de novos olhares e no enfrentamento à questionamentos frente ao sistema hegemônico que prega a destruição de espécies (com foco na produção maciça) e na perpetuação sistêmica do patriarcado econômico, político e social que preconiza o poder decisório do homem sobre a mulher e, ainda, intenta controlar as ações produtivas e reprodutivas “*das companheiras de luta ou coordenadoras de painéis*”<sup>8</sup> (ABRAMOVAY: RUA, 2000).

A agroecologia, aliada à agricultura familiar de base solidária, se propõe a fazer um resgate de uma produção sustentável com valorização dos conhecimentos locais, uma vez que se envolve com pautas econômicas, sociais e ambientais que dialogam com diversidade e a memória dos povos rurais: é a luta e reflexão contra a

---

<sup>6</sup> **Tecnologia Social** compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de **transformação social**. São processos criados para solucionar algum tipo de problema social/comunitário e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e reaplicabilidade) e impacto social comprovado. É um conceito contemporâneo que remete a uma proposta inovadora de desenvolvimento (econômico ou social), baseada na disseminação de soluções para problemas essenciais como: demandas por água potável, alimentação, educação, energia, habitação, renda, saúde, meio ambiente, entre outras. As tecnologias sociais podem originar-se quer no seio de uma comunidade quer no ambiente acadêmico. Podem ainda aliar os saberes populares e os conhecimentos técnico-científicos. Importa, essencialmente, que a sua eficácia possa ser alcançada ou repetida por outras pessoas, permitindo que o desenvolvimento se multiplique entre as populações atendidas, melhorando a sua qualidade de vida (DAGNINO, 2009).

<sup>7</sup> **Economia solidária** é definida como o "conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão." Compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Trata-se de uma forma de organização da produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital, caracterizada pela igualdade. A economia solidária é uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social, na forma de uma corrente do bem que integra quem produz, quem vende, quem troca e quem compra. Seus princípios são autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário. Preconiza o entendimento do trabalho como um meio de emancipação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações de trabalho capitalistas (SINGER, 1999; GAIGER, 2002 *apud* CATTANI, 2009)

<sup>8</sup> Aqui há uma indicação da discussão de Maria das Graça **Rua** e Miriam **Abramovay (2000)** sobre as relações de gênero nos assentamentos rurais: mesmo sob a bandeira da justiça e do combate ao sistema econômico vigente, o acesso à titularidade e posse da terra, a não-violência nos relacionamentos amorosos e familiares, a divisão das tarefas domésticas e condições de vida reprodutiva das mulheres que também estão na luta pela terra ainda encontra barreiras concretas de segregação, desigualdade e violência. A partir deste quadro, **Rua e Abramovay (2000)** perguntam: são mesmo companheiras de luta ou somente coordenadoras de painéis?

dependência de insumos bioquímicos, defesa pelo uso sustentável da sociobiodiversidade e o enfrentamento ao sistema patriarcal<sup>9</sup>. Pensar em práticas de economia solidária no campo, a partir de técnicas agroecológicas e com metodologias inclusivas da tecnologia social pode proporcionar para *aquelas e aqueles* (que dependem diretamente da terra para sobreviver) autonomia na área da soberania alimentar e o uso correto e equilibrado do empoderamento produtivo. Dito de outro modo: o paradigma agroecológico coloca a produtora e o produtor rural como detentor de todos os seus meios produtivos, permitindo-lhe utilizar tudo que está disponível nos espaços rurais para atingir uma colheita adequada às suas necessidades e do mercado local que esta agricultora e agricultor habita e atua. Todos os avanços artificiais da revolução verde passam a ser irrelevantes, pois desencadeiam uma dependência e degradação da matriz produtiva. Daí a ênfase deste capítulo em defendermos a organização cooperada e solidária das forças produtivas do campo com suporte na tecnologia social e com visibilidade para o trabalho das mulheres camponesas.

## 2 Gênero e Responsabilidades Desiguais

As mulheres da agricultura familiar são as reprodutoras dos costumes e práticas que permitem a continuidade do núcleo familiar da família rural brasileira baseada na subsistência e criação das gerações posteriores. A estas cabem os afazeres tradicionalmente domésticos e o uso da sua força de trabalho na propriedade familiar voltada para uma produção:

[...] nessa esfera as mulheres têm autonomia e poder, tomando decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidado da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, assim como ao uso de recursos destinados ao consumo doméstico (BRUMER, 2004, p. 212).

Tradicionalmente passam, lavam, cozinham, cuidam das crianças e da sua educação e através da oralidade transmitem e

---

<sup>9</sup> O campo (o meio rural como o conhecemos atualmente) foi submetido a uma grande mecanização e a um novo modelo que associa a terra a um valor comercial e produtivo. A consolidação dessa nova visão, impulsionada pela revolução verde dos anos de 1960, usou e disseminou um pacote tecnológico em busca do aumento da produção em prol da demanda do mercado. E, inevitavelmente, um dos desdobramentos desse processo foi a pauperização e marginalização de parcela significativa do meio rural, sobretudo das mulheres camponesas vistas como apêndices da vida familiar e agrária.

reproduzem os modelos em que foram criadas. Do ponto de vista do acesso aos recursos, insumos e crédito geralmente participam inexpressivamente e não delegam tarefas administrativas na produção e muito menos na gestão da terra.

A carga elevada de afazeres não é reconhecida e sim vista como uma “ajuda”. Com a subalternização do seu trabalho, as mulheres rurais enfrentam a invisibilidade das suas atividades assim como a redução da valorização do seu trabalho.

As atividades realizadas pela mulher agricultora tanto no espaço produtivo (roça) como no reprodutivo (doméstico) não se caracterizam como trabalho. No âmbito do doméstico as atividades realizadas pela mulher não consubstanciam trabalho porque não geram renda, enquanto na agricultura o que descaracteriza é o número menor de horas dedicadas às atividades, em relação ao total de horas dadas pelo homem. A menor dedicação da mulher aos afazeres da roça se explica porque sendo o tempo um fator limitado, o tempo dela é em grande parte absorvido pelo serviço doméstico. Tal realidade reflete a divisão sexual do trabalho vigente na região que tem como base o sistema patriarcal (MELO, 2006, p. 04).

Por causa de um sistema hegemônico patriarcal que as oprime, geralmente estão relegadas aos espaços privados, às atividades domésticas. Por muito tempo em que estiveram presas a estas atribuições, isso as cerceou em sua liberdade para ocupar lugares públicos e dar vazão as suas pautas e demandas específicas. Essas relações desiguais que se perpetuam no meio rural brasileiro afetam as mulheres das mais diversas maneiras como historicamente ocorria no acesso à terra:

Nos primeiros acampamentos dos anos 80, os homens solteiros podiam ser cadastrados pelo Incra para receberem um lote, no momento da desapropriação de terras. Direito que não estava posto para as mulheres solteiras. Além disso, quando uma família era assentada, o lote ficava apenas no nome do homem (SCHWENDLER, 2009, p. 209).

Esta assimetria no acesso à terra e seus recursos também era evidente no alcance às políticas públicas por parte das mulheres do campo:

A mulher trabalhadora do campo era vista como “do lar”, não era reconhecida como trabalhadora rural, não tinha direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, não era sindicalizada e seu nome não contava no bloco de produtor. Somente com a Constituição Federal de 1988, como resultado da pressão e organização do movimento de mulheres rurais e das lideranças femininas dos sindicatos, articulados com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, criado pelo Ministério da Justiça em 1985, os direitos das mulheres foram expandidos em relação à legislação do trabalho, aos benefícios de previdência social, à inclusão de mulheres na reforma agrária (SCHWENDLER, 2009, p. 209).

A chamada desigualdade de gênero afeta e condiciona as relações sociais entre homens e mulheres nos espaços produtivos, reprodutivos, religiosos, comunitários. O conceito de gênero, surgido no interior da teoria feminista, se constituiu como um instrumento de análise e luta para romper com uma visão que naturaliza as relações estabelecidas entre os distintos sexos a partir de explicações de natureza biológica, nas quais as diferenças são usadas para justificar atitudes desiguais e opressoras nas relações entre mulheres e homens (SCHWENDLER, 2009).

O ser homem e ser mulher na sociedade é percebido de várias maneiras, ou seja, o processo de educação em que somos submetidos ao longo da nossa infância e adolescência nos molda, assim como, os papéis sociais que desempenharemos como homem ou mulher. Essa relação se dá entre o sexo masculino e feminino, a partir de uma perspectiva hierarquizada: uma relação de poder do homem sobre a mulher em diversos espaços e situações. E no campo, tal assimetria ou *assimetrias* são mais evidentes ainda: no acesso à posse de bens, na tomada de decisões, na composição de arenas de representatividade política, na divisão das tarefas familiares e domésticas, no usufruto da renda gerada pelas parcelas produtivas, no cuidado com a saúde reprodutiva das mulheres (sempre muito

precário), na ausência de políticas específicas sobre o trato da violência doméstica e sexual às mulheres e crianças camponesas, etc.

### **3 As Mulheres do Campo também são *Sujeitas de Direitos*: o Movimento das Mulheres do Campo – MMC, a agroecologia e a luta pela vida na terra com emancipação para as camponesas.**

O modelo estabelecido pela Revolução Verde<sup>10</sup> dispensa os conhecimentos locais, a produção modesta e a pequena propriedade. Concentra o saber científico e financeiro em corporações internacionais através de organismos geneticamente modificados (OGM) e insumos. Aquela/aquele que não possui o pacote de tecnologias necessária para esse modelo produtivo é excluído do campo, é desassociado da sua identidade cultural vinculada à terra.

Fruto desse descontentamento e com a forma de uso da terra excludente e predatório, um grupo de mulheres no início dos anos 1980 criaram o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) que objetivaram a luta contra o sistema hegemônico no campo:

A nova realidade exigia o uso de novos insumos e novas técnicas orientadas para atender as necessidades de mercado deixando o pequeno produtor dependente de empréstimos bancários e das exigências das indústrias locais. Enquanto a região fortaleceu-se como polo agroindustrial, a perda da autonomia no processo de produção determinou uma crise no modo de produção agrícola tradicional. A realidade do período histórico na região, ao mesmo tempo em que possibilitou uma forte atuação das pastorais da

---

<sup>10</sup> As inovações tecnológicas na agricultura para a obtenção de maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo que aumentassem a produtividade, ficou denominada de Revolução Verde. Esse processo ocorreu através do desenvolvimento de sementes adequadas para tipos específicos de solos e climas, adaptação do solo para o plantio e desenvolvimento de máquinas. A implantação de novas técnicas agrícolas iniciou-se no fim da década de 1940, porém os resultados expressivos foram obtidos durante as décadas de 1960 e 1970, onde países em desenvolvimento aumentaram significativamente sua produção agrícola.

A expressão Revolução Verde foi criada em 1966, em uma conferência em Washington, por William Gown, que disse a um pequeno grupo de pessoas interessadas no desenvolvimento dos países com déficit de alimentos “é a Revolução Verde, feita à base de tecnologia, e não do sofrimento do povo”.

Esse programa foi financiado pelo grupo Rockefeller, sediado em Nova Iorque. Utilizando um discurso ideológico de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome no mundo, o grupo Rockefeller expandiu seu mercado consumidor, fortalecendo a corporação com vendas de pacotes de insumos agrícolas, principalmente para países em desenvolvimento como Índia, Brasil e México.

O grupo patrocinou projetos em determinados países criteriosamente selecionados, as nações escolhidas foram: México, Filipinas, Estados Unidos, e, em menores proporções, o Brasil. (CAPORAL, 2002).

igreja na conscientização de homens e mulheres sobre os papéis a serem desenvolvidos não só na esfera doméstica, mas na sociedade. Isto propiciou que na região surgissem intensos movimentos sociais e sindicais, estando entre eles o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) (ADÃO, 2011, p. 176).

O MMC nasceu de uma realidade em que as mulheres do campo não estavam contempladas por serviços relativos à saúde, previdência social, aposentadoria:

[...] as questões principais que estão na origem dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais são principalmente o reconhecimento da profissão de agricultora (e não como doméstica, visando quebrar a invisibilidade produtiva do trabalho da mulher na agricultura); a luta por direitos sociais, especialmente o direito à aposentadoria e salário maternidade; e o direito à sindicalização; questões relacionadas com a saúde da mulher. Aparece também o tema do acesso à terra, com as mulheres encampando a bandeira da Reforma Agrária e a ela incorporando reivindicações específicas de gênero, como titulação da terra em nome do casal (conjunta com marido e/ou companheiro) ou em nome da mulher chefe de família, direito das mulheres solteiras ou chefes de família a serem beneficiárias da reforma agrária [...] (HEREDIA, 2006, p. 07).

Esse movimento rural parte do pressuposto que *a mulher é um sujeito de direitos*<sup>11</sup> e questiona o sistema patriarcal que as impede de ter direito sobre si, de vivenciar a sua sexualidade, de lutar por trabalho, acesso à terra e políticas públicas direcionadas para as mulheres do campo.

A partir das bandeiras de igualdade de gênero, questionamento do sistema produtivo estabelecido no campo, luta pela terra, soberania alimentar e agroecologia, essas mulheres propõem um novo modelo crítico para a sociedade do campo a partir de um escopo marxista e de bases igualitárias ambientais:

---

11 O sujeito de direito é aquele a quem a lei – em sentido amplo – atribui direitos e obrigações, aquele cujo comportamento se pretende regular (CANTISANO, 2010).

[...] uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, formada por mulheres trabalhadoras rurais. Caracteriza-se como um movimento social popular, de caráter autônomo, democrático, feminista e de massas. Luta pela mudança nas relações de opressão e discriminação entre homens e mulheres e pela transformação da sociedade capitalista, visando à construção de uma nova sociedade, que resgate o valor humano, as relações entre as pessoas e com a natureza, numa perspectiva socialista e democrática. Este movimento foi se organizando e se constituindo a partir de sua inserção no processo mais amplo da luta popular (de classe) e feminista (de gênero) no Brasil, onde as mulheres sempre estiveram presentes na construção da história da humanidade e nas lutas por justiça, desde os tempos mais remotos até nossos dias (OLIVEIRA, 2009, p. 388).

A educação transformadora e crítica é a base do MMC. Através dela é possível esclarecer para as mulheres que dela participam o quanto o sistema tradicional as subalterniza, assim como, intensifica as desigualdades de gênero, então:

[...] quando as mulheres começam a participar de organizações de base, pela sua ação coletiva, vão se dando conta da realidade em que vivem e do contexto histórico que a produziu. Então, sua prática social se converterá em uma prática transformadora, que desafiará novamente as organizações, os dirigentes, os intelectuais orgânicos a formular teoricamente elementos necessários para as exigências postas pela práxis, na correlação de forças da luta hegemônica travada dentro dos espaços da sociedade civil e política. Esse processo de saber interpretar e transformar a realidade de forma consciente e coerente, é fonte de poder, sendo a práxis, portanto, a condição indispensável para se construir sujeitos individuais e coletivos, construtores do poder libertador e emancipador



das classes populares e das mulheres (OLIVEIRA, 2009, p. 394).

Organizações sociais como o MMC são fundamentais em um contexto rural de luta pela dignidade humana e ao acesso à terra. Esses movimentos organizados proporcionam a sistematização de ideias e reflexões de um novo modelo inclusivo e igualitário para com os usos da terra e no acesso às políticas públicas eficientes voltadas para o setor rural.

#### **4 Inovação Agroecológica e as Mulheres Camponesas: organizar solidariamente para a sustentabilidade rural. Breve relato das Mulheres do Assentamento Pequeno William/DF.**

Agroecologia é uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas para as agricultoras e agricultores de nossa sociedade. Não apenas isso, mas também temos vinculado a Agroecologia à oferta de produtos "limpos", ecológicos, isentos de resíduos químicos, em oposição àqueles característicos da Revolução Verde. Aqui fica claro o aporte da agroecologia à tecnologia social, uma vez que a agroecologia nos traz a ideia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem as mulheres e homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica (CAPORAL, 2002).

Como novo paradigma que se propõe a questionar as bases estabelecidas, a agroecologia não se restringe apenas aos aspectos de produção, mas também aos aspectos sociais, econômicos, ambientais e também as questões de gênero. Nesse sentido, um dos pressupostos deste capítulo é que as mulheres são responsáveis pela perpetuação dos conhecimentos tradicionais da sua comunidade. A junção das pautas femininas em conjunto com as da agroecologia e da tecnologia social se constituem como oportunidade de reflexão e de luta para um novo modelo que engloba novos olhares e perspectivas para o campo.

Nesse sentido, vários grupos de mulheres têm acumulado recursos potenciais para a disseminação de práticas agroecológicas, somadas às reflexões de gênero na sociedade e no campo da atividade agrícola. Suas participantes geram assim um espaço potencial,

contribuindo para o fortalecimento da agricultura ecológica enquanto processo “enredado” por diferentes fios (HENN, 2013).

Um exemplo de novas alternativas rurais comunitárias está em alguns núcleos de assentadas e assentados que circundam a cidade-satélite de Planaltina/DF, como o assentamento Pequeno William e o Márcia Cordeiro Leite, organizados por mulheres em uma lógica agroecológica. Para essas agricultoras, a agroecologia é a oportunidade de exercer a soberania alimentar dentro da sua realidade e produzir aquilo que necessitam, sem haver a necessidade de se tornarem reféns de corporações e sem dependerem de produtos agroquímicos.

Isso para o movimento de mulheres significa que:

[...] a participação das mulheres constitui, na agroecologia, a possibilidade do redimensionamento dos espaços nos quais elas circulam ou das relações em que elas se engajam. Ao mesmo tempo, o reconhecimento do campo agroecológico contribui para a transformação das condições e de posições de ambos, mulheres e homens, e das interações e formas de sociabilidade, a exemplo das questões de gênero, de geração e de produção, entre outras (HENN, 2013, p. 86).

A invisibilidade do papel da mulher perpassa as questões econômicas, política social e cultural; portanto a abordagem transversal e multidisciplinar que o corpo teórico da agroecologia reivindica, na leitura dos agroecossistemas e da inovação agroecológica<sup>12</sup>, deve também estar presente nos estudos das relações

---

<sup>12</sup> A inovação metodológica proposta pelos estudos agroecológicos é a junção harmônica de conceitos das ciências naturais e conceitos das ciências sociais, o que nos leva a um patamar mais amplo de percepção dessa ciência. Tal junção permite o entendimento acerca da agroecologia como ciência, como movimento e como prática dedicada ao estudo das relações produtivas entre homem-natureza, visando sempre a sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. O resgate de saberes de comunidades indígenas e camponesas tradicionais se liga ao saber acadêmico-científico, buscando-se a cooperação e a unidade desses diferentes saberes na construção da agroecologia. *A abordagem agroecológica propõe mudanças profundas nos sistemas e nas formas de produção. Na base dessa mudança está a filosofia de se produzir de acordo com as leis e as dinâmicas que regem os ecossistemas – uma produção com (e não contra) a natureza. Propõe, portanto, novas formas de apropriação dos recursos naturais que devem se materializar em estratégias e tecnologias condizentes com a filosofia-base.* Em sentido mais estrito, a agroecologia pode ser vista como uma abordagem da agricultura que se baseia nas dinâmicas da natureza, dentre as quais se destaca a sucessão natural, que permite a recuperação da fertilidade do solo, sem o uso de fertilizantes minerais, e o cultivo sem o uso de agrotóxicos. Basicamente, a proposta agroecológica para sistemas de produção agropecuária faz direta contraposição ao agronegócio, por condenar a produção centrada na monocultura, na dependência

de gênero. Não se trata de uma proposta apenas para a agricultura: inclui a proposta de uma “sociedade sustentável” em que muitas outras questões – como por exemplo, o papel do mercado, do consumo responsável, da produção de conhecimento – também deverão ser redefinidas (SILLIPRANDI, 2006). A conservação da biodiversidade, a redução da mecanização, as lutas sociais por equidade e oportunidade, a soberania e segurança alimentar, a inclusão social e equidade de gênero são uma das bandeiras dos movimentos que lutam pelo acesso à terra que estão alinhados com uma agricultura ecológica e com bases de tecnologia social e solidária.

Outra questão importante, que se sobressai nos estudos em relação a participação das mulheres na inovação agroecológica é a crítica à concepção de que trabalhando com a família contempla-se as lacunas das necessidades das mulheres. Ou seja,

[...] deve-se desnaturalizar a noção de que trabalhar com a família é igual a trabalhar com todos os seus membros. Torna-se importante considerar as relações desiguais de poder dentro da família e verificar sempre de que forma as dinâmicas de inovação agroecológicas contribuirão ou não para o empoderamento das mulheres (FERREIRA, 2009, p. 23).

Observa-se que muitos avanços já foram alcançados, se formos rever o histórico de construção da agroecologia no Brasil. SILIPRANDI (2009), em sua tese de doutorado, faz esse resgate histórico dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA). Estes eram organizados pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), pelas federações estaduais e pela Federação dos Estudantes de Agronomia (FEAB) na década de 80. Segundo a mesma autora, consta, nos anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, a participação de 08 mulheres como palestrantes, no 3º encontro uma mulher (chamada Regina Toledo) e nos 17 cursos ministrados apenas 02 mulheres como

---

de insumos químicos e na alta mecanização, além da concentração da propriedade de terras produtivas, a exploração do trabalhador rural e o consumo não local da produção. As práticas agroecológicas podem ser vistas como práticas de resistência da agricultura familiar, perante o processo de exclusão no meio rural e de homogeneização das paisagens de cultivo. Essas práticas se baseiam na pequena propriedade, na força de trabalho familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e ligados a redes regionais de produção e distribuição de alimentos (CAPORAL, 2002; 2009; GUTERRES, 2006).

professoras. Ela acrescenta que em 1989, em um folheto produzido para o XXXIII Congresso dos Estudantes de Agronomia aparece reivindicações específicas das mulheres, que apareceram no IV EBAA: propunha-se o reconhecimento da mulher do campo como trabalhadora em mesmo nível que os homens; lutas contra toda forma de exploração e subordinação sofrida pelas mulheres; a necessidade de se discutirem as questões da saúde da mulher causada pelo uso de agrotóxico e o repúdio ao controle de natalidade do governo Federal José Sarney na década de 80.

Observa-se que a primeira pauta feminina no movimento agroecológico ainda estava centrada na visão das mulheres do meio acadêmico, estudantes e professores. Os movimentos de mulheres do campo ainda não participavam ativamente da formulação de agendas de ação coletiva, apesar de as pautas estarem encadeadas no movimento de mulheres na busca por seus direitos sociais, previdenciários e sindicais e isso as permitiria participar do sindicato para ter direito a aposentadoria e outros.

O processo de socialização e inserção das mulheres camponesas no movimento agroecológico, não foi conseguido pela benesse dos homens. Elas tiveram que se articular local e regionalmente para que tivessem sua participação política respeitada e representada além do acolhimento de suas demandas.

SILIPRANDI (2009) esclarece que foi no I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) em 2002, no Rio de Janeiro, que as mulheres camponesas conseguiram pautar suas demandas, graças a articulação de lideranças dos movimentos de mulheres com assessoria da SOF (Sempre Viva organização Feminista) juntamente com a Rede PTA (Rede de Agricultura Familiar Agroecológica). Houve um questionamento da limitação do espaço que vinha sendo ocupado pelas mulheres. Em resposta a este questionamento foi criado em 2004 o GT Mulheres da Associação Nacional Agroecológica (ANA). Seu objetivo era dar visibilidade à participação das mulheres na construção do movimento agroecológico. A partir da proposta do GT a coordenação da ANA, garantiu a cota de 50% de mulheres delegadas: foram alcançadas 46% no segundo encontro, número bem maior do que o primeiro encontro que contou com 30% de quórum feminino (um feito inédito nos movimentos do campo prioritariamente masculino). Além de alcançar a visibilidade, as mulheres conseguiram que a Carta Política do II ENA pautasse os interesses das mulheres do campo.

No Distrito Federal, o Assentamento Pequeno William é o resultado da luta pela reforma agrária desenvolvida por trabalhadores e trabalhadoras rurais organizadas no MST/DF (Movimento dos Sem Terra). Atualmente conta com 22 famílias. A primeira ocupação ocorreu na fazenda Toca da Raposa, localizada em Planaltina DF no período de janeiro de 2005 a 12 de outubro de 2010. Neste período de quase 6 anos, o assentamento chegou a 100 famílias.

A partir da portaria 136/11 de 26/12/2011 foi criado oficialmente o Parcelamento Agrário Pequeno William, imóvel rural denominado Fazenda Sálvia, localizado a 10 KM da cidade de Planaltina. A área registrada é de 144,17 ha, sendo a reserva legal de 60,73 ha. Atualmente as famílias do Pequeno William se organizam e se fazem representar pela Associação Esperança que tem sido o instrumento jurídico constituído coletivamente. O objetivo do assentamento é produzir a partir da implantação de sistemas socioprodutivos integrados, de base agroecológica, na perspectiva de superar deficiências estruturais básicas, emancipando as assentadas da condição de pobreza, dinamizando a inclusão nos mercados locais e a integração social.

Todas as mulheres entrevistadas tem em seu nome a posse da terra; estão assentadas e com acesso ao PRONAF<sup>13</sup>. No atual grupo de 22 famílias, todas as mulheres receberam capacitação em agroecologia através de diversas entidades. O Instituto Federal de Brasília e a Universidade de Brasília (Campus Planaltina) desenvolvem pesquisas no assentamento. A Embrapa, a Emater e a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal têm dado suporte técnico em tecnologias sociais para o desenvolvimento do assentamento e para a melhoria da produção agroecológica. O assentamento faz parte de uma política do próprio MST em desenvolver a agroecologia como um sistema alternativo de produção.

---

<sup>13</sup> PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que financia projetos individuais ou coletivos, que subsidia financeiramente os agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa detém as mais atrativas taxas de juros do mercado, o que facilita as negociações e associações dos financiamentos rurais e com isso tenta combater as taxas de inadimplência. A associação ao PRONAF é decidida em família e deve vir de encontro às necessidades de investimento da unidade familiar. Dentro deste programa, há o PRONAF – Mulher que é uma linha de crédito do Pronaf já consolidado, direcionado às práticas laborais das mulheres de um núcleo familiar já credenciado. O PRONAF - Mulher inicia um processo de reconhecimento da condição das mulheres enquanto trabalhadoras em situações de independência, retirando-as do modelo familiar (e que ainda existe) que, historicamente as manteve assentadas numa lógica na qual não existiam, senão como membros de agrupamentos familiares patriarcais. Nesse modelo, o homem aparecia como trabalhador efetivo, responsável pela contratação e execução dos trabalhos, mesmo que para isso fizesse uso da força dos trabalhos da mulher e dos filhos/as, numa relação de poder que impedia que estas fossem projetadas na condição de sujeitos atuantes (MENEGAT, 2010).

É no trabalho feminino que percebemos a valorização e preocupação com o sentido do trabalho, com o compromisso com a coletividade, com a solidariedade através da partilha. Na Economia capitalista formal, é o homem quem organiza a produção e gere seu desenvolvimento no cotidiano, toma as decisões gerenciais, comercializa e decide o que fazer com eventuais ganhos ou como agir para minorar perdas, assim como para viabilizar outras possíveis fontes de rendas, inclusive externas à agropecuária. É, via de regra, o homem quem coordena e distribui – a partir de práticas costumeiras, entre os familiares que vivem no lote, tanto adultos como crianças – as diferentes atividades: plantio, tratos agrícolas, colheita, cuidado dos animais, administração e planejamento, a definição da finalidade dos itens da produção de seu lote (mercado e/ou consumo), os contatos com bancos, cooperativas, técnicos etc.

Este modelo centralizador não se aplica ao assentamento agroecológico Pequeno William. A reprodução deste modelo foi combatida desde o início das ocupações e nas primeiras reuniões de organização do assentamento debates fervorosos sobre a divisão do trabalho foram feitos. A proposta sempre foi a agroecologia, o compartilhamento dos bens da Associação Esperança e o papel decisivo da mulher que neste modelo é líder, com direito à posse da terra e que opta ou não por ter um companheiro.

A liderança é feminina e isto contribuiu para que se instalasse um modelo de convívio e trabalho diferencial: “*aqui todo mundo cuida de todo mundo*” diz Valdira, que vive no assentamento com seis filhos, um companheiro e produz artesanato. Ela coordena a produção familiar e procura novas formas de comercialização em feiras, no *porta-a-porta* ou aos visitantes que periodicamente estão no assentamento. Isto nos faz pensar que “a ponte” entre a economia solidária, a tecnologia social e a agroecologia é justamente integrar a comunidade em torno da noção de sustentabilidade e equidade no acesso aos recursos do campo.

Evidentemente, para que tivéssemos uma sociedade na qual predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isto significa, os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir. O território<sup>14</sup>, neste contexto, aparece como um

---

<sup>14</sup> Para Raffestin (1993: 50) as bases para a compreensão do território como uma relação do homem com espaço, estão no poder: é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que

espaço no qual os sujeitos vivem e querem permanecer. E aqui, o território em questão é o Assentamento Pequeno William/DF. A solidariedade neste grupo só foi possível uma vez que as mulheres se organizaram igualmente para produzir, comercializar, consumir e poupar. A chave da proposta, como nos lembra o professor Singer (2009) é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.

No Distrito Federal não há muitas experiências de vulto significativo, embora arranjos sociais venham se consolidando ao longo do tempo a fim de fortalecer uma rede de produção e comercialização de produtos e serviços com o auxílio de tecnologias sociais e a partir do paradigma agroecológico. Os produtos que o assentamento Pequeno William produz são construídos através das ferramentas de economia solidária. E isto, já é resultado de uma ação de apoio da Universidade de Brasília com a Emater/DF: as mulheres foram encubadas em 2011 e o artesanato sofreu um grande salto em qualidade, ganhou marca e características de mercado solidário, sendo hoje uma das principais alternativas de renda das assentadas. Além disso, houve uma melhora significativa na capacidade produtiva delas: a horta comunitária funciona e ainda permite que a sobra seja comercializada.

## 5 Considerações Finais

Em linhas gerais, o objetivo principal deste capítulo foi frisar que a discussão pautada na relação economia solidária/tecnologias sociais/relações de gênero se deu: a) pela reconhecida importância do trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas mulheres nos

---

realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. Sendo assim, o território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993: 50). Ou seja, as pretensões do autor em relação ao território vão para além da visão biológica da expressão, sendo o conceito mediado por uma relação de poder que modifica o espaço (no campo imaterial), já que "o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder" (RAFFESTIN, 1993:51). **Assim como a perspectiva de lugar, o território é repleto de subjetividades, simbolismos e culturas.** Ou ainda, **o território ganha o simbolismo a partir de seu uso, o "território usado"** nas palavras de Milton Santos (1994), ou "território do cotidiano" (JÚNIOR, 2003) Para Haesbaert (2001), o território traz consigo a dimensão tanto do simbólico, quanto do material. Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação" (HAESBAERT, 2001: 6774).

sistemas agroalimentares e a premente emancipação das mesmas; b) pela sua relevância para a segurança alimentar e nutricional de base agroecológica das famílias e comunidades rurais; c) pela autonomização das ações e visibilidade das necessidades dos diversos grupos de mulheres camponesas; d) para o desenvolvimento da agroecologia, uma vez que a posição social que as mulheres ocupam propicia um olhar sensível às questões latentes no cerne da inovação agroecológica; e, e) pela urgência em empoderar vários grupos de mulheres do campo, bem como, por um esforço teórico, empírico e político de combater a naturalização desta posição social atribuída às mulheres. Como já muito bem realçado pelas teorias feministas e pelo movimento de mulheres em todo o mundo, tal “olhar” sob a *condição feminina* é produto de relações sociais de sexo construídas entre mulheres e homens em uma sociedade patriarcal e capitalista.

Para essa reflexão foi necessário considerar que tarefas de trabalho produtivo e reprodutivo são realizados em espaços e tempos algumas vezes muito próximos, senão os mesmos. Estes guardam uma relação bastante íntima que não deve ser ignorada. Por fim, avalia-se a importância da inovação agroecológica para a vida das mulheres camponesas, ou seja, é notório que os processos de transição agroecológica de base solidária têm sido capazes de proporcionar empoderamento e fortalecer a autonomia das mulheres envolvidas. Ou seja, são processos que podem garantir além da emancipação de vários grupos femininos a sustentabilidade da vida rural. As *sujeitas de direitos* são também as protagonistas de um mundo rural mais equilibrado e agroecologicamente mais justo.

### **Referências Bibliográficas**

ABRAMOVAY, M.; M. G. RUA. *Companheiras de Luta ou Coordenadoras de Painéis? As relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília; UNESCO, 2000.

ADÃO, N. M. L. *Movimento das Mulheres Camponesas: a origem religiosa e o cuidado na estrutura familiar*. In: X Congresso de Teologia da PUC-PR, 2011, Curitiba. Teologia, Gênero e expressões: Para onde caminhamos? Curitiba: Champagnat, 2011.

BAUMAN, Z. *Vida para Consumo*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BRUMER, A. *Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 205-227, 2004.



- CANTISANO, P. J. *Quem é o Sujeito de Direito?* A construção científica de um conceito jurídico. Direito, Estado e Sociedade (Impresso), v. 37, p. 132-151, 2010.
- CATTANI, A. D. (Org) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2009.
- \_\_\_\_\_. Laville, J.-L.; Gaiger, L. I.; Hespanha, P. (orgs.) (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 345 pp.
- CAPORAL, F. R; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia: enfoque científico e estratégico*. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n.2, p. 13-16, 2002.
- \_\_\_\_\_. COSTABEBER; J. A., PAULUS, G. *Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: 2006.
- DAGNINO, R.T. [et al.]. *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas: IG/UNICAMP, 2009.
- \_\_\_\_\_. BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. *Sobre o Marco Analítico-conceitual da Tecnologia Social*. In: Tecnologia Social, uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Em Direção a uma Estratégia para a Redução da Pobreza: a Economia Solidária e a Adequação Sociotécnica*. 2002. In: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a ciência e a cultura, Sala de Lectura CTS, 2002.
- DI SABATTO, Alberto: *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Alberto Di Sabbato; Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria; organização de Andrea Butto. – Brasília: MDA, 2009. 168p; il. 23cm.
- DUARTE, Ana Maria Timbó. *Mulheres na Reforma Agrária e Políticas de Crédito: Avaliação Do Pronaf Mulher em Assentamentos De Monsenhor Tabosa-CE*. 2010 . Dissertação de Mestrado (Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- FERREIRA, Ana Paulo Lopes. *A Importância da Perspectiva Agroecológica no Empoderamento das Mulheres Camponesas: Processo Mulheres e Agroecologia como Estudo de Caso*. Rev. Bras. De Agroecologia/nov. 2009 Vol. 4 No. 2. Curitiba. 2009.
- GUTERRES, I. *Agroecologia Militante: contribuições de Enio Guterres*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- HAESBAERT, R., *O Mito da Desterritorialização*. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. RJ: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Da Desterritorialização e Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro. In: Anais do V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, v. 3, 2001.
- HENN, I. A. *Agroecologia e Relações de Gênero em Projeto Societário*. In: Delma Pessanha Neves; Leonilde Servolo Medeiros. (Org.). Mulheres

Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. 1ªed.Niterói: Alternativa, 2013, v. I, p. 65-87.

HEREDIA, B. M. A; CINTRA, R. *Gênero e Acesso a Políticas Públicas no Meio Rural Brasileiro*. Revista NERA (UNESP), v. Ano 9, p. 1-28, 2006.

JUNIOR, D. *O Território do Cotidiano*. PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. Brasília, 2003. Disponível em: <http://64.233.169.104/search?q=cache:o3jBFMui7qAJ:www.homemdocerrado.com/PDF/territoriocotidiano.pdf+deusdedith+junior&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br>. Acesso em: 5 fev. 2016.

MELO, Lígia Albuquerque de. *Relações de Gênero na Convivência com o Semiárido Brasileiro: a água para o consumo doméstico*. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

OLIVEIRA, M. W. de; PULGA, Vanderleia; VASCONCELLOS, Eymard. *A Dimensão Educativa da Luta por Saúde no Movimento de Mulheres Camponesas e os desafios político-pedagógicos para a educação popular em saúde*. Cadernos CEDES (Impresso), v. 79, p. 387-399, 2009.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. A força do lugar. In: \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 249-273.

\_\_\_\_\_. "O retorno do território". In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de. & SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SCHWENDLER, S. F. *A Participação da Mulher na Luta pela Terra: dilemas e conquistas*. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo. (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. 1ed.São Paulo e Brasília: UNESP E NEAD, 2009, v. 2, p. 203-222.

SILIPRANDI, Ema. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_; SOUZA, A. R. de (Orgs). *A economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p.11-28. (Coleção economia).

\_\_\_\_\_; *Uma Utopia Militante*. Repensando o Socialismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SINGER, P. I. Possibilidades da economia solidária no Brasil. In: CUT BRASIL. *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT, 1999. p.51-60. 30 Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2179-9636, Ano 2, número 8, dezembro de 2012.

## CAPÍTULO 4

# A PRODUÇÃO ASSOCIADA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATO GROSSO: RESISTÊNCIA, TRABALHO E SABERES DA EXPERIÊNCIA\*

Edson Caetano  
Camila Emanuella Pereira Neves

### 1 Introdução

E se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte de fome um pouco por dia (de fraqueza e de doença é que a morte severina ataca em qualquer idade, e até gente não nascida) (Morte e Vida Severina – João Cabral de Melo Neto).

Em Morte e Vida Severina, nos deparamos com a fome, não só como consequência das intempéries climáticas, mas como resultado da exclusão social característica do modo de produção capitalista. Os problemas decorrentes da reestruturação produtiva marcam muitos rostos de Severinos e Severinas e podemos percebê-los nas esquinas e ruas de qualquer cidade. São rostos que expressam não só a fome, mas angústias, tristezas, desalentos e incertezas, pois pela sua condição natural, são aptas ao trabalho, mas onde está o trabalho? O trabalho assalariado lhes roubou.

Os peregrinos da obra de João Cabral de Melo Neto, depois de muito andarem, encontraram uma fazenda aparentemente abandonada, mas que logo foi reivindicada pelo seu dono. Para permanecerem na terra, tiveram que se submeter à exploração e ao logro do fazendeiro. Com o passar do tempo, perceberam que a falta dos saberes escolares não lhes permitiria reivindicar o que o fazendeiro lhes roubava e, por conta da seca, resolveram buscar outro local para viver. Os saberes da experiência vivenciada por esses trabalhadores e trabalhadoras permitiram que, mesmo sem a educação formal, enxergassem a desigualdade entranhada na realidade e

---

\* O estudo contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital Universal (2014 - 2017).

acreditassem no devir utópico, onde seus filhos alcançariam um destino menos cruel.

O trecho acima expressa o “quinhão” destinado aos trabalhadores e trabalhadoras no sistema capitalista, qual seja: a exploração, a alienação, a miséria e a exclusão. Contudo, ele nos mostra por outro lado, que na produção da existência, homens e mulheres podem perceber a situação à que estão submetidos e, por conseguinte, contestá-la e ou alterá-la.

A partir da década de 80 do século passado, consolida-se mundialmente o modelo neoliberal de acumulação do capital, através do regime de acumulação flexível, que segundo Harvey (2003) preconizava uma nova organização da produção - uso intensivo da tecnologia e da microeletrônica, aumento da produtividade, controle de qualidade; a busca de novos serviços, produtos e mercados; a criação de novas necessidades e a flexibilidade do consumo, da produção e do trabalho. Este modelo está assentado na desestruturação do mercado de trabalho - desemprego, precarização do trabalho e na exclusão crescente de parcela da classe trabalhadora, no enfraquecimento dos sindicatos, na diminuição dos rendimentos e na crise da sociedade salarial que se evidencia a partir da diminuição do proletariado industrial e do número de postos de trabalho com carteira de trabalho (CASTEL,1998).

Frente a uma conjuntura extremamente desfavorável, onde o trabalhador transita entre o desemprego e o subemprego, este se vê forçado a criar múltiplas estratégias de sobrevivência. A produção associada é uma das possibilidades que homens e mulheres pertencentes aos setores populares lançam mão, no intuito de assegurar a reprodução ampliada da vida através de práticas econômico-sociais distintas das que configuram a economia capitalista. Neste capítulo, refletimos sobre a constituição de saberes decorrentes da produção associada vivenciada por trabalhadores e trabalhadoras quilombolas da Comunidade Capão Verde, localizada em Poconé – MT. Esses saberes são resultados da experiência (Thompson, 1987, 1998) com o trabalho associado, os meios de produção (terra), o mundo e outros trabalhadores.

## **2 Aspectos Metodológicos**

O presente texto tem a intenção de refletir sobre os possíveis significados da produção associada e dos saberes da experiência, tendo como campo empírico as comunidades tradicionais. Nossa

reflexão se debruça sobre os estudos/pesquisas desenvolvidos no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação, a partir de um campo específico que prioriza as reflexões sobre o trabalho enquanto categoria eminentemente humana, entendendo que o homem se humaniza através do trabalho e das relações sociais construídas a partir deste. Nesse sentido, o trabalho é tido como elemento central, não só no que se refere ao desenvolvimento histórico do homem, mas na tentativa de compreensão/explicação do real.

Procuramos ter enquanto pesquisadores, uma perspectiva marxiana de “leitura” de mundo, ou seja, uma postura divergente do postulado positivista, que trata o “fato social” com distanciamento, pois considera que o pesquisador e a pesquisa são neutros. A pesquisa materialista e histórica pressupõe uma determinada visão de mundo e deve apresentar a totalidade que envolve o objeto estudado, isto é, que o mesmo foi construído historicamente e concretamente. Por isso, ressaltamos a partir de Frigotto que “não existe método alheio a uma concepção de realidade” (1989, p.78) e este fato revela-se na reflexão do pesquisador, partindo da pesquisa empírica. Há que se salientar que o método não possui um fim em si mesmo, ele acontece com o movimento dialético do pensamento, através da concretude histórica da realidade - que é mutável e contraditória. Seguindo a perspectiva marxiana, “a construção do pensamento se daria, pois, da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto” (SAVIANI, 1991, p. 06).

Elegemos o materialismo histórico enquanto pressuposto no intuito de compreendermos as questões que envolvem a produção material e imaterial a partir do trabalho associado realizado por homens e mulheres. O materialismo histórico é “método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, é para o pensamento, precisamente, a maneira de se apropriar do concreto, de reproduzi-lo como concreto espiritual” (MARX, 2003, p. 248), é um ser e estar consciente e crítico no mundo.

Das catorze famílias (sessenta pessoas, aproximadamente) que residem em Capão Verde, nos aproximamos mais de Catarino, Eva, Andréia, Lourenço, Justino, Maria Albertina, Maria Rosa, Welson, Ana Luiza, Wellington, Alessandra e Elves, os quais se tornaram os interlocutores entre nós e a comunidade, na tentativa de apreendermos os significados da produção associada e dos saberes construídos e reproduzidos por esses trabalhadores e trabalhadoras. As primeiras

entrevistas ocorreram sem a predefinição dos sujeitos pesquisados, mas as demais já foram realizadas a partir dos interesses e objetivos da pesquisa. Realizamos entrevistas semiestruturadas e gravadas com doze trabalhadores e trabalhadoras da Comunidade Capão Verde.

Participamos/presenciamos festas, reuniões, capacitações, processo de produção e de venda dos derivados de banana da terra, algumas aulas do Ensino Fundamental e da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e conversamos informalmente com as crianças e os adolescentes da Comunidade. Também, entrevistamos as professoras responsáveis pelo Ensino Fundamental e EJA e dois voluntários que atuam junto à comunidade: Felinto e Antônio, a fim de verificarmos a inserção e a atuação destes na mesma. O período de pesquisa de campo durou aproximadamente dez meses, num total de treze visitas a Comunidade. Por ser uma viagem longa de 116 km (1 hora e 50 minutos), geralmente, permanecíamos na Comunidade não menos que cinco horas.

Nossa pretensão foi não só dar visibilidade à produção associada e aos saberes construídos a partir dessa experiência, como também, às novas práticas e culturas oriundas do trabalho, que asseguram a reprodução ampliada da vida. Além disso, refletimos, por um lado, sobre as concepções de mundo, de homem, de trabalho e de dever, expressos pelos trabalhadores e trabalhadoras de Capão Verde e, por outro lado, acerca dos anseios, sonhos, medos e reivindicações que os mesmos compartilham.

### **3 O Trabalho como Categoria Ontológica e Histórica**

As reflexões aqui apresentadas retomam a categoria trabalho, ancorada no arcabouço teórico formulado por Marx, concebendo o mesmo não apenas no seu sentido ontológico, mas, sobretudo como princípio educativo. Isso equivale dizer que saberes/conhecimentos são construídos no e pelo trabalho. No interior das relações sociais, ao trabalhar, os homens produzem conhecimento; o que os permite manter, conservar, criar e recriar múltiplas formas de existência.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa

aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007, p. 154).

Na concepção marxista, o trabalho é uma categoria ontológica – intrínseca ao ser humano – ou seja, o ser humano humanizou-se através do trabalho, trabalho este de dominar a natureza e ser transformado por ela. O trabalho é o agente fundante do ser social. Mas é também uma categoria histórica, porque foi se produzindo e reproduzindo ao longo dos tempos e, assim, os modos e as formas pelos quais os bens materiais foram produzidos, em cada sociedade, determinaram o seu regime social (MARX, 1982).

Marx (1982) afirma que todos os seres vivos só sobrevivem porque tomam posse dos produtos da natureza em seu proveito. Contudo, isso não acontece da mesma forma, pois os vegetais e alguns animais irracionais fazem isso de forma direta e os restantes dos animais, como o homem, alteram o estado natural desse produto para satisfazer as suas necessidades.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente sua própria vida material. [...] O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto como *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2007, p. 87, grifos dos autores).

Salienta-se também que o trabalho tem em si um princípio educativo, já que se aprende a ser homem e a se relacionar com seus pares, de modo a produzir a sua existência, através da produção material. Portanto, ao trabalho manual não há separação do trabalho intelectual.

Diferente do animal, que vem regulado e programado por sua natureza e, por isso, não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, a sua própria existência. Embora o homem também seja um ser da natureza ao constituir-se humano se diferencia dela assumindo uma autonomia relativa como espécie do gênero humano que pode projetar-se, criar alternativas e tomar decisões (KONDER, 1992 apud FRIGOTTO, 2009, p. 258).

Interessa-nos ressaltar o modo de produção capitalista industrial, pois foi a partir dessa mudança no modo de produção que o sentido ontológico do trabalho foi descaracterizado e “toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes: dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade” (MARX, 2004, p.79). Os “mamíferos de luxo” (capitalistas), parafraseando Gramsci (1991) têm como objetivo primordial a maximização do lucro empregado para custeio da força de trabalho e instrumentos de trabalho, que permitam atingir essa finalidade. Nessa perspectiva, o trabalhador se torna, portanto, um “escravo” do seu objeto e “o auge dessa sujeição é que somente como *trabalhador* ele [pode] se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador” (MARX, 2004, p. 81-82, grifo do autor).

A partir da centralidade do trabalho e do seu princípio educativo, surge no interior do GEPTE uma dupla preocupação: de um lado, a tentativa de compreensão dos sentidos do trabalho como condição natural do homem e a sua possibilidade educativa; e de outro, a preocupação reflexiva sobre a configuração assumida pelo trabalho no modo de produção capitalista, visto que, segundo Marx, no referido modo de produção.

[...] o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza ele produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria, tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas



mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, 2004, p. 59).

#### 4 Comunidades Tradicionais: conceituação e campo empírico

Um dos reflexos do processo de mundialização<sup>15</sup> é a intencionalidade do pensamento neoliberal, característico na chamada pós-modernidade, no estabelecimento de padrões culturais, éticos, sociais e morais para os indivíduos integrados ao sistema vigente. As pessoas que, por uma razão ou outra, não compartilham do referido ideário são invariavelmente denominadas como tradicionais, ultrapassadas, atrasadas e ou primitivas. O devir para esses homens e mulheres não ajustados ao neoliberalismo é a conversão. O caminho a ser trilhado já está dado pelo Darwinismo social<sup>16</sup> e pelo etnocentrismo ocidental.<sup>17</sup>

Cotidianamente nos deparamos com observações questionando: para que tanta terra para os índios se eles não gostam de trabalhar? Não há razão para a existência dos quilombos, já que, a escravidão foi abolida. Os sem terra são um bando de baderneiros. O ribeirinho deve ir para as cidades e arrumar trabalho com carteira assinada. O correto é acabar com o camponês e substituí-lo pelo agronegócio. Frente a esse discurso, praticamente hegemônico, cumpre aos pesquisadores comprometidos com os movimentos populares o esforço para

---

<sup>15</sup> “O termo de origem francesa ‘mundialização’ (mondialisation) encontrou dificuldades para se impor, não apenas em organizações internacionais, mesmo que supostamente bilingües, como a OCDE, mas também no discurso econômico e político francês. Isso deve-se, claro, ao fato de que o inglês é o veículo linguístico por excelência do capitalismo e que os altos executivos dos grupos franceses estão entupidos dos conceitos e do vocabulário em voga nas *business schools*. Mas também, com certeza, ao fato de que o termo ‘mundialização’ tem o defeito de diminuir, pelo menos um pouco, a falta de nitidez conceitual dos termos ‘global’ e ‘globalização’. A palavra ‘mundial’ permite introduzir, com muito mais força do que o termo ‘global’, a ideia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento. Ora, isso é o que as forças que atualmente regem os destinos do mundo não querem de jeito nenhum. Entre os países do Grupo dos Sete – EUA, Canadá, Japão, França, Alemanha, Reino Unido, Itália -, os mais fortes julgam ainda poder cavalgar vantajosamente as forças econômicas e financeiras que a liberalização desencadeou, enquanto os demais estão paralisados ao tomarem consciência, por um lado, de sua perda de importância e, por outro, do caminho que vão ter de percorrer para adaptar-se” (CHESNAIS, 1996, p. 24, grifos do autor).

<sup>16</sup> “Em meados do século XIX surgiram teorias que sustentavam que a organização social é, ou se assemelha, a um organismo vivo, que as sociedades sofrem mudanças evolutivas e que essas sequencias de evolução são, ou podem ser, progressivas” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 174).

<sup>17</sup> “Visão de mundo na qual o centro de tudo é o próprio grupo a que o indivíduo pertence; tomando-o por base, são escalonados e avaliados todos os outros grupos” (FGV, Dicionário de Ciências Sociais, 1987, p. 437).

desvendar como são e vivem os povos das comunidades tradicionais e, no momento seguinte, contribuir para que se tornem visíveis e possuidores de vontades e direitos.

Para Brandão (2012, p. 111), comunidade é indubitavelmente espaço de vida “[...] e a essência de cada comunidade são os sujeitos e as relações que se estabelecem entre eles e com a natureza”. As relações sociais pressupõem a existência de vínculo com um determinado território que se constitui no espaço da vida na cotidianidade.

As principais características das comunidades tradicionais, segundo Diegues (2001, p. 59) são:

- dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;
- conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados;
- importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- reduzida acumulação de capital;
- importância dada a unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- a tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente; há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo

produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final;

- fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; e
- auto-identificação ou identificação por outros grupos de pertencer a uma cultura distinta.

No campo acadêmico, ou seja, na dimensão teórico-conceitual, as comunidades tradicionais se constituem, em uma categoria de análise. De acordo com Diegues (2001, p. 62), “[...] exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas”.

Em Capão Verde<sup>18</sup> pudemos ver de perto e com vagar como se dá o viver e o ser em comunidade tradicional. A noção de pertencimento a um determinado território é o que lhes dá identidade e sentido à vida. É possível perceber a imensidão de terra em que vivem, mas o interessante é que eles conservam suas casas próximas umas das outras, demonstrando opção por ficar próximos.

Nas conversas informais, os moradores deixaram claro que esse posicionamento ocorreu por espontaneidade e não por determinação dos genitores. Os filhos de Seu Vitor e de seus irmãos, quando formaram suas famílias, construíram suas casas ao redor da casa dos pais e essa foi uma tradição cultural mantida até os dias atuais. Não só morar próximos dos pais, mas dos outros parentes fortaleceu a identidade com a terra. Além disso, facilitou a ajuda mútua entre eles para ali permanecer.

Os quilombolas trabalham de acordo com determinada cultura e, ao mesmo tempo, ao trabalharem, produzem cultura. Como elemento de mediação com o meio natural, o trabalho de produzir a vida associativamente tem como objetivo o desenvolvimento das próprias pessoas, entendidas como parte integrante e inseparável da natureza. Reverenciando, enraizando-se na terra e mantendo fortes relações de parentesco, os negros, que antes se confrontavam com o regime escravagista, hoje se confrontam com o regime capitalista, buscando uma organização social em que homens e mulheres se apropriam, de forma igualitária, dos frutos do trabalho. A propriedade e posse da terra, a gestão e a repartição da riqueza é coletiva –

---

<sup>18</sup> Comunidade tradicional quilombola localizada na zona rural do município de Poconé no Estado de Mato Grosso.

características essas que tanto podem ser consideradas uma questão de ordem cultural como de ordem econômica.

O viver em Capão Verde permite, ainda hoje, que os moradores disponham de tempo para contemplar a natureza, muitas vezes expropriado do trabalhador formal. Lá é possível ver as plantas crescerem, ouvir o canto dos passarinhos, deixar a terra correr entre os dedos e provar lentamente o doce das frutas.

Não diferente de muitas comunidades mato-grossenses, Capão Verde, ao ser fundada, trouxe com seus primeiros moradores algumas credences e tradições populares que foram incorporadas pelas gerações posteriores. Um exemplo são as festas religiosas, nas quais eles manifestam a crença e o culto a determinados santos. As festas geralmente duram cerca de três dias, e o festeiro/devoto providencia comidas, bebidas, o altar enfeitado para o santo, fogos de artifício, o mastro enfeitado com as cores do santo, a iluminação, o barracão para o baile, o barracão para a comida e água. Além disso, ele organiza a reza, a procissão e o levantamento do mastro.

Vale ressaltar que, na comunidade pesquisada, os moradores têm a possibilidade de integrar prazer e trabalho, já que a prioridade é a reprodução ampliada da vida e não o sobretrabalho. Quando eles precisam deixar de trabalhar em razão de festas, reuniões, cursos, entre outros motivos, isso não causa perturbações na vida desses trabalhadores.

A importância atribuída à unidade familiar, na comunidade de Capão Verde, pode ser percebida pela existência da *casa de amparo*<sup>19</sup>. Este espaço, nomeado pelos próprios moradores, se destina aos familiares que foram embora e resolvem retornar à Comunidade. Dona Maria Rosa (uma das moradoras mais antigas da comunidade) nos contou sobre essa experiência: alguns de seus filhos deixaram a Comunidade, em busca de emprego e estudo. No entanto, com o tempo acabaram voltando. Não tendo como acolher esposa e filhos em uma casa nova, Dona Maria Rosa nos disse que esses ficavam na casa de amparo até que pudessem se restabelecer no local.

---

<sup>19</sup> A casa de amparo é a antiga casa de Dona Maria Rosa, feita de barro e madeira, mantida por ela, em frente da casa simples de alvenaria em que mora atualmente.

## **5 A Concha e a Pérola: o modo de produção capitalista e a produção associada**

É possível existirem, no contexto capitalista, trabalhadores produzindo de forma comunal e solidária, sem explorarem ninguém e dividindo o fruto do seu trabalho? Sim, em Capão Verde é possível. Contudo, não é um caso isolado, pois desde a crise da sociedade salarial (CASTEL, 1988), um número crescente de trabalhadores e trabalhadoras tiveram que (re) criar estratégias de sobrevivência, ora reproduzindo a lógica capitalista ora questionando-a.

Uma das formas de organizar a produção contrapondo-se a lógica capitalista é a produção associada, onde os trabalhadores e trabalhadoras são detentores dos meios de produção, decidem coletivamente os rumos da produção e da divisão dos frutos do trabalho, sem explorar o trabalho de outrem. De maneira oposta a égide do sistema capitalista, onde o trabalhador aliena a sua força de trabalho em troca do salário, na produção associada, a mercadoria não se separa das mãos do produtor e inexistente a propriedade individual dos meios de produção. Apesar de estarem inseridas no sistema capitalista, essas estratégias apresentam pressupostos que questionam o ideário neoliberal: autogestão, administração/organização participativa e democrática do trabalho, cooperação, autonomia, distribuição igualitária dos frutos do trabalho e das perdas monetárias ou divididas segundo decisão coletiva, liberdade individual, reciprocidade e comensalidade.

Todas essas características da produção associada fazem com que o trabalho não seja subordinado ao capital, não seja alienado e nem alienante, não gere a mais-valia e possibilite que os envolvidos construam coletivamente uma nova concepção de mundo e de trabalho. Tiriba (2006, p. 80) manifesta que essa estratégia é a “possibilidade de os trabalhadores resgatarem o sentido do trabalho, recuperar a energia que o capital lhes sugou, direcionando-a no sentido de uma organização da produção inspirada na hegemonia do trabalho sobre o capital”. Por serem todos donos dos meios de produção e a repartição dos frutos do trabalho ser igualitária, o princípio da igualdade reforça os laços de pertencimento, solidariedade e compartilhamento no interior do grupo. Aqui não há exclusão social, exploração no trabalho e tão pouco, a competitividade. Além disso, a solidariedade e a cooperação são importantes por manterem redes de produção e venda das mercadorias produzidas, onde todos os trabalhadores e trabalhadoras são

participantes; bem como, redes que extrapolam o âmbito da produção e do trabalho, isto é, que incidem na produção social da vida.

Pesquisas empíricas realizadas em Capão Verde - comunidade quilombola situada no município de Poconé-MT (NEVES, 2012), Campina de Pedra - comunidade quilombola - Poconé (GUERINO, 2013), Imbê - comunidade tradicional assentada também em solo poconeano (SANTOS, 2013) e São Pedro de Joselândia - comunidade tradicional situada em Barão de Melgaço-MT (AZEREDO, 2013) expressam, cada uma a seu modo, que a produção da vida dos homens e mulheres que vivem nessas comunidades se dá através do trabalho associado.

Em Capão Verde - localizada em Poconé/MT - residem 14 famílias (60 pessoas) há quase 100 anos que, desde a compra da terra, produzem a vida associadamente, de forma coletiva e solidária, assegurando a reprodução ampliada da vida e a permanência no local. Os trabalhadores e trabalhadoras de Capão Verde produzem associadamente derivados de banana da terra e estendem os princípios da produção associada para além da produção material, como em alguns costumes, práticas, valores e saberes. É uma cultura do trabalho diferente do trabalho sob os ditames capitalistas e práticas sociais de novo tipo estão sendo construídas e compartilhadas.

Esses (as) trabalhadores (as), coletivamente, determinam o ritmo e o tempo de trabalho, realizam atividades laborais que lhes dão prazer e que tem afinidade, tem possibilidade de criar novas mercadorias, socializar saberes e até mesmo não comparecer ao trabalho, sem que isto cause danos à produção da sua existência. Justino (60 anos), um dos entrevistados, realçou o mau tempo, a preguiça e as festas como motivos que o fazem deixar de trabalhar na roça e isso em nada interfere na produção da sua existência e da sua família.

Assim, não nos importa os saberes de um indivíduo singular e sim as relações que os trabalhadores estabelecem no coletivo do trabalho e com a sociedade, já que estas relações demonstram concepções, valores, utopias e “representações sobre si, sobre seu trabalho, sobre o mundo que o rodeia” (TIRIBA, 2001, p. 237). Para dar conta dos saberes da experiência concreta com o trabalho associado e também das condições históricas e sociais a que os trabalhadores investigados estão submetidos, mais uma vez apontamos a importância de se utilizar o método histórico-dialético.

Dentre os saberes reconhecidos como resultantes da experiência com a produção associada ressaltamos a experiência singular com a terra, a transmissão cultural (costumes, tradições, saberes sobre o trabalho), a autogestão do processo de trabalho, o não sucumbir frente às interferências externas e a criação da Associação dos Agricultores e Agricultoras Afrodescendentes da Comunidade Tradicional Capão Verde. Alguns desses saberes serão explicitados com mais detalhes a seguir.

## **6 A Terra que eu Afago me Ensina e eu Ensino os Meus: os frutos da terra**

As comunidades quilombolas/rurais/tradicionais coexistem paralelamente à realidade da zona urbana e resistem com o seu modo de vida e identidades específicas. Elas carregam tradições, costumes, normas, concepções oriundas de uma cultura tradicional de seus antepassados. Geralmente, demonstram intensa relação com a natureza, já que dependem dela para a reprodução ampliada da vida. Para entendermos um pouco mais as transformações que a Comunidade Capão Verde passou e ainda vem passando, procuramos fontes documentais que contasse a sua história. Contudo, nos surpreendemos em ver que grande parte dos moradores de Capão Verde desconhecia o seu passado. Assim, buscamos reconstruir parte dessa história, a partir da história oral dos moradores mais idosos.

A Comunidade Capão Verde de Poconé – MT é um exemplo de comunidade reconhecida como remanescente de quilombo, pois foi fundada por um ex-escravo chamado Vítor Teodoro. O diferencial é que a terra não foi ocupada e sim comprada por esse ex-escravo.

A Comunidade Capão Verde, segundo a depoente Dona Maria Rosa, de 70 anos, mãe de 10 filhos, foi fundada por seu avô - Seu Vítor Teodoro dos Santos, em 1935. A Comunidade se localiza na zona rural do município de Poconé, próximo ao km 594, mais precisamente à esquerda da BR 070, na região conhecida por Morraria. Seu Vítor roçava e carpia terras, mas aceitava o que aparecesse de “tarefa”<sup>20</sup> para garantir a sua sobrevivência e da sua família. Na época da 2ª Guerra Mundial<sup>21</sup>, ele e seu irmão Guilherme,

---

<sup>20</sup> As pessoas da Comunidade dizem tarefa quando querem referir-se ao trabalho por empreitada.

<sup>21</sup> A 2ª Guerra Mundial foi um conflito que durou de 1939 a 1945 envolvendo duas alianças: Aliados (União Soviética, Estados Unidos, Império Britânico, França, China, Polônia e Brasil) e Eixo (Japão, Alemanha e Itália). A guerra acabou com a vitória dos Aliados. Mato grosso teve a participação no 9º Batalhão de Engenharia em Aquidauana.

foram convocados para se alistarem no quartel de Mato Grosso, mas como a guerra já estava ao final, restaram somente os dois e o capitão. Um dia, o capitão solicitou que os dois fossem buscar madeira para confeccionarem espetos que serviriam para assar carnes. O senhor Vitor comentou com o irmão que deveriam aproveitar e fugir do local porque acabariam morrendo. Atravessaram o rio Paraguai a nado, caminharam dia e noite e chegaram novamente em Cáceres.

Quando saiu a guerra ele (Seu Vitor) era soldado, teve chamada aí ele foi e ficaram as famílias, mulher escondendo embaixo de boca de pedra, afundaram para esse fundão tudo escondido, aí que terminou a guerra, aí que voltou, graças a Deus não mataram ele (Maria Albertina).

Em Cáceres, o senhor Vitor conheceu Nhana (Dona Ana Maria), com a qual se casou e tiveram “um dilúvio de filhos” (palavras da Dona Maria Rosa). Com o tempo, ele resolveu ir com a família para uma região conhecida por Buriti Comprido, próxima de um grande capão verde. Quando estava passando por uma lagoa, conheceu Dona Ana Luiza, que era dona de parte da região. Ela e seu marido Augusto de Paula Bastos ofereceram aproximadamente 450 hectares da sesmaria Paratudo<sup>22</sup> para Seu Vitor, mas como a região era constantemente ameaçada por andarilhos, ele resolveu chamar seus irmãos para morarem lá e ajudarem a comprá-la. Como a região tinha um enorme capão verde que chamava a atenção de todos, começaram a chamá-la assim. Depois de roçá-la, com a ajuda de seus irmãos, Antônio Gregório e Benedito, deram início à plantação de arroz, milho, rama, abóbora, melancia, entre outros alimentos, para o consumo diário e iniciaram uma produção da vida em coletividade<sup>23</sup>.

Meu pai sempre contava que, assim, quando chegaram aqui era um matão, mato virgem. Aí vieram aqui, fizeram já um barraco, vieram prá cá e começaram a roçar, a fazer a roça, aí já formou, os fio tudo casando tudo morando ao redor do pai

---

<sup>22</sup> A sesmaria Paratudo, conforme a escritura da terra, fica entre a sesmaria Mutum (ao Norte), as terras do Corcunda (ao Sul), as terras do Aranha (a leste) e as terras do Rodeio (a oeste). Possui também o Córrego do Potreiro como referência.

<sup>23</sup> É importante ressaltar que quando escrevemos *coletividade* estamos nos referindo a *agrupamento*, pois cada um possuía a sua roça próxima de sua casa. No entanto, isso não impedia o usufruto de outrem.



e formou o arraiaá como tá aqui (Dona Maria Albertina).

O senhor Vitor, ensinou desce cedo aos filhos que “aqui (Capão Verde) não era para vender, era para criar neto, filho, neto, vizineto” (Dona Maria Rosa) e, assim, seus filhos foram repassando essa ideia às gerações posteriores. E, como uma tradição, os filhos sempre construíram suas casas ao redor da casa dos pais.

Diante da decisão de manter a posse da terra comum a todos, para começarem a produzir, eles decidiram que o pedaço de terra para plantarem seria proporcional à força de trabalho existente em cada família. Essa racionalidade econômica é construída a partir de saberes que consideram a relação intrínseca entre a modificação da natureza e a reprodução ampliada da vida. Pode-se perceber uma intencionalidade, não só visando à garantia da produção material, mas para assegurar a fixação dos trabalhadores e trabalhadoras naquela porção de terra e ao mesmo tempo consolidar um sentido de Comunidade. Manifesta, assim, o pressuposto de Thompson em que a economia e a cultura “estão presos à mesma rede de relações” (2001, p. 208). É enfim, a tentativa de fazer com que um grande número de pessoas compartilhe uma concepção de mundo, que valoriza o viver e produzir a vida associadamente, pois trabalho e vida são indissociáveis.

No começo, eles lidaram diretamente com a terra por meio do muxirum, que ficava restrito ao grupo familiar ou também agregava pessoas de outras comunidades. Para realizá-lo, eles utilizavam a sua força de trabalho e instrumentos de trabalho rudimentares.

Fazia demais... Hoje reunia no meu, aí quando é amanhã já reunia no de outro, assim mesmo ia a semana inteira. Quando um colhia, tudo colhia, não tinha esse negócio de eu faço hoje, aí outro vai fazê depois de amanhã, daí esse meu dá, do outro não dá (risos)... Era bom demais. Colhia mantimento adoidado tudo no tempo certo... tudo as pessoas ajudavam... eu fez o muxirum pra limpar a capoeira pra mim plantá a rama, aí reuniu oito pessoas até o meio dia, limparam a roça tudo foi o ano passado, se eu avisa todo mundo vem (Ana Luiza).

O muxirum é um tipo de atividade em que durante a semana, eles realizavam uma ação - plantar, carpir, colher - na roça de uma pessoa, no outro dia na roça de outro e assim por diante. O trabalho que uma pessoa realizaria em uma semana é realizado coletivamente em um dia. Essa prática aumenta a produção, diminui o dispêndio de força física e institui relações de solidariedade, cooperação, amizade, parceria, entre outras.

Nóis diz muxirum, aí a turma fala mutirão, aqui muxirum. Aí, por exemplo, assim, hoje é sábado daí sai convidano, daí prá cá porque tem comunidade: Passagem de Carro, Faval, Morro Cortado, daí sai convidano: tal dia nóis vai fazê muxirum, limpa milho, tem vez que quando chega sexta-feira já vem prá posá, o que não vem prá posá, vem madrugada, daí fazia muxirum, fazia a semana inteira... pegava na segunda era de um, terça era de outro, quarta era de outro, quinta era de outro e sexta era de outro, aí sábado era de outro e quando fazia no sábado, quem fazia no sábado dava o farra, porque era disparado de moçada, era quaiado, aí era o farra noite inteira (Justino).

Para os que foram embora e resolvem retornar, existe a Casa de Amparo. A Dona Maria Rosa nos contou sobre essa experiência: alguns de seus filhos foram embora da Comunidade, em busca de emprego e estudo, só que com o tempo acabaram voltando. Não tendo como acolher esposa e filhos em uma casa nova, Dona Maria Rosa nos disse que esses ficavam na Casa de Amparo, até que pudessem se restabelecer de novo no local.

A Casa de Amparo era a antiga casa de Dona Maria Rosa, feita de barro e madeira, mantida por ela, em frente da casa em que mora atualmente, a qual foi construída pelo programa “Nossa Terra, Nossa Gente - Projeto de Revitalização de Comunidades Tradicionais”. A análise dos depoimentos indica o desejo de ter os seus por perto, a solidariedade com a dificuldade do outro e a esperança que a desilusão com a vida fora da Comunidade os faça retornarem. Os saberes construídos são relevantes para os que regressaram de experiências com o trabalho assalariado, bem como, para os que nunca se evadiram da Comunidade. Os trabalhadores e trabalhadoras que retornaram narram as dificuldades vividas, fazendo com que os demais desistam

de sair da Comunidade. Além disso, todos aprendem a valorizar o que estão produzindo e o modo como organizam a vida social.

Alguns saberes provenientes da relação dos moradores do quilombo com a natureza são transmitidos pelos idosos e um deles é a cura de doenças/enfermidades por meio da utilização de ervas, raízes e plantas. A preservação dessa cultura que decorre da relação ser humano-natureza, mediada pelo trabalho, acontece oralmente de geração a geração.

O aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações. A criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras primeiro junto à mãe ou avó, mais tarde (frequentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola. No que diz respeito aos mistérios da criação dos filhos, a jovem mãe cumpre seu aprendizado junto às matronas da comunidade. O mesmo acontece com os ofícios que não tem um aprendizado formal. Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade. Embora a vida social esteja em permanente mudança (...) ainda não atingiram o ponto em que se admite que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente. E a educação formal, esse motor de aceleração (e do distanciamento) cultural, ainda não se interpôs de forma significativa nesse processo de transmissão de geração para geração (THOMPSON, 1998, p. 18).

Trata-se de um costume antigo que é praticado desde os indígenas, antes do descobrimento do Brasil. A despeito do avanço científico e da medicina grande parte dos moradores faz uso e repassa esse saber às demais gerações.

É uma coisa assim que a gente procura sempre nas pessoas mais velhas porque eles que sabem as ervas prá que é bom e a gente vai ensinando. Tem umas ervas que eles (filhos) já conhecem. Se você mandar eles lá no mato pegar, eles já sabem (Andréia).

Quem nunca usou figa ou fita vermelha contra mau olhado? Quem já não foi benzido contra cobreiro? Quem nunca utilizou um chá de boldo para curar dor de estômago? Esse chá, hoje em dia, já é comercializado até em saquinhos de infusão nos mercados, dando crédito ao saber popular. Esse conhecimento foi transmitido desde os primeiros habitantes da Comunidade, em função dos desafios que a boa saúde exigia. Além disso, eles não precisavam pagar pela cura, já que a mesma brotava da terra que lhes pertencia. Outro motivo para a utilização dessa sabedoria de cura ocorreu porque, ao se mudarem para a região, o acesso a hospitais, farmácias e médicos na região era praticamente impossível devido ao isolamento em que a Comunidade se encontrava. Não existiam estradas e os moradores da região sequer conheciam outros meios de transporte, que não fossem o cavalo, o burro e a carroça. Portanto, essas dificuldades e a difícil aquisição desses “medicamentos” facilitaram a perpetuação desse saber. Dentre as ervas, raízes e plantas utilizadas para a cura de doenças, foram citadas: *erva cidreira*, para fortalecer os músculos; a *quina*, no combate a verminoses e dores de cabeça; o *boldo*, para dores no estômago e na barriga; a *hortelã do campo*, para vermes; a *velame*, como diurético; a *negramina*, para dor de cabeça; *gerbão*, para tosse; *vassorinha* e *arnica*, como *anti-inflamatório*; a *camomila*, para dores de barriga e crises alérgicas e a *erva do bugre*, que limpa a garganta - colocada em cachaça para os curueiros beberem em festas de santo.

Um dos saberes que consideramos como fundamental à permanência dos moradores na comunidade está intimamente ligado ao sentimento construído em relação à terra e que redimensiona a relação entre natureza - produção - homem. A importância atribuída à terra pelos trabalhadores e trabalhadoras de Capão Verde não é fruto de um sentimento externo a esses trabalhadores e trabalhadoras e, sim, um saber compartilhado pelos fundadores do quilombo. Eles socializaram o prazer/satisfação em trabalhar na terra e que faz parte das suas vidas. Esses saberes acabam por instituir uma tradição/costume transmitida entre as gerações. Segundo Thompson (1998, p. 18), essas “tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares”. Assim, eles cresceram ouvindo e vendo que a terra e o trabalho são os elementos que garantem a produção da vida. Esses trabalhadores e trabalhadoras aprenderam com os seus antepassados

não só a cuidar da terra, mas como viver dela a partir de uma lógica não mercantil.

Tinha só a casa ali, outro mais ali e nós aqui. Prá lá que tinha um, prá lá que tinha outro. Aí depois que nós situou bem, aí que acelerou, cada um puxou a sua roçinha, um precisava de um, um precisava de outro e vivia só dessa roça (Ana Luiza).

Não só um meio de assegurar a produção material e imaterial, a terra é o que passou a dar sentido a própria existência da Comunidade. No quilombo é possível ver as plantas crescerem, ouvir o canto dos pássaros, deixar a terra correr entre os dedos e provar lentamente o doce sabor das frutas. Mas como esse saber foi reproduzido? Acreditamos que o primeiro passo foi tornar a terra comum a todos.

Aqui foi a terra do avô, aqui não era pra vender, era pra criar neto, filho, neto, vizineto e por isso eu to fincado aqui, daqui ninguém me tira [...] bobageira esse negócio de loteá porque um não quer que entra aqui, outro não quer que entra ali..aqui a vida é esse (Dona Maria Rosa).

Não só nas palavras de Dona Maria Rosa, neta de um dos fundadores da Comunidade, identificamos esse saber, mas também nas de um adolescente, membro da quarta geração e que já se encontra inserido na agroindústria Agriverde:

A terra aqui não tem dono, é tudo comum. Se quiser fazer uma roça lá embaixo pode fazer, a quantia que quiser, o tamanho que quiser, ninguém briga. Foi a decisão das pessoas mais velhas, porque antes veio aqui prá dividir e aí não quiseram e falou: é melhor comum memo, assim fica prá tudo (Elves).

## **7 Considerações Finais**

Vimos em Marx (1982) que, quando realizamos trabalho, utilizamos não só força física como a intelectual. Dessa maneira, neste ato, produzimos conhecimento antes, durante e depois de realizá-lo. Portanto, a experiência com o trabalho associado que os (as) trabalhadores (as) vivenciam é educativa e cultural. Partindo dos

escritos de Gramsci e, fundamentalmente, da filosofia da práxis é possível identificarmos que ele acreditava que o conhecimento se dava na e pela práxis, cuja ação sendo refletida era capaz de transformar a realidade. Em suas palavras, “existe uma ‘relação ativa’ entre as partes, entre os indivíduos e o ambiente cultural. O ambiente que o indivíduo quer modificar, assim como o ambiente reage sobre ele, numa mútua relação pedagógica de trocas e influências” (GRAMSCI, 1991, p.37).

Gramsci afirma que a formação humana omnilateral<sup>24</sup> acontece não só na escola, como para além desta, isto é, no trabalho, nas relações sociais, nas comissões de fábricas, nos sindicatos, nos partidos, entre outros locais, pois o mesmo “como prática cotidiana para garantir a reprodução da vida social – é fonte de saberes e, portanto, fonte de riquezas materiais e espirituais” (TIRIBA, 2004, p. 88).

Tiriba (2008, p. 48) também preconiza que a educação pode acontecer em outros espaços e afirma que os saberes, provenientes do ambiente de trabalho, promovem uma nova cultura do trabalho, ou seja, “códigos, padrões, normas, conhecimentos, saberes, crenças, valores e criações materiais (instrumentos, métodos, técnicas), [...] que regulam as ações e comportamentos humanos”.

Então, sendo o trabalho princípio educativo, os homens educam a si mesmos e aos outros em uma relação dialética, pois não há separação entre o fazer e o saber; o que contribui para valorização dos trabalhadores e da formação humana já que traz outra visão de mundo, de homem e de prática social.

Consideramos que a relevância deste estudo se materializa na possibilidade de vislumbrar, através das falas/depoimentos e da própria concretude do objeto, a produção associada acontecendo, efetivamente, dentro do sistema capitalista e identificar os saberes intrínsecos a essa experiência. Alguns costumes/práticas presentes na Comunidade são singulares, como por exemplo, a interrupção do processo de produção em função de festividades; a utilização de ervas, plantas e raízes na cura de doenças; o Muxirum; a Casa de Amparo; o interesse coletivo que prevalece sobre o individual e o convívio fraterno<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> A formação omnilateral consiste em uma formação completa e integral dos homens, articulando trabalho intelectual e manual (escola unitária).

<sup>25</sup> Essa afirmação não equivale pressupor a inexistência de conflitos, discussões ou divergências no interior da Comunidade, mas sim, que a resolução dos mesmos se dá através da discussão e decisão coletiva.

Em que pesem as dificuldades relatadas por esses trabalhadores e trabalhadoras, tais como: falta de estrada para a roça, ausência de hospitais próximos, descrença e falta de autonomia de alguns trabalhadores, burocracias exigidas para realizar festas e poder produzir na Agroindústria, entre outras; os saberes compartilhados nos mostram que é possível manter comuns os meios de produção, trabalhar sem explorar a força de trabalho do outro e, sem ter patrão, realizar a gestão da produção de forma coletiva e sem determinar funções, ter ‘direito à preguiça’, trabalhar conforme o gosto e a habilidade pela atividade, criar regras coletivamente e, apesar do contato com o SEBRAE, que prega o empreendedorismo, resistir e manter os princípios e a organização do processo de trabalho da maneira que acreditam, garantindo-lhes, dessa forma, dignidade e felicidade.

O universo das comunidades tradicionais é marcado historicamente pela criação e vivência de um modo de vida e o estabelecimento de relações sociais, econômicas e culturais que remetem a um cotidiano onde a luta, o sofrimento, a resistência, a ameaça, a violência e a persistência são elementos centrais da memória coletiva. Nessa direção, Brandão afirma que:

[...] elas não são tradicionais porque aos olhos de quem chega opõem-se ao que, segundo ‘eles’ é: moderno. São tradicionais porque são ancestrais, porque são autóctones, porque são antigos, resistentes anteriores. Porque possuem uma tradição de memória de si mesmos em nome de uma história construída, preservada e narrada no existir em um lugar, por oposição a quem ‘chega de fora’ (2012, p. 85).

Acreditamos que essas experiências/saberes revelam um velho/novo sentido do trabalho que as diferencia de outras economias, mas não garantem a materialização de uma nova realidade já que “esse setor da economia, embora “popular”, não tem conseguido fazer a síntese de suas diferentes identidades<sup>26</sup> – condição básica para poder manifestar-se como um projeto hegemônico dos setores populares” (TIRIBA, 2001, p. 341). Além disto, “uma cultura do trabalho de

---

<sup>26</sup> Lembramos que a economia popular pode ser composta de trabalhadores que sempre foram excluídos do trabalho assalariado, de desempregados, de trabalhadores informais que servem ao capital, entre outros, o que indica diferentes identidades.

novo tipo pressupõe também uma sociedade de novo tipo” (Idem, p. 343).

A possibilidade de dialogar com esses trabalhadores e trabalhadoras e identificar os seus saberes nos impeliu a repensar a formação humana e a práxis produtiva. Esperamos ter conseguido desvelar não só aos saberes, mas as práticas, relações, novas concepções de mundo e fragilidades permeadas pela produção associada da vida e incitar reflexões aos leitores deste capítulo. Ressignificar esses saberes, implica afirmar que o educar não se esgota na sala de aula, mas pode se efetivar através do trabalho associado e autogestionário, princípio educativo que é.

### Referências Bibliográficas

AZEREDO, Eloisa R. de. *A Associação Comunitária e de Micro Produtores Rurais de São Pedro de Joselândia: um estudo sobre trabalho e produção de saberes*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2013. 167 f.

BRANDÃO, Carlos R.; LEAL, Alessandra. *Comunidade Tradicional: conviver, criar, resistir*. *Revista da ANPEGE* [on line], v. 8, n. 9, p. 73-91, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/issue/view/17>>. Acesso em: 08/01/2014.

DIEGUES, Antonio C.; ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico social capitalista*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

GADOTTI, Moacir. *Economia Solidária como Práxis Pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1991.

\_\_\_\_\_. *Concepção Dialética da História*. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUERINO, Mariana de F. *O Movimento dos Saberes na Produção da Vida na Comunidade Quilombola Campina de Pedra*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2013. 140 f.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.



- KONDER, Leandro. *A Construção da Proposta Pedagógica do SESC Rio*. Rio de Janeiro: SENAC, 2000.
- MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro Primeiro – O processo de produção do capital. São Paulo: DIFEL, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Crítica ao Programa de Gotha*. 1875. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/gotha.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2012.
- NETO, João Cabral de Melo. *Morte e Vida Severina*. Rio de Janeiro: Alfaguara (Grupo Objetiva), 2007.
- NEVES, Camila E. P. *A Produção Associada em Capão Verde: entre bananas, saberes e utopias*. Universidade Federal de Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2012. 181 f.
- SANTOS, Lirian K. dos. *Trabalho, Produção Associada e Produção de Saberes na Comunidade Tradicional do Imbê - MT*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2013. 185 f.
- SAVIANI, Dermeval. *O Trabalho com o Princípio Educativo frente às Novas Tecnologias*. In: FERRETTI, Celso João (org.). *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Revista Brasileira de Educação vol. 12, 2007.
- THOMPSON, Edward P. *Os Românticos*. A Inglaterra na era revolucionária. 2001.
- \_\_\_\_\_. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa I*. A árvore da liberdade. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa II*. A maldição de Adão. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa III*. A força dos trabalhadores. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TIRIBA, Lia. *Cultura do Trabalho, Autogestão e Formação de Trabalhadores Associados na Produção: questões de pesquisa*. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 26, n. 1, 69-94, jan./jun. 2008.

TIRIBA, Lia. *Ciência Econômica e Saber Popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação*. In: PICANÇO, Irani; TIRIBA, Lia (Orgs.), *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida: Idéias & Letras, p. 75-101, 2004.

\_\_\_\_\_. *Economia Popular e Cultura do Trabalho*. Pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Unijuí, 2001.

\_\_\_\_\_. *Autogestão, Disciplina no Trabalho e o Direito ‘à Preguiça’*. In: TORRES, A., SEMERARO, G e PASSOS, L. A. (orgs). *Educação – fronteira política*. Cuiabá: EdUFMT, 2006: 71:84.

\_\_\_\_\_. *Cultura do Trabalho, Produção Associada e Produção de Saberes*. Publicado em *Educação Unisinos*, Vol.10, Nº 2, maio-agosto 2006, p. 116-122. In: <http://www.unisinos.br>.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, Educação e Economia (popular) Solidária: elementos para uma pedagogia da produção associada (Relatório Final de Pesquisa)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008, p.48-51.

## CAPÍTULO 5

### ECOLOGIA DE SABERES? UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA.

Iraci Aguiar Medeiros  
Leda Gitahy

#### 1 Introdução

Neste trabalho propomos discutir uma experiência de articulação entre a universidade com o movimento indígena, verificando qual a relação entre saberes tradicionais e saber científico, a partir da análise de uma experiência de formação superior de professores indígenas.

O Terceiro Grau Indígena é realizado pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), desde 2001, com o objetivo de licenciar professores indígenas provenientes de vários povos e etnias, e que atuam nas escolas indígenas do Ensino Fundamental e Médio de Mato Grosso. São ofertados 04 (quatro) cursos de graduação: Licenciatura Plena nas áreas de Línguas, Artes e Literatura; Ciências Matemática e da Natureza; Ciências Sociais e; Pedagogia Intercultural.

Para a realização da pesquisa, foram entrevistados 27 professores indígenas e 13 professores dos cursos; permanência no Campus da UNEMAT em Barra do Bugres durante a realização da Etapa Intensiva do 3º Grau Indígena; visitas a duas aldeias (Rio Verde e Umutina); além da participação em duas Conferências de Educação Escolar Indígena, a Conferência Regional (realizada no Parque Indígena do Xingu, em junho de 2009) e a Conferência Nacional, (ocorrida em Brasília, em novembro de 2009).

Os resultados mostram que 3º Grau Indígena realizado pela UNEMAT se configura como “zonas de contato” (SANTOS, 2006, p. 808-809), em que se relacionam, além de pessoas de diferentes grupos étnicos, também seus conhecimentos e saberes, ou seja, um espaço de interação entre os vários tipos de conhecimento (científico, tecnológico, tradicional, de senso comum, etc.) e de múltiplas formas de enxergar e pensar o mundo, promovendo a ecologia dos saberes. Refere-se ao “reconhecimento da infinita pluralidade dos saberes” (SANTOS, 2004, p. 76-78).

De acordo com Santos (2007, p. 87-88), na ecologia de saberes, a busca de credibilidade para os conhecimentos não científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica simplesmente a sua utilização contra-hegemônica. Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não científicos.

## 2 Educação Escolar

A educação escolar está na agenda do Movimento Indígena<sup>27</sup>, presente em todas as assembleias, encontros, reuniões, etc., desde os anos 1970. A escola é vista como um tema central para a conquista da autonomia e fortalecimento de sua identidade. Os resultados da mobilização dos povos indígenas no Brasil e de suas organizações, com o apoio de setores organizados da sociedade civil, podem ser verificados nas mudanças ocorridas, tanto na legislação como na política governamental. A educação escolar indígena é uma das áreas mais significativas dessas mudanças. Para que os estudantes das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio continuem seus estudos nas aldeias em que residem, crescem as demandas que exigem formação de nível superior de professores indígenas.

A partir das garantias em relação à Educação Escolar Indígena na Constituição Federal de 1988 e na Legislação<sup>28</sup> se ampliam as demandas por Educação Superior. O acesso às universidades aparece como uma reivindicação do movimento indígena. Para eles é fundamental formar profissionais indígenas que não só dominem os conhecimentos científicos “do branco”, mas que também sejam capazes de articular estes saberes com os conhecimentos tradicionais de seus povos, colocando-se à frente de resolução dos problemas enfrentados por suas comunidades relativas à demarcação de terras, ampliação de direitos, manutenção e difusão de seus próprios saberes.

---

<sup>27</sup> O Movimento Indígena se caracteriza como um conjunto articulado de lideranças, povos e organizações indígenas que se mobilizam em defesa de seus direitos em uma agenda comum de luta, destacando-se questão da terra, da educação e da saúde.

<sup>28</sup> A partir da Constituição Federal de 1988, com os avanços da legislação que regulamenta a gestão administrativa e pedagógica das escolas pelos próprios indígenas e a consolidação de oferta de vagas no ensino fundamental, a formação de indígenas como professores e gestores das escolas nas aldeias, passa a ser um dos principais desafios do Movimento Indígena, em especial das organizações de professores indígenas.

As licenciaturas para a formação de professores indígenas em nível superior no Projeto 3º Grau Indígena surgiu de reivindicação do Movimento Indígena, por ocasião da Conferência Ameríndia de Educação Escolar Indígena realizada em Mato Grosso, em 1997 e iniciou na UNEMAT em 2001, com três cursos: Línguas, Artes e Literatura; Ciências Matemática e da Natureza e; Ciências Sociais<sup>29</sup>. Em 2012, são quatro cursos, incluindo mais um curso de licenciatura em Pedagogia Intercultural<sup>30</sup>. Além dos cursos de graduação, são ofertados na universidade cursos de pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Escolar Indígena, em torno de cinquenta vagas por turma. Em sua 3ª turma, o curso é destinado a indígenas envolvidos com o trabalho de Educação Escolar Indígena, e portadores de diploma de graduação.

Os cursos são realizados em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC), Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT), Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECITEC) e Prefeitura Municipal de Barra do Bugres. Os cursos envolvem professores e pesquisadores da UNEMAT e de diversas Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

A Universidade do Estado de Mato Grosso, pautada no princípio de democratização do acesso ao Ensino Superior, em toda sua trajetória, tem procurado ampliar sua atuação junto a setores da sociedade que, ao longo da história, não tiveram suas demandas atendidas. Para isso, tem estabelecido parcerias com diversas instituições e movimentos sociais para o desenvolvimento de programas e projetos de ensino, extensão e pesquisa<sup>31</sup> (Medeiros, 2008).

---

<sup>29</sup> Entre 2001 e 2006 formou-se a primeira turma do 3º Grau Indígena, composta por 186 professores que atuam nas escolas indígenas do Ensino Fundamental e Médio de Mato Grosso e de mais 11 Estados da Federação, envolvendo 36 etnias e 26 idiomas. A segunda turma (2005 a 2009) envolveu 94 professores indígenas de escolas localizadas nas aldeias, representando 22 etnias de Mato Grosso, que se formaram em julho de 2009. Essas duas turmas representaram professores de 44 etnias, sendo 30 etnias de Mato Grosso e 14 etnias de outros Estados da Federação que atuam em escolas indígenas de 129 aldeias de Mato Grosso, situadas em 32 municípios do Estado, e 19 aldeias pertencentes a 15 municípios de outros 10 Estados. A 3ª turma, composta de 40 professores indígenas de 12 etnias de Mato Grosso, teve início na UNEMAT em 2008. Em 2011, iniciou a 4ª turma com 50 acadêmicos.

<sup>30</sup> Permitindo o ingresso de mais 50 acadêmicos de 26 etnias.

<sup>31</sup> No sentido de levar às mais distantes regiões do interior de Mato Grosso, oportunidades de acesso ao conhecimento científico, sendo que em algumas localidades, constitui-se a única possibilidade de estudo para os alunos egressos do Ensino Médio. Compreende 11 *Campi* Universitários, localizados nas cidades

A UNEMAT<sup>32</sup> com o princípio de atuação o atendimento às demandas do interior do Estado, desloca-se para os municípios mais distantes e de difícil acesso, para atender às necessidades da população local das diversas regiões do Estado, em especial a formação de professores da rede pública de ensino<sup>33</sup>. A Instituição vem institucionalizando programas e projetos inovadores no ensino de graduação. Estas experiências, em sua maioria, surgiram de demandas e articulações promovidas por diversos movimentos sociais, como o movimento professores da rede pública de ensino, do movimento negro, de professores indígenas, dos movimentos sociais do campo<sup>34</sup>.

Nos cursos implantados nas universidades, em articulação com os movimentos sociais, a discussão da democratização do acesso vai além da inclusão de pessoas pertencentes a grupos sociais menos favorecidos e da polarização em torno de políticas universais versus políticas afirmativas. Trata-se da possibilidade não só da inclusão de saberes não legitimados, como também, da interação entre vários tipos de conhecimento, que pode fertilizar o processo de produção de conhecimento no interior da universidade.

Para Santos (2007, p. 93-94), o pensamento pós-abissal tem por premissa a ideia da inesgotável *diversidade epistemológica do mundo*, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isso implica

---

de Cáceres, Alto Araguaia, Alta Floresta, Barra do Bugres, Colíder, Juara, Luciara, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda, Tangará da Serra e Sinop. Além desses *Campi*, a UNEMAT possui 12 Núcleos Pedagógicos, nas cidades de Aripuanã, Campo Novo dos Parecis, Confresa, Jauru, Juína, Lucas do Rio Verde, Mirassol D' Oeste, Poconé, Sorriso, Vila Rica, Jaciara, Tapurah, e 02 Pólos de Apoio Presencial de Ensino à Distância, localizados em São Félix do Araguaia e Nova Xavantina.

<sup>32</sup> A UNEMAT, uma instituição pública de Ensino Superior criada em 1979, com *status* de universidade a partir de 1993 (Lei Complementar nº 30 de 15 de dezembro de 1993 - atualizada pela Lei nº 319 de 30 de junho de 2008), se encontra vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECITEC) e sediada na cidade de Cáceres, região do alto Pantanal.

<sup>33</sup> A Instituição, entre efetivos e contratados, dispõe de 1.330 servidores, 907 docentes e 423 técnicos administrativos, em que 657 docentes do quadro efetivo, 202 são doutores e 335 são mestres. Com esse quadro de pessoal, são ofertados em todos os Campi e Núcleos, 76 cursos de graduação (44 regulares e 32 em outras modalidades), beneficiando 17 mil alunos aproximadamente.

<sup>34</sup> Além dos cursos na modalidade regular (presencial) ofertados nos *Campi* Universitários, alguns projetos e programas com metodologias ou modalidades diferenciadas são, também, desenvolvidos pela UNEMAT, por meio de parceria com Órgãos da Esfera Federal, Secretaria de Educação do Estado e Prefeituras Municipais de diversas regiões do Estado. Nas regiões mais distantes do Estado, as modalidades especiais preenchem uma lacuna deixada pela educação superior regular, atendendo às necessidades da comunidade local por formação de professores e outros profissionais qualificados. Os projetos que atendem a uma demanda específica e diferenciada são: Licenciaturas Plenas Parceladas; Módulos Temáticos; Programa Interinstitucional de Qualificação Docente, o Ensino a Distância, além do 3º Grau Indígena e cursos para os Movimentos Sociais do Campo.

renunciar a qualquer epistemologia geral. Existem em todo o mundo não só diversas formas de conhecimento da matéria, da sociedade, da vida e do espírito, mas também muitos e diversos conceitos e critérios sobre o que conta como conhecimento.

De acordo com Santos, os movimentos indígenas, de afrodescendentes e camponeses estão do outro lado da linha abissal e subvertem o paradigma moderno-colonial, justamente por não fazer parte dessa forma de pensar. Suas reivindicações são demandas de futuro através de demandas de memória. São civilizações distintas, universos culturais com cosmologias próprias, cujo diálogo, apesar de tanta violência e tanto silenciamento somente é possível através da *tradução intercultural* e sempre com o risco de que as ideias mais fundamentais, os mitos mais sagrados, as emoções mais vitais se percam no trânsito entre universos linguísticos, semânticos e culturais distintos.

### **3 A Implantação do Terceiro Grau Indígena na UNEMAT**

Na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), o Projeto 3º Grau Indígena foi criado e implantado em 2001, inicialmente como um projeto de cursos de licenciatura específica para a formação de professores indígenas. A partir de agosto de 2007, considerando a necessidade de fortalecer as ações desenvolvidas pela UNEMAT em prol da Educação Superior indígena em Mato Grosso, transformou-se em Programa de Educação Superior Indígena Intercultural (PROESI)<sup>35</sup>.

Durante o II Congresso Universitário da UNEMAT, realizado em dezembro de 2008, foi aprovada a criação da Faculdade Indígena Intercultural, incorporando as ações relacionadas à Educação Superior Indígena<sup>36</sup>. A partir da aprovação da nova estrutura da UNEMAT (criada pela Resolução nº 002/2012 do CONSUNI, em 24/04/2012), a Faculdade é contemplada nessa nova estrutura com uma Diretoria de Gestão de Educação Indígena, vinculada à Assessoria de Educação Diferenciada da Pró-reitoria de Ensino de Graduação, responsável por coordenar e acompanhar a execução dos cursos de formação de professores indígenas.

---

<sup>35</sup> Por meio da Resolução nº 144/2007 *Ad Referendum* do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE) de 31/08/2007, homologada pela Resolução nº 051/2007 do CONSUNI de 20/12/2007.

<sup>36</sup> Essa decisão foi legitimada pelo Conselho Universitário (CONSUNI), por meio da Resolução *Ad Referendum* nº 018/2009 de 09 de julho de 2009.

No mês de julho de 2001 teve início na Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Barra do Bugres, três cursos de licenciatura específicos em: Línguas, Artes e Literaturas, Ciências Matemáticas e da Natureza e Ciências Sociais para a Formação de Professores Indígenas. Para estes três cursos, a UNEMAT realizou o primeiro vestibular<sup>37</sup>, com a oferta de 200 vagas para indígenas em cursos de nível superior voltados especificamente para os povos indígenas. Vale destacar a diversidade da primeira turma: 200 professores indígenas, oriundos de 36 grupos distintos, falantes de 28 línguas, uma heterogeneidade inédita em cursos superiores nas universidades brasileiras. Essa turma, com classe com muitos alunos e heterogêneas, constituiu um desafio para os participantes do projeto. Em 2004, a abertura de mais 100 vagas, em 2008, foram ofertas 40 vagas, e no final de 2011, a UNEMAT realizou o 4º vestibular, com a oferta de mais 50 vagas. Em 2011, O Projeto 3º Grau Indígena foi ampliado, mediante a implantação do curso de Pedagogia Intercultural, com a oferta de 50 vagas para professores indígenas de etnias de Mato Grosso.

Em junho de 2006, forma-se a primeira turma do Projeto Terceiro Grau Indígena. Na oportunidade, 186 professores indígenas receberam o diploma de nível superior. Em 2009, formam-se 90 professores indígenas da 2ª turma e, em 2012 formam-se mais 40 professores da 3ª turma. O Projeto oferece também cursos de especialização *Lato Sensu*. A especialização em Educação Escolar Indígena é para atender professores indígenas que já concluíram o ensino superior. Entre 2004 a 2011, três turmas se formaram.

Os quatro cursos de licenciaturas do 3º Grau Indígena seguem um regime seriado especial e são desenvolvidos de forma a propiciar a formação em serviço, com a duração de cinco anos, e uma carga horária total de 4.025 horas, distribuída em 10 semestres. Os cursos são estruturados em 10 Etapas de Estudos Presenciais, com 2.055 horas, 10 Etapas de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa (Etapas Intermediárias), com 1.250 horas; e o Estágio Curricular Supervisionado, com 720 horas distribuídas ao longo de seis semestres, além do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma atividade individual de cada aluno.

---

<sup>37</sup> Conforme matéria publicada na Folha *Online*, de 28.01.2003 - sessão Colonistas, Matéria de Kiyomori Mori, free-lance para o jornal Folha de São Paulo, 2003, a UNEMAT foi primeira instituição brasileira a oferecer curso superior exclusivo para professores indígenas. O programa, iniciado em julho de 2001, usou como referência os programas em funcionamento na Guatemala, Nicarágua, Equador e Canadá.



Os cursos são realizados em duas etapas, sendo uma de formação geral, com duração de três anos e uma de formação específica, com duração de dois anos. A etapa de formação geral compõe-se de dois núcleos curriculares que se articulam de forma a oportunizar aos cursistas a compreensão dos elementos construtivos da educação escolar indígena e os conhecimentos necessários para a prática docente no Ensino Fundamental, em que são estudados conteúdos pertencentes às licenciaturas. Nessa etapa, portanto, são aprofundados os conceitos e conteúdos necessários para a formação do professor indígena. A etapa de formação específica é desenvolvida nos dois últimos anos do curso e tem como enfoque principal o desenvolvimento de uma pesquisa teórica e/ou de campo, numa das áreas das ciências que compõem o currículo do Ensino Fundamental e Médio. Nessa etapa, os estudantes optam por uma das licenciaturas e estudam conteúdos específicos da área.

A Etapa de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa, também chamada de Etapa Intermediária, realizada nas localidades de origem dos professores indígenas, tem sido considerada um dos pontos altos do projeto. Nessa etapa, os professores/cursistas são levados a realizar pesquisa com assuntos referentes ao espaço e às práticas sócio culturais dos povos indígenas, que necessitam da consulta aos moradores mais velhos da aldeia (pajés, anciãos e senhoras). Desta forma, os idosos das comunidades ganham poder como uma fonte referencial muito valiosa, sendo cada um desses sujeitos os transmissores da cultura de cada povo. Ao prestigiar o conhecimento local, a comunidade é envolvida com o Projeto e com a formação do professor. Essa etapa possibilita aos cursistas conciliarem suas atividades de docente na escola com as atividades do curso de formação (preparo de seminários, leituras, pesquisas, exercícios). No contexto de aldeia e na situação formativa provocada pelas atividades da Etapa Intermediária, é que se desenvolvem estratégias para que “a práxis” docente e os processos de formação ocorram simultaneamente, ou seja, é o momento em que ocorrem as relações entre ensino e pesquisa, especialmente entre a escola da aldeia e os estudos feitos pelos professores cursistas na universidade.

#### **4 A Interação entre Saberes**

Na proposta curricular dos cursos do 3º Grau Indígena, desde o início, se contempla uma educação intercultural, com o desenvolvimento de estratégias que promovam a construção de

identidades particulares e o reconhecimento das diferenças, valorizando os costumes, a língua e as tradições das comunidades indígenas. Trata-se de cursos que vêm ao encontro das expectativas dos povos indígenas, têm como ponto de partida e de chegada o que pensam e o que esperam tais povos da educação escolar, proporcionando o diálogo entre as culturas.

Ao adotar metodologias próprias e inovadoras de ensino-aprendizagem, o projeto tem contribuído para o diálogo entre o conhecimento acadêmico e os saberes que os professores indígenas trazem de suas experiências didáticas e do cotidiano das aldeias. Essa prática pode viabilizar a integração entre os diferentes saberes, promovendo a ressignificação e a criação de novos conhecimentos. Longe de serem instrumentos de alienação “reprodutivista, etnocentrista ou integracionista”, os cursos buscam reelaborar os processos históricos e atuais dos contatos interculturais e fortalecer a consciência de índios-cidadãos que mantêm as suas culturas, línguas e os seus projetos societários.

A presença nos cursos de diversas etnias e línguas indígenas, além de docentes de diversas universidades brasileiras, exige uma prática pedagógica que busca promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes. Trata-se de respeitar a diversidade e a alteridade, contribuindo para a afirmação da identidade e valorização dos costumes, língua e tradições de cada povo. Conforme Januário (2002, p.18), “a educação intercultural valoriza o desenvolvimento de estratégias que promovam a construção das identidades particulares e o reconhecimento das diferenças”.

Ao adotar uma prática pedagógica intercultural, a universidade enfrenta o desafio de substituir um modelo de transmissão de conhecimentos fundamentado no eurocentrismo, para outro integrador, interdisciplinar, cuja ênfase está na relação consciente entre sujeitos de diferentes culturas. “Trata-se de um projeto constituinte, que está abrindo caminho, procurando estabelecer o diálogo entre as diferenças étnicas e culturais, unindo o saber índio ao do não índio, possibilitando a visibilidade das diferentes lógicas” (JANUÁRIO, 2003, p. 21-22).

Como é possível o diálogo entre as várias formas de saberes tradicionais vinculadas às culturas dos diversos povos que participam do 3º Grau Indígena e o conhecimento científico? Neste aspecto, esses cursos de formação de professores indígenas na UNEMAT têm se

constituído um grande desafio. Não basta criar condições de acesso à universidade, mas é necessário reconhecer que esses cursistas trazem formas próprias de conhecimentos que são distintas do conhecimento científico, o que, conseqüentemente, traz implicações para o processo de ensino e aprendizagem.

A forma com que povos indígenas concebem os fenômenos da natureza é muito diferente do pensamento científico. A racionalidade no meio cultural indígena obedece a critérios mais globais que integram sua cosmovisão e que são mais amplos que os da construção científica.

Desta forma, um dos desafios da UNEMAT no desenvolvimento dos cursos do 3º Grau Indígena, tem sido a adoção de metodologias e estratégias pedagógicas para introduzir, nos cursos, conceitos científicos em contextos que não firam a visão dos índios e que, portanto, sejam favoráveis ao seu desenvolvimento. O reconhecimento do saber construído por cada cultura deve ser garantido, cabendo à universidade estabelecer o diálogo entre os diferentes saberes, sem que um se sobreponha e nem seja substituído por outro. Só assim será possível a construção de novos saberes.

Para discutir essa questão, serão utilizados, os conceitos de Manuela Carneiro Cunha (2009), a respeito dos consensos e dissensos entre os dois tipos de conhecimento (científico e tradicional), e os conceitos de “Pesquisa-ação” e “Ecologia de Saberes” de Boaventura dos Santos (2004).

A compreensão teórica do conhecimento científico exige o exercício da lógica conceitual e a reflexão crítica sobre a realidade social e cotidiana, próprias da sociedade ocidental, e o conhecimento indígena presente nas atividades da comunidade. Atualizando-se constantemente, é sempre focado a partir de sua operacionalidade sociocultural.

No modelo de educação intercultural dos cursos do Terceiro Grau Indígena, há dois universos cognitivos distintos, conhecimento científico e o conhecimento tradicional/indígena, que convivem e contribuem conjuntamente para o desenvolvimento dos professores/cursistas, das escolas das aldeias e das comunidades indígenas. O primeiro, com o propósito de garantir o acesso ao ensino superior e os saberes do não índio. O segundo, proporcionando ao aluno o desenvolvimento com base na sua experiência cultural e na revalorização e resgate do seu conhecimento e dos seus valores tradicionais, que até então se mantinham fora do espaço acadêmico.

Conforme abordagem da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, o conhecimento científico e o conhecimento tradicional são incomensuráveis, mas essa incomensurabilidade não reside primordialmente em seus respectivos resultados. As diferenças são muito mais profundas. Para Cunha:

[...] o conhecimento científico se afirma, por definição, como verdade absoluta até que outro paradigma o venha sobrepujar, como mostrou Kuhn. Essa universalidade do conhecimento científico não se aplica aos saberes tradicionais – muito mais tolerantes – que acolhem frequentemente com igual confiança ou ceticismo explicações divergentes cuja validade entende seja puramente local”. “Pode ser que, na sua terra, as pedras não tenham vida. Aqui elas crescem e estão, portanto, vivas (2009, p. 301).

O conhecimento tradicional dos povos indígenas se produz de forma coletiva, cumulativa, e em resposta a situações e motivos muito diferenciados. São conjuntos complexos que se apoiam na tradição, na observação e na utilização, correspondendo a concepções integrais da relação sociedade/natureza. Visto como um patrimônio ancestral de gerações anteriores, se expressa por meio de mitos, rituais, narrações orais e práticas, que são aplicados, aprendidos e transmitidos.

Em relação ao conhecimento indígena e o conhecimento ocidental que também está lá dentro da aldeia, eu acho que para mim não está atrapalhando muito, porque eu tenho uma divisão, aqui eu tenho o conhecimento não indígena e aqui eu tenho o conhecimento indígena, eu enxergo a cultura do branco e a minha. (Wary, da etnia Kamaiura, entrevistado em 2009).

Para os professores/cursistas, de acordo com os entrevistados, há uma diferença entre a educação indígena e a educação escolar indígena. Para eles, a educação indígena é um processo com que cada povo transmite conhecimento (em língua materna na maioria das vezes) para garantir a sobrevivência e a reprodução cultural.

Os povos indígenas consideram que o conhecimento é um produto dinâmico gerado ao longo do tempo e através de diferentes

mecanismos, adquirido pela experiência e como resultado de ensaios repetidos ancestralmente. Quando um pai indígena leva o filho para caçar ou coletar material de artesanato, a criança passa por um processo de transmissão cultural de valores, história e crenças. Já a educação escolar indígena deve congrega tanto o conhecimento tradicional dos povos quanto a cultura técnica e científica da sociedade brasileira como um todo.

A universidade, ela veio completar esse meu conhecimento que eu já tinha. Já tinha o conhecimento porque eu já tinha herdado dos meus pais. (Iokore, da etnia Ikpeng, entrevistado em 2009).

De acordo com Alonso:

As comunidades e povos tradicionais consideram que o conhecimento tradicional é produto da observação milenar, repetido, estruturado e organizado com uma metodologia que depende de cada organização social, que tem valor em si mesmo e que se protege com mecanismos próprios.

[...] os conhecimentos tradicionais resultam de um longo processo, transmitido de geração em geração, sendo que esse conhecimento é criado, desenvolvido e transformado coletivamente e, por isso, considerado parte da identidade do povo. (2005: p. 297-298).

Há uma clareza por parte dos cursistas a respeito do conhecimento tradicional que eles recebem na aldeia. Segundo os cursistas, todos eles têm o conhecimento que trazem de dentro da aldeia. Quem tem o conhecimento tradicional são os anciãos e há regras sobre como repassar, tem período e momento certo para ser repassado, às vezes durante os rituais.

Xario'i Carlos (da etnia Tapirapé, professor/cursista do 3º Grau Indígena, entrevistado em 2009):

A educação tradicional da aldeia, de criança até adulto, aprende com os pais, depois com os mais velhos. A menina aprende os trabalhos de casa com a mãe e as avós e os meninos aprendem a pescar, caçar, contar histórias, praticar artes na

chamada “casa dos homens”, no caso do povo Tapirapé, essa casa é chamada de Takara.

Em relação ao conhecimento tradicional adquirido pelos professores indígenas em suas aldeias, Luís Grupioni (entrevistado em 2010), observa:

A ideia de que um professor que chega aqui na universidade e que ele é o detentor de toda a sua cultura, de todo conhecimento do seu grupo, - ela é totalmente equivocada, porque o conhecimento, ainda mais nessa sociedade, ele é um conhecimento processual, você vai adquirindo ao longo da sua maturidade, principalmente esses professores mais novos, eles não têm, porque não é para ter, porque na cultura deles aquilo vai se dando aos poucos, aos poucos vão adquirindo.

Desta forma, entendemos que o 3º Grau Indígena da UNEMAT é um espaço de encontro entre dois mundos e duas formas de saber, ou seja, múltiplos modos de conhecer e pensar o mundo: os saberes tradicionais indígenas e os saberes dos não indígenas, que se complementam, apostando na comparação e mesmo na confrontação de sistemas de conhecimento.

Para Cunha (2009), a ciência moderna hegemônica usa conceitos, a ciência tradicional usa percepções. Enquanto a primeira levou as grandes conquistas tecnológicas e científicas, a lógica das percepções, do sensível, também levou (Lévi-Strauss, 1962), a descobertas e invenções notáveis e a associações cujo fundamento ainda talvez não entendamos completamente. Saber tradicional e conhecimento científico repousam ambos sobre as mesmas operações lógicas, respondendo ao mesmo apetite de saber (Lévi-Strauss, 1962).

Para Santos:

Dado que nenhuma forma de conhecimento pode responder por todas as intervenções possíveis no mundo, todas as formas de conhecimento são, de diferentes maneiras, incompletas. [...] A ecologia de saberes expande o caráter testemunhal dos conhecimentos de modo a abarcar igualmente as relações entre o conhecimento científico e o não científico, ampliando assim o alcance da

intersubjetividade como interconhecimento e vice-versa (2007, p. 88).

Nas sociedades ocidentais, o conhecimento tradicional e o científico costumam ser vistos como opostos, não sendo permitida a coexistência, mas segundo Cunha, ambas são obras inacabadas, abertas a possíveis alterações. Essas semelhanças é que os tornam comparáveis, mas não iguais.

A ciência não passa ao largo de seus praticantes, ela se constitui por uma série de práticas e estas certamente não se dão em um vácuo político e social. Há também o problema comparativo de saber se saberes tradicionais e saber científico são unidades em si mesmas comparáveis, com algum grau de semelhança. A isso, uma resposta genérica, mais central é sim, ambas são formas de procurar entender e agir sobre o mundo. E ambas são também obras abertas, inacabadas, se fazendo constantemente (CUNHA, 2009, p. 302).

Neste sentido, nos cursos de licenciatura do Terceiro Grau Indígena da UNEMAT, a experiência de promover dinâmicas comunicativas entre os saberes tradicionais indígenas e os conhecimentos codificados da ciência moderna geram um movimento que permite uma dinâmica cognitiva de “ir e vir” ou um ir mais profundo, um ir com mais significado tanto na teoria quanto nas práticas sociais. Trata-se da existência de duas pontes, pois são dois tipos de saberes distintos. Neste sentido, a teoria e a prática se coalimentam, se complementam, pois, a prática ressignifica a teoria que por sua vez é realimentada pela prática.

Para chegar aos sistemas que articulam os conhecimentos tradicionais transmitidos pelos anciãos das aldeias, os cursistas precisam se basear em pesquisas aprofundadas e sistemáticas. Os resultados da sistematização dessas pesquisas não se tratam simplesmente de uma compilação de saberes desses “mais velhos”, nem sua mera transcrição, mas envolve uma reflexão atual sobre eles, para que os professores/cursistas possam equacionar o que eles chamam de “dois caminhos” ou uma “ponte cultural de mão dupla” em que se cruzam os saberes indígenas e não indígenas.

Neste sentido, a relação Movimento Indígena/Universidade traz uma contribuição importante no processo de formação do professor

indígena, ou seja, aproxima o conhecimento indígena mediante a introdução em seus currículos, de conteúdos vinculados com os saberes e tradições culturais de diferentes povos indígenas. Conforme isso vai se estabelecendo, vão se construindo mecanismos de superação da tradição excludente de uma visão hegemônica monocultural que por séculos tem primado nas universidades, contribuindo para ressignificar sua própria concepção universitária.

A construção de um conhecimento novo e válido socialmente precisa ser produto de uma comunicação bastante apurada e permanente entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes indígenas. Esse tipo de comunicação, entre e intra os povos e as gerações, tem sido a fórmula para o diálogo educacional de natureza interétnica. Diálogo que se quer de duas vias, enriquecendo com o conhecimento dos povos indígenas, ou o diálogo entre povos, se sistematizem e divulguem a partir das ciências, como campo disciplinar ou área de conhecimentos legítimos.

De acordo com Santos *et al.* (2005), todos os conhecimentos são contextuais. A auto reflexividade por parte do conhecimento ocidental nas últimas três décadas, constitui o primeiro passo para o reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo.

Essa dinâmica pedagógica realizada nos cursos do 3º Grau Indígena é um campo aberto e contínuo entre a pesquisa-ação e a ecologia de saberes, porque redefine tanto a universidade como o movimento indígena no diálogo que fertiliza os saberes dos sujeitos participantes (professores indígenas).

Para o professor/cursista do Terceiro Grau Indígena a pesquisa serve: como prática de ensino em sua área de formação específica; como levantamento de informações sistematizadas para o trabalho de conclusão de curso; como material didático específico para uso na escola da aldeia e outras utilizações de interesse da sua comunidade, especialmente na relação da aldeia com a sociedade não indígena; e no processo de luta pela demarcação das terras.

A pesquisa ocorre durante as Etapas Intermediárias, em que os alunos também desenvolvem atividades de estudo, leitura e escrita, coleta e preparação de material didático, etc.

Apesar de as atividades da Etapa Intermediária ser uma continuidade da Etapa Presencial, várias de suas ações conduzem à descoberta de algo, de um novo passo rumo à reflexão e à produção do conhecimento. Com isso, o conhecimento



indígena é amplamente solicitado nas atividades, valorizando o saber local e a diversidade étnica e cultural de cada acadêmico (JANUÁRIO, 2003, p. 60).

Um aspecto observado nas licenciaturas durante a pesquisa de campo foi a necessidade que os cursistas têm de realizar seus projetos de pesquisa a partir das necessidades identificadas em aldeias<sup>38</sup>. Eles chegam à universidade, comprometidos com uma comunidade que cobra resultados.

As pesquisas propostas para os períodos em que estão nas comunidades<sup>39</sup>, representam um momento em que a universidade se insere nas realidades de seus alunos e podem trazer como consequência a valorização e, eventualmente, a revitalização de elementos das suas culturas que, por razões diversas, deixaram de existir ou estão em processo de extinção. Os professores/formadores que atuam nos cursos são capazes de criar e recriar a realidade com seus cursistas (professores indígenas), na dialética eu/outro, numa relação crítica, afetiva, ética e exigente de pesquisar a própria realidade para articulá-la com os conhecimentos científicos e tecnológicos existentes, o que leva também à produção do conhecimento novo.

No processo educacional dos cursos do Terceiro Grau Indígena, em que os conteúdos das disciplinas são voltados para a realidade sociocultural dos povos indígenas, representados pelos professores indígenas, a aprendizagem se relaciona diretamente com a produção de conhecimentos, criando espaços de comunicação e troca de experiências, garantindo, desta forma, a permanente ressignificação de novos conhecimentos.

Muitos cursistas para fazer pesquisa na comunidade, devem requerer autorização do conselho de anciãos e lideranças da aldeia, que normalmente se reúnem quase todas as noites no local chamada de “casa dos homens”. Os professores/cursistas, ao se apresentarem para o ancião como alguém que necessita e tem disponibilidade para aprender sobre seus conhecimentos tradicionais, passam a ser

---

<sup>38</sup> Pelo fato de eles estarem inseridos em uma coletividade e pertencerem a um movimento social com identidade.

<sup>39</sup> Além de formar o professor-pesquisador e de fornecer o retorno necessário à continuidade dos estudos na universidade.

percebidos e reconhecidos pelo grupo em que pertence como sujeitos que desenvolvem atividades importantes para toda a comunidade.

O 3º Grau Indígena da UNEMAT tem dado uma contribuição importante para o resgate e revitalização de tradições que não eram mais praticadas e que voltaram a ser praticadas nas aldeias. Há uma preocupação grande dos professores/cursistas em registrar a cultura tradicional para não perder, porque, segundo eles, os velhos estão morrendo. A predominância dos temas de pesquisa de campo é sobre a cultura tradicional de cada povo, a maioria dos professores/cursistas querem pesquisar coisas deles. Maria Ilda (da etnia Irantxe, entrevistada em 2009) observa que:

Com a necessidade de conhecer a minha história, a minha identidade, pesquisei junto com meu pai que é cacique, minha mãe e minhas avós. Pesquisei a língua materna, os cânticos, por meio de reuniões com a comunidade, tudo era discutido coletivamente.

Segundo Hébia (entrevistada em 2010):

Quando a gente pede para eles que façam pesquisa com os anciãos há um interesse muito maior em realizar as atividades. Eles gostam de fazer atividades com os mais velhos, eles gostam de ouvir as histórias, sempre são as atividades que dão mais páginas da produção da pesquisa. Eles gostam mais de escrever quando eles têm que entrevistar. A gente trabalhava muito essa questão da realidade, do buscar o tema da realidade deles e trazer para discernir na universidade, trazer para teoria, para relacionar a prática com a teoria.

Na opinião de Maria Margarete (professora/formadora no 3º Grau Indígena, entrevistada em 2010):

O que mais me chamou atenção foi a questão da pesquisa na aldeia com os velhos. Para mim, foi assim um conhecimento muito grande que os cursistas professores indígenas trouxeram para dentro da UNEMAT, foi a história contada realmente pelo seu povo, pelos velhos. A hora de eles entrevistarem, eles escreviam tudo, a forma com que eles falavam, se ele parava, era um tempo

que parava, porque os povos indígenas são muito de ouvir, então assim essa coisa trazida da aldeia, essa pesquisa da aldeia, me chamou muita a atenção.

Nilce Zonizokemairô (da etnia Paresi, professora/cursista do 3º Grau Indígena, entrevistada em 2007), a respeito da resistência dos idosos em dar entrevistas, observa:

Muitas vezes eles têm resistência, porque têm medo, agora têm uns que a gente explica para eles que é necessário ser registrado os conhecimentos, eu sempre coloco para eles que eles são a memória viva, eu falo quando vocês morrerem a geração mais nova não vai ter esse conhecimento, eles não vão ter essa sabedoria, então a melhor forma de a gente estar guardando esse conhecimento é escrevendo, publicando, gravando para não morrer junto com vocês.

Utilizando a metodologia da alternância, os projetos de pesquisa dos professores/cursistas, além da escola, também envolvem a solução de problemas das comunidades, ou seja, a realização de *pesquisa-ação*, o que implica a adoção de um modo de produção e socialização do conhecimento, situadas num contexto de aplicação (Santos, 2004). Assim as pesquisas dos alunos partem da necessidade de resolver problemas práticos ou de atender às demandas sociais, culturais dos alunos e de suas comunidades.

Para Santos a *pesquisa-ação* é uma ação que exige maior responsabilidade social por parte da universidade.

A pesquisa-ação consiste na definição e execução participativa de projetos de pesquisa, envolvendo as comunidades e organizações sociais populares a braços com problemas cuja solução pode beneficiar dos resultados da pesquisa. A ecologia dos saberes é um aprofundamento da pesquisa-ação. É algo que implica uma revolução epistemológica no seio da universidade. A ecologia de saberes se refere a um conjunto de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo. Implica uma vasta gama de ações

de valorização, tanto do conhecimento científico, como de outros conhecimentos práticos. (2004, p. 75-81).

O envolvimento dos professores/cursistas em articulação com a comunidade (anciãos, lideranças, alunos das escolas) no processo de pesquisa pode-se apontar um significado político-cultural importante, no que se refere ao esforço que cabe à universidade, de mediar a construção de interpretações contra-hegemônicas, nas quais se proceda a articulação de formas de saberes produzidos pela experiência social de grupos não hegemônicos, como os povos indígenas. Para Santos (2006:811-813), a superação da hegemonia de uma forma de pensar e interpretar a realidade (formulada pela ciência e epistemologia modernas), além de requerer uma outra racionalidade, exige um outro tipo de intelectual, capaz de operar esta nova racionalidade.

Ao buscar respostas para os problemas e expectativas das comunidades, assim como compreender os processos históricos em que os povos indígenas estão inseridos, a problematização e a aplicabilidade dos conhecimentos apreendidos pelos cursistas durante a etapa na universidade são testadas em espaços concretos. Neste processo metodológico distinto, os conhecimentos apreendidos são aplicados pelos cursistas em contextos educacionais, como as escolas das aldeias. A teoria e o contexto social, neste sentido, vão se fazendo e desfazendo, o conflito e o encontro das teorias científicas e filosóficas, os conhecimentos tradicionais indígenas e as práticas sociais vão se constituindo processualmente, como se pode observar no exemplo a seguir.

Por ocasião da Etnografia na Aldeia Umutina – Barra do Bugres, no mês de julho de 2009, foi possível acompanhar a prática docente de alunos egressos da primeira turma do Terceiro Grau Indígena. A escola na aldeia Umutina surgiu a partir do ingresso de professores indígenas da no Terceiro Grau Indígena. Hoje, a escola que é estadual dispõe de Ensino Fundamental e Médio. Todos que atuam na escola, desde a direção até o pessoal da faxina são indígenas. Os professores da escola são formados pela UNEMAT, a maioria com graduação e especialização.

Na escola, na sala da 8ª série, participei da aula de Língua Materna, ministrada pelo professor indígena Luizinho Ariabô Quezo, que participou da primeira turma do Terceiro Grau Indígena, graduando-se no curso de Línguas, Artes e Literatura, com Trabalho

de Conclusão de Curso (TCC) sobre “Histórias e mitos do povo Umutina”. Esse professor também participou do curso de especialização em Educação Escolar Indígena, concluído na UNEMAT em 2010, com a monografia sobre a “Construção de frases na língua Umutina a partir dos seus elementos culturais”.

Observei que o professor Luizinho Ariabô Quezo se utiliza de seus trabalhos de pesquisa, que foram realizados mediante consulta em livros e em entrevistas com os indígenas mais velhos da aldeia. No caso da monografia de especialização, consta como objetivo, em que o conteúdo é formado de sintaxe Umutina com figuras desenhadas e frases na língua indígena e em português, que contou com a ajuda dos seus alunos do ensino médio para desenhar e organizar. Na aldeia, o português é considerado a primeira língua e a língua materna a segunda língua, pois da etnia Umutina, há apenas três pessoas idosas que são falantes da língua tradicional.

Nessa aldeia, a revitalização da língua materna, que começou a partir do ano 2000, é considerada um aspecto importante para “mostrar a identidade de um povo”, de acordo com professor. No plano de aula da disciplina de Língua Materna para o Ensino Fundamental, consta como objetivo: “Que todos os alunos venham a praticar no seu dia-a-dia e a falar na sua própria Língua Materna, porque no decorrer da vida passada foram impedidos de falar, mas agora na escola temos essa oportunidade de aprender o que estava esquecido”.

Para Ducinéia Tan Huare, da etnia Umutina (entrevistada em 2010) - diretora da *Escola Estadual de Educação Indígena Julá Pare* na aldeia Umutina, graduada na UNEMAT no Campus de Tangará da Serra, no curso regular de Letras e participante também do curso de Especialização em Educação Escolar Indígena no Projeto Terceiro Grau Indígena:

O Terceiro Grau Indígena da UNEMAT, tem sido muito importante para os professores e para nós povos indígenas de maneira geral, principalmente para a comunidade Umutina, em que se estava perdendo a cultura, as danças culturais que não estavam mais sendo praticadas pela comunidade. O 3º Grau veio fortalecer e valorizar a identidade do povo Umutina. Os professores indígenas começaram a estudar e fazer pesquisa com os anciões, por exemplo, aqui na aldeia ainda deu

tempo de eles pesquisarem com o ancião Laparé que era o mais antigo Umutina, ele falava a língua e sabia também muitas coisas, então deu para fazer pesquisa de vários temas, principalmente sobre a dança, os cantos, tudo isso foi possível recuperar e foi muito importante para a cultura do povo Umutina. A partir daí os professores começaram a valorizar os saberes indígenas, os conhecimentos tradicionais, e a trabalhar também com os alunos sobre a importância da cultura para nós povos indígenas.

Segundo Filadelfo (da etnia Umutina, entrevistado em 2007), fazer o curso na UNEMAT o fez aprender muitas coisas, conviver com a diferença foi uma delas. Foi uma conquista grande não só para ele, mas também para o povo Umutina, pois a cultura deles estava um pouco esquecida e o contato com os colegas e docentes do programa do 3º grau – entre os quais doutores em antropologia, linguística, matemática, física, etc., de diversas universidades do país - reacendeu a cultura Umutina.

Santos (2006) argumenta que os saberes e as práticas só existem na medida em que são usados ou exercidos por grupos sociais. Considera-se então que esta metáfora do *intelectual cosmopolita* se aplica ao professor indígena, cursista do Terceiro Grau Indígena. “Os tradutores de culturas devem ser intelectuais cosmopolitas” (Santos, 2006, p. 812). Os professores indígenas exercem função de liderança no Movimento Indígena e também em suas aldeias porque são sempre consultados e ouvidos sobre as questões da comunidade, bem como, atuam nas escolas, tanto como dirigentes como docentes. A escola na aldeia é um campo social privilegiado, onde se travam conflitos e diálogos possíveis entre saberes diferentes, envolvendo as crianças e os jovens.

Da mesma forma, se utilizando ainda dos conceitos de Santos podemos afirmar que os cursos do 3º Grau Indígena da UNEMAT são *zonas de contato* para se processar a *tradução*. De acordo com Santos:

Zonas de contato são campos sociais onde diferentes mundos da vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem.

[...] as zonas de contato são zonas de fronteira, terras de ninguém onde as periferias ou margens

dos saberes e das práticas são, em geral, as primeiras a emergir. Só o aprofundamento do trabalho de tradução permite ir trazendo para a zona de contato os aspectos que cada saber ou cada prática consideram mais centrais ou relevantes (2006, p. 808-809).

Por essas condições, os professores indígenas são agentes privilegiados para operar a *tradução* entre saberes, transgredindo a centralidade do conhecimento científico – movimento a que Santos denomina *ecologia de saberes*. Esta posição metodológica fundamentada na ideia de *ecologia dos saberes* argumenta que o diálogo e confronto epistemológicos entre diferentes conhecimentos somente é possível quando se assume que todas as formas de conhecimento são incompletas.

Conforme Santos (2004, p. 75-81), a *ecologia de saberes* constitui uma inovação nas formas de se produzir conhecimento, pois se trata de uma abertura da universidade de "fora para dentro".

A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogo entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais que circulam na sociedade (SANTOS, 2004, p. 76).

O objetivo da ecologia dos saberes é obrigar o conhecimento científico a se confrontar com outros conhecimentos para, assim, reequilibrar aquilo que foi desequilibrado na primeira modernidade, a relação entre ciência e prática social.

Um dos pressupostos da ecologia dos saberes é a forma de legitimar os saberes através dos seus efeitos práticos. É um pressuposto que leva a sério a *práxis*, ou seja, a íntima relação entre saber e prática. Dessa maneira, para a ecologia dos saberes é muito importante a materialização do saber não só em enunciados, mas principalmente em ações e relações.

Santos (2006) não concebe os saberes em abstrato, não situados; mas sim entende que os saberes são práticas de conhecimento que possibilitam ou impedem certas intervenções no mundo real. Por

serem saberes situados, a ecologia dos saberes necessita realizar algum tipo de hierarquia entre os saberes, mas não uma hierarquia única, universal e abstrata, e sim “hierarquias dependentes do contexto, à luz dos resultados concretos pretendidos ou atingidos pelas diferentes formas de saber” (SANTOS, 2007, p. 31).

Dessa forma, no momento de realizar a ecologia dos saberes, estão presentes as relações entre saberes, que possuem níveis de poder ou de legitimidade diferenciados.

Ao analisar as entrevistas realizadas com os professores/cursistas e professores/formadores do Terceiro Grau Indígena, se observou que o conhecimento científico adquirido na universidade é utilizado como uma ferramenta, que serve para resgatar e preservar o conhecimento tradicional, além de ser um recurso para propiciar uma relação mais simétrica com a sociedade não indígena na definição do direito à identidade cultural, à preservação territorial e à vida.

A articulação dos saberes é uma questão chave para a sobrevivência das comunidades indígenas. Carlos Arguello (entrevistado em 2007) observa a necessidade apontada pelas comunidades de entender e usar as “ferramentas dos brancos”, para lutar pela preservação de sua cultura, que está sendo modificada pela proximidade deles com a sociedade dos não índios:

Esse é um problema para os professores/formadores que atuam no Programa, porque de alguma forma esta mudança na cabeça desses indígenas (professores), é muito complicada, traz um complexo de culpa muito grande para os docentes, mas é a realidade, não tem como fugir, segundo ele, como o índio pode se defender? Lidar com o branco sem conhecer a matemática, ler um gráfico, saber tabuada?

Ainda de acordo com Arguello “o índio para continuar sendo índio tem que ser um pouco mais branco”, pois, segundo ele, há valores que eles ainda cultivam, mas que vêm perdendo há muito tempo:

Os alunos nossos da educação indígena sabem usar o computador... eles são capazes de produzir um vídeo sobre cultura indígena que o branco nunca pode produzir... têm que recuperar



conhecimentos que seriam perdidos de qualquer forma, eles são capazes de apresentar a realidade indígena que nós não seremos capazes, eles têm a ferramenta do branco. Então, de alguma forma a gente quis fazer, eu penso que o que eu quis fazer sobre o aspecto da educação indígena é que o Paulo Freire chama de “entoar”, potencializar, dar a capacidade para eles de trabalharem esses conhecimentos deles, a comunicação entre eles, a socialização, e tudo com a ferramenta do branco.

Para Paulo Freire, segundo Arguello potencialização ou *empowerment* é um processo que:

permite ao estudante interrogar e seletivamente se apropriar daqueles aspectos da cultura dominante, que vão lhe prover as bases para novas definições e transformações, em vez de meramente servir à ampla ordem social estabelecida (2002, p. 97).

A seguir, serão apresentados depoimentos de alguns cursistas do 3º Grau Indígena quando entrevistados sobre o sentido da importância da aprendizagem e a valorização do conhecimento tradicional indígena na universidade:

Awajatu (da etnia Aweti, entrevistado em 2010):

A importância do curso para mim no Ensino Superior é buscar informação, aprofundar o conhecimento que é força total dos indígenas, levar os dois conhecimentos, conhecer a realidade do ocidental, como é o relacionamento entre esse contato e conhecer, aprofundar também os conhecimentos tradicionais encima daquele lá. Por isso eu acho essa contribuição da UNEMAT muito importante nesse sentido, porque a gente tem que conhecer, porque conhecer a diferença do nosso conhecimento, porque nosso conhecimento é diferente do conhecimento do ocidental, então por isso que a gente quer conhecer a realidade do branco, qual é a realidade positiva, qual é a realidade negativa, isso que a gente quer diferenciar para conhecer a realidade do não índio, isso que é importante a gente conhecer na UNEMAT.

Maria Devanildes (da etnia Kayabi, professora/cursista, entrevistada em 2009):

O nosso conhecimento que veio da nossa experiência, foi bem valorizado aqui na universidade, tinha assim vários depoimentos, assim que a gente teve em sala de aula, tiveram muitos assim que achava que não ia ser dessa forma, mas o curso contribuiu para fortalecer esse conhecimento, até para as próprias culturas, então foi bem valorizado durante todos os anos que a gente fez o curso de graduação. O conhecimento adquirido na UNEMAT contribuiu bastante para o meu conhecimento ser aprofundado, ser valorizado, ser fortalecido, e foi até revitalizado em algumas comunidades que necessitava dessa revitalização.

Xario'i Carlos (da etnia Tapirapé, entrevistado em 2009):

Eu acho que o 3º grau indígena está contribuindo muito, principalmente na preservação da cultura, porque alguns povos já perderam, mas que através desse Projeto está voltando a revitalizar. Eu acho que esse é um Projeto que está fazendo um bom trabalho, principalmente na preservação da cultura, na conscientização da preservação. Então, tem muita gente que está resgatando a sua cultura.

A experiência intercultural de produção de conhecimento nos cursos do 3º Grau Indígena tem consistido numa importante demonstração do que a universidade pode fazer para produzir ciência como parte de uma ecologia de saberes. Para os professores/cursistas, realizar pesquisas significa transitar por campos simbólicos completamente novos, envolvendo racionalidades, linguagens e rituais que são próprios do mundo acadêmico, proporcionando aprendizagens de outros ritmos e outras lógicas no modo de abordar questões cotidianas do fazer a pesquisa, assim como, articular formas diferentes de conhecimento e aplicar no cotidiano da aldeia, seja na escola, seja na comunidade. Este trânsito por campos culturais, decorrente da construção de conhecimento intercultural sobre os problemas investigados, pode ser considerado como um exercício de formação daquele tipo de intelectual que Santos (2007) concebe ser

necessário para desconstruir e superar a hegemonia da forma de pensamento dominante: o intelectual cosmopolita, cuja tarefa precípua deve ser operar tradução entre saberes diferente.

Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isto implica renunciar a qualquer epistemologia geral. Em todo o mundo, não só existem diversas formas de conhecimento da matéria, sociedade, vida e espírito, como também muitos e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-lo (Santos, 2007, p. 85-86).

Esta razão cosmopolita concebida por Santos – contrapondo-se à razão indolente – opera pela assunção da multiplicidade e diversidade de experiência sociais válidas e plausíveis, que dialogam e se conflitam, o que implica a expansão das experiências sociais possíveis. Neste sentido, pode-se considerar que a produção intercultural empreendida no trabalho de pesquisa aqui analisado se configurou como um exercício de razão cosmopolita, na medida em que se pautou na articulação e no respeito crítico às formas de conhecimento tanto da cultura das etnias dos professores/cursistas, quanto da cultura acadêmica.

O desafio que se coloca para universidade consiste em consolidar estratégias que possibilitem a ampliação do preparo de intelectuais cosmopolitas. Na discussão e confronto entre saberes diferentes, uma ecologia de saberes, em que se busca validade e plausibilidade para formas de conhecimentos não hegemônicos, como os saberes indígenas, não se propõe a desqualificação do conhecimento científico. O processo de ecologia de saberes requer sabedoria e prudência no questionamento das diferentes formas de conhecimento a serem validadas ou esquecidas. Enfatiza-se, dessa maneira, o significado político e cultural da experiência dos professores indígenas do 3º Grau Indígena no desenvolvimento da pesquisa, tomada como um profícuo espaço de formação.

Desta forma, ao analisar a presença dos professores indígenas nos cursos do Terceiro Grau Indígena, constatamos que o conhecimento tradicional para o indígena é parte de sua vida, de sua estruturação social, de seu quadro histórico. É um saber que não goza de status da ciência desde o mundo oficial (ocidental). São conhecimentos que tem uma matriz epistemológica, mas que não são

elaborados teoricamente para dar conteúdo de ciência ao conhecimento tradicional. É certo que se trata de uma matriz epistemológica diferente daquela que nasce desde a modernidade ocidental. Mas também é certo que se trata de uma possibilidade humana por conhecer e explicar o mundo e como tal tem direito à legitimidade para reclamar-se e reconhecer-se como ciência, como as propostas feitas por diferentes movimentos indígenas de constituir espaços de saber que permitam reconstruir os saberes ancestrais, que lhes outorguem essa validade social e comunitária.

Neste sentido, de acordo com Santos (2007, p. 93-94), a ecologia de saberes, a inesgotável diversidade da experiência do mundo e a sua construção epistemológica não é tarefa fácil. É próprio da natureza da ecologia de saberes constituir-se através de perguntas constantes e respostas incompletas. Para isso, faz-se necessário ter um pensamento pós-abissal como premissa à ideia da diversidade epistemológica do mundo, ou seja, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico.

Para o autor, a utopia do interconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios

Na ecologia de saberes, enquanto epistemologia pós-abissal, a busca de credibilidade para os conhecimentos não científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Trata-se, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas, bem como, promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não científicos (SANTOS, 2007, p. 87- 88).

A contribuição de Kuhn, de acordo com Santos *et al.* é que na ciência, o processo de construção de paradigmas não é linear nem irreversível, e, mesmo quando consolidado, nunca elimina totalmente a presença de paradigmas rivais. Desta forma:

A ciência é produzida em diferentes contextos sociais e estes, longe de lhe serem exteriores, se interpenetram nas práticas e nos estilos científicos. Não é por isso que o conhecimento científico se torna menos válido. Mas é nisso, que se funda o caráter sempre provisório e relativo da validade (2005, p. 99).

Segundo Cunha,

é necessário encontrar uma forma para o conhecimento científico e o conhecimento tradicional viverem juntos. Viverem juntos não significa que devam ser considerados idênticos. Pelo contrário, seu valor está justamente na sua diferença (2009, p. 303).

## **5 Ecologia de Saberes?**

A preocupação do Projeto Terceiro Grau Indígena em adotar metodologias próprias de ensino e aprendizagem tem contribuído para a comunicação entre o conhecimento acadêmico e os saberes que cada professor indígena traz de sua experiência didática e do cotidiano da aldeia. Essa prática pode viabilizar a integração entre os diferentes saberes, promovendo a ressignificação e a criação de novos conhecimentos. É um movimento permeado pelas diferenças, mas é justamente nesta relação de respeito às diferenças e identidades que o novo acontece. Para o Movimento Indígena, esses professores indígenas que estão se formando no Ensino Superior possuem um papel fundamental em suas comunidades, pois são vistos como tradutores entre comunidade e sociedade. Eles tanto decodificam o mundo de fora para a aldeia, como auxiliam a comunidade em sua comunicação com o conjunto da sociedade.

Neste sentido, a relação Movimento Indígena/Universidade traz uma contribuição importante no processo de formação do professor indígena, ou seja, aproximar o conhecimento indígena mediante a introdução em seus currículos, de conteúdos vinculados com os saberes e tradições culturais de diferentes povos indígenas. Conforme isso vai se estabelecendo, vão se construindo mecanismos de superação a tradição excludente de uma visão hegemônica monocultural que por séculos tem primado nas universidades, contribuindo para ressignificar sua própria concepção universitária.

Para Santos *et al.* (2005, p. 40-41): as fronteiras são um território de “passagem”, elas não demarcam apenas a ciências e os seus “outros”. As fronteiras são um aspecto determinante da diversificação ou “desunidade” interna das próprias ciências, e as demarcações funcionam como modos de autonomizar e legitimar ecologias e práticas distintas. Para ele, o “trabalho de fronteira” pode

abrir novos espaços ao conhecimento, gerar novos objetos, novas interrogações e novos problemas.

Esta nova articulação de saberes, metodologia e de diversidade e diferentes culturas produzem uma reorientação do papel dos professores indígenas, tanto universitário como aquele que trabalha em educação escolar. A função tradicional do professor como agente transmissor do conhecimento é desprezado, há que ser um professor que constrói conhecimentos em um contexto onde trabalha e com os estudantes, com interação. A educação contemporânea exige um docente investigador da cultura de seus estudantes para poder aproveitar seus conhecimentos prévios e assim criar uma dinâmica pedagógica que não produza saberes subalternos e sim enriqueça o processo de ensino e aprendizagem através da interculturalidade e aproveitando também diferentes matrizes epistemológicas dos atores que concorrem às aulas.

No momento em que os detentores dos conhecimentos tradicionais começam a fazer parte do processo decisório no que diz respeito à reconstrução do perfil de diversidade cultural do Brasil,

o processo de incorporação passa a ser dialógico, o modelo de multiculturalismo conservador dá lugar a um paradigma de multiculturalismo crítico, em que os conhecimentos tradicionais deixam de ser apenas objetos de estudo, ou produtos artísticos ou simbólicos para ser promovidos e passam a funcionar também como epistemologias alternativas às epistemologias ocidentais (CARVALHO, 2009)<sup>40</sup>.

O Projeto Terceiro Grau Indígena realizado pela UNEMAT, desde a elaboração da proposta e do programa dos cursos de licenciatura envolvendo um conjunto de atores e a participação de representantes do Movimento Indígena apresenta aspectos inovadores, tais como, a interculturalidade, a pesquisa ação, a interlocução entre saberes tradicionais e universais, a interdisciplinaridade e um novo tipo de relação professor aluno. O caminho para uma educação intercultural, de mão dupla, que revitalize nossas universidades é longo, mas a presença desta

---

<sup>40</sup> Conhecimentos tradicionais no Brasil e na América Latina: Uma agenda de resistência e criatividade. Diversidade Cultural e Conhecimentos Tradicionais. Disponível em: <<http://conhecimentostradicionais.blogspot.com/>>. Acesso em: setembro, 2009.

iniciativa, que foi uma conquista do Movimento Indígena e sua presença indígena no interior das universidades brasileiras é um passo nessa direção.

A democratização de acesso, realizada pela UNEMAT na experiência analisada, vai além da inclusão de pessoas, no caso professores indígenas, trata-se da inclusão também de saberes, bem como, da interação entre vários tipos de conhecimento. A articulação entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional indígena no Terceiro Grau Indígena, tem possibilitado novas formas de construção do conhecimento científico, constituindo uma inovação que rompe com os modelos tradicionais de oferecimento de cursos de graduação.

Ao criar espaços de interconhecimento, estará contribuindo para a passagem de um modelo eurocêntrico e monocultural de universidade para um novo paradigma que permita promover o que Boaventura dos Santos chama de ecologia dos saberes. Para o autor, a ecologia de saberes recorre ao seu atributo pós-abissal mais característico, a tradução intercultural. Embebidas em diferentes culturas ocidentais e não ocidentais essas experiências não só usam linguagens diferentes, mas também diferentes categorias, universos simbólicos e aspirações a uma vida melhor.

### **Referências Bibliográficas**

ALONSO, Margarita Flórez. Proteção do Conhecimento Tradicional? In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Semear outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, p. 289-316, 2004.

CARVALHO, José Jorge de. Série Antropologia nº 382. *Inclusão Étnica e Racial no Ensino Superior: Um Desafio Para As Universidades Brasileiras*. (Brasília, 2005 - Conferência proferida na II Semana de Consciência Negra, no Auditório do Campus II da Feevale, em Novo Hamburgo, dia 17 de novembro de 2004.)

\_\_\_\_\_. MEC/SECAD. Série Antropologia 363. *A Prática de Extensão como Resistência ao Eurocentrismo, ao Racismo e à Mercantilização da Universidade*. Brasília. 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. P.301-310. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com Aspas e Outros Ensaio*. São Paulo: Cosac Naify, 440p. 2009.

GITAHY, Leda. *Ecologia de Saberes: na direção de um novo paradigma científico?* Campinas: Jornal da UNICAMP, 29 de setembro a 5 de outubro, 2008.

GRUPIONI, Luiz Donizete. *Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil*. Em Aberto. Brasília. V.20 nº 76, fev.2003.

JANUÁRIO, Elias. *Ensino Superior para Índios: Um Novo Paradigma na Educação*. In: Cadernos de Educação Escolar Indígena – 3º Grau Indígena. Barra do Bugres. UNEMAT, v.1, n.1, 2002.

\_\_\_\_\_. *Formação de Professores Indígenas em Serviço: a etapa de estudos cooperados de ensino e pesquisa – intermediária*. In: Cadernos de Educação Escolar Indígena – 3º Grau Indígena. Barra do Bugres. UNEMAT, v.2, n.1, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Construção do Currículo no 3º Grau Indígena: a etapa de estudo presencial*. In: Cadernos de Educação Escolar Indígena – 3º Grau Indígena. Barra do Bugres. UNEMAT, v.3, n.1, 2004.

MEDEIROS, Iraci Aguiar. *Ecologia de Saberes? Estudo de uma experiência de interação da universidade com o movimento indígena*. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica. Campinas: UNICAMP/Instituto de Geociências, 2013.

MEDEIROS, Iraci Aguiar. *Por uma Relação mais Simétrica*. Campinas: Jornal da UNICAMP, 07 de outubro a 13 de outubro de 2013. ANO 2013 - Nº 578.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado*. São Paulo: Cortez, p. 777- 821. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. São Paulo: *Novos Estudos Cebrap*, n.79, p.71-94, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>. Acesso em: jul. 2010.

SOUZA, M. I. P. & FLEURI, R. M. *Entre limites e limiares de culturas: educação na perspectiva intercultural*. In: FLEURI, R. M. (Org.). *Educação Intercultural: edições necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.



## CAPÍTULO 6

### **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA INOVADORA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SOLIDÁRIO: A EXPERIÊNCIA DA MOBILIZAÇÃO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE BARCARENA - PA.**

Armando Lirio de Souza  
Everson E. Farias de Lima  
Rodrigo A. Sobral Santos

#### **1 Introdução**

Este capítulo trata da experiência de extensão universitária inovadora do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão Mercado Institucional de Alimentos (PMIA), desenvolvido na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará, no período de 2014-2015. Em 2013, iniciou-se a articulação de pesquisadores, extensionistas, gestores públicos e representações do movimento social do campo centrado na preocupação sobre a execução e aprimoramento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Território da Cidadania do Baixo Tocantins e do Salgado Paraense. Teve como objetivo assessorar as organizações socioprodutivas vinculadas ao movimento social do campo (associações de produtores/as rurais, associações de mulheres da agricultura familiar, associações quilombolas, cooperativas agrárias e agroindústrias da agricultura familiar); e, estimular nos gestores públicos a organização de ações voltadas para o fortalecimento do mercado institucional de alimentos. Por meio da pesquisa-ação e da metodologia de incubação de empreendimentos econômicos solidários, foram realizadas atividades de assessoria, formação continuada, orientações técnicas em pelo menos cinco municípios do Baixo Tocantins, com destaque para as ações realizadas no município de Barcarena. Em suma, os resultados obtidos dizem respeito à mobilização social e melhor entendimento dos agentes sociais e políticos da região sobre execução de políticas públicas e gestão de empreendimentos econômicos solidários e da agricultura familiar. Pode-se apresentar como resultado desta mobilização social, em particular em Barcarena, o acesso e fornecimento de produtos da agricultura familiar pela Associação Parques do Aracuans do Cafezal (APAC) no edital de

compra governamental para o Restaurante Universitário da Universidade Federal do Pará, no ano de 2016.

No período de 2014-2015, o Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão Mercado Institucional de Alimentos (PMIA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Faculdade de Ciências Econômicas (FACECON), atuou no Território da Cidadania do Baixo Tocantins, estado do Pará. Destaca-se neste trabalho a vivência e experiências sistematizadas, no exercício da extensão universitária inovadora, por meio da atuação de uma equipe de docentes, discentes e técnicos de nível superior na identificação, assessoria e acompanhamento de ações governamentais, no âmbito municipal, e mobilização dos/as trabalhadores/as do campo, em particular no município de Barcarena, no apoio à comercialização e compra governamental de alimentos oriundos da agricultura familiar/empreendimentos econômicos solidários<sup>41</sup>.

O objetivo era promover espaços de diálogo entre gestores públicos (Secretarias Municipais), entidades de apoio e fomento (órgão de assistência técnica rural e movimentos sociais) e as organizações socioprodutivas da agricultura familiar, na perspectiva de estreitar/articular as ações para garantir a participação dos/as trabalhadores/as rurais em editais públicos de crédito rural, por meio da elaboração de projetos sociais, voltados aos grupos familiares, que trabalham sob a perspectiva de produção e comercialização de alimentos, com foco no apoio ao fortalecimento do mercado institucional de alimentos, principalmente projeto voltados ao

---

<sup>41</sup> Utiliza-se estas duas nomenclaturas separadamente pelo significado de representação social que cada uma delas representa. A primeira categoria, agricultura familiar, diz respeito a consolidação desta representação social, em termos analíticos no campo acadêmico, e a formalização desta referência no âmbito das políticas públicas, conforme prever a Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A segunda categoria, Empreendimentos Econômicos Solidários, mesmo legitimada no conteúdo do Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), é mais recente, e ganhou destaque com o movimento social da economia solidária, que envolve entidades de apoio e fomento, agentes governamentais e representações dos trabalhadores (as) da economia solidária, em prol da definição de ações governamentais de apoio as unidades produtivas coletivas urbanas e rurais que se desenvolveram, ao longo da década de 1990, com a crise no mundo do trabalho. Atualmente, estas duas categorias se confundem ou estão imbricadas no mapeamento da economia solidária, contudo, na maioria das discussões sobre desenvolvimento rural e economia solidária elas são representadas de acordo com sua identidade conceitual própria, seja pelos pesquisadores envolvidos com as referidas temáticas, seja pelos próprios representantes do movimento social do campo e da economia solidária. Trata-se de afirmações de posições políticas, mas principalmente de identidade organizativa e da institucionalização de políticas públicas organizadas para cada um destes agentes socioprodutivos.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Contudo, estudos anteriores e a experiência com a extensão universitária já apontavam algumas características próprias da dinâmica desses agentes socioprodutivos. Há uma clara demonstração de ampliação da fronteira do conhecimento, quando se observa que as atividades destes agentes não se restringem às atividades agrícolas. Por isso, a importância do conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar, para dar conta deste sistema de atividade que envolve os sistemas de produção e a organização social e econômica das unidades produtivas familiares da contemporaneidade<sup>42</sup> (CAZELLA et al, 2009).

É possível identificar a potencialidade de uma “Rede Institucional de Desenvolvimento Territorial Solidário” para ações de apoio ao fortalecimento das organizações sociais da agricultura familiar no Território do Baixo Tocantins. Desde a década de 1980, o Baixo Tocantins apresenta mobilização e articulações políticas que resultaram na construção de propostas para o redirecionamento do cenário socioeconômico e político do território (SOUZA, 2011). Recentemente, entre 2003-2006, o movimento social do campo, as organizações não governamentais, passaram a conduzir um cenário político institucional, na qual as discussões sobre desenvolvimento territorial rural, com apoio da política de desenvolvimento rural sustentável, do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ganhou novas proporções. Assim, criou-se, em agosto de 2005, o “Território Rural do Baixo Tocantins<sup>43</sup>” (PDTRS Baixo Tocantins, 2008; ARAÚJO, TEISSERENC, 2016).

---

<sup>42</sup> Para aprofundar sobre a questão da "multifuncionalidade da agricultura familiar" ver, Cazella et. al (2009).

<sup>43</sup> O Baixo Tocantins passou por várias reconfigurações administrativas, na década de 2000: em 2005, definido pelo governo federal como Território Rural do Baixo Tocantins composto pelo Municípios de Abaetetuba, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Moju; no ano de 2007, o governo estadual denominou como uma das 13 Regiões de Integração, Região de Integração do Tocantins, composto por onze (11) município (Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia); em 2008, o governo federal alterou a política de desenvolvimento territorial e passou a denominar de Território da Cidadania do Baixo Tocantins, agora com onze (11) municípios com a inclusão dos municípios do Acará e Tailândia, na mesma configuração da Região de Integração estadual (ARAÚJO, TEISSERENC, 2016). Atualmente, a partir de 2014, o governo redefiniu as Regiões de Integração e criou a Região de Integração Tocantins, com onze municípios (Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia). As reconfigurações territoriais não possuem grandes diferenciações, apenas o destaque para a inclusão dos municípios de Acará e Tailândia na territorialidade do governo federal. Os resultados das pesquisas de campo na região tem demonstrado o grande distanciamento entre estes dois municípios e a reduzida participação nas mobilizações realizadas pelos agentes territoriais.

Atualmente, existe um conjunto de segmentos sociais e institucionais no território, representados por: a) Instituições de Ensino Superior (IES), como os Campi Universitário da UFPA em Abaetetuba e Cametá e suas extensões em outros municípios do território<sup>44</sup>, Campus do IFPA em Abaetetuba, além de ações de extensão da UFPA (Campus Belém e IFPA Campus Castanhal); b) Organizações do movimento social do campo e da cidade, como cooperativas, associações, sindicatos de trabalhadores rurais e movimento de mulheres, ribeirinhos e remanescentes quilombolas; c) Organizações da Sociedade Civil de caráter territorial, nacional e internacional, como Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APAC), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Associação Unidade e Cooperação Para o Desenvolvimento dos Povos (UCODEP) e a Cáritas Brasileiras; d) Gestores Públicos por meio das secretarias de agricultura, assistência social e educação (um experiência recente na educação tem sido as coordenadorias/departamentos de educação do campo) e a Empresa de Assistência Técnica Rural (EMATER).

Identificou-se que esse conjunto de representações institucionais e organizacionais estão agrupados em Fóruns, Conselhos e Colegiados. Trata-se de uma estrutura representativa de controle social territorial, denominados como: Fórum Territorial de Economia Solidária do Baixo Tocantins, já teve uma atuação mais efetiva no âmbito das discussões sobre economia solidária; Fórum Regional de Educação do Campo Tocantina I e II (FORECAT), vinculado ao Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC)<sup>45</sup>, bastante atuante no território; Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Município de Abaetetuba, um dos únicos identificado e em funcionamento no Baixo Tocantins; Conselhos Municipais de Alimentação Escolar (CAE), normalmente são os conselhos municipais mais regulares, contudo, com dificuldade de funcionamento; e, Conselho de Desenvolvimento Territorial Rural do Baixo Tocantins (CODETER), este conselho está consolidado no território, apesar das dificuldades de apoio financeiro.

Apesar da existência dessas organizações de controle social, percebe-se que há dificuldades de diálogos e construção de uma

---

<sup>44</sup> O Campus Universitário do Tocantins da UFPA, em Cametá, atuou diretamente como célula de acompanhamento do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Tocantins (CODETER) e coordenou o Núcleo de Extensão para o Desenvolvimento Territorial (NEDET).

<sup>45</sup> O FPEC se articula junto as Secretarias Municipais de Educação, os Movimentos Sociais e das Casas Familiar Rural e apoiou a criação do Programa Saberes da Terra da Amazônia Paraense.

agenda integrada para o território. Há tentativas e esforços entre as diversas organizações citadas, em trabalhar conjuntamente, mas não se observa avanços contundentes na integração entre segmentos sociais e institucionais. Compreende-se a importância dessas organizações para a construção de um ambiente de integração e seu potencial para o fortalecimento das ações de fomento à promoção de infraestruturas técnicas, políticas e socioprodutivas.

A ação extensionista desenvolvida pela equipe da UFPA identifica várias fragilidades na gestão das organizações da agricultura familiar/empreendimentos econômicos solidários. Consequentemente, estas dificuldades prejudicam o acesso dessas organizações às políticas públicas voltadas para o mercado institucional de alimentos. No exercício de protagonizar sua inserção nas políticas públicas, já mencionadas, deparam-se com barreiras técnicas e burocráticas. Observam-se dificuldades de avanços, mas quando avançam é por meio de articulações com entidades de apoio e fomento. Em algumas situações, isto gera relação de paternalismo e relações de dominação no controle dos fluxos organizativos e produtivos, o que implicar em problemas na autonomia de gestão e política dessas organizações (MIGUEL, 2015).

Nesse sentido, para iniciar algumas reflexões sobre este cenário, é importante fazer os seguintes questionamentos: O que impede o diálogo (aproximação) entre o conjunto de segmentos sociais e institucionais no território? É possível criar uma agenda integrada entre as ações? Será o momento de pensar estrategicamente sobre a instrumentalização, por meio de metodologias inovadoras na gestão de processos participativos, fluxos organizativos, produção do conhecimento e aprimoramento de políticas públicas territoriais? Para compreender este processo e propor instrumentos inovadores na gestão de fluxos organizativos, produtivos, e coletivos é preciso aprofundar mais sobre esta problemática.

No entanto, pretende-se propor somente um debate inicial e apontar a importância de ações integradas. Assim, partiu-se do pressuposto que a mitigação dessas dificuldades deve ter como princípio o apoio e diálogo, por meio da mobilização de uma rede territorial. Portanto, integrar ações em uma agenda comum, com temas da economia solidária, desenvolvimento territorial, extensão universitária, assistência técnica rural e outros temas complementares. Desta forma, é possível valorizar conhecimentos já desenvolvidos no âmbito local, experiências e metodologias

consolidadas, assim como, a identidade das organizações socioprodutivas da agricultura familiar do Baixo Tocantins e de seus arranjos institucionais e organizacionais.

Desse modo, o trabalho está dividido em quatro (4) seções. A primeira seção trata da contribuição do desenvolvimento territorial rural e economia solidária na proposta de ação integrada. Pretende-se apresentar uma aproximação teórica desses campos e fazer um exercício de integração, a partir do termo desenvolvimento territorial solidário, a seção provoca a reflexão sobre a integração de tais políticas. A segunda seção traz uma contextualização sobre o território do Baixo Tocantins e o município de Barcarena. A terceira seção, contém um debate acerca da extensão universitária no Brasil, seu histórico, mudanças e suas implicações determinantes, com o intuito de provocar reflexões críticas, e, em seguida, pontua a ação extensionista desenvolvida pelo PMIA, junto aos atores sociais do município de Barcarena, com ênfase no percurso metodológico das ações. Por fim, a quarta e última seção apresenta as considerações finais e aborda os desafios e contribuições da extensão universitária inovadora ao apoio à reflexão de ação integrada para construção de “Rede Institucional”, de caráter territorial e solidário.

## **2 Contribuição do Desenvolvimento Territorial Rural e Economia Solidária na Proposta de Ação Integrada.**

Este primeiro momento, está reservado para uma reflexão sobre a importância do movimento de economia solidária, no que diz respeito a capacidade de mobilização e representatividade de grupos organizados, na construção e fortalecimento de políticas de caráter territorial. Pretende-se indicar as contribuições deste movimento social e suas repercussões na construção e orientações para políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.

Mas o que é de fato economia solidária? Qual o propósito desse projeto? É um projeto ou um resultado natural em resposta as dificuldades socioeconômicas? Algum grupo a idealizou? Quais características lhe são peculiares? Como ela se articula? Esses questionamentos estão cada vez mais frequentes no âmbito acadêmico, na gestão pública e nas instituições de apoio e fomento. Observa-se, ao mesmo tempo, que a economia solidária avança como uma possível resposta ao desemprego estrutural, no entanto, as questões apontadas anteriormente ganham força e carência de explicações mais contundentes. Não compete a este trabalho

responder tais questões, mas abordá-las como indagações para melhor compreensão sobre a lógica de formação da economia solidária, e seu caminhar, enquanto contribuição como experiência de mobilização e articulação política.

Para autores como Singer (2000), Gaiger (2003; 2004; 2014), Tauile (2005; 2004) a economia solidária ganha força, no Brasil, ao longo dos anos 90. Inicialmente, houve a identificação e sistematização de informação sobre um conjunto de empresas autogestionárias, conduzidas por trabalhadores em situação de vulnerabilidade socioeconômica, resultantes de situações falimentar ou pré-falimentar. Justifica-se a organização desses grupos face a precarização e crise do mundo do trabalho. Tais autores, supracitados, não apontam este cenário como o início da economia solidária, tão pouco como sua única forma organizativa, mas enfatizam que este momento histórico traz consigo uma força e um apelo político para o reconhecimento da importância deste movimento social e econômico.

Destarte, pode-se afirmar que o fenômeno da economia solidária possui instrumentos de mobilização social, formação política, perspectiva econômica e várias experiências de articulação em rede socioproductiva e cultural, algo bastante característico do movimento social do campo<sup>46</sup>. Portanto, “a economia solidária não pode se limitar a um olhar de alternativa de emprego e renda[...]” (SOUZA, 2012). Mas sim, deve ser observada por envolver setores populares dotados de referências culturais e de lideranças autênticas que: buscam e valorizam a vida comunitária, de caráter coletivo e

---

<sup>46</sup> É possível identificar vários ambientes de cooperação e associativistas na ruralidade brasileira. É possível citar dois trabalhos clássicos, que sistematizam experiências de grupos em comunidades rurais, cada um com sua abordagem e narrativa, contudo, ambos de grande relevância enquanto registro histórico. O primeiro, é o relato sobre a guerra no Arraial de Canudos apresentado por Euclides da Cunha (1866-1909) em “Os Sertões”, de 1902 (CUNHA, 2002). Trata-se de um documento histórico sobre um fato que ocorreu no interior da Bahia, no período de 1896-1897. O caráter sangrento e a resistência dos camponeses sob a liderança do lendário Antônio Conselheiro, permite se ter um retrato das condições de sobrevivência e organização camponesa, ou do modo de vida do sertanejo, no final do século XIX, nos rincões do nordeste brasileiro. O segundo trabalho, diz respeito a experiência das ligas camponesas, no documentário “Cabra Marcado para morrer”, de Eduardo Coutinho e executado com apoio do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1964 (COUTINHO, 1984). Eduardo Coutinho retomou as filmagens no ano de 1981, momento em que localizou uma das principais lideranças da Liga Camponesa do Sapé, no estado da Paraíba, Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, assinado no ano de 1962, por fazendeiros locais. O cineasta tentou retratar no filme o início da organização camponesa na luta pelo reconhecimento de sua importância na estrutura econômica brasileira e reforça as lutas dos camponeses, através da organização, na Zona da Mata de Pernambuco, da Liga Camponesa do Engenho da Galileia, originada em 1954-1955, como Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) na liderança de José do Prazeres e Francisco Julião (LEWIN, 2005). Esses dois exemplos são referências sobre a organização e possibilidades de autogestão de grupos camponeses, fortes politicamente com o propósito de apontar melhores condições socioproductivas, reconhecimento e valorização cultural, e bem-estar, por meio de vida digna.

mobilizadora de formação política; lutam pela melhor condição de trabalho e qualidade de vida. Assim, as organizações populares, oriundas de lutas sociais apresentam maior solidariedade comunitária e maior inserção política na sociedade (GAIGER, 2014).

Neste momento, é importante destacar a trajetória da economia solidária no Brasil, que ao longo de seu "surgimento", apresenta constantes exercícios de mobilizações sociais e fortalecimento político, que resultaram, inicialmente, na construção de uma ação governamental de economia solidária<sup>47</sup> (SOUZA, 2012). Por isso, tornou-se uma referência no âmbito institucional, em decorrência de suas características próprias. A construção da ação desenvolvida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), entre 2003-2016, contemplava a preocupação em articular ações de caráter interministerial e perspectiva territorial.

Por uma lado, buscava-se integrar políticas públicas transversais, orientadas para o fortalecimento do trabalho coletivo, rural e urbano, com intuito de construir uma agenda inovadora nas políticas públicas sociais e econômicas, pautada em uma outra economia ou em outro viés de desenvolvimento econômico, capaz de incluir econômica e socialmente, seguimentos da economia popular e solidária, e, assim, promover condições de bem-estar social digno, para a grande maioria dos brasileiros. Em tese, esta é a centralidade da ação governamental da SENAES.

Por outro lado, pode-se afirmar que a constituição da ação governamental de economia solidária apresenta aproximações as ações governamentais pautadas na abordagem territorial, voltadas para o desenvolvimento territorial rural, por manter os objetivos de definir estratégias de ações integradoras para o desenvolvimento (SOUZA, 2012). Portanto, a transversalidade se apresentava como uma experiência real na construção de uma política para economia solidária. Assim, pode-se observar que diálogos aproximados, entre ações de programas e projetos ministeriais e concepções políticas de movimentos sociais com mesmas pautas, resultaram no

---

<sup>47</sup> No Brasil, no campo da Economia Solidária, a fase de construção da ação governamental caminha paralelamente a mobilização social. Inicia-se, em 2003, com a criação de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), criado em 2006 pelo Decreto 5.811/2006. As conferências municipais, territoriais e nacional também fazem parte da construção da política, e a I, II e III Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), em 2006, 2010 e 2014, acontecem e reforçam a construção da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).



fortalecimento da base de debate de formação de políticas públicas territorializadas (GAIGER, 2014).

Para melhor compreender a proposta de desenvolvimento territorial solidário, é necessário entender como o desenvolvimento territorial se apresenta como ferramenta de fortalecimento da política e mobilização institucional da economia solidária. Pretende-se, assim, indicar o caráter de aproximação e/ou complementariedade entre as ações do antigo MDA e a construção da ação governamental da SENAES, anteriormente localizada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Sem dúvida nenhuma, a abordagem do desenvolvimento territorial tem afinidade com a linha de pensamento e atuação por autores que defendem a as bases conceituais do desenvolvimento rural, como Navarro (2001) e Silva (2001). Em síntese, o desenvolvimento rural pode ser definido como uma estratégia apoiada em um montante de ações econômicas, políticas e sociais voltadas para melhoria do bem-estar das populações rurais, com o objetivo de respeitar a cultura local e adotar indicadores de ampla aceitação as diferenças de processos produtivos. Portanto, o surgimento de tais estratégias deve ser aceito, no âmbito governamental, de forma participativa, com uma prévia leitura das diferentes realidades (interpretações), identidades, territorialidades, com o intuito de envolver os sujeitos sociais, vinculados a determinados espaço rural.

Contudo, em uma leitura crítica, Favareto (2010) aponta que, a partir dos anos 80 e 90 acontece o realinhamento dos instrumentos tradicionais de promoção do desenvolvimento, ou seja, o redirecionamento da intervenção estatal na tentativa de avançar de um corte setorial para um corte eminentemente territorial. Para que isso tomasse força institucional, as agências internacionais de cooperação e apoio ao desenvolvimento incorporam o discurso da nova abordagem rural, em destaque para: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL); Banco Mundial; Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); e, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Historicamente, sempre houve uma visão de política agrícola. As agências multilaterais, agem como “pivô” da articulação, com proposta de apoio à estrutura de financiamento, condução de seus interesses e competências no âmbito acadêmico, político e

econômico. Neste contexto, é observada a “nova” visão do desenvolvimento rural como uma ação “forjada”, portanto, culmina na retórica do desenvolvimento territorial rural. Ou seja, os velhos valores e práticas da política agrícola, e não agrária, continuam a conduzir atores sociais à dependência de processo ou dependência de caminho (FAVARETO, 2010).

É importante ter cuidados com o tema e a releitura desta prática. Conforme, é observado no debate sobre a nova abordagem do desenvolvimento rural, ou a nova ruralidade. Há grande contribuições de teóricos que reforçam uma revisão bibliográfica que destacam a importância dos processos sociais, afim de dar ênfase aos aspectos territoriais, portanto, o reconhecimento de novas dinâmicas espaciais (FAVARETO, 2010). Há relativo grau de complexidade nesta abordagem crítica aos modelos importados das agências multilaterais.

Por exemplo, Schneider (2004) aponta que a discussão sobre o desenvolvimento rural é uma preocupação dos estudiosos com elementos-chave no debate sobre o desenvolvimento rural. Para ele, a erradicação da pobreza rural, o protagonismo dos atores sociais, sua participação política, e, principalmente, fortalecer o olhar sobre o território como unidade de referência, torna-se algo primordial.

Em termos gerais, isto orientou a política pública do antigo MDA, ao adotar como referência para as estratégias de apoio ao desenvolvimento rural, um conceito de território, que se fundamenta no enfoque territorial advindo de outra perspectiva metodológica. Portanto, reconhece que o rural não se limita à atividade agrícola, ou que a escala municipal não é suficiente para o planejamento e o desenvolvimento, ou que a escala estadual é muito ampla e não consegue dar conta da heterogeneidade e das especificações locais. Assim, a descentralização das políticas públicas assume o território como uma unidade adequada para criar e desenvolver os laços de aproximação entre pessoas, os grupos sociais e as novas institucionalidades (DELGADO, LEITE, 2011)

Nesse sentido, a abordagem territorial se refere: a espaços socialmente construídos; múltiplas dimensões territoriais; diversidade cultural; ênfase nas metodologias participativas; a constituição de arranjos institucionais; demandas sociais e ofertas de políticas públicas em equilíbrio, ou em condições de garantir a melhor situação de atendimento e apoio aos agricultores (as) familiares e aos projetos de reforma agrária; orientação para o fortalecimento do controle social, por meios do protagonismo conselho de desenvolvimento

territorial rural sustentável. Em tese, tem que haver aderência desses elementos com instrumentos de acompanhamento e avaliação.

Por fim, a articulação entre a política de desenvolvimento territorial rural e a construção da política pública de economia solidária, ocorre no momento em que, a mobilização social e a formação política são bases centrais da animação do território. Isto indica uma experiência que tem como objetivo a integração de políticas públicas com mesmo fim: a valorização do trabalho a partir do reconhecimento de procedimentos mágicos<sup>48</sup> (autogestão) de atores sociais em situação de vulnerabilidade social.

Assim, a importância da valorização da atuação conjunta entre lideranças da agricultura familiar e da economia solidária, dos gestores públicos e das entidades de apoio e fomento. Estes agentes são cruciais para formação de um cenário político e ideológico capaz de atender as demandas sociais como financiamento (crédito e finanças solidárias), conhecimento (educação, formação e assessoramento) e ambiente institucional (legislação e integração de políticas públicas). Este movimento/articulação deve ser entendido como ferramenta de construção de uma nova institucionalidade política.

### **3 O Território do Baixo Tocantins e o Município de Barcarena**

Considera-se fundamental que a economia solidária e o desenvolvimento territorial rural reforcem a integração das ações de políticas públicas nos territórios. Neste caso, o território do Baixo Tocantins apresenta um conjunto de segmentos sociais e institucionais que estão apoiados por tais políticas públicas, qual a razão para o descompasso e dificuldade de criação de uma agenda comum? Delgado e Leite (2011), destacam que a gestão social do território pode assumir configurações distintas. No entanto, aponta-se a necessidade de maior mobilização e articulação entre organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e gestores públicos. A definição de aspectos normativos é importante, mas a compreensão da dinâmica territorial requer estudos mais apurados e no caso dos gestores públicos, uma formação multidisciplinar.

Isto requer amplo debate e planejamento intenso. A ação extensionista de uma Instituições de Ensino Superior (IES), por meio

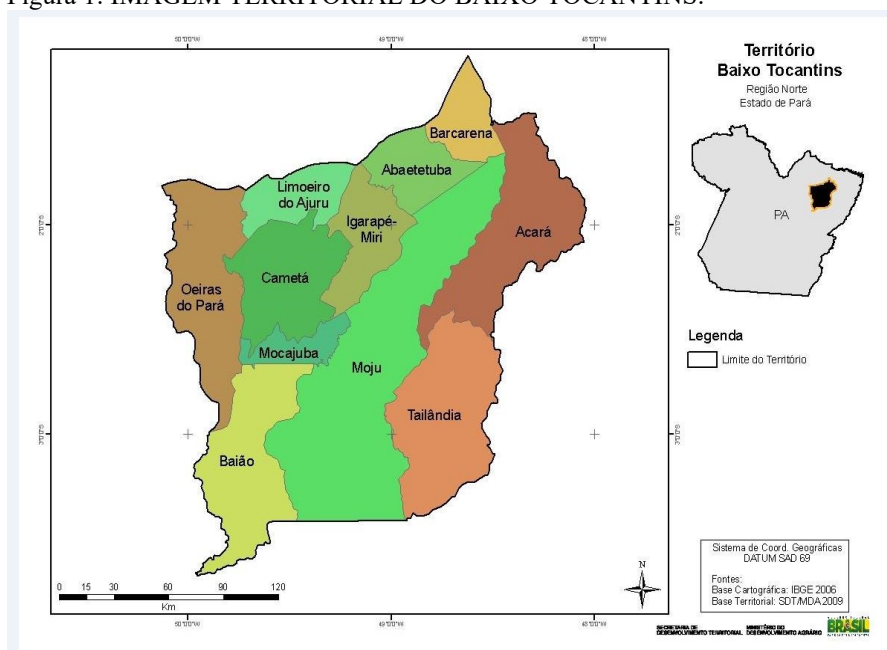
---

<sup>48</sup> Os procedimentos mágicos são entendidos como práticas cotidianas como cultura, estrutura social, linguagem e história social que sinalizam naturalmente a identidade de atores social de um dado espaço social. (FREIRE, 1983).

de um programa integrado de ensino, extensão e pesquisa, como o PMIA, representa parte do esforço de construção de uma “Rede Institucional de Desenvolvimento Territorial Solidário”. Basicamente, a contribuição do Programa se refere ao percurso metodológico pautado na mobilização dos atores sociais no Baixo Tocantins, em particular no município de Barcarena. O objetivo central é estimular, por meio das atividades de formação de formadores, maior participação dos movimentos sociais do campo no circuito de articulações políticas do território.

Neste momento, apresentam-se algumas referências sobre o Baixo Tocantins, para permitir uma melhor compreensão da dinâmica territorial. Trata-se de um território composto por onze (11) municípios, abrange uma área de 36.024,20 Km<sup>2</sup>, com uma população total de 740.045 habitantes, da qual 52,80% vive na área rural. Há outros registro importantes como: 121.321 pessoas ocupadas na agricultura familiar; 30.837 famílias assentadas em projeto de reforma agrária; existência de 10 comunidades quilombolas e duas terras indígenas; o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio se encontra na ordem de 0,68. (ARAÚJO, TEISSERENC, 2016)

Figura 1: IMAGEM TERRITORIAL DO BAIXO TOCANTINS.



Fonte: RASIL, 2014.

Houve no território do Baixo Tocantins a instalação de projetos econômicos que causaram impactos profundos na região. Por exemplo, a implantação de projetos de infraestrutura, projeto industrial minero-metalúrgico e projetos agroindustriais resultaram na exploração de recursos naturais, degradação do meio ambiente e transformações na dinâmica territorial. Como salienta Loureiro (2002, p.112): "O modelo econômico posto em ação na região tem ignorado e menosprezado a diversidade dos inúmeros ecossistemas amazônicos".

O Baixo Tocantins tem em sua formação histórica a construção de diversas organizações coletivas de comunidades rurais, originadas nas mobilizações e articulações do movimento social do campo. Estas organizações buscam, cotidianamente, a minimização de dificuldades no acesso a direitos sociais, como saúde, educação e subsistência, mas também incorporaram em sua agenda de lutas por direitos, questões relativas a viabilidade econômica de suas organizações produtivas. Esta pauta do campo econômico, inicialmente centrada no acesso ao crédito rural, por meio das associações de produtores, alcançou novos patamares, com a constituição de cooperativas de produção e de comercialização na região (ARAÚJO; SOUZA, 2013)

Desta forma, as políticas governamentais de caráter desenvolvimentistas, e as mais recentes de caráter neodesenvolvimentistas, com objetivos de integração econômica da região amazônica ao padrão nacional e internacional, repercutiram e repercutem diretamente no campo sociopolítico e econômico. Mesmo as políticas governamentais voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar provocam alterações no uso e apropriação da terra. Isto modificar a dinâmica econômica e produtiva, estabelece novas relações de trabalho e transformações territoriais (SOUZA, 2011).

É possível afirmar, que as políticas públicas de caráter estruturantes, baseadas na abordagem do desenvolvimento territorial sustentável, ainda são embrionárias no Baixo Tocantins. A ação pública promovida, pelo antigo MDA, seria uma tentativa de viabilizar o diálogo entre entidades públicas e sociedade civil organizada. No entanto, identifica-se dificuldades em viabilizá-las, conseqüentemente seus resultados foram ou são pífios na transformação das realidades da sociedade rural amazônica, com vista a melhorias das condições de vida das populações residentes nos territórios oprimidos (ORTEGA, 2008).

Apesar deste contexto desfavorável, observa-se esforços na garantia de estratégias que promovam a participação da sociedade civil organizada no processo de análise/diagnóstico das prioridades relacionadas a saúde, educação, infraestrutura e viabilidade econômica e na construção de políticas públicas mais direcionadas às reais necessidades dos territórios rurais, sob perspectiva de desenvolvimento endógeno e territorial.

Como já citado neste cenário são identificados os Colegiados de Desenvolvimento Territorial Rural (CODETER's) e consolidados os Planos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PDTRS's). Contudo, essa estrutura política de desenvolvimento territorial rural esbarra em várias dificuldades, que impedem, por exemplo, a participação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), em sua maioria, no acesso às políticas públicas de fomento ou mesmo direcionadas para o fortalecimento da agricultura familiar ou dos EES.

Por exemplo, identifica-se, por meio das ações extensionista, barreira técnico-burocrática na emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). No ano de 2015, havia somente 103 DAP's Jurídicas na Região Norte do país, sendo que o Estado do Pará concentrava quase 50% destas DAP's (BRASIL, 2015). A importância deste documento se torna fundamental para as organizações econômica da agricultura familiar acessar o mercado institucional de alimentos e outras políticas pública de fomento a agricultura familiar. Em termos da assistência técnica rural, há ausência generalizada na região. Nem sempre, as esferas municipais possuem canais de diálogos para promover ações integradas de assessoria e acompanhamento técnico.

No caso específico do município de Barcarena<sup>49</sup>, com uma área total 1.310,34 km<sup>2</sup>, integrante do território do Baixo Tocantins, possui uma dinâmica socioespacial configurado pelos seguintes espaços: a área industrial e urbana, na qual estão localizadas as empresas do setor minero-metalúrgico<sup>50</sup> e a vila dos cabanos; a área rural e as ilhas, onde

---

<sup>49</sup> O Censo Agropecuário de 2006 registrou um total de 815 estabelecimentos familiares no município de Barcarena, numa área de 13.706 hectares (0,1% da área total) (Brasil, 2006). Segundo o Censo Demográfico (2010), Barcarena conta com uma população de total de 99.859 habitantes e uma população rural de 63.562 habitantes. No ano de 2015, o município aparece com um número total de 7.228 (sete mil duzentas e vinte e oito) DAP's físicas ativas e um total de 2 (duas) DAP's jurídicas ativas.

<sup>50</sup>Em 1985, o complexo minero-metalúrgico foi efetivado, a partir da instalação da empresa Alumínio Brasileiro (ALBRAS). Atualmente a ALBRAS é controlada pela empresa norueguesa Norsk Hydro, com capacidade para produzir 460.000 toneladas/ano de alumínio. Em 1995, houve a instalação da ALUNORTE, maior refinaria de alumina do mundo, hoje denominada de Hydro Alunorte. A instalação

se concentram as comunidades e os grupos sociais tradicionalmente ligados às atividades de pesca, agricultura e extrativismo, que viviam nas áreas em foram instalados os projeto econômicos, e que foram remanejados através da política de desapropriação (denominado de entorno) (CARMO, 2011).

As dificuldades vivenciadas pelos grupos rurais e urbanos mais vulneráveis socialmente, tem gerado mobilizações em defesa da proteção dos direitos sociais básicos. Pode-se observar a luta política constante desses agentes sociais, por meio da movimentação e articulação dos movimentos sociais do município, representados pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e outras entidades do movimento social do campo.

A parceria com entidades da sociedade civil e apoio de órgão governamentais como a Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI) e a Universidade Federal do Pará, especificamente pelo PMIA, proporcionou a criação de uma agenda de ações extensionista no município com o objetivo de discutir e refletir, em espaços de debates e dialogo, em conjunto com os atores sociais, para se movimentar e traçar caminhos para fortalecimento das organizações econômicas da agricultura familiar, com destaque para o tema sobre segurança alimentar e nutricional, economia solidária, agricultura familiar e desenvolvimento territorial.

---

deste complexo industrial provocou impactos ambientais e deterritorialização de populações nativas residentes na área de instalação da planta industrial, houve desapropriação como apoio de órgão governamentais criados especialmente para esta finalidade. As famílias afetadas pelo projeto econômico resistiram por meio da criação, em 1986, da Associação dos Desapropriados de Barcarena (ADEBAR). Mesmo sem grande êxito, mas conseguiram pelo menos denunciar a subvalorização das propriedades e o descaso dos agentes públicos (NAHUM, 2008). Recentemente, em fevereiro de 2017, a empresa Hydro Alunorte foi denunciada por crime ambiental e foi notificada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). As investigações demonstram que houve vazamento de rejeitos formados de bauxita e outros elementos tóxicos, como chumbo, dos reservatórios da Alunorte. Segundo os relatos das populações locais houve o transbordamento do reservatório de rejeitos DRS1, instalado ainda na década de 1970/1980, devido fortes chuvas na região. Há também denúncias da existência de um duto clandestino pelo qual seriam despejados os rejeitos da produção mineral nos rios e mananciais do entorno da fábrica, como o Rio Murucupi. Os prejuízos para as populações ribeirinhas, em particular a comunidades quilombo de Gibrié de São Lourenço, são incalculáveis. A Assembleia Legislativa do Estado do Pará acompanha as investigações e tem a participação de órgãos como o Instituto Evandro Chagas. Em 09 de abril de 2018, a 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Barcarena determinou uma multa de R\$ 150 milhões, para a empresa Hydro, como forma de reparação dos danos causados para as comunidades e afluentes de rios. Há outros processos judiciais contra empresas, como a Imeris Rio Capim Caulim, causadora de impactos ambientais também com vazamento de rejeitos de caulim, nas comunidades rurais de Barcarena. Pode-se observar que a vida social dos vários segmentos da população tradicional de Barcarena foi afetada consideravelmente, pela implantação das empresas minerometalúrgicas. Essa reestruturação socioespacial modificou o modo de vida da população local e impôs a subjugação das populações locais que têm uma relação com o ecossistema amazônico, sobretudo, quando esses grupos sociais e comunidades locais são vistos como inexistentes, sem conhecimento e atrasados (CARMO, 2011).

## 4 Extensão Universitária Inovadora e Percurso Metodológico

Em termos analíticos, pretende-se apresentar uma breve trajetória da extensão universitária no Brasil e abordá-la em uma perspectiva multidimensional. O objetivo é tentar interligar as categorias conceituais, práticas e institucionais existente, a partir de uma experiência concreta vivenciada na UFPA, em particular as ações realizadas pelo PMIA no Território da Cidadania do Baixo Tocantins, no Pará. Citar o percurso da extensão universitária, do ponto de vista de seu referencial legal e suas práticas conceituais, pode representar um exercício de reflexão sobre as atividades extensionistas praticadas atualmente nas universidades públicas brasileiras, principalmente o seu fortalecimento, a partir de 2010 (NASCIMENTO, SOUZA, 2017)

Segundo Nogueira (2001) e Serrano (2006) a Extensão Universitária, em sua fase embrionária no Brasil (por volta de 1911), era influenciada por duas vertentes, uma surgida na Inglaterra e outra nas Universidades Americanas, de tal forma que resultou na primeira referência legal de 1931, com o Decreto Federal 19.851/31 (SILVA, 2016). Criou-se uma concepção de Extensão com o caráter de "difusão do conhecimento", um modelo assistencialista, por meio do oferecimento de prestação de serviços e cursos. Esta concepção tinha o caráter da difusão do conhecimento daqueles que sabem para aqueles que não sabem, uma forma manipuladora, domesticadora, para propagar os ideais de uma classe hegemônica.

No período da década de 60 e 70 também se observa o distanciamento das referências legais da extensão e a prática, “[...] e se estruturou seguindo o modelo norte-americano de prestação de serviços da universidade para a sociedade” (SILVA, 2016, p. 15). Em 1961, foi promulgada a lei de diretrizes e base da educação nacional que faz rápida referência à extensão universitária e acaba por restringi-la ainda mais a uma clientela já vinculada à Universidade. Contudo, neste período houve ações de extensão desvinculadas das IES<sup>51</sup> que começou a levar os estudantes a troca de experiências, atendimento a comunidades carentes e aproximação da vida social brasileira.

Nesse período democrático, entre 1961-1964, houve evolução do conceito de extensão universitária, com uma proposta de Universidade aberta e comprometida, no sentido de uma Universidade voltada para o atendimento das demandas das camadas

---

<sup>51</sup> Proposta pela União Nacional dos Estudantes (UNE).



populares, ou seja, uma proposta de extensão universitária com um caráter emancipador. A partir de março de 1964, o golpe militar incorporou várias propostas estudantis na institucionalização da extensão universitária, entretanto, com uma vertente assistencialista às comunidades carentes, o que Serrano (2006) vem a chamar de movimento de “ação sócio comunitária institucional”<sup>52</sup>. Na verdade, tratou-se de uma prática conservadora, manipuladora, assistencialista, de uma transmissão de conhecimento verticalizado e não construtor do conhecimento, naquela época, bastante criticada pelo movimento estudantil.

A partir da redemocratização do País, na segunda metade dos anos de 1980, há discussões acerca da potencialidade da extensão universitária, por isso, são propostos curso acessíveis, serviços prestados a órgãos públicos, principalmente no interior do País, que necessita de pessoal qualificado, assistência às camadas populares nos setores médicos odontológicos, jurídicos, técnicos etc. Em termos institucionais, a Constituição Federal de 1988, Art. 207, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, no seu Art. 52, são referência da nova institucionalidade da extensão universitária no Brasil. A primeira, destaca o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. A segunda, “[...] afirma que as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano (SILVA, 2016, p. 14).

Esses avanços vieram a culminar na elaboração de políticas públicas para a extensão universitária, que contribuiu para a consolidação da integralização entre ensino, pesquisa e extensão, e reflexão a cerca de uma prática denominada de extensão universitária inovadora<sup>53</sup>. Segundo o conceito presente em 1987, no I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras:

---

<sup>52</sup> Os estudantes eram levados a conhecer a realidade para possibilitar o engajamento e a participação no desenvolvimento nacional, com destaque a criação dos projetos que não tinham vínculo com as Universidades, como o Projeto Rondon.

<sup>53</sup> O ensino, pesquisa e extensão tende a acontecer concomitantemente, pois a Universidade é um espaço de ação inovadora. Logo, a extensão também se torna inovadora. Importante ressaltar, que a Universidade é produtora de conhecimento, porém não é a única detentora do saber, didaticamente colocado. Na Universidade se desenvolve o processo da pesquisa e o ensino, ou seja, o desenvolvimento processual do conhecimento. Faz-se a “experimentação” da pesquisa e do ensino, por meio das ações de extensão universitária, em uma perspectiva multidisciplinar dos ambientes. Trata-se de uma ação coletiva, porque o processo de criatividade e aplicação dos diversos saberes, deve levar em consideração a troca de saberes para a (re)construção de conhecimentos e a transformação social (considera-se que o saber popular/tradicional também influenciará e contribuirá para a construção do conhecimento). Este deve ser o sentido da prática, denominado de Extensão Universitária Inovadora.

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES..., 1989, p.1)

Contudo, ainda é preciso amadurecer a ideia da institucionalização da extensão universitária. A Universidade pública brasileira realizou um intenso trabalho na área da extensão, como uma atividade acadêmica que é parte e que se estende desde a produção até a sistematização e a difusão do conhecimento. Serrano (2006) considera que a extensão universitária vivência um momento extremamente importante para sua consolidação como fazer acadêmico, entretanto, as práticas institucionais necessitam melhor se dispor diante das funções acadêmica, social e articuladora da Universidade.

Portanto, ainda hoje, a Universidade precisa pensar e repensar minimamente de que forma enfrentar a integração entre ensino, pesquisa e extensão<sup>54</sup>. O sentido, é que haja equidade de importância

---

54 O marco legal que estabelece diretrizes para a implementação da extensão universitária na década de 2000 é fundamental para sua institucionalização na universidade públicas brasileiras. O Plano Nacional de Educação 2001-2010, por meio da lei nº 10.172/2001, garantiu a oferta de cursos de extensão e a definição de uma ação de controle social, com a presença da sociedade civil organizada para acompanhar os resultados das atividades de pesquisa e extensão para as comunidades. Além disso, definiu a

neste tripé. A extensão universitária necessita de estrutura, recursos, entre outras series de fatores para a sua execução, porque as comunidades percebem a Universidade como uma parceira de fato. Assim como, a Universidade através de programas e projetos de extensão, precisa efetuar esse exercício do ponto de vista social e transformador e da própria construção social do conhecimento.

É neste contexto, que se inseri o PMIA. Trata-se de um programa da UFPA, criado no ano de 2013, pautado na prática da extensão universitária inovadora, com o objetivo de orientar para a definição estratégias de fortalecimento político-social e estímulo a ampliação da participação da sociedade civil organizada no controle social das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e apoio ao acesso ao mercado institucional de alimentos. No ano de 2014, o PMIA atendeu 708 pessoas, dentre lideranças do movimento social do campo, agricultores (as) familiares, gestores públicos, dirigentes de organizações da sociedade civil, educadores do campo, estudantes e docentes da UFPA (SOUZA, 2014). Um público amplo, que proporcionou as atividades listadas no Quadro 1, a seguir.

### **Quadro 1: Demonstrativos dos Resultados do PMIA – 2014/2015**

<b>Política de Formação de Formadores</b>	<b>Produção Acadêmica Científica</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 19 (dezenove) oficinas de Formação/Capacitação Continuada;</li> <li>• 07 (sete) Cursos de Extensão Universitária sobre o tema do programa para a comunidade acadêmica da UFPA e IFPA-Vigia e para a comunidade em geral.</li> <li>• 07 (sete) participações em Eventos externos ao Programa.</li> <li>• 05 (cinco) Reuniões/Visitas Técnicas para Elaboração de uma Metodologia para Orientar a Instalação de Sistemas de Gestão, Acompanhamento e Avaliação do Projeto;</li> <li>• 03 (três) Seminários de Integração Territorial com os Temas: desenvolvimento, gestão territorial e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação de artigo científico no 6º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belém-PA, 2014. Título: Assessoria técnica para a elaboração e gestão de projetos sociais voltados para o Mercado Institucional de Alimentos.</li> <li>• Apresentação de artigo científico no 6º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belém-PA, 2014. Título: O Programa de Aquisição de Alimentos no município de Cametá-PA: a experiência da Associação Agroextrativista do Ajó.</li> <li>• Apresentação de artigo científico no 6º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belém-PA,</li> </ul>

implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária nas Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurou uma carga horária de no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para atividades de extensão. Inclusive, foram incorporados aos instrumentos de avaliação institucional externo a preocupação com itens relativos a extensão universitária. Este conjunto de avanços permanece previsto no Plano Nacional da Educação 2011-2020 (LAMY, 2014).

<p>economia solidária nas Regiões do Salgado e Baixo Tocantins;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 (um) Colóquio de Desenvolvimento Territorial e Mercado Institucional de Alimentos;</li> </ul>	<p>2014. Título: Mercado Institucional de Alimentos: hábitos alimentares dos agricultores de uma associação do município de Vigia de Nazaré-PA.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação de artigo no VI Encontro da Rede de Estudos Rurais, Campinas-SP, 2014. Título: Potencialidade e limites do Programa de Aquisição de Alimentos em Cametá-PA: a experiência da Associação Agroextrativista dos moradores do Ajó.</li> <li>• Apresentação de artigo no VI Encontro da Rede de Estudos Rurais, Campinas-SP, 2014. Título: Mercado Institucional de Alimentos: alternativa para o desenvolvimento rural no Baixo Tocantins-PA.</li> </ul>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: SOUZA, 2014.

Pode-se observar que as principais estratégias consistem em constituir uma política de formação continuada de formadores, para lideranças do movimento social do campo, educadores, membros de organizações da sociedade civil, gestores públicos, acadêmicos e profissionais de diversas áreas do conhecimento. Assim como, possibilitar aos agricultores (as) familiares, pescadores e populações tradicionais divulgação e orientações sobre: a diversificação da produção; ampliação das possibilidades de comercialização; incentivar redes de comercialização; orientar sobre a transição agroecológicas; sensibilizar sobre a valorização do produto tradicional do território rural discutir estratégias de fortalecimento do acesso ao mercado institucional.

Claramente, o fortalecimento da construção do conhecimento e transformação social em prol do desenvolvimento territorial foi a perspectiva das ações de mobilização territorial no Município de Barcarena. Portanto, a proposta metodológica desta ação foi fundamentada na indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão universitária, a fim de dar conta da alternância entre os ensinamentos teórico-técnicos<sup>55</sup> e os práticos (pedagogia da alternância e educação

<sup>55</sup> Além das leituras sobre as temáticas: Agricultura Familiar, Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas abordadas extensivamente nas outras seções, destaca-se a contribuição de Freire (1983), e a de revisão bibliográfica sobre Extensão e metodologia participativa, que abrem a possibilidade de debates sobre a prática extensionista inovadora.

popular) e nos fundamentos da pesquisa-ação. Dessa maneira, buscou-se promover um percurso de ensino-aprendizagem sob diferentes estratégias de articulação entre o conhecimento científico e o conhecimento tácito (SOUZA, 2014).

O início das atividades, em Barcarena, surgiu por meio de um seminário de integração territorial promovido pelo programa, no mês de abril de 2014. O objetivo do seminário foi discutir e refletir sobre os avanços e limites do mercado institucional de alimentos, sobre as políticas de segurança alimentar e nutricional, bem como o desenvolvimento territorial, economia solidária e fazer um levantamento das principais demandas sociais e anseios das comunidades. Na avaliação da coordenação do Programa isto permitiria construir uma agenda territorial de articulação dos diversos agentes sociais do Baixo Tocantins.

A partir de um levantamento preliminar, através da articulação junto à SEMAGRI, criou-se uma agenda mínima de três (3) ações extensionista. Ao garantir a consolidação da articulação com o movimento social do campo e com a SEMAGRI<sup>56</sup>, as ações do Programa passaram a ter maior abrangência e foram realizadas entre agosto e dezembro de 2014. Isto proporcionou atividades de caráter informativo e voltados para a construção de ferramentas de gestão para os empreendimentos econômicos solidários e da agricultura familiar. Definiu-se a realização de oficinas, o que propiciou a criação de um espaço de diálogo e debate entre os atores sociais e o fortalecimento político entre estes.

O planejamento e execução da agenda extensionista e de pesquisa universitária se deu por meio de procedimentos metodológicos pautados em princípios de participação, democratização e descentralização. Fundamentalmente, as orientações sobre o fortalecimento da agricultura familiar e dos empreendimentos de econômicos solidários, abrangeu temas como a abordagem do desenvolvimento territorial, do trabalho cooperativo e associativista, da pedagogia da alternância, da educação popular e da pesquisa-ação.

Esse conjunto de recursos teóricos e pedagógicos foram articulados por meio de um processo dialógico, centrado no protagonismo dos atores sociais envolvidos no projeto,

---

<sup>56</sup> No sentido de conseguir mobilizar os vários agricultores individuais, associações e cooperativas, representantes de entidades governamentais e não governamentais, para um espaço de debate e de formação.

principalmente, com a afirmação de sua autonomia, respeito a sua percepção sobre a realidade local e propostas de construção e aprimoramento de políticas públicas. A relação de parceria estabelecida entre a academia, os agricultores rurais (cooperativas e associações) e a instituições parceiras (SEMAGRI, Secretaria Municipal de Assistência Social de Barcarena - SEASS e Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barcarena - STTR) baseada na troca de saberes e na socialização de experiências, em prol da consolidação da cidadania.

Tal agenda resultou em oficinas sobre: certificação da produção local para comercialização de alimentos; elaboração de projetos sociais; Ética, controle social, cidadania e metodologias de transparência na gestão pública; redes de economia solidária para o fortalecimento da agricultura familiar; diagnóstico rural participativo; segurança alimentar e nutricional na cadeia produtiva do açaí; boas práticas de manipulação de frutas regionais: da colheita a comercialização; planejamento para conferências municipais de segurança alimentar e nutricional.

Portanto, as estratégias para a execução do PMIA estão asseguradas na própria constituição da equipe de docentes e técnicos da UFPA e das Instituições parceiras do projeto, os quais foram responsáveis por ações e atividades específicas, conforme dimensionadas no Programa como: formação/capacitação continuada; articulação ensino, pesquisa e extensão<sup>57</sup>; metodologias inovadoras de ensino-aprendizagem; instrumento técnico de aprimoramento do processo de gestão territorial. Essas dimensões são desenvolvidas de forma contínua e interligada, pois a cada atividade de campo, tais dimensões são recuperadas no exercício da extensão, como orienta Thiollent (2002) em seu artigo denominado “Construção do Conhecimento e Metodologia da Extensão”.

Por fim, ao final das atividades do Programa foi possível observar os desafios e contribuições da extensão universitária para o

---

<sup>57</sup> Um dos eixos centrais da proposta é criar mecanismos de articulação e promover um maior grau de unidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPA e desta com outras instituições de pesquisa parceiras do programa. Dessa maneira, o programa estabeleceu diálogos com outros projetos de pesquisa e extensão universitárias da UFPA e das instituições parceiras, assim como, buscou subsídios em pesquisas acadêmicas sobre os territórios da cidadania do estado do Pará, assim como as informações presentes nos Planos de Desenvolvimento Territorial Rural (PDTR) desse território. Isso permitiu, por meio da metodologia da pesquisa-ação, estabelecer diálogos com os agentes de desenvolvimento territorial, com os gestores públicos e demais agentes sociais que foram envolvidos no projeto no sentido de elaborar novas reflexões sobre a dinâmica territorial e potencializar a gestão e o planejamento dos projetos de alimentação escolar ou dos programas de segurança alimentar municipais e das ações conjuntas com os programas de mercado institucional de alimentos.

apoio à reflexão de ação integrada, no apoio a participação social nas políticas de desenvolvimento territorial. Ao formalizar parcerias e fortalecer a articulação e mobilização de lideranças rurais e do setor público em prol da integração de ações para a construção de uma agenda territorial integrada no intuito de fortalecer os colegiados de desenvolvimento territorial, conselhos de alimentação escolar e conselhos de segurança alimentar e nutricional. Portanto, é de fundamental importância procurar dar continuidade e fortalecer esta articulação com o movimento social do município de Barcarena. Para que maiores resultados aconteçam é necessário que a integração entre as ações no território ocorra de forma consistente e continuada.

## **5 Considerações Finais**

As ações desenvolvidas pelo PMIA contribuíram para o debate do desenvolvimento territorial e solidário no Baixo Tocantins. No caso da ação específica no Município de Barcarena, a prática de extensão universitária resultou na mobilização e participação do movimento social do campo na construção da agenda extensionista. Pode-se destacar as seguintes contribuições: estímulo para a criação do Conselho de Segurança Alimentar Nutricional do Município de Barcarena; mobilização e planejamento da Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional; o exercício de observação do cenário da Economia Solidária no município; além disso, orientou para o fortalecimento e articulação de rede de associações, cooperativas, gestores públicos, entidades de apoio e fomento. Em suma, orientou para a organização da Rede Institucional de Desenvolvimento Territorial Solidário do Baixo Tocantins.

Destarte, pode-se apontar que ações de extensão universitária inovadora, assistência técnica rural, informações geradas por grupos de pesquisa, mobilizações de fóruns especializados, assessorias de grupos não-governamentais, conselhos e colegiados, podem assumir papel de destaque no Baixo Tocantins. Estas ações por meio de projetos podem apoiar na captar recursos para o fortalecimento das organizações da agricultura familiar e dos empreendimentos econômicos solidários, consequentemente, contribuir para melhorias na execução de políticas públicas que atuam no desenvolvimento territorial e da economia solidária.

No entanto, observa-se que ainda existem várias dificuldades em agrupar tais ações em uma unidade consistente, com o objetivo dar respostas mais efetivas a resolução da vulnerabilidade social

presente no território. Outra questão mais delicada, é que tais ações no território são muitas vezes desenvolvidas por projetos diferentes, junto aos mesmos grupos de atores sociais e este fato não é capaz de criar uma agenda integrada. Há um sobreposição de ações e atividades e pulverização de recursos financeiros. Aponta-se neste ensaio os descompassos das ações em cinco fragilidades potenciais: (i) Falta de planejamento e agenda comum; (ii) falta de afinamento no discurso das instituições e organizações; (iii) metodologias diferenciadas; (iv) recursos descontínuos; e (v) formação política institucional diferenciada.

Na avaliação dos extensionista e pesquisadores do PMIA, o CODETER poderia assumir esta função de articulação e integração territorial. Considera-se que o acompanhamento e contribuição nos debates relacionados a realidade, principalmente produtiva, do território do Baixo Tocantins são importantes para construção de um banco de informações. Esta ferramenta deve ser debatida nas atividades de formação política dos agricultores (as) familiares e empreendimentos econômicos solidários, por meio de cursos de extensão sobre elaboração de projetos sociais qualificados e direcionados ao mercado institucional de alimentos e outras fontes de financiamento, voltados para agricultura familiar e economia solidária.

Desta forma, orienta-se para o desenvolvimento de estratégias de trabalhos integrados, por dentro das estruturas já existentes no Baixo Tocantins, como o CODETER e outros fóruns de controle social. Neste momento, entende-se que é importante um esforço teórico-metodológico e de práxis reflexiva, com o intuito de tentar compreender os dilemas territoriais, identidades locais, processos históricos de formação organizativa e reação (refluxo) natural às estruturas e o caráter das políticas públicas destinadas a institucionalizar o fortalecimento da agricultura familiar, em atendimento ao processo de desenvolvimento territorial solidário. Assim, propor a construção de uma “Rede Institucional de Desenvolvimento Territorial Solidário”.

## **REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAÚJO, Fonseca Isaac; TEISSERENC, Maria José da Silva A. Mobilização, território e a emergência de novos sujeitos e arenas públicas no Baixo Tocantins. **Raízes**. V. 36, nº 1, p. 6-21, 2016.

ARAÚJO, Isaac Fonseca; SOUZA, Armando Lirio de. Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso do Baixo Tocantins,



com ênfase na experimentação de Igarapé-Miri/Pará. *Novos Cadernos NAEA*, v. 16, n.1, suplemento, 2013, p. 43-67.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2006.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. 2014. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresentação>. Acesso em: 28/06/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/saf/dap>. Acesso em: 28/06/2017.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Orgs.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

COUTINHO, Eduardo. Cabra Marcado para Morrer. **Revista Lua Nova**, vol. 1, nº 2, São Paulo, setembro, 1984.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 2002.

DELGADO, Giordano Nelson; LEITE, Sergio Pereira. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 54, nº 2, p. 431-473, 2011.

FAVARETO, Arilson. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou inovação por adição?** In: *Estudos Avançados* (USP), v. 24, p. 299-319, 2010.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – 1987. In: GARRAFA, Volnei. **Extensão: a universidade construindo saber e cidadania: relatório de atividades 1987/1988**. Brasília: Ed. UnB, 1989. 124p

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador: UFBA, n. 39, p. 181-211, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. Editora Oikos, São Leopoldo, Brasil, 2014

LAMY, Marcelo. Uma nova definição de Extensão Universitária. 2014. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4c525a48acc0084b>.

Acesso em: 28/06/2018.

LEWIN, Helena et al. **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil: o caso do MST em Campo dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

MIGUEL, Luiz Felipe. Autonomia, paternalismo e dominação da formação das preferências. **Revista Opinião Pública**, vol. 21, n. 3, Campinas-SP, p. 601-625, 2015.

NASCIMENTO, Durbens Martins; SOUZA, Cristina Franssinete Lima de Souza Souza. Política nacional de extensão universitária: análise da experiência do instituto de ciências da saúde da UFPA. **Revista Eletrônica de Extensão**, Extensio UFSC, v. 14, n. 26, p. 23-44, 2017.

NAHUM, João Santos. Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA. **Revista Geosul**, Florianopolis, v. 23, nº 45, p. 65-84, 2008.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados da USP**, Dossiê sobre o Desenvolvimento Rural, volume 15, nº 43, 2001, p. 83-120.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual**. In. FARIA, Doris Santos de (org.) *Construção Conceitual da Extensão na América Latina*. Brasília Editora UNB. 2001.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios Deprimidos-desafios para as políticas públicas de desenvolvimento rural**, Uberlândia, Edufu, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. **Abordagem territorial do desenvolvimento Rural e suas articulações externas**, Revista Sociologias, Porto alegre, v. 11, p. 88-125, 2004.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso**. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). *Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Unijuí, 2006

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Revista Estudos Avançados da USP**, Dossiê sobre o Desenvolvimento Rural, volume 15, nº 43, 2001, p. 31-36.

SILVA, Silvana Nascimento da. **Gestão estratégica da extensão em uma universidade pública: o caso da Universidade Federal do Pará**. 2016.

119f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade da Amazônia. Belém, 2017.

SOUZA, Armando Lirio de. **Trabalho e Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: A experiência da Rede de Desenvolvimento Rural do Baixo Tocantins**. 2011. 220f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. Boletim Mercado de Trabalho. Brasília: IPEA, n. 52, p. 63-70, 2012.

\_\_\_\_\_. Relatório final programa integrado de ensino pesquisa e extensão mercado institucional de alimentos. Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Faculdade de Ciências Econômicas, 2014 (Digitalizado).

TAUILE, Ricardo José. et al. **Referências Conceituais Para Ações Integradas: uma tipologia da autogestão: Cooperativas e Empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou em estado pré-falimentar**. Brasília, MTE-SENAES, 2005, 196 p.

TAUILE, Ricardo José, RODRIGUES, H. Economia Solidária e Autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. **Nota Técnica Mercado de Trabalho**, n. 24. Brasília: IPEA, 2004, p. 35-43.

THIOLLENT, Michel. **Construção do conhecimento e metodologia de extensão**. In *Anais* do I Congresso Brasileiro de Extensão. 2002. Disponível em:

[http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu\\_anais/anais/conferencias/construcao.pdf](http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/conferencias/construcao.pdf). Acesso em: 28/06/2018.

The background features a light gray watercolor wash with various dark gray and black splatters and blotches. A thick, stylized ribbon graphic, composed of black, white, and gray sections, flows across the middle of the page.

## **PARTE II**

### **SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS, COOPERAÇÃO E DIVERSIDADES SOCIOCULTURAIS**

## CAPÍTULO 1

# PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO NAS EXPERIÊNCIAS DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA NO NÚCLEO UNEMAT-UNITRABALHO

Laudemir Luiz Zart

### 1 Introdução

Tendo como base o conceito de incubação solidária realizamos uma análise das práticas sociais de formação, de organização socioeconômica e político-cultural de grupos sociais populares.

As experiências no campo da socioeconomia solidária têm ensinado que estamos inseridos num complexo de concepções e práticas sociais. Pensar esta complexidade sob o desafio de traduzir os processos de produção social do conhecimento é o que proponho neste capítulo. A reflexão está ancorada nos estudos e nos processos de incubação solidária realizadas na Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES), vinculada ao Núcleo Unemat-Unitrabalho.

Para apreender o sentido da produção social do conhecimento iremos expor as ideias seguindo uma lógica argumentativa que inclui: a) as necessidades políticas da mobilização e da organização de sujeitos sociais; b) uma leitura psicossociológica que abrange a apreensão das concepções de mundo e das práticas sociais; c) o entendimento sociológico das estruturas e das relações sociais; d) a compreensão dos processos educacionais centrados na formação intelectual; e) crítica às relações sociais de produção: o trabalho assalariado do trabalho associado.

### 2 Complexo de Concepções, Práticas Sociais e Produção Social do Conhecimento

Para compreender o conceito de produção social do conhecimento, esclarecemos que o empregamos na feitura e na defesa da tese de doutorado defendido na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) no Programa de Política Científica e Tecnológica, quando estudamos o Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais (CAMOSC) realizado na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Este curso foi realizado com

base nos parâmetros do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e se constituiu numa aprendizagem significativa para os sujeitos implicados nas relações educacionais, jovens beneficiários da reforma agrária vinculados aos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Com base nestas experiências traduzimos o conceito com alguns significados que são importantes para o presente texto. Primeiro se refere ao “pressuposto gnosiológico que o conhecimento é uma construção social, da capacidade de interação de sujeitos sociais, de diferentes conhecimentos (científico e senso comum) e das práticas sociais” (ZART, 2012, p. 19). Ao considerar que o conhecimento é uma construção social, estamos aferindo uma valoração da historicidade, isto é, ele resulta dos interesses e das proposições de determinados grupos sociais para explicar a realidade social. É uma interação social e política que implica na legitimidade ou na negação de determinados conhecimentos e de metodologias de organização da pesquisa, da extensão e do ensino. É a capacidade de aferir valores democráticos para ter a presença física e cultural de grupos sociais historicamente excluídos nos espaços sociais e da universidade para debater e expressar o sentido de verdade para o conhecimento científico. A ideia da construção social é desafiante, porque se põe além das relações da ciência, ela evidencia a factualidade política da ciência e gera ambiências de contradições entre visões de mundo que operam o pensamento meritocrático e os que afirmam políticas e ações afirmativas, portanto da presença cultural, epistemológica e física dos oprimidos nos contextos da academia.

A interação de sujeitos sociais ocorre pelas organizações sociais. Os espaços-tempos das universidades, dos movimentos sociais e sindicais, de grupos sociais e eclesiais, são perpassados por lógicas geradoras de estranhamentos, problematizadoras das concepções, das práticas e das posições sociais. São provocadoras de novos elementos intelectuais que possibilitam referenciais cognitivos e éticos distintos, ampliados e aprofundados na correlação de práticas e de conceitos que, em processos epistemológicos democráticos, se complementam e formam uma totalidade interpretativa crítica. A interação dos sujeitos sociais é também a comunicação de conhecimentos científicos e dos conhecimentos ordinários, ou dos

que provém das experiências cotidianas das pessoas relacionadas às suas práticas sociais.

O segundo conceito que relembramos é a “perspectiva emancipatória e da edificação democrática das relações sociais e epistemológicas” (ZART, 2012):

É a ciência que se faz presença no seio do povo e que aprende com os saberes populares, e por isso se inova, e momentaneamente ensina novos conhecimentos para aqueles que aprenderam a partir das experiências e das práticas sociais cotidianas e estes renovam e ampliam seus conhecimentos. É um processo dialógico de fertilização de conhecimentos, que formulados a partir de racionalidades distintas, se complementam enriquecendo-se (ZART, 2012, p. 27).

Orientado por estas concepções epistemológicas adotamos no Núcleo Unemat-Unitrabalho o conceito de incubação solidária. Empregamos esta expressão com maior sistematização no Caderno Pedagógico IV e reconhecemos que esta é “herdeira das articulações dos movimentos sociais e da confluência das proposições e das ações do movimento da economia solidária” (ZART, 2006, p. 06). Avaliamos que o conceito de incubação carrega um conjunto díspares de sentidos e que estes nem sempre correspondem com as práticas sociais realizadas e expressas no movimento da economia solidária. Adjetivar a palavra incubação com a palavra solidária, representa para nós um complemento de significação e de geração de um conceito que traduz com sentido mais adequado os movimentos gnosiológicos e políticos da economia solidária.

Outra aceção que lançamos é que:

A incubação solidária é um mergulho no “Brasil profundo”, é a responsabilidade política e epistemológica com os grupos sociais à margem de possibilidades de formação, de trabalho, de renda e de desenvolvimento. As metodologias são participativas, as proposições e ações compartilhadas. As aprendizagens dialógicas são provocativas de possibilidades geradoras de respostas à problemas e questões econômicas e

ecológicas que configuram a existência dos grupos sociais (ZART, 2016, p. 06).

A expressão “Brasil profundo” provém do filósofo (antropólogo) belga Lévi-Strauss (1953) que viveu no Brasil de 1935 a 1939. Suas pesquisas sobre as comunidades indígenas do interior brasileiro lançaram uma ideia fundamental para os estudiosos e militantes sociais das causas populares: nega que a denominada civilização ocidental é superior às demais culturas e organizações sociais. Com a expressão Brasil profundo Lévi-Strauss evidencia as condições socioculturais, econômicas e políticas dos grupos sociais que estão à margem e subalternizados pelos poderes dominantes. São as pessoas, que dominadas e exploradas, tem uma existência empobrecida pela racionalidade das ciências e das políticas instrumentais.

A incubação solidária rompe com a racionalização predominante nas ciências modernas. Ela é a relação dialógica e aprendente de saberes diversos e de práticas sociais que representam o universo de linguagens, simbologias e tecnologias que condizem e promovem a existência das pessoas nos seus territórios e em conformidade com as suas organizações e institucionalidades. Neste sentido, afirma as identidades culturais, promove os direitos fundamentais e a igualdade social, reconhece as culturas locais, articula intercâmbios, cria novas institucionalidades, desenvolve conhecimentos adequados com os grupos sociais. Decorrem destes pressupostos éticos e políticos aceções e ações metodológicas que configuram a incubação solidária como um processo de produção social solidária.

### **3 As Necessidades Políticas da Mobilização e da Organização de Sujeitos Sociais**

O campo empírico de atuação na incubação solidária tem nos revelado situações limitadoras para a economia solidária. Os grupos sociais populares vivem em contextos políticos desformes em termos de organização coletiva. Podemos aferir que as comunidades têm uma tendência qualitativa forte para a convivialidade religiosa e para as lutas sociais para a defesa da educação. Em termos econômicos as concepções de organização são limitadas e frágeis. Uma das razões para a fragilidade é a compreensão que economia é sinônimo de relações capitalistas de produção e de consumo. Tanto os/as



camponeses/as quanto os/as trabalhadores/as urbanos não apreendem as suas atividades produtivas como uma organização econômica. Esta leitura se dá principalmente pela ausência de capital (dinheiro e meios de produção) e porque o processo de produção se centra na força de trabalho. Interpretamos que este cenário é resultante da difusão da ideologia dominante, que por processos de inversão da realidade, conforme Marx e Engels (1986) não permitem a leitura da realidade social em conformidade com os interesses e as necessidades da classe trabalhadora. Nestes termos, os trabalhadores e as trabalhadoras não fazem economia.

Na incubação solidária há a necessária desconstrução da linguagem e das práticas sociais das esferas alienadoras. O trabalhador e a trabalhadora necessitam compreender que as atividades de trabalho que realizam é uma economia. Esta é uma construção epistemológica, de aceção do trabalho como um processo complexo que englobam a aprendizagem, as tecnologias, a produção, a comercialização, o consumo. As interrelações de diversas dimensões tornam a organização do trabalho da classe trabalhadora um desafio de mobilização e de organização.

A mobilização é a competência política de sensibilização, do chamamento para agregar pessoas e condições soltas e desformes. A incubadora universitária não consegue realizar esta atividade de forma isolada. Neste sentido, há a busca de correlação de forças institucionais para a efetivação de objetivos comuns e compartilhados. Nas experiências da INCUBEESS buscamos entidades como as escolas, as associações, as igrejas, as organizações não-governamentais, os sindicatos, grupos informais, órgãos públicos, as universidades. A articulação das entidades é uma atividade que requer tempo, paciência e persistência. Nelas se encontram da mesma forma as limitações de compreensão, de convicção e de dedicação para ações especiais e específicas de agregação.

O mesmo sentido de esforço de mobilização é direcionado para as comunidades e os grupos sociais. Por que se mobilizar, como estar juntos, qual o significado da unificação? Nas nossas experiências apreendemos os sentidos psicoafetivos e emocionais da desconfiança e da rejeição, pois há um cenário político de negação da presença do outro, alguém da universidade. Este é percebido como um 'político', alguém que se aproxima do grupo para enganar e mentir. É só mais uma promessa, como tantas outras não efetivadas e que fazem as

peças sofrer com as agruras da pobreza e da enganação. Na incubação, o diferente e o externo é o professor da universidade, mesmo que a organização sindical esteja junto, ela também pode representar a atitude de desconforto e da não seriedade.

Acrescentamos a isso, o elemento que a mobilização social ainda requer o esforço das pessoas. Há a demanda da coletividade que obriga a deixar a passividade individual, de ficar em casa, de somente realizar as atividades inerentes à casa, de fazer quando a vontade pessoal permitir. A coletividade é um empenho constante para além dos espaços individuais. É um olhar e um aproximar para o outro e para a outra, é compartilhar condições, sonhos e frustrações. É uma dedicação para a constituição de espaços e tempos de participação política. Não é a espera, do receber, do responsabilizar o outro sem se empenhar. A mobilização é o fazer político para gerar a cultura da participação, da confiança, da responsabilidade. É a dinâmica psicossociológica que ultrapassa os limites da rejeição e alcança a aceitação e a inserção criteriosa e democrática. É a construção coletiva de projetos, de mecanismos de conquistas, de execução, de avaliação e do compartilhamento dos resultados. É a sabedoria do diálogo para superar as ideologias dominantes que são individualistas, competidoras, concorrenciais para efetivar a convivialidade da cooperação, da colaboração, da reciprocidade. É a aprendizagem da cultura da solidariedade.

Compreendemos a organização dos sujeitos sociais numa dimensionalidade temporal ulterior à mobilização. Embora não devemos ser etapistas, no sentido que cada etapa segue a anterior de forma lógica, porque as dinâmicas de mobilização-organização se entrelaçam e constituem zonas de intersecção nos diferentes momentos organizacionais. Porquanto a mobilização, por mais trabalhosa e exaustiva que possa ser, ela está no campo da proximidade das necessidades e dos desejos das pessoas. É o contato direto e objetivo, da pessoalidade, na afirmação de direitos e cobranças de condições materiais e culturais, e, por isso das possibilidades de agregação de pessoas em movimentos, caminhadas, protestos, reivindicações.

A organização, como a compreendemos neste texto, constitui a dimensão da institucionalidade. Esta é a expressão do conjunto de regras *ex ante* ou estabelecidas pelos/as participantes e que são parâmetros que devem ser obedecidos.

As normas exteriores aos interesses das pessoas organizadas provêm de duas fontes distintas, porém complementares no sistema de produção capitalista: o Estado e o mercado. O Estado estabelece um conjunto de normas e de procedimentos que impõem modos de pensar, de ser e de fazer. Estas são coercitivas, no sentido atribuído por Durkheim (1990), porque delimitam o que deve ser pensado, o que pode ser feito e como deve ser realizado. As normas contêm os princípios e os fundamentos organizativos. Fixam os encaminhamentos, os prazos, as condições, as formas, os conteúdos. Ditam a burocracia, o poder organizacional, feito por um ente acima, geral e externo às culturas e às condições objetivas e subjetivas dos grupos sociais.

Quais são as situações problemas das normas estatais em relação aos sujeitos coletivos da economia solidária? Cabe destacar que as normas do Estado são estranhas ao conjunto dos trabalhadores. O estranhamento se dá em dois sentidos: é pela falta de conhecimentos técnicos burocráticos e o segundo pelo distanciamento. Aprendemos na incubação solidária que realizamos na INCUBEES, que a falta destes conhecimentos, são superáveis com certa facilidade, com métodos adequados de formação embasados na educação popular, no diálogo de conhecimentos das ciências contábeis, da administração, do direito, da economia, da sociologia, da educação. As pessoas que se interessam pela economia solidária são sujeitos cognoscentes que apreendem os sentidos e os significados das normas. Com a aprendizagem se colocam processualmente no caminho da gestão dos empreendimentos com os devidos cuidados relativos à burocracia estatal.

O estranhamento que ocorre pelo distanciamento é pelo conjunto de princípios e de concepções que regem o Estado. Partimos do pressuposto que o Estado é regido pela filosofia liberal burguesa, portanto, produz proximidade e identidade com o modo de ser e de operar das relações sociais de trabalho da sociedade assalariada comandada pelo capital. As normas explicitam o espírito burguês de ser sociedade, que tem na competição, na concorrência, na lucratividade e na centralidade do indivíduo o modo de ser social e econômico. Estes princípios que delinham as relações sociais burguesas, enquanto classe social, são distantes do modo de ser da classe trabalhadora quando inserida na caminhada organizacional da economia solidária, na qual se afirmam os princípios da cooperação,

da solidariedade, da colaboração e da coletividade como valores fundantes das relações humanas.

Este estranhamento está conjugado com a segunda fonte de problemas para a economia solidária que são as normas clássicas do liberalismo econômico e político do *laissez faire* e *laissez passer*, apesar de terem sido firmados no século XVIII, constituem uma cultura que tem influência no modo de ser das pessoas no cotidiano contemporâneo. Estes princípios guiam as pessoas como se fossem naturais, e não como fundamentos de uma ideologia de classe social. Neste sentido, há uma questão epistemológica importante envolvida, é necessário problematizar a cultura dominante para desconstruir os parâmetros, e na dialética da negação, construir parâmetros afirmativos novos que representam a cosmovisão dos grupos sociais subalternizados.

O mercado, organizado pelos fundamentos do capitalismo é competitivo e individualista. O Estado, mesmo nas menores unidades federativas como as prefeituras, fundamentado pelo liberalismo econômico e político, não tem a competência cultural e administrativa para mobilizar as pessoas e organizar meios e finalidades para a implantação das relações sociais e econômicas em conformidade com a cooperação e a solidariedade. Para o Estado e o mercado liberais, estes últimos princípios que são estranhos. Para os trabalhadores e as trabalhadoras, quando não são exteriores, isto é, desformes na organicidade, integram e internalizam o imaginário na caminhada da organização na economia solidária.

O estranhamento gera desconforto no processo organizacional das coletividades. Primeiro porque as experiências que temos na INCUBEES, como casos específicos, demonstram que as pessoas que se interessam pela economia solidária têm como origem as participações comunitárias. A cultura da comunidade é muito significativa para os sujeitos sociais que protagonizam as organizações econômicas solidárias. Da experiência comunitária carregam a cultura da proximidade, da mutualidade, da cooperação e da colaboração espontâneas, combinadas sem regras externas, mas afirmadas no acordado livre e solto do cotidiano.

Aprendemos que a economia solidária é uma forma de organização que combina a cultura da cooperação e da solidariedade comunitárias, com regras organizacionais fixadas na vontade própria dos grupos sociais, e, quando a produção alcança quantidades e qualidades comercializáveis, colocam-se no desafio de interagir, sem

perder as bases organizacionais de origem comunitária, com as normas e os princípios do Estado e do mercado capitalista. Eis um desafio de inteligência e de gestão que provocam pesquisadores, gestores públicos, legisladores e os agentes da economia solidária. Para estes últimos o desafio é maior, porque lhes são exigidos procedimentos estranhos pelo Estado e pelo mercado, e são compelidos pelo movimento da economia solidária, e quando convictos por si mesmos, a empreender econômica, social e política, com base nos fundamentos da solidariedade e na cooperação, gerando organizações coletivas para prover identidades e relações sociais para a auto viabilidade e para a promoção da superação da cultura dominante de competição e de concorrência.

#### **4 Leitura Psicossociológica que abrange a Apreensão das Concepções de Mundo e das Práticas Sociais**

Numa obra muito importante, Guareschi (2004) apresenta a ideia da relevância da psicologia social para a explicação e compreensão dos fenômenos sociais que englobam a realidade da existência humana e da consciência social. Faz uma distinção entre o conceito indivíduo, central para a “cosmovisão do liberalismo individualista” que significa que ele é “‘um’, único, singular. É o que a filosofia entende quando o define como ‘indivisum in se’, isto é, que ele é um, indiviso em si mesmo” (2004, p. 34).

Continua o autor a reflexão e evidencia um segundo sentido e afirma: “o ser humano, entendido como ‘indivíduo’ é um, sim, mas também é ‘separado de tudo’, isto é, não tem a ver com nada e com ninguém; é o ‘*divisium quobilet alio*’, isto é, separado de tudo o mais” (2004, p. 35). Destas acepções nascem as práticas sociais do individualismo, do egocentrismo, da concorrência, da competição. Estas dominantes na sociedade enquanto estrutura social se manifestam nas relações sociais em todos os grupos sociais, de uma ideologia abstrata da filosofia liberal se metamorfoseou em atitudes culturais cotidianas.

Para contrapor o conceito de indivíduo e na perspectiva de entender, mas também de construir relações sociais solidárias, Guareschi faz uma distinção e recupera o conceito de pessoa. Este conceito está associado a “cosmovisão do comunitarismo solidário” e a partir do “filósofo africano, de Cartago, chamado Agostinho” (2004, p. 52- 54). Distingue o conceito de indivíduo com o de pessoa, e

afirma que somos “pessoas, isto é, ‘relações’ onde alguém para *ser*, necessita intrinsecamente do outro” (2004, p. 53).

Quando pensamos como relações não são um absurdo:

Se pararmos um instante e nos perguntarmos quem nós somos, como nos construímos e constituímos, podemos constatar que nós somos, na verdade, algo como uma soma total das relações que estabelecemos em nossa vida, desde o primeiro momento, isto é, desde a primeira relação que foi conosco estabelecida (GUARESCHI, 2004, p. 53).

Sendo seres que se constituem nas relações, então devemos compreender os contextos socioculturais nos quais nos formamos como pessoas. Partimos do pressuposto sociológico da existência das contradições sociais, pois estas permitem perceber as possibilidades de superação das condições existenciais negadoras da nossa humanidade. Como metodologia de inserção nas atividades de extensão-pesquisa universitárias seguimos o legado de Freire quando explica que nos seus trabalhos sociais com os oprimidos buscava em primeiro lugar compreender o “universo da linguagem” pois é neste que as pessoas expressam “as suas crenças, os seus gostos, os seus receios, os seus valores” (FREIRE, 1989, p. 11). Neste sentido, há relações entre linguagem, cultura, contextos e relações sociais.

Ao mergulharmos nos significados evidenciados pelas pessoas interpretamos como elas expressam as lutas sociais, a história dos grupos sociais, as resistências frente aos poderes de expropriação econômica e dominação política. Elucidam as artimanhas de agentes desmobilizadoras das comunidades e das potencialidades locais para a organização de empreendimentos econômicos solidários para gerar a autonomia econômica e política dos/as trabalhadores/as. O esforço dominador é para a manutenção das estruturas de subordinação, de quietude, de avaliações levando à autodesvalia das pessoas em seus contextos econômicos e culturais, gerando uma ambiência e imaginários sociais de ocultamento dos recursos, dos saberes, das capacidades, das habilidades existentes nos grupos sociais. A cegueira é uma estratégia de dominação. Problematizar com as pessoas as situações de existência, torna-as críticas em relação à dominação e o caminho a ser construído coletivamente para a organização social que implicam nas relações e nas estruturas de cooperação.

Os diálogos, quando há relações de confiança com os/as pesquisadores/as se dão também em forma de denúncias. Na fronteira do Brasil com a Bolívia às margens da BR 070 foram instalados nos anos de 1990, sete assentamentos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As fazendas desapropriadas, com solos degradados pela atividade pecuária, com as matas ciliares destruídas e com a falta de água em 90% do território. Estas situações levaram os camponeses e as camponesas a questionar as autoridades agrárias sobre a viabilidade de desenvolvimento das atividades agrícolas e para a efetividade da reforma agrária. Registram a memória de promessas de ‘políticos’, atores externos, que influenciaram e influenciam na direção e nos comportamentos coletivos. Narraram com indignação o caso da promessa da transposição do Rio Jauru para resolver o problema da falta de água. Os cenários das lutas sociais dos oprimidos são marcados por comportamentos que geram revoltas, desânimos, desistências. A falta de água no território da reforma agrária fez com que muitos desistissem, porque inviabilizados, apesar dos esforços individuais e coletivos para a busca de soluções.

Indicam um imaginário coletivo de desconfiança às soluções macropolíticas e sociológicas. O ceticismo político e social é corolário das promessas fáceis, da política como mágica. Ao tempo que esta encanta no primeiro instante, é frustrante no processo histórico porque não representa soluções concretas para os problemas reais. As soluções não são construídas com as pessoas, há a definição burocrática de técnicas e de investimentos feitos por algum suposto iluminado que leva os projetos prontos. Mesmo que haja protestos, indicações contrárias, sugestões alternativas, os técnicos em atitudes autoritárias avaliam que as proposições não são viáveis e não se adequam ao projeto. As posturas de negação geram desconfianças.

A não confiança se reproduz e se reforça nas relações sociais micropolíticas e sociológicas do cotidiano das pessoas. A desconfiança é uma força política de desmobilização, porque o outro, mesmo sendo o próximo, o que está ao lado, não é digno de confiança, antes ilustra a figura da corrupção. O cenário de desconfiança se aplica da mesma forma para o processo de incubação. No território da fronteira quando iniciamos a caminhada de inserção procuramos lideranças escolares e de associações para a realização do projeto. Iniciamos bem, com encontros de acolhimentos festivos. Mas quanto mais íamos avançando nas pesquisas, revelando dados, expectativas,

ambiguidades políticas no território; quanto mais fazíamos formação com as pessoas em termos de explicar o que é economia do capital e o que é a economia solidária, o que é democracia e o que é participação, as lideranças foram criando mecanismos de esvaziamento do projeto de extensão-pesquisa. Iniciamos o projeto com 50 pessoas participando, até o dia em que numa atividade planejada com as lideranças locais, só se fez presente a equipe da INCUBEES.

O que fazer diante de cenários desoladores? Desistir? Não. A nossa equipe de trabalho voltou para a universidade e realizou a avaliação do que estava ocorrendo. A conclusão, mesmo que prévia, é que nos territórios, entre os/as camponeses/as, reproduzem-se estratégias de poder-dominância, da vigilância para o não surgimento de organizações que alertam e questionam as relações existentes. Então é necessário mudar de estratégias. Na incubação interagimos com um grupo que se prontificou a estudar e organizar atividades de produção associada e agroecológica. Foi uma caminhada que demonstra as dificuldades culturais, econômicas e políticas que configuram a existência dos trabalhadores e das trabalhadoras nos espaços de trabalho e de vida. A ideologia dominante se infiltra e penetra nas mentes e nas atitudes das pessoas em todos os lugares, em todas as relações. Desconstruir é uma caminhada corajosa e exigente, conflituosa, dialógica e construtora de novas perspectivas.

Apesar das desconfianças e dos descréditos, no processo de incubação solidária destaca-se o reconhecimento da necessidade de organização coletiva para superar as situações limites que impedem o desenvolvimento da comunidade ou do território. O reconhecimento provém das interpretações e do entendimento do funcionamento da economia de mercado sob a égide do capital. Por esta lucidez intelectual os trabalhadores e as trabalhadoras percebem a posição social de dominação e de exploração. Podemos inferir que o primeiro instante ainda está embasado numa consciência ingênua, porque o desejo não está alicerçado em práticas sociais concretas, e por isso, a ideia de cooperação é uma abstração, um pensar bastante vago sobre a organização coletiva.

Mas representa um avanço na leitura e na vontade de inserção. Simboliza a vontade de construção de meios de cooperação. Porém o conhecimento de teorias, metodologias e dinâmicas organizativas são limitadas. Há uma lacuna entre dizer o que desejam fazer, organizar-se efetivamente, e o que de fato conseguem realizar. Desta forma,



apesar de existirem associações institucionalizadas, as práticas demonstram um vazio de sentido organizacional para o trabalho associado. O associativismo é regido por valores e práticas sociais inerentes à “filosofia liberal: individualista, egocêntrica, competitiva”, conforme Guareschi (2004, p. 34) e, por conseguinte a ausência da democracia, a falta de participação, de responsabilidade institucional e coletiva, da espera por respostas que devem vir de fora como algo dado, a transferência ao presidente da associação o poder de decisão, a gestão hierarquizada e heteronômica, são sinais que os oprimidos estão falando a língua dos dominadores.

As concepções e as práticas sociais heteronômicas são problematizadas nas interações com os sujeitos em organização. A problematização leva em consideração que a sociedade está dividida em classes sociais e que estas têm interesses antagônicos. A caminhada é a construção interativa e dialógica da consciência crítica, que ao tempo que entende as contradições da estrutura social tem a capacidade da imaginação político-cultural e econômica para a instauração de práticas sociais que inauguram relações sociais de cooperação e de solidariedade.

Quando há a compreensão adequada dos processos sociais de cooperação, e esta advinda da formação e das práticas sociais organizativas, para que não haja desvios nas atitudes e nas linguagens, os grupos sociais geram competências políticas de auto-organização e de autogestão.

Há uma correlação entre a apreensão das situações limites e das potencialidades. Estas são expressas com muita demora, há uma insistência na expressão coletiva dos fracassos. Lógico, dizem das frustrações, dos medos, das raivas, estas mais evidentes e mais sofridas. Como dizer as possibilidades? Como reconhecer as potencialidades? Estas nascem das relações de confiança de inserção em coletividades que experienciam a economia solidária e, por conseguinte, as concepções e as práticas sociais decorrentes como a auto-organização, a autogestão, o trabalho associado, as tecnologias sociais, a produção cooperativada, a comercialização e o consumo solidários.

## **5 O Entendimento Sociológico das Estruturas e das Relações Sociais**

As estruturas sociais nas sociedades capitalistas representam a expressão das desigualdades sociais, alicerçadas nas relações das

classes sociais. Estas estão vinculadas ao modo de produção, portanto, às formas de distribuição da propriedade privada dos meios de produção e das formas de remuneração do trabalho e do capital.

Os grupos sociais e os empreendimentos econômicos solidários integram o mundo do trabalho. Na distribuição das condições materiais e imateriais na sociedade do capital estes se localizam na parte de baixo da pirâmide social em termos quantitativos. Estão entre os muitos que vivem com pouco. Uma condição real de subalternização e de exclusão social em termos econômicos e políticos.

Na economia camponesa, em conformidade com as observações das experiências vivenciadas na INCUBEESS, os/as camponeses/as tem o controle sobre um meio de produção: a terra. Há fragilidades no controle sobre os instrumentos e implementos de produção, quanto a maquinários, insumos e tecnologias adequadas, principalmente quando colocamos como parâmetro de produção e de relações sociais a agroecologia.

Os/as camponeses/as na organização econômica subalternizada ao mercado da lógica do capital tem o domínio sobre a metade do processo de produção. Esta se dá na capacidade de trabalho para dentro da propriedade, da unidade familiar de produção e de consumo, conforme define Chayanov (1985) a propriedade camponesa. Na organização camponesa existe a autonomia de estabelecer ritmos de trabalho e de optar pelas variadas formas de organização e consorciamentos agrícolas e pecuárias que desejam desenvolver.

A autonomia intrapropriedade é limitada por fatores econômicos externos, além da competência de decisão camponesa. Esses fatores são o acesso ao crédito, à assistência técnica, às tecnologias e às competências e poder de negociação no mercado controlado pelo capital. Na estrutura social capitalista, a economia camponesa não organizada está localizada na parte inferior e que é empobrecida, porque explorada no trabalho e expropriada na produção.

Os grupos sociais urbanos, onde a INCUBEESS atua com mulheres, jovens e catadores, tem evidenciado as mazelas organizacionais relativas à empiria e experiências limitadas da classe trabalhadora. Estas são retratadas pelos limites de auto-organização, da descapitalização, do não controle sobre as condições de produção (máquinas, implementos, insumos), do distanciamento de tecnologias, de créditos e de políticas públicas adequadas para o

desenvolvimento. Os grupos sociais urbanos se configuram pela cultura do artesão, fenômeno socioeconômico estudado e explicitado por Moraes (2002), quando explica as dinâmicas da cultura camponesa, evidenciando que estes como os artesãos tem uma postura de autonomia no processo produtivo tendo o controle total sobre o produto desde a sua concepção, planejamento, fabricação e acabamento. Há, neste sentido, pouca disposição e tendência para os momentos de reunião para planejamento e avaliação dos trabalhos coletivos.

Os limites estruturais da ‘economia do artesão’ são as incapacidades concorrenciais do mercado competitivo controlado pelo capital. As fragilidades maiores se centram na comercialização dos produtos. Maiores porque, apesar dos limites acima discutidos, quanto à produção, os camponeses, quanto os artesãos urbanos, dedicam maior tempo, às vezes, integral, para a confecção, o cultivo e o cuidado do produto: sua concepção, colheita, armazenamento. Qual o tempo para a comercialização?

Decorre desta fragilidade o sentido de não economia. As pesquisas de campo e as atividades de extensão universitária tem demonstrado que a classe trabalhadora, nos diferentes matizes culturais, em comunidades tradicionais e quilombolas, em assentamentos de reforma agrária, em comunidades urbanas, não têm o domínio do conceito de economia quanto uma organização que provém do trabalho. A economia é de outrem, do capital, daqueles que têm estruturas produtivas, maquinários, dinheiro. A não economia do trabalho, para o imaginário das pessoas da classe trabalhadora, é um reforço ideológico de subordinação, de silenciamento e de valoração negativa das relações e dos produtos do trabalho.

Perceberem-se trabalhadores subalternizados é uma condição geradora de desconfianças intraclasse. As pessoas trabalhadoras, mulheres e homens, não se consideram capazes, belas o suficiente, inteligentes e estimadas o bastante para se empoderar e enfrentar as situações concretas de exploração e de dominação.

A estrutura social de desigualdade social é geradora de dinâmicas e mecanismos de poder de subordinação que reproduzem os sentimentos, as emoções e as materialidades em espaços e tempos sociais das mais variadas formas e complexidades possíveis. A reprodução social das desigualdades emprega sutilezas dominadoras que fazem as pessoas se sentirem menores, a não quererem participar,

a entregar os produtos do seu trabalho por valores monetários irrisórios. Quando as sutilezas dominadoras não bastam para a manutenção das estruturas de desigualdade, os agentes externos se utilizam de métodos e técnicas sociais de controle explicitamente ameaçadoras.

As ameaças são expressas nas condições jurídicas que provocam medo em relação ao não cumprimento das leis sanitárias, das obrigações contábeis, do fantasma do fisco, da responsabilização criminal individual em nome do coletivo, da vergonha da moral perdida. São formas duras que mexem com a cultura de ser honesto e de sujar o nome e a história da família devido às tentativas econômicas malsucedidas. Temos como corolário da ambiência provocadora de medos a permanência passível em relação às estruturas de dominação.

A passividade é um elemento psicológico e social importante para a exploração e a dominação. O agente econômico externo às comunidades camponesas e aos grupos de artesãos se beneficia pela compra barata da produção para a posterior revenda com margens significativas de ganhos. Forma-se uma cadeia de produção e consumo que permite a reprodução social com custos carregados e impostos aos que estão na parte inferior da pirâmide de organização social. Os/as camponeses/as e artesãos/ãs não são desapropriados/as como os/as operários/as da indústria, do agronegócio, do comércio e dos serviços que são explorados pela apropriação do tempo de trabalho. Salário menor que o produzido no tempo de trabalho nas fábricas, no comércio, no sistema financeiro. A desapropriação camponesa e artesã ocorre pela desvalorização monetária dos produtos do trabalho.

Estas reflexões nos permitem passar para o conceito de relações sociais. Pela lógica da apresentação do conceito de estrutura social indicamos que se conecta com o de relações sociais e há um processo de retroalimentação. As relações sociais devem ser pensadas com as estruturas sociais. Os fluxos de ligação são objetividades que necessitam ser sistematizadas e interpretadas pelas ciências sociais e humanas. O sociólogo tem compromissos importantes para as explicações sociológicas das estruturas e das relações sociais.

Aprendemos o conceito de relações sociais como configurações de acepções, como pensamentos, as atitudes e como agimos entre as pessoas. As relações sociais dependem das formações sociais como explicitado por Florestan Fernandes (1981), que

traduzem as práticas sociais, as visões de mundo e os modos de ser em sociedade. As relações sociais são múltiplas e simbolizam as diversidades da existência humana. Implicam a cultura das classes sociais e dos distintos grupos sociais, quanto à questão de gênero, as convivialidades geracionais, étnico-raciais, as perspectivas educacionais e corporativas. Traduzem processos intersubjetivos que marcam as pessoas nas condições existenciais subjetivas e objetivas. A subjetividade que na forma do Eu se constitui na relação com o Outro e ao se formar gente também forma o outro, que também é um Eu. A objetividade, condições materiais de existência, é a expressão da realidade humana de acesso e usufruto dos bens tangíveis (casa, comida, roupa) e dos bens culturais (educação, tecnologia, ciência, artes, filosofia). O menos ou mais acesso e usufruto das condições objetivas são geradoras de distinções sociais e reproduzem socialmente a existência, em conformidade com as estruturas sociais.

Para refletir sobre as experiências na incubação solidária, apresento e discuto relações sociais em termos de exploração, de dominação, de competição e concorrência enquanto valores e práticas sociais hegemônicas. Na perspectiva da contradição social, apresento práticas sociais e valores que afirmam a contra-hegemonia de democracia, de participação, de cooperação e de solidariedade.

Segundo a orientação filosófica de Gramsci,

a compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam (1984, p. 21).

Assim,

[...] o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa – além do progresso político prático – um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e

tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (GRAMSCI, 1984, p. 21).

Quando se aplica o conteúdo da construção da hegemonia na interpretação das relações sociais de exploração na economia camponesa não organizada, compreendendo esta como, as formas socioeconômicas de insistência camponesa na estrutura familiar de produção, comercialização e consumo, percebe-se, está fragilizada na capacidade de produção social autônoma. Nas práticas de incubação observamos que a exploração na economia camponesa ocorre por dois caminhos complementares. Na compra de insumos para o desenvolvimento das atividades produtivas no campo, os camponeses por não adquirirem mercadorias em grande escala não conseguem efetivamente negociar melhores preços no mercado. A exclusividade na estrutura familiar camponesa, apesar de ser uma tradição cultural e representar uma ambiência de relações de confiança, constitui-se nas relações mercantis um fenômeno econômico de empobrecimento. Na comercialização os camponeses são desapropriados com a venda a preços inferiores oferecidos pelos atravessadores ou pelas agroindústrias aos produtos do trabalho. Os agentes do mercado promovem relações concorrenciais e de competição entre os camponeses criando ambiências de aparentes vantagens financeiras e de habilidades individuais superiores de uns sobre os demais. São cenários políticos que dividem as comunidades e que transferem as vantagens políticas e econômicas para os detentores do capital.

A exploração é um fenômeno econômico ampliado que ao extrair a mais-valia sob métodos variados, reproduz a lógica da existência das formações sociais do capital. É a subjugação do trabalhador e da trabalhadora às condições do trabalho assalariado, que na economia do campo se aplica na extração do lucro no processo de trabalho, compra e venda do produto do camponês e da camponesa.

Vinculam-se à exploração as relações sociais de dominação. A dominação, no sentido desenvolvido por Weber (1989), ocorre quando alguma força encontra a obediência de outrem, tem a capacidade política, moral e econômica de imposição de sua posição sobre os demais criando uma correlação de ações que estejam em consonância com a sua vontade e os seus interesses. Nas relações sociais que vislumbramos no processo de incubação, deparamo-nos com elementos culturais que reproduzem as perspectivas dos dominadores e estranham as possibilidades emancipatórias. Os poderes dominantes, sejam agentes econômicos, políticos, culturais

ou religiosos, ofertam para os oprimidos mecanismos, que aparentemente vantajosos, são retratos de ambiências reprodutoras da opressão, portanto de manutenção da ordem estabelecida.

A ordem estabelecida reproduz as relações sociais de dominação em termos de classes sociais: os dominantes, agentes privilegiados em termos financeiros promovem o trabalho em comunidades para a extração ampliada de mais valia, gerando uma concepção entre os pobres que não vale à pena trabalhar e produzir, a competência produtiva e organizativa é externa ao grupo social. Na sociedade complexa que vivemos, e conscientes dos demais termos de dominação, ficam evidenciados nos espaços de atuação da incubadora as diferentes maneiras de imposição. Assim se reproduzem nos distintos espaços sociais, do campo e da cidade, as relações de dominação alicerçadas no patriarcalismo. A cultura patriarcal gera a violência de gênero, do silenciamento das mulheres, da proibição de participar de grupos de estudos, de produção e de comercialização. Na nossa caminhada já ouvimos, nas metodologias de avaliação e de proposição em grupos focais e em rodas de diálogos, mulheres idosas e jovens se expondo, e entre lágrimas lamentando as proibições, mas ao mesmo tempo olhando para os lados e amparando-se na força do ombro da companheira de caminhada, elucidando a coragem de resistir, de continuar e se educar, e mais, de reeducar o homem (pai, filho, irmão, marido) para a efetividade da igualdade na convivência de gênero.

A dominação se dá ainda pelas relações étnico-raciais. Nos grupos sociais que acompanhamos na incubação solidária, a predominância são de pessoas em condições de vulnerabilidade sociocultural e estas são além da identidade de classe trabalhadora, homens e mulheres de origem negra, indígena e de brancos migrados e empobrecidos, que após longos tempos de exploração nos trabalhos do campo e da cidade, mobilizaram-se e lutaram pela terra e ainda lutam na terra, assim como por espaços de trabalho em pequenas agroindústrias e artesanatos, para a geração de renda através do trabalho associado.

A juventude tem sofrido as diversas formas de dominação. São ao mesmo tempo considerados incapazes para tomar a frente, de serem protagonistas, mas neste mesmo momento são exigidos na responsabilidade de fazer o seu presente e de definir o seu futuro, de responsabilizar-se. A juventude do campo, ao tempo que integra o trabalho com a família, não tem autonomia de tomada de decisões, de

inovar nos processos produtivos e ficam restritos nas vontades próprias e nos desejos de acesso a bens de consumo porque os recursos financeiros ficam com os pais. A juventude na cidade, na sua maioria desempregada, fica à mercê de situações de inoperância, de improdutividade e alvos fáceis para a bandidagem sociopolítica e econômica. Estão reféns de poderes dominadores.

Para aqueles e aquelas que atuam na socioeconomia solidária têm um desafio de compreensão e de ação a serem enfrentados. São as relações sociais complexas de dominação e como estas se encadeiam e configuram a existência das pessoas e suas consciências, portanto, implicam no campo valorativo, de opções políticas, econômicas e culturais. Os entrelaçamentos estão correlacionados à existência da dominação de classes sociais, da dominação étnico-racial, da dominação de gênero, da dominação geracional. A estas condições adicionam-se outras que ainda se referem às posições socioculturais de escolaridade, da corporalidade, da sexualidade, das opções políticas e de todas as efêmeras aparências que constituem a liquidez das sociedades contemporâneas, expressas na frouxidão, no caos e na ambivalência da modernidade na linguagem traduzida por Bauman (1999).

Enquanto as relações sociais até aqui descritas representam os determinantes das perspectivas hegemônicas, expomos neste momento experiências que traduzem a caminhada da construção colaborativa de ambiências potencializadoras de alternativas contra-hegemônicas. A contra-hegemonia é a expressão das lutas sociais que se movimentam para a transformação da ordem social, para inaugurar relações sociais embasadas em valores como a cooperação, a solidariedade, a participação, a democracia.

Afirmamos a democracia como um valor contra-hegemônico, não reduzido aos termos do liberalismo político do direito de votar, de ir e vir, de se expressar. A democracia está no campo da organização popular, que afirma os direitos humanos fundantes de relações sociais humanizadoras. A democracia é o poder social necessário para construção social de relações superadoras das desigualdades sociais em todos os seus matizes. A democracia configura o poder para a coletividade manifestar os desejos de superação das mazelas históricas de dominação de classe social, da subjugação patriarcal, das imposições geracionais, da discriminação étnico-racial. Das sociedades fechadas nas ritualidades simbólicas dos preconceitos de classe social, da violência física de exclusão e de



eliminação dos corpos dos indesejados, do expurgo de índios e negros, do diabolismo sobre o feminino, a democracia oportuniza a construção de espaços, tempos e relações sociais de reconhecimento da alteridade como maneiras diversas de se humanizar.

A desconstrução e a superação dos modos políticos, econômicos e culturais de coisificação do humano, só podem ser construídas em espaços abertos e participativos. As compreensões epistemológicas e emocionais são necessárias para a caminhada coletiva de efetivação de relações sociais de igualdade substancial e de reconhecimento das diversidades culturais. As práticas sociais históricas de resistência são ricas em exemplos de pessoas lutadoras e de grupos sociais que inventam criativamente alternativas de convivialidade social solidárias.

As múltiplas experiências vivenciadas necessitam ser comunicadas, compartilhadas e replicadas nos grupos sociais. É desta forma que na INCUBEESS centramos grande parte das nossas energias organizativas em atividades de formação. A intelectualidade que se consolida nas aprendizagens que afirmam as possibilidades de construção social de projetos cooperativos.

A cooperação como processo de trabalho associado, constituinte de igualdades sociais, de gênero, étnico-racial e geracional. É lógico que os desafios éticos e políticos são muitos. Desde a compreensão dos sentidos e dos significados epistemológicos às práticas sociais de realização das convivências de cooperação. A economia solidária se coloca na contracorrente da cultura da facilidade imediata dos ganhos individuais e propõe a caminhada mais longa, porém mais segura de superação das estruturas e das relações sociais que malograram a existência de homens e de mulheres.

Para a ideia e as práticas sociais da superação é necessária a fundamentação filosófica para a construção de estruturas, de relações e de instituições que vão além, em termos de superação, dos parâmetros dominantes nas entidades, nas práticas sociais e na sociedade como uma totalidade. Estamos desafiados a potencializar os grupos sociais historicamente considerados incompetentes, de empoderar politicamente pessoas julgadas como menores, de produzir coletivamente inteligências adequadas para a invenção de metodologias, finalidades, conteúdos, produtos e processos que afirmam a cooperação e a solidariedade. Necessitamos de elevar a autoestima massacrada, de cantar em prosa e poesia as belezas dos

homens e das mulheres historicamente torturados e torturadas nos seus corpos, ideários, cultura, economia e crenças.

A contra-hegemonia é um campo aberto de enfrentamentos, de conflitos, de contradições, assim como, de encontros, de construções, de diálogos para a afirmação da solidariedade humana. É assim que nos constituímos na INCUBEESS, na caminhada da incubação solidária. As pessoas da socioeconomia solidária são diversas, contraditórias, que vem e que somem, que sonham e que se frustram, que estudam e que se enganam, que acertam e que erram, que assumem e se atrapalham, que avaliam e acertam, que desanimam e continuam, que sofrem esperançosamente, que planejam e executam, que apreendem e que multiplicam saberes, esperanças e utopias.

A solidariedade é um conceito que é configurado por práticas sociais múltiplas, que alicerçam as relações sociais em bases sólidas, que reinventam estruturas para centrar a vida do ser humano e da natureza, e o humano se sabendo humano, sabe-se natural e se sabe transcendental, por isso das possibilidades e potencialidades transformadoras.

## **6 A Compreensão dos Processos Educacionais Centrados na Formação Intelectual**

Na obra “Concepção Dialética da História” Gramsci parte do pressuposto para refletir sobre a constituição do pensamento que “todos os homens são filósofos” (1984, p.11). Este pressuposto é importante no processo de incubação solidária porque é gerador de posturas de interação horizontais entre os diferentes saberes: filosófico, científico e do senso comum. Com a afirmação que a filosofia faz parte da vida dos homens e das mulheres no seu cotidiano, Gramsci elucida que cada qual possui noções e conceitos determinados, concepções de mundo identificados com determinado grupo social.

Gramsci, no entanto, faz uma distinção no modo de pensar argumentando que existem duas formas de pensamento. A primeira é quando os grupos sociais ainda *pensam mecanicamente*, isto é, é um pensar que é “imposto pelo ambiente exterior, participação inconsciente de uma determinada concepção de mundo” (1984, p. 12). Na segunda maneira de pensar é quando as pessoas *pensam organicamente*, elevam a consciência e alcançam a capacidade de elaboração da própria concepção de mundo de maneira crítica, escolhendo a “própria esfera de atividade, participar ativamente na

produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente[...]" (GRAMSCI, 1984, p. 12).

Nas formações desenvolvidas na incubação solidária, as situações intelectuais iniciais se apresentam de maneira que predomina o pensar mecânico, isto é, os oprimidos geralmente não elaboraram ainda um pensar próprio para construir a sua concepção de mundo. A visão sobre a economia, sobre a política, sobre a sociedade é o olhar transposto do ambiente exterior, é, portanto, mecânico.

Ao reconhecer esta ambiência de pensamento como verdadeira, elaboramos e executamos na INCUBEES estratégias de formação intelectual, tanto em termos políticos quanto em termos técnicos. Entendemos a formação intelectual política como a capacitação conscientizadora para compreender criticamente as estruturas, as relações e as práticas sociais. É o saber, a posição social que ocupa enquanto grupo e classe social, e, que as opções políticas são direcionamentos para o desenvolvimento ou a estagnação das possibilidades e potencialidades das organizações econômicas populares. A política como lugar na sociedade construída com a participação ou com a abstenção nos processos decisórios. A formação técnica visa a aquisição e o desenvolvimento de competências na área da gestão, da administração, da produção, da comercialização e da capacidade da organização e condução política dos empreendimentos econômicos solidários e da inserção em redes de colaboração solidária.

Para a consecução dos objetivos na formação política e técnica mobilizamos, nas atividades de formação na INCUBEES, saberes em torno de quatro dimensões científicas, ou áreas de conhecimentos. As dimensões antropológicas, sociológicas, econômicas e administrativo-jurídico-contábil.

**Dimensão antropológica:** buscamos refletir sobre a pessoa e seus contextos socioculturais. Como método inicial de trabalho aplicamos a dinâmica da história de vida, a linha do tempo. Nesta, cada participante narra desde o seu nascimento, as datas e os fatos que mais marcaram a sua existência. São evidenciados fenômenos como a organização familiar, a vizinhança, a escola, a igreja, o trabalho, as alegrias, as frustrações. O objetivo principal é criar uma ambiência de auto-reconhecimento do Eu e do Outro. Afinal quem somos nós que estamos nos propondo a realizar a formação e a organização para a

socioeconomia solidária? Qual a identidade que nos constitui como grupo social?

Refletimos ainda nesta dimensão sobre a dimensão ética da convivialidade social. Quais são os valores que orientam a nossa vida? As posturas em relação às situações de conflito no coletivo, a necessidade do diálogo, da honestidade, da transparência, da justiça nos tratos pessoais e na relação com o outro.

A identidade social de um coletivo. Como encontramos grupos sociais muito diversos, principalmente em assentamentos de reforma agrária, há pessoas vindas de todas as partes do Brasil, a primeira reação que se tem é a afirmação da não possibilidade de conviver e cooperar numa diversidade tão grande de valores, costumes e gostos. O contexto sociocultural da diversidade é percebido como um fenômeno que impossibilita. Esta situação é problematizada. Será que a não convivência cooperativa é devido à diversidade de origens culturais e étnicas, ou há outras atitudes que impedem a cooperação? Nas descrições e nas reflexões sobre o jeito de ser em comunidade e no coletivo as pessoas vão descobrindo que a diversidade é uma riqueza social, que devem aproximar as pessoas e que há outros valores e fatores que atrapalham a cooperação. Então, as narrativas passam para o campo do individualismo, da competição, da falta de proximidade pela ausência de diálogos que os constituem como grupo social que tem algo em comum, que passa a ser o seu espaço de morada, os problemas que os afligem, o trabalho, a produção e a partir destas características o que lhe é comum para responder aos problemas, a busca de soluções para organizar o trabalho, a produção, a comercialização. Na caminhada da incubação solidária o grupo social consegue gerar uma identidade geradora de laços de convivência cooperativa.

**Dimensão sociológica:** neste campo do conhecimento são mobilizadas reflexões para apreender o sentido da estrutura social da sociedade formada por classes sociais e na sua complexificação a constituição de grupos sociais que englobam as diversidades étnico-raciais, geracionais, gênero, corporativos. Ao compreender a estrutura social, os trabalhadores e as trabalhadoras começam a perceber e esclarecer a posição social que ocupam e com base nesta, as atitudes pessoais e grupais que são adequadas para o autodesenvolvimento e quais transferem recursos, energia, produtos e trabalho para o bem-estar de pessoas de outra classe social.

Na relação de aprendizagem sociológica, abordamos a evolução das formas de organização do mundo do trabalho passando pelos diferentes modos de produção quanto o escravismo, o capitalismo e o socialismo. Destacamos nestas caminhadas aprendentes os papéis sociais das mulheres, da juventude, dos artesãos, dos camponeses na organização do trabalho associado em contraposição aos esquemas de organização do trabalho realizado pelo capital e os métodos de intensificação de subtração da mais-valia no trabalho assalariado.

Integramos nas reflexões as estratégias de organização popular, para apreender o sentido político da classe trabalhadora e os significados da democracia popular diferenciando-a da democracia representativa do Estado liberal burguês. A organização popular é estudada a partir das institucionalidades como as associações, o cooperativismo, o sindicalismo, os movimentos sociais, os partidos políticos, as igrejas, as escolas, os grupos informais de produção, de estudos e de convivências. As institucionalidades são entendidas como espaços de compreensão das ideologias que afirmam e/ou negam as potencialidades da organização da economia dos grupos sociais populares.

A compreensão filosófica da organização popular possibilita aos sujeitos sociais da economia solidária de serem agentes protagonizadores de estratégias e de atitudes de articulação para o fortalecimento de iniciativas e de redes de colaboração para a viabilidade política, econômica e cultural das distintas práticas sociais de economia solidária.

**Dimensão econômica:** nesta, iniciamos sempre com um processo de desmistificação. Ocorre que o conceito de economia é reduzido aos aspectos financeiros, de dinheiro, de poupança. O reducionismo conceitual diminui as possibilidades de pensar e projetar a economia como um processo amplo de organização do trabalho, da produção, da comercialização e do consumo. Decorre desta acepção e percepção, por parte da classe trabalhadora que ela não faz economia, e se vincula às concepções de economia típicas da classe burguesa. É necessário a desconstrução destes sentidos semânticos para a liberação do pensamento para os campos significantes de construção de mecanismos e meios de organização da economia solidária.

Neste campo formativo, enfocamos a distinção entre a economia capitalista e a economia solidária. Destacamos os valores e as práticas sociais que são inerentes ao modo de produção capitalista:

sociedade de divisão de classes sociais: burguesia e trabalhadora, propriedade privada dos meios de produção, exploração do trabalho como base da mais-valia (o lucro do capitalista), acumulação do capital, o trabalho assalariado como sinônimo de venda da força de trabalho, a heterogestão, economia de mercado como livre concorrência e competição, capital como sistema dinâmico de inovações tecnológicas nas mercadorias, e, o liberalismo econômico e político centrado nas responsabilidades dos indivíduos.

Para a percepção e o entendimento das contradições e, por conseguinte, das possibilidades de outro modo de produção elencamos e debatemos as características da economia solidária: propriedade coletiva ou cooperativa dos meios de produção, trabalho associado como processo de produção dos meios necessários para o bem viver, compartilhamento dos resultados do trabalho em conformidade com a participação de cada qual, auto-organização e autogestão como metodologias de definição autônoma dos sujeitos livremente implicados nas relações de produção associada, promoção da cultura da solidariedade para a confirmação das condições de desenvolvimento das coletividades, formação das pessoas para o exercício com livre consciência intelectual das deliberações políticas, culturais e econômicas das relações e das práticas de cooperação e de solidariedade.

Para a efetividade das práticas econômicas solidárias desenvolvemos conhecimentos relativos à organização da produção cooperativa, ao beneficiamento/industrialização da produção, às estratégias de comercialização e consumos solidários, as formas de organização das finanças solidárias (moeda social, fundos rotativos, bancos comunitários). As estratégias de conhecimentos econômicos conectados com os conhecimentos políticos de articulação de sujeitos e atores interessados e comprometidos com a ampliação das redes de colaboração das práticas sociais de economia solidária.

**Dimensão Administrativa, Contábil e Jurídica:** são os conhecimentos necessários para as competências de elaboração de projetos, institucionalização de entidades e empreendimentos, planejamento, gestão e avaliação participativa, do controle e coordenação administrativo e contábil das entidades, dos procedimentos jurídicos para o registro e monitoramento segundo as normas que regem os direitos e deveres das organizações econômicas.

Para a consecução destas demandas cognitivas desenvolvemos aprendizagens que englobam o estudo de mercados, a organização da

produção, o *marketing* societal, as estratégias de comercialização, a logística, os processos contábeis quanto registros, fluxo de caixa, custos de produção, técnicas de venda, métodos de distribuição, controle da quantidade, da constância e da qualidade da produção.

Estes conhecimentos são inseridos e ressignificados para as práticas da cooperação e da solidariedade. Os agentes formadores, porque já passaram ou estão em formação nos cursos tradicionais de direito, administração e ciências contábeis são desafiados e se implicam na construção de conhecimentos científicos que sejam adequados e tenham respostas efetivas para os problemas e a lógica dos empreendimentos econômicos solidários. Desta forma, a economia solidária é um campo fértil para a autocrítica da ciência e a construção compartilhada de princípios, pressupostos, técnicas, preceitos, procedimentos, lógicas, por fim, conceitos e metodologias que correspondam aos desafios da auto-organização e da autogestão dos grupos sociais informais, dos empreendimentos e das redes de cooperação que se constituem e desenvolvem na economia solidária.

## **7 Crítica às Relações Sociais de Produção: do trabalho assalariado ao trabalho associado**

Compreendemos na caminhada de incubação solidária, nas atividades de extensão universitária da INCUBEES, quando as pessoas implicadas na formação e organização da economia solidária conseguem realizar uma interpretação econômica e diferenciar os significados do trabalho assalariado do trabalho associado, alcançaram uma consciência social e econômica superior para a análise e as práticas sociais. Adquiram a competência política de promover institucionalidades que tem como base os fundamentos das relações sociais de cooperação e de solidariedade.

A consciência torna-se crítica e visualizam o que é próprio da cosmovisão do liberalismo econômico e político que constitui a base das práticas sociais do capitalismo. Identificam as formas e procedimentos que nutrem as perspectivas da exploração do trabalho para a obtenção do lucro e por outro as condutas e éticas necessárias para afirmar e desenvolver o trabalho associado com os devidos compromissos políticos de participação e das responsabilidades com a coletividade.

Afirmam-se sujeitos protagonistas, quando negam as formas e procedimentos das institucionalidades que não desejavam, mas que devido à ausência de conhecimentos apropriados se resignavam ao

existente. A criticidade, competência intelectual necessária para a construção de alternativas socioeconômicas e políticas, é resultante da interação social de pessoas, de conhecimentos científicos e os saberes ordinários do cotidiano, das redes de instituições e de movimentos sociais, das práticas sociais analisadas para a efetivação de métodos e procedimentos adequados com a cultura da cooperação e da solidariedade.

As diversas formas de interação é o que denominamos de produção social de conhecimentos.

### **Referências Bibliográficas**

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1985.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Editora Nacional, 1990.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. *A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se complementam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Trad. Wilson Martins. São Paulo: Editora Anhambi Limitada, 1957.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1986.

MORAIS, Clodomir Santos de. *Teoria da Organização Autogestionária*. Porto Velho: Ed. Ufro, 2002.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUARESCHI, Pedrinho. *Psicologia Social Crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

WEBER, Max. *Conceitos Básicos de Sociologia*. Trad. Gerard Georges Delaunay e Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo. Editora Moraes, 1989.



## CAPÍTULO 2

### ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO INTERCULTURAL EM ECONOMIA SOLIDÁRIA.

João Ivo Puhl

#### 1 Introdução

Este texto nasceu de uma provocação nos debates da economia solidária na Universidade do Estado de Mato Grosso por isso nos propusemos elaborar um ensaio de interpretação de nosso percurso pessoal na experiência de abertura da visão etnocêntrica ao mundo intercultural e pluriétnico incorporando o debate da economia solidária numa perspectiva estratégica mais cultural do que classista.

O texto se compõe de quatro subitens que estruturam a lógica do ensaio de reflexão, além da introdução e das considerações finais.

#### 2 Nascemos Etnocêntricos

Nesta obra coletiva sobre “*Educação e Socioeconomia Solidária: fundamentos da produção social do conhecimento*”, escrever sobre estratégias de cooperação intercultural na economia solidária nos coloca vários desafios.

Posicionado diante do tema, permanecemos muito tempo embaraçados, analisando como poderia abordá-lo, se nossas pesquisas mais recentes se preocuparam com as relações em comunidades étnicas como os indígenas Chiquitos descendentes daqueles reduzidos pelos jesuítas nos séculos XVII e XVIII e menos com grupos, comunidades, organizações ou movimentos interétnicos.

Desde o início, lembramo-nos de um pequeno livro escrito na década de 1984 publicado pela Editora Brasiliense, na coleção primeiros passos, em que se perguntava: *o que é etnocentrismo?* Como um frasco de perfume (pequeno, mas rico em fragrância) o autor deste livrinho conseguiu nos mostrar que todos nós somos etnocentros. Agimos, percebemos, lemos e analisamos o mundo de forma etnocêntrica, pois somos profundamente construídos e condicionados pela nossa cultura.

A produção social do conhecimento numa perspectiva classista pode ser tão etnocêntrica como numa visão culturalista, funcionalista, iluminista ou positivista. Nossos conhecimentos científicos e

acadêmicos tem um lugar social e cultural de produção e são concebidos, desenvolvidos e resultam em saberes etnocêntricos.

Na maioria dos casos são eurocêntricos porque os produtores deste conhecimento buscam amparo, proteção, suporte, concordância, subordinação ou embasamento em referências intelectuais e acadêmicas de autoridades científicas reconhecidas naquele continente ou nos Estados Unidos e não diálogos. Copiam, imitam, repetem em vez de recriarem e, se inspirarem.

Confrontado por estes desafios epistemológicos provenientes da minha cultura de um descendente de imigrantes alemães que chegaram ao sul do Brasil na segunda metade do século XIX. Nossos pais migraram com os avós, das colônias velhas de Lajeado e Estrela, quando ainda eram crianças para a “Serra” na região missioneira do Rio Grande do Sul no início do século XX.

Em Cerro Largo, Campina das Missões, São Paulo das Missões, Cândido do Godoy e Santo Cristo onde a sociedade popular (Volksverein) criada pelos Jesuítas germânicos anti-iluministas (Aufklerum), com os colonos alemães católicos já residentes no estado, conseguiram do governo do estado a concessão de áreas de terra em floresta para a colonização alemã com casais jovens e católicos.

Nestas colônias alemãs, o critério mais importante para o assentamento era a pureza étnica. O colono devia ser de origem alemã e de preferência católico. Esta colonização, em grande parte, se fez expulsando antigos posseiros indígenas e afrodescendentes, mestiçados com portugueses ou castelhanos que viviam esparsos em territórios extensos. Regionalmente estas populações eram denominadas pelos outros grupos como caboclos ou lusos.

As fronteiras étnicas estavam bem marcadas em todas as direções do entorno destas colônias alemãs. Guarani das Missões era colônia polonesa, parte de Tuparendi e Tucunduva era colonização italiana, Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, Roque Gonzalez e todas as vilas e cidades da margem esquerda do rio Uruguai eram majoritariamente constituídas por populações mestiçadas (indígenas, negros, lusos, castelhanos, etc.).

Nossa terra, Santo Cristo, ficava no meio desta diversidade de comunidades etnicamente definidas. Nascido e vivido na primeira década de vida de 1953 a 66 praticamente só nesta comunidade com contatos esporádicos com pessoas de outras etnias e culturas. Na nossa escola primária havia dois ou três alunos de famílias afrodescendentes

ou mestiças que eram arrendatárias ou peões de algum colono alemão e eram temidas e rotuladas como negros perigosos.

Meu primeiro óculo para ver e conhecer o mundo foi esta cultura de uma comunidade de pequenos proprietários agropecuários, falante de um dialeto alemão, praticante da religião católica tridentina centrada nos sacramentos e na autoridade do padre ou de seu representante em miniatura, o professor paroquial e catequista da comunidade. Era uma comunidade étnica fechada, disciplinada no trabalho, controlada e rígida na moral kantiana do dever.

A cultura era solidária com os seus membros, recompensava os bem-comportados e castigava ou molestava aos que adotavam atitudes desviantes da norma. Funcionava a cooperação e a solidariedade tanto espontânea como a organizada ou institucionalizada na Igreja, na Escola, na Sociedade cultural e esportiva, etc. em forma de mutirão. As relações de gênero eram patriarcais e machistas, desiguais. O mundo dos adultos era vetado às crianças e jovens que eram apartados das conversas ou dos encontros dos adultos. Os velhos eram bastante valorizados por suas posições de poder e saber.

Como e quando começamos a sair deste casulo de segurança cultural e étnica familiar? Nossa primeira experiência foi passar as férias de verão de 1964, um mês no colégio Marista em Santo Ângelo-RS, com o irmão mais velho que na época era juvenista. Ali havia uma comunidade multiétnica, pois reunia pessoas de múltiplas origens étnicas distintas da alemã.

Foi uma experiência de sair do conforto e da segurança do mundo familiar, conhecido e controlado para viver relações de insegurança. Neste mundo, nossa língua não vigorava. Ali a comunicação só funcionava no português, língua que ainda não dominava, pois a falava com dificuldades.

A disciplina e a organização da casa grande do colégio com três pisos, salas de aula, dormitórios coletivos grandes, cozinha, despensa, campo de futebol, quadra esportiva coberta, criação de animais e cultivo de lavouras distantes do local, era muito diferente de uma casa de colonos alemães da nossa comunidade.

A convivência na casa era somente entre homens (os irmãos e os juvenistas) e as cozinheiras viviam na cidade e só vinham trabalhar durante o dia. Era a experiência de uma nova vivência bastante diversa da familiar e comunitária. Outras eram as normas, os objetivos, as atividades, os trabalhos, os horários.

Gostávamos dos horários do futebol, dos momentos de experimentação dos doces que um dos irmãos cozinhava das peras, maçãs e outras frutas que colhíamos na chácara todas os dias e a noite ajudávamos a descascar.

Estranhamos o tamanho do colégio, os imensos corredores nos quais se poderia andar de fusca, algumas comidas novas que experimentamos, mas o maior impacto foi o fato de ver homens fazendo e ter que fazer o trabalho de limpeza da casa, lavar louça, ajudar na cozinha, na lavanderia em atividades que na nossa cultura eram tarefas ou papéis das mulheres.

Em 1966 ingressamos no seminário menor e frequentamos este ambiente até o primeiro ano de teologia em 1978, quando saímos para viver numa favela, na periferia da zona sul de Porto Alegre. O seminário tornou-se neste período como nossa segunda casa familiar. A convivência multiétnica prolongada nos pôs em contato com pessoas e suas famílias diferentes em termos de organização, funcionamento, valoração, princípios, comportamentos e práticas cotidianas.

Esta vivência no seminário transformou-nos profundamente. Tornamo-nos outra pessoa. Só não abdicamos da nossa cultura, pois havia uma hegemonia alemã no seminário tanto pelo número de estudantes, funcionários (as), irmãs e padres orientadores. Outros colegas cuja origem não era alemã, sofreram muito por causa disso e não conseguiram adaptar-se à disciplina, ao trabalho, ao cardápio das refeições, às práticas religiosas, etc.

Nas férias visitávamos colegas nas casas de suas famílias e estas experiências nos mostraram que mesmo entre as famílias de origem alemã havia muitas diferenças em termos de costumes, disciplina, organização do trabalho produtivo, vida afetiva familiar, relações entre pais e filhos, entre irmãos, práticas religiosas, conhecimentos e aplicação de tecnologias e de recursos econômicos.

No seminário fizemos amizades com afrodescendentes com quem mantivemos por muitos anos, correspondências escritas e enviadas pelo correio convencional quando as decisões dos superiores ou as opções pessoais já nos haviam separado e distanciado no espaço.

Consideramos que o seminário foi um primeiro momento de convivência intercultural, mas ainda sob a hegemonia de uma das culturas ou etnias em contato: a alemã e nos formamos numa leitura mais iluminista e classista do que étnica, na filosofia ocidental.

### 3 Aprendendo a Solidariedade Classista e Interétnica

Uma terceira experiência que refez toda nossa forma de ver a realidade foi quando entre 1979-1981 fomos morar na Vila Tronco, nas proximidades do Estádio Olímpico, enquanto estudante de teologia da PUC-RS. Conseguimos alugar uma peça num barraco, uma rede, um fogareiro, uma mesinha velha e nossas roupas pessoais do seminário e fomos viver na favela.

Estudávamos teologia na PUC, de manhã, almoçávamos no restaurante universitário e íamos de ônibus ao trabalho de servente de pedreiro a tarde. À noite e nos finais de semana participávamos de atividades e reuniões do movimento da Associação de Moradores, de atividades da comunidade eclesial de base cristã católica da vila e coordenávamos um círculo de cultura para alfabetizar trabalhadores da construção civil com o método Paulo Freire.

Era uma iniciativa de um grupo de estudantes da PUC e da UFRGS, de várias áreas do conhecimento, que criou em 1980 o Grupo de Educação Popular – GEP, que chegou a produzir material didático para os grupos de alfabetização. Consistia em séries de slides com gravação de voz em K7 e cartazes com o desenho de situações que introduziam as palavras geradoras do debate ou leitura da realidade e a alfabetização. Produzíamos o material utilizado nos círculos de cultura.

Neste momento, também fomos influenciados pelos debates do pós-Concílio Vaticano II (1963-65), conferências episcopais latino-americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979), da Teologia da Libertação formulada pelo Pe. Gutierrez (1972) e por outros teólogos como Juan Luiz Segundo (Uruguai), Munhoz e Richard (Chile) Inácio Ellacuria e Jon Sobrino (El Salvador), Leonardo e Clodovis Boff, Oscar Beozzo, Hugo Assmann, Taborda, Libânio, Carlos Mesters, Milton Schwantes, Carlos Dreher, Ruben Alves, etc. Eram teólogos católicos, luteranos, anglicanos, presbiterianos pelo Brasil afora que estimularam as pastorais sociais, as Comunidades Eclesiais de Base, a Cáritas renovada, assessoraram e apoiaram os bispos e padres proféticos nas suas opções pelos pobres e seu engajamento sociopolítico da fé. Vibrávamos com a radicalização de Camilo Torres, dos cristãos na Nicarágua e em El Salvador. Engajávamo-nos e apoiávamos os movimentos sociais indígenas, sem-terra, sem teto, movimento sindical, educação libertadora.

No final da década de 1979 e inícios da década seguinte, os debates ainda estavam centrados na perspectiva classista das análises

da realidade como a teoria da dependência e das lutas de superação revolucionária e transformadora da realidade. As questões culturais e as diferenças étnicas e de gênero não eram percebidas ou estavam ainda em segundo plano em nível inferior ou a margem das estruturas socioeconômicas da máquina capitalista produtora de poucos ricos à custa de multidões de pobres culturalmente indistintos. Na denúncia profética da Teologia Moral da Libertação se falava em “pecado estrutural” ou “estruturas pecaminosas” a serem transformadas.

Em meados da década de 1980 muda a conjuntura mundial e eclesial. Uma onda de conservadorismo reacionário e neoliberal retoma a hegemonia da iniciativa, contrapondo-se a avalanche revolucionária das décadas anteriores.

Na Europa o longo mandato que os ingleses concederam à conservadora Margaret Teatcher e os estadunidenses ao ex-pistoleiro de filmes de faroeste, Ronald Reagan do partido republicano, seguido depois pelos Bush, alavancaram uma aliança global pelo modelo de estado neoliberal no momento da crise e quebradeira da Ex-URSS e o enfraquecimento de seus aliados em outros continentes. Falava-se em globalização, mas fazia-se a mundialização da exploração capitalista.

Construiu-se no consenso de Washington o convencimento dos líderes até então terceiro mundistas a defender a diminuição dos estados nacionais para eliminar a possibilidade de cada país desenvolver estratégias de desenvolvimento ou de resistência ao tsunami neoliberalizante. A fé neoliberal tornou-se prática na maior parte dos países de todos os continentes e Fukuyama pode apregoar provisoriamente o fim da História comunicando ao mundo a vitória definitiva do capitalismo e a derrota de qualquer alternativa futura.

No campo religioso, a Igreja católica, no longo papado de Karol Woytila, apoiou-se em novas referências teológico-pastorais reconstruindo o que Libânio já no início da década de 1980 denominava de a “volta à grande disciplina” de uma igreja preocupada com seus problemas internos, abandono de fiéis, evasão de vocações religiosas e de clero, avanço das igrejas pentecostais e protestantes em geral e de outras religiões não cristãs sobre o rebanho em debandada ou inseguro.

Combateu-se o engajamento político dos cristãos pela transformação revolucionária substituindo-a por uma fé intimista ligada não mais às CEBs, à teologia da libertação e às pastorais sociais, mas aos movimentos carismáticos e conservadores, que em grande parte resumem a vida cristã a rezar, cantar e louvar a Deus com

palavras sem ação. O evangelho já não deve ser boa notícia para os pobres, os doentes, os sem-terra, os sem trabalho, os sem teto, os excluídos dos recursos naturais e públicos. Pastoral agora deve ser de massas nos santuários, na mídia televisiva, radiofônica ou blogesfera que se especializou em satanizar os movimentos sociais, as lutas do povo e a defender o capitalismo, os preconceitos de castas e o golpismo.

Neste contexto, é que desde 1985 e toda a década de 1990 vão se afirmar novas leituras da realidade nas academias e nas sociedades. O fracasso e a derrota do socialismo real na URSS, o seu revisionismo na Europa e nas Américas conduzem a condenação do marxismo na maior parte das academias. Ocorre a emergência de novas teorias e conceitos interpretativos pós-estruturalistas e pós-modernos que entram na moda, tanto na teologia como nas ciências, promovendo uma quebra ou mudança de paradigmas.

A análise dos experimentos socializantes no mundo afora chegaram a conclusões bastante contraditórias e muitas vezes terríveis em termos de respeito a diversidade cultural e a equidade de gênero. Os combates feministas, sexistas, femininos e de gênero, as organizações étnicas de indígenas e afrodescendentes apresentaram questionamentos às análises classistas simplificadoras e complexificaram o cenário da realidade e embaraçaram as epistemologias etnocêntricas.

Neste cenário de crises múltiplas das epistemologias, dos projetos político-econômicos alternativos ao capitalismo, das interpretações globalizantes do mundo, das verdades universais pretendidas por determinada visão de ciência, instalou-se o total relativismo em todos os campos do saber, fazer, pensar, ser, valer, avaliar e projetar o futuro se é que ainda se pode falar de perspectiva. A única verdade absoluta que se afirmou é que tudo é relativo. Não é absolutamente contraditório.

Não compartilhamos da crítica radical ou talvez mais sectária, de que somente a retomada da perspectiva classista poderá apresentar perspectiva de futuro porque se propõe atacar a raiz do problema da sociedade capitalista e a transformá-la radicalmente.

Os experimentos passados, neste sentido, devem *sulear* nossas análises e proposições. Negando-lhes qualquer ganho ou avanço seria uma atitude tão equivocada como a que absolutiza tais processos históricos e deles nada aprende porque não se debruça para analisá-los criticamente.

O mesmo se pode afirmar em relação às perspectivas fragmentadas como às iniciativas em microescalas de organização de economia familiar, grupal, comunitária, associativa, cooperativa ou mesmo empresarial, insuficientes para a transformação da economia capitalista, mas podem ser vistas como exercícios, ensaios, experimentação, demonstração do que já é possível. Fornecem insumos analíticos para calcular os custos ou identificar as dificuldades a serem superadas.

#### **4 Fundamentos para uma Economia Solidária Intercultural**

Não podemos pensar as experiências de diferentes organizações sociais, de gênero ou de grupos étnicos, como culturas fechadas, específicas e impenetráveis ao saber, de quem lhes fosse alheio. Reconhecer as diferenças é o que as propostas do multiculturalismo ou do pluriculturalismo ou mesmo da proposta da interculturalidade debatem. Gonçalves e Silva afirmam que:

Falar de multiculturalismo é falar do jogo das diferenças, cujas regras são definidas nas lutas sociais por atores, que por uma razão ou outra, experimentam o gosto amargo da discriminação e do preconceito no interior das sociedades em que vivem (2004, p. 11).

Destacamos alguns elementos fundamentais nesta observação. O multiculturalismo trata do “jogo das diferenças” cujas regras não estão dadas e definidas explicitamente nas sociedades. Elas só se definem “nas lutas sociais” operadas “por atores”. Sem luta não se definem regras de correlação entre os diferentes numa sociedade. Nem todas as diferenças entre atores sociais levam a lutas sociais multiculturais porque este jogo só ocorre quando atores experimentam a discriminação e o preconceito na sociedade em que vivem e decidem enfrentá-lo. Então o jogo depende de uma vontade política dos atores atingidos pelos problemas culturais.

Os mesmos autores ainda lembram que:

Isso significa dizer que é muito difícil, se não impossível, compreender as regras desse jogo sem explicitar os contextos sócio-históricos nos quais os sujeitos agem, no sentido de interferir na política de significados em torno da qual dão



inteligibilidade a suas próprias experiências, construindo-se enquanto atores (2004, p. 11).

Esta afirmativa nos leva a pensar que cada sujeito coletivo, no sentido gramsciano, que promove a luta e age, precisa ser compreendido no seu contexto social e histórico particular, pois os significados atribuídos à mesma proposta não são universais, mas só se entendem naquele contexto das experiências dos atores em construção e em ação.

Os autores referem-se a questões fundamentais para feministas *yankees* que para mulheres de outros contextos podem significar afrontas aos seus direitos. Outro exemplo que citam, são as autodenominações dos negros dos Estados Unidos como afro-americanos com as quais se identificam como africanos naquele país que se considera América e excluiriam por exemplo, os afrodescendentes do Brasil ou de países latino-americanos ou caribenhos, também americanos, com certeza.

Gomes mostrando a multiplicidade de entendimentos atribuídos por antropólogos e outros estudiosos ao conceito de cultura, através do tempo, indica em algumas categorias os conteúdos que comporiam cada uma das formulações e sua aceitação no meio antropológico.

Em seguida ele redefiniu cultura nos seguintes termos:

Cultura é o modo próprio de ser do homem em coletividade, que se realiza em parte consciente, em parte inconscientemente, constituindo um sistema mais ou menos coerente de pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se perante o Absoluto, e, enfim, reproduzir-se (2009, p. 36).

Gomes analisou cada parte desta formulação, da qual destacamos algumas como ele as escreveu. Sobre a dialética e problemática relação entre o individual e o coletivo da cultura afirma, como uma das conclusões filosóficas: “é que a cultura, que condiciona o comportamento e o pensar do homem, também lhe dá liberdade para pensar o diferente e comportar-se diferentemente” (p.38). A cultura controla e amarra os indivíduos, mas também oferece possibilidades.

Tratando das questões da continuidade ou da mudança cultural ele utiliza o conceito de reprodução cultural. Assim a cultura estando assentada na existência de uma coletividade que compartilha se reproduz primeiramente pela reprodução física dos que a compartilham e pela transmissão de significados de geração a geração

no cotidiano através “da linguagem e do comportamento ensinado, emulado e aprendido pelos novos membros da coletividade” (p. 40). Neste processo, ao longo do tempo e em novos contextos a coletividade também “pode criar novos significados e, portanto, mudar”.

Os meios de conservação e transmissão da cultura nas coletividades humanas são muitos que o autor elenca no texto. Também chama atenção para as condições da mudança cultural que ocorreria, quando “as instituições culturais não atendem aos anseios e desejos dos seus membros, entram em choque, em contradição, internamente e umas com as outras” (p. 41).

Interessa ao tema deste texto, a afirmação mais contundente do autor em relação às situações e condições de mudanças culturais em determinadas coletividades. Gomes propõe:

A desigualdade social e econômica, por exemplo, que não é uma instituição cultural, mas o resultado de um modo de como os homens se relacionam para reproduzir-se materialmente, termina produzindo instituições culturais, modos de comportamento consolidados e aceitáveis, até que eles entrem em contradição, em conflito, produzindo mudanças. Para muitos, a desigualdade econômica é a matriz de choques de todos os naipes nas instituições culturais, de simples reclamos, a formação de movimentos políticos e revoluções. Em linguagem mais seca, quando tomada por contradições, umas fortes e evidentes, outras leves e de longa duração, a cultura busca uma saída, um novo acomodamento, enfim, muda, ou seja, adquire novas características (2009, p. 41).

Pensando a economia como um dos elementos constitutivos da cultura de uma coletividade humana etnicamente identificada e identificável, o autor pensa que, além da ação política e militar capaz de subordinar à força, uma comunidade por uma que se considera culturalmente superior, a introdução de novas tecnologias na produção econômica forçaria novas relações de trabalho.

Consequentemente se produziria uma diferenciação social no grupo. Esta desigualdade na base do sustento material seria um fator altamente corrosivo dos comportamentos, dos modos de usar o tempo,

de pensar e valorar e seria a origem de novas instituições culturais e a matriz de choques na cultura do grupo. Principal fator de mudanças nas culturas.

Falarmos então em estratégias de cooperação intercultural na economia solidária poderia ser uma forma de reforçar as culturas de grupos diferentes que se relacionam como também poderia operar a transformação profunda da cultura destes grupos na medida em que alguns indivíduos se apropriassem de tecnologias, conhecimentos e recursos econômicos e simbólicos fundadores de diferenciações sociais ou de desigualdades entre os membros do mesmo grupo.

Os conflitos gerados por estas desigualdades no campo econômico não seriam suficientes para a transformação total da cultura, pois ainda haveria a vontade política como força dos atores para inovar e reinventar-se. Neste sentido, as intuições do antropólogo e sociólogo peruano José Maria Arguedas parecem indicar o contrário. O problema é que ele em vez de defender uma estratégia de interculturalidade para as diferentes sociedades indígenas do seu país propõe um processo de *cholização* como entre nós se tratou da integração dos indígenas pela mestiçagem biológica e cultural.

Arguedas defendia que as comunidades indígenas peruanas da serra que tiveram maior inserção nos mercados urbanos inclusive em Lima, eram as comunidades que mais se fortaleciam economicamente, mas também politicamente. Isto lhes possibilitava uma estratégia de defesa de sua cultura sem renunciar ao ingresso e as disputas no mercado capitalista porque as comunidades urbanas e rurais mantinham seus elos e funcionavam como estruturas de sobrevivência complementares.

Canclini (2006) tratando da indústria cultural, em culturas híbridas, questiona os prognósticos dos folcloristas da OEA que, na década de 1970, pretendiam preservar intactos determinados produtos culturais populares impedindo sua divulgação ou difusão pelos meios de comunicação massivos para manter sua autenticidade e evitar sua absorção pela modernidade e os usos da indústria cultural.

Ele constata que em vez de desaparecerem, “muitos ramos do folclore cresceram” tanto pelo número de artesões quanto pelo volume de sua produção artesanal por incentivos das políticas públicas e como alternativas ao êxodo rural e ao desemprego urbano por causa da sua divulgação pela indústria cultural. Porém, ele nota que, mesmo assim, não cresceu sua participação percentual no PIB de países como o Peru e o México.

Afirma Canclini:

Todos esses usos da cultura tradicional seriam impossíveis sem um fenômeno básico: a continuidade da produção de artesões, músicos, bailarinos e poetas populares, interessados em manter sua herança e em renová-la. A preservação dessas formas de vida, de organização e pensamento se explica por razões culturais, mas também, como dissemos, pelos interesses econômicos dos produtores que tentam sobreviver ou aumentar sua renda (2006, p. 217-218).

Prognósticos de sindicalistas e políticos das esquerdas brasileiras, nas décadas de 1970 e 80, ao fundarem a Central Única dos Trabalhadores questionavam a inclusão dos pequenos proprietários agropecuários na Central. Diziam que estes trabalhadores rurais eram uma categoria pequena burguesa e previam o desaparecimento da agricultura familiar, porque seria assimilada pela agroindústria ou pelas empresas rurais com a mecanização dos processos produtivos.

As mesmas previsões de alguns estudos de antropólogos e sociólogos faziam a respeito das populações indígenas no país. Eram tidas como formas de vida extemporâneas que não resistiriam aos avanços do capitalismo no campo e na cidade e estavam condenadas a desaparecer como grupos étnicos e culturas.

Os censos demográficos e agropecuários desmentem estas profecias mais pessimistas em relação à estas duas categorias socioculturais em jogo. Elas não só resistem, mas vem conquistando pequenos avanços e ganhando espaços, apesar de todos os percalços e problemas que enfrentam diante da força política e econômica do agronegócio e dos latifundiários e das omissões e oposições dos governos e das políticas públicas. As duas categorias em base as suas tradições culturais vêm crescendo em termos demográficos e diversificando os espaços de mercado que ocupam ou exploram, apesar de que sua participação no PIB, também não se eleva.

## **5 Uma Pedagogia Promotora de Protagonismo Cultural e Econômico Solidário**

Consideramos que os promotores da economia solidária devem ser os próprios grupos étnicos que partindo de suas experiências culturais tradicionais de cooperação e solidariedade na produção

podem ser estimulados a ampliar as áreas e atividades de transformação e comercialização pela organização da cooperação para acessar os mercados locais, regionais, nacionais e internacionais de forma coletiva.

Certamente em assentamentos da reforma agrária encontram-se populações etnicamente diversas. Suas experiências passadas deveriam servir de inspiração para as organizações que lidam com realidades multiculturais no seu interior. Alguns pequenos exemplos podem apontar algumas estratégias úteis.

Primeiro, nos acampamentos iniciais da década de 1970 no Rio Grande do Sul como o da Encruzilhada Natalino e depois o da Fazenda Anoni, entre os muitos que ocorreram naquele estado, serviram com sintetizadores de situações vividas pelos Sem Terra que não eram só uma categoria social, mas também etnicamente identificados. A aglutinação de movimentos que neles convergiram refletidos, analisados é que potencializaram suas possibilidades em diversos campos. Alguns estudos feitos por acadêmicos da Universidade de Passo Fundo (UPF) e do Instituto de Teologia Pastoral (ITEPA), indicam que o fato da participação multiétnica no movimento e na composição dos assentamentos enriquecia as experiências.

Citam-se duas situações bem concretas em que a contribuição de afrodescendentes e mestiços indígenas ou os considerados luso-brasileiros, caboclos em outros autores, nas situações de conflito na formação do assentamento e das negociações com os fazendeiros, as polícias, as autoridades lidavam muito melhor com as situações criadas do que os descendentes de imigrantes europeus acampados.

Os primeiros não temiam a polícia, faziam a frente nos grupos de segurança, ou iam para o enfrentamento quando fosse necessário e nesses momentos os segundos ficavam na retaguarda com medo, temerosos e fugiam dos embates. Porém, depois quando o acampamento já se assegurara e havia necessidade de organizar tarefas de produção e cultivos em hortas, roças coletivas, etc. quem tomava a frente eram os descendentes de europeus.

Os primeiros vinham de uma tradição de resistência histórica de longa duração, onde os enfrentamentos e as negociações em situações de conflitos eram o mais comum para a sobrevivência. Em geral eram posseiros, arrendatários ou peões vivendo na terra de outros e trabalhando para os outros num sistema permanente de exploração do seu trabalho.

Entender esta cultura da resistência e potencializá-la na luta do movimento dos acampados foi algo que ocorreu mais espontaneamente do que de forma planejada e calculada, a tal ponto que isto só foi percebido pelos pesquisadores a posteriori. Porém, esta descoberta, incorporada na estratégia do movimento social pode enriquecer a luta pela terra.

Os descendentes de europeus por serem filhos de colonos, pequenos proprietários que trabalhavam suas terras de forma familiar aportavam uma experiência organizativa e produtiva muito importante no momento em que estes acampados iriam ser assentados, pois cada família de parcela teria que organizar seu trabalho, planejar sua produção e gestão do seu negócio. Esta experiência da autogestão ele já trazia da casa dos pais e era bem diferente da dos agregados ou peões que dependiam ou estavam subordinados à vontade e ao comando de outro porque trabalhavam e produziam para aquele.

Outra experiência vivida em relação à economia solidária ou socializante em grupos coletivos formados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia (FETAGRO), no início da década de 1990, nos pode inspirar para pensar estratégias de cooperação na economia solidária levando em conta as realidades interculturais e não só o convencimento ou a consciência ideológica classista e socialista.

Naquele momento trabalhava como técnico em educação não formal da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) do Mato Grosso em Pontes e Lacerda e depois em Cáceres. Começamos, então, contatos com experiências sindicais, associativas e de movimentos sociais em Rondônia nas áreas de organização, produção agroambiental ou agroflorestal, processamento e comercialização de produtos da agricultura familiar.

Neste processo, contatamos algumas lideranças da FETAGRO e do MST-RO que estavam interessadas e empenhadas na construção de coletivos de produção entre famílias de comunidades de colonos e outras de assentamentos da reforma agrária que estavam avançando no estado. Eles estavam convencidos que a produção familiar ou individual de cada assentado seria problemática e caminharía para o insucesso como ocorrera na maior parte de áreas de colonização. Pretendiam divulgar os grupos coletivos de produção como ideal para os assentamentos e mesmo como alternativa para os colonos.

Nos diálogos nasceu a ideia de um estudo das experiências dos seis ou sete grupos coletivos de produção que já haviam nascido no ano de 1992-3. Nós da FASE realizamos este estudo em pelo menos dois dos grupos e disso resultou uma síntese de material que foi discutido em meados de 1994, quando a metade dos coletivos já se haviam desintegrado, por causa dos inúmeros conflitos internos aos grupos.

O estudo constatou que na origem dos grupos coletivos estava uma convicção ideológica bastante forte sobre os processos de socialização da propriedade, cooperação do trabalho e apropriação coletiva dos resultados. Os membros dos grupos coletivos acreditavam e defendiam esta visão.

Constatou-se, porém, que havia muitas áreas de incertezas e inseguranças em relação ao futuro da vida nos coletivos, baseados nas experiências anteriores e passadas, no presente e nas normas dos grupos estas questões não estavam claras.

Exemplo: na propriedade familiar o trabalho era partilhado e o fruto dele também e se os pais envelheciam os filhos cuidariam deles ou alguém que viesse morar na terra deles e que depois seria o herdeiro dela. No coletivo a norma era remuneração segundo o trabalho. Então, casais mais velhos que entravam com seu lote no grupo saíam prejudicados, diante de famílias numerosas em mão de obra, mas sem nenhum lote, trabalhariam mais e ganhariam mais e os velhos com terra no grupo ficariam com que remuneração sem o seu trabalho?

Porém, os problemas mais sérios ocorriam no campo das relações interpessoais nos grupos. Todos os dias ou pelo menos uma vez por semana havia a assembleia de avaliação e planejamento das atividades distribuindo as tarefas para cada membro do grupo. Mas, a forma de pensar e executar era condicionada pela origem cultural de cada membro do grupo que não era levada em consideração.

As experiências pregressas de cada membro do grupo coletivo de produção falavam dos seus saberes culturais, das maneiras de fazer os trabalhos, das técnicas que dominava, da concepção das relações com a natureza, das convicções religiosas, do convencimento político a respeito do coletivo, das experiências negativas de espoliação anteriores nas parcerias ou arrendamentos de terras, dos ritmos de trabalho, dos horários, dos papéis de gênero, das relações entre as gerações.

As organizações promotoras e defensoras dos coletivos de produção não reuniam conhecimentos e experiências pedagógicas suficientes para assessorar os grupos nos processos de sua constituição, desenvolvimento e crises de crescimento. Os conflitos tão importantes para os avanços nas organizações acabavam criando situações explosivas de confrontações e brigas, deixando um rastro de inimizades entre pessoas que antes eram muito próximas.

## **6 Considerações Finais**

Concluindo quero apenas trazer para a reflexão algumas experiências dos indígenas. Em Mato Grosso nos encontros interculturais dos povos que participam dos jogos ou das Olimpíadas indígenas acontecem trocas e vendas. Nestes eventos, reúnem-se as diversas etnias indígenas do estado, que falam línguas diferentes, tem tradições culturais diversificadas em muitos campos da cultura material e simbólica, no entanto, eles promovem intercâmbios e trocas econômicas bastante significativas entre eles e com a sociedade do entorno que busca o artesanato e objetos produzidos pelos povos participantes.

Alguns grupos já tem um planejamento de produção para vender e trocar neste tipo de eventos, pois nem sempre tem acesso ao mercado em seus lugares de origem ou próximos. Quando saem, preparam uma produção que oferecerão e que lhes possibilitará arrecadar recursos para outras finalidades pessoais, familiares ou comunitárias dependendo do que cada etnia define como de seu interesse.

Nestes eventos, ocorre uma dupla relação interétnica. Entre povos indígenas, os intercâmbios nem sempre são mediados pela moeda dinheiro, mas podem dar-se simplesmente pela troca de produtos ou serviços, mas na relação interétnica com os não índios, esta sempre será mediada pela moeda nacional de que necessitam mais ou menos para satisfazer as suas necessidades e gostos de consumo de produtos que buscam no mercado capitalista.

Pode-se afirmar que o capitalismo é culturalmente circunstanciado na Europa e Estados Unidos, mas o mercado apresenta formas distintas locais conforme a cultura dos povos que operam a economia. Assim, certos aspectos do capitalismo podem ser encontrados em muitas sociedades e culturas diferentes, mas as formas de funcionamento dos mercados locais dependem, grandemente, das concepções, necessidades e atuação de atores condicionados culturalmente.

Pode-se dizer que um empresário japonês seja capitalista, mas a sua ética pode não ser, quando ele se suicida diante da descoberta de um



rombo nas contas da empresa por sua responsabilidade ele reage diferentemente de um capitalista brasileiro ou estadunidense diante da mesma situação.

Uma comerciante aimará na Bolívia no mercado central de Sucre não parece uma capitalista quando um consumidor lhe pergunta: quanto custa esta fruta? Ela responde irritada: vai comprar? Ou quando uma mulher indígena maia Kachikel em Antigua Guatemala conversa amavelmente com o visitante de sua estante de vendas na galeria e o retém entretido dizendo: pode olhar. Não custa nada! E mostra com todo empenho os produtos do seu trabalho falando das características e qualidades deles e conclui: compra! por favor compra, porque preciso sustentar meus filhos e minha família.

Mundo afora, encontraríamos muitos exemplos de como os mercados funcionam culturalmente. Eles não são realidades apenas determinadas economicamente. Uma estratégia de cooperação intercultural não pode ser pensada e proposta de fora dos grupos étnicos que estarão envolvidos no seu desenvolvimento, pois cada cultura define o lugar, o papel, o significado e a importância da economia no seu sistema. Então a estratégia não poderá ser única e a mesma para todos os grupos e em todas as situações.

A economia não pode ser um fim em si mesma nestes grupos, mas precisa ser pensada como meio para a realização de fins culturais, ou seja, para satisfazer interesses e necessidades de uma coletividade que compartilha os mesmos sentidos das práticas.

A produção de conhecimentos para enfrentar estes desafios é imprescindível e os membros dos grupos culturais precisam estar envolvidos nesta tarefa e apropriar-se dos novos saberes de maneira que possam incorporá-los aos seus sistemas de vida.

O percurso que fizemos, apenas é um convite a pensar e agir, mesmo que os rumos futuros não estejam claros no mundo multiverso em que vivemos.

### **Referências Bibliográficas**

- CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EdUSP, 2006.
- GOMES, Mércio Pereira. *Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2009.
- GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira e GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. *O Jogo das Diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

## CAPÍTULO 3

# IDENTIDADES, MULTICULTURALISMO E TERRITORIALIDADES CAMPONESAS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Vivian Lara Cáceres Dan  
Tânia Paula da Silva

### 1 Introdução

Este texto tem como eixo analítico as concepções e as práticas sociais de solidariedade e cooperação, os conflitos sociais vivenciados nas relações sociais e econômicas, culturais, étnicas, ambientais e das redes de sociabilidade constituídas pelos agricultores familiares que vivem no território da faixa de fronteira Brasil-Bolívia, em específico nos assentamentos rurais que compõem o município de Cáceres-MT, resultantes de uma primeira etapa de pesquisa do projeto “*Configuração Socioprodutiva da Economia e Cultura Camponesa: análise da organização econômica e de capacidades de processos inovadores em três territórios de agricultura familiar*” (aprovado pela FAPEMAT, no período de 2014 a 2016).

Para abordar essa rede de sociabilidades, conflitos e relações vivenciadas pelos camponeses em territórios de fronteira, elegemos as seguintes categorias de compreensão dos dados inicialmente coletados na forma de questionários: identidade, fronteira, multiculturalismo, solidariedade. Entre os referenciais teóricos destacamos: Taylor, Cardoso de Oliveira, Pacheco de Oliveira, Pollak, Hall, Geertz, Feliciano, Medeiros e Leiteb.

O objetivo dessa abordagem é perceber as estratégias de resistência vivenciadas tanto individual quanto coletivamente em relação aos aspectos sociais, culturais e étnicos nos territórios dos assentamentos analisados, mapeando as redes de sociabilidades constituídas pelos camponeses para a sobrevivência e permanência na terra conquistada, como também para construir uma categoria analítica sobre a fronteira que reflita melhor essas relações e se traduza no que o cotidiano dessas pessoas estão apontando como importante e, assim, desconstruir estereótipos e preconceitos relacionados aos camponeses assentados e à região de fronteira.

Metodologicamente, se estabeleceu, a fundamentação teórica, expondo conceitos e análises referentes a vida camponesa e suas

territorialidades e fronteira. Em seguida, são analisados os dados coletados *in loco* no território dos assentamentos rurais em Cáceres-MT, que compõem a faixa de fronteira Brasil-Bolívia. As observações realizadas durante nossa experiência profissional em trabalhos de extensão e pesquisa nos assentamentos rurais desta região fronteira também contribuíram para a análise da realidade efetivamente vivida pelos camponeses neste território. Por fim, tecemos algumas considerações problematizando as questões colocadas.

## 2 Desenvolvimento

Atualmente, no Brasil, em meio às discussões sobre a Questão Agrária, o que se tem de concreto são os Assentamentos de Reforma Agrária, que foram implementados no país, de forma lenta e irregular, a partir de meados dos anos de 1980; resultantes, em sua maioria, de pressões dos movimentos sociais de luta pela terra e adotados oficialmente como meta/solução pelo Governo para a sempre adiada Reforma Agrária.

De acordo com Medeiros e Leite os assentamentos rurais são entendidos como:

[...] A ocupação e uso de terras para fins agrícolas, agropecuários e agroextrativistas em que um grupo de trabalhadores sem terra ou com pouca terra obteve a posse, usufruto e/ou propriedade sob a forma de lotes individuais e, em alguns casos, de áreas de uso e propriedade comuns, sendo o patrimônio fundiário envolvido resultante de processo de aquisição, desapropriação ou arrecadação pelo poder público e associado, de maneira explícita, pelos trabalhadores e/ou pelos agentes públicos, a processos de Reforma Agrária (1999, p. 279).

Para Fernandes (1996), a conquista do assentamento é parte de um processo de disputa territorial que garante a conquista do território camponês, lugar de luta e resistência. Isso significa dizer que, a implantação dos assentamentos rurais permite a reprodução do modo de vida camponês, pois nestes territórios são desenvolvidas novas relações sociais, novas formas de vida e produção que possibilitam aos camponeses se organizar social e produtivamente.

Deste modo, entende-se que a concessão de um pedaço de terra a trabalhadores sem terra possibilita também a (re)organização do campo brasileiro, pois:

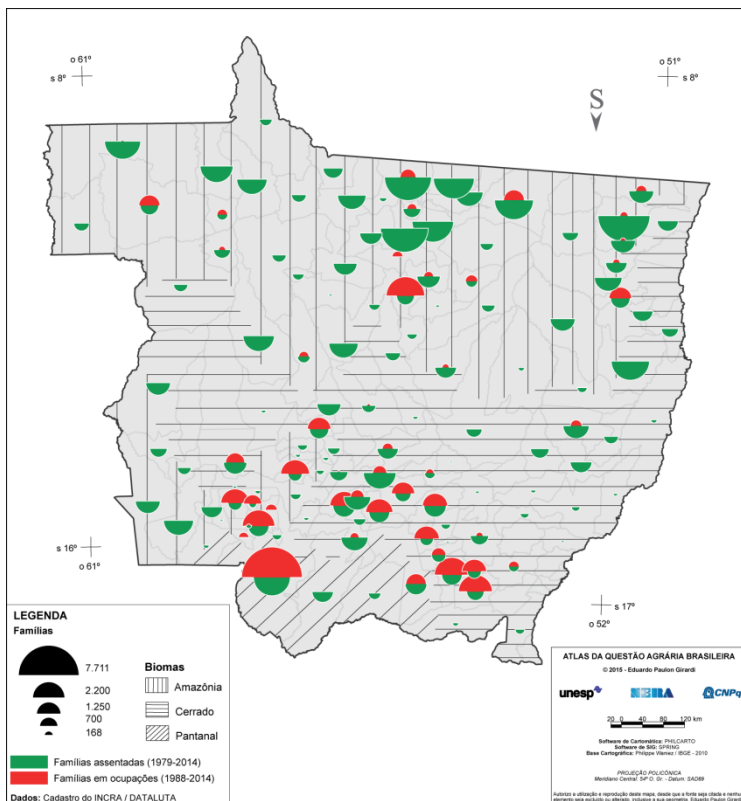
[...] os assentamentos, apesar de seu pequeno número, quando considerada a dimensão do problema fundiário brasileiro, têm se constituído em um verdadeiro laboratório de experiências sociais e vêm dinamizando o debate sobre as perspectivas do meio rural brasileiro e possibilidades de novas alternativas de desenvolvimento (1998, p. 62).

No entanto, a concretização destas perspectivas requer a continuidade da luta, porém agora uma luta por políticas públicas voltadas para a pequena produção, por novas alternativas de renda, por novas formas de produção, por infraestrutura e serviços que possibilitem a manutenção do território e o modo de vida camponês.

Com base nesta luta que se estrutura o novo território, o território dos camponeses assentados, onde sonhos e esperanças são projetados a cada dia, na expectativa de construir não só um espaço para produzirem, mas também um local em que possam reforçar a identidade individual e do grupo, além de deixar suas raízes para as gerações futuras (FELICIANO, 2006).

Em Mato Grosso, mesmo diante da barbárie do agronegócio brasileiro, que dia a dia enriquece apenas um pequeno grupo de pessoas, que são os grandes latifundiários exportadores de grãos, estão assentadas 82.424 famílias em 549 assentamentos que se distribuem por todas as regiões e municípios do Estado, com diferentes graus de implantação, infraestrutura, tamanho e desenvolvimento econômico e social, totalizando quase seis milhões de hectares destinados aos trabalhadores rurais (INCRA, 2017).

**Figura 01: Assentamentos Rurais e Famílias Assentadas e em Ocupações no Mato Grosso**



Fonte: NERA, 2014.

Deste total de assentamentos rurais implantados no Estado, sete (07) estão localizados na região da fronteira Brasil-Bolívia, especificamente no território do município de Cáceres-MT, objeto da nossa pesquisa, são eles:

## Quadro 01: Assentamentos que compõem o Território da Fronteira Brasil-Bolívia, em Cáceres-MT

PA	Área (ha)	Famílias	Criação	Forma de Aquisição	Distância de Cáceres (KM)
Jatobá	906,884	27	24/10/1997	Desapropriação	115
Nova Esperança	1.695,28	49	15/12/1997	Desapropriação	105
Rancho da Saudade	2.407,46	45	19/12/1997	Desapropriação	105
Sapicuíá	1.249,77	39	30/08/1999	Desapropriação	95
Corixo	3.413,18	70	05/04/2001	Desapropriação	130
Bom Sucesso	433,26	13	18/12/2002	Arrecadação	145
Katira	1.886,36	46	27/09/2003	Desapropriação	110
TOTAL	11.992,194	289			

Fonte: INCRA 2017; Org. SILVA, 2017

Assim sendo, os latifúndios no Mato Grosso, especificamente na região da Grande Cáceres, fronteira Brasil-Bolívia, passam a ceder lugar à agricultura camponesa e novas formas de vida e produção estão sendo efetivadas neste território. Com isso, tem-se então a luta pela permanência na terra, pela via do acesso aos recursos governamentais de crédito e infraestrutura para produção e organização do trabalho e da vida na terra, como também, a construção de alternativas de reprodução que envolve ações/atividades mais solidárias e mais adequadas ecologicamente.

### 3 Os Assentamentos Rurais na Região de Fronteira Brasil-Bolívia

Conforme o quadro acima, na região de fronteira Brasil-Bolívia, no município de Cáceres-MT, existe atualmente sete assentamentos de Reforma Agrária, cada um com suas especificidades e em diferentes estágios de desenvolvimento.

A área territorial desses assentamentos é de 11.992,00 hectares, ocupados por aproximadamente 300 famílias, distribuídas em lotes parcelados e de diferentes tamanhos (variam de 05 a 25 hectares por família). Segundo Silva *et al* (2012), esses assentamentos rurais, criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), são em sua maior parte, resultado de pressões dos movimentos sociais de luta pela terra no Mato Grosso e adotados

oficialmente como meta/solução pelo Governo para a sempre adiada Reforma Agrária.

Os dados coletados através de questionário semiestruturado continha questões culturais e socioeconômicas que envolviam a vida e a luta na terra; tais como: os tipos de recursos disponíveis para acessarem individual e coletivamente (escola, posto de saúde, poços artesianos, rede de energia, ponto de ônibus, plantações e criações) no território, aspectos da cultura (tipo de comida, música, artesanato, bebida, festividades), relações com a fronteira e com os bolivianos, entre outras. As entrevistas foram realizadas nas residências dos camponeses, abrangendo todos os membros da família. Assim sendo, no assentamento Corixinha foram oito (8) famílias entrevistadas, no assentamento Jatobá foram nove (9) famílias, no assentamento Nova Esperança foram vinte e quatro (24) famílias, no assentamento Rancho da Saudade foram vinte e uma (21) famílias e no assentamento Sapiquá foram doze (12) famílias entrevistadas.

Os dados levantados indicam que estas famílias são oriundas de várias localidades do Estado de Mato Grosso e de fora dele, tais como São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Alagoas, Paraná, Goiás, Paraíba, entre outras. Esses camponeses assentados possuem idade que varia entre 28 e 69 anos e, em sua maioria, não completaram o ensino básico. Isso nos conduz a observações similares feitas por Klaas Woortmann (1990) na qual a migração para o camponês faz parte das suas práticas de reprodução.

Para Sayad (1998, p. 39) a migração não é apenas um deslocamento do espaço físico mas também um “deslocamento qualificado em muitos sentidos: socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente”.

A maioria destas famílias tem “tradição” com a terra, ou seja, em algum momento de sua trajetória migrante já lidaram com o cultivo na terra. Estas famílias, em sua grande maioria, desenvolvem as atividades no lote de forma individual, utilizando a força de trabalho familiar e geralmente nas atividades de criação de gado ou mesmo plantações utilizam mão de obra local entre os vizinhos (contratação por dia de trabalho/diária) ou a própria família trabalha (marido, mulher e filhos) para sustento da família, na maioria das vezes.

Apesar desses entraves que limitam e dificultam a vida no campo, as famílias camponesas criam redes de solidariedade em torno das precariedades vivenciadas e também em torno das relações de

trabalho. Para Singer (1973), a adaptação do migrante recém chegado a um novo meio social se dá normalmente pela ajuda e redes de solidariedade dos que já chegaram antes e se estabeleceram naquela região.

E assim, devemos considerar esse deslocamento também como um universo social em mobilidade que ativam relações sociais onde as mesmas passam a ocorrer nesse processo. São essas migrações que acabam por constituir as redes de solidariedade na formação dessas novas redes sociais.

Observou-se nas unidades de produção uma infinidade de produtos agrícolas: mandioca, milho, café, cana, horta (legumes e tubérculos), pomar (banana, abacaxi, mamão, melancia, laranjas, etc) e animais de criação (galinhas, porcos, bezerros, gado, entre outros) que servem tanto para o autoconsumo/subsistência das famílias como também para o trato das criações, sendo que apenas o excedente da produção é comercializado no Brasil e na Bolívia. Situação que corrobora com a análise de Silva (2009, p. 10), quando afirma que “[...], a zona de fronteira do Brasil com a Bolívia é um importante espaço de articulação e de comunicação entre as lógicas territoriais dos dois países”.

Contudo, percebe-se que a principal atividade econômica desenvolvida pelas famílias camponesas é a pecuária, com destaque para a produção e venda do leite *in natura* aos laticínios de Cáceres e região. Neste sentido, Almeida (2006, p. 83), afirma que:

[...] apesar de não proporcionar um retorno financeiro elevado, a criação de gado leiteiro passou a representar a alternativa mais viável para gerar renda para as famílias assentadas, principalmente, porque sua produção é diária, implicando numa entrada mensal ou quinzenal de recursos que ajudam a custear os gastos domésticos e até mesmo subsidiar parte das demais explorações de produção.

Podemos afirmar ainda que as estratégias de resistência para sobrevivência e permanência no lote desenvolvida pelas famílias camponesas envolve a diversificação da produção, o acesso às fontes alternativas de renda (aposentadoria, auxílios governamentais), bem como a realização de atividades não agrícolas, tais como: serviços temporários fora do lote, artesanato, entre outras). Portanto, percebe-se que a renda familiar camponesa, que varia de 01 a 03 salários



mínimos, é proveniente da produção agropecuária desenvolvida no dia a dia do lote, como também, pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas.

Em relação ao acesso aos recursos institucionais, todos responderam que acessam os poços artesianos coletivamente, rede elétrica e as escolas nos assentamentos. Em todos os assentamentos, o problema da falta de água potável está muito presente no cotidiano dessas famílias, limitando inclusive as criações de animais e plantações por faltar água. Sentem uma enorme dificuldade de acessar atendimento à saúde, pois não existem postos de saúde e nem médicos nesses territórios, e quando precisam de algum atendimento precisam vir à cidade de Cáceres ou recorrer ao auxílio dos vizinhos da própria comunidade que usam plantas medicinais e chás para melhorar os mal-estares mais comuns como dor de cabeça, diarreia e vômito.

No quesito mundo do trabalho, ninguém respondeu que contrata imigrantes bolivianos para trabalharem ou auxiliarem nas atividades agrícolas e pastoris. Essa falta de dados mostra que as relações de trabalho em território de fronteira ainda estão “obscuras” sugerindo duas dentre outras possibilidades: a falta de proteção ao trabalho do imigrante que por não ter força de trabalho regularizada tende a ser um trabalho ainda mais precarizado em sua dinâmica de exploração nas fazendas; e também pelos estereótipos criados em torno do boliviano como “índio”, “traficante”, “pobre” sem trabalho que atravessa a fronteira em busca de melhores alternativas de sobrevivência e que as pessoas insistem em esconder qualquer relação com o boliviano, mas que não podem ser descartadas, pois existem e estão a todo tempo sendo reelaboradas.

Sabemos que o conceito de fronteira assim como o de território não se limita ao espaço físico ou geográfico. As abordagens são também políticas, subjetivas (culturais), implicando a existência de gentes, línguas, religiões, festejos, conflitos, relações. Para o autor:

Essas áreas de circulação latino-americana na região do Mercosul são exemplos privilegiados de interação intercultural e interétnica. E isso confere nesses contextos de fronteira, um grau de diversificação étnica que somada a nacionalidade natural ou conquistada de um lado ou de outro da fronteira, cria uma situação sociocultural

extremamente complexa (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010, p.10).

Trata-se assim de uma configuração marcada pelo processo “transnacional”, uma vez que, as relações sociais vividas em regiões de fronteira são muito dinâmicas, e existiria uma ambiguidade de identidades. E o aspecto da nacionalidade não daria conta de manipular todos os elementos da identidade no que tange a proteção em um Estado Nacional (proteção militar), acesso aos recursos desse país (saúde, educação). Situações concretas também burlam e manipulam essa identidade junto a representantes dos respectivos Estados Nacionais. Algumas situações como; os casamentos, por exemplo, confirmam redes de solidariedade entre “nacionais” e bolivianos. Uma adaptação sem significar assimilação. Muitas famílias que moram na fronteira têm parentes dos dois lados fortalecendo essas relações, comportamentos, sociabilidades, festas, comercialização de produtos, trocas culturais e afetivas intensas no cotidiano dos que moram em região de fronteira.

As fronteiras são para Martins (1997) interpretadas muitas vezes como espaços que degradam o “outro”, pois ali se encontram diferentes grupos humanos, em diversas temporalidades, com diferentes culturas e origens sociais e em nome da superioridade de um desses grupos, negam o direito à diferença ao “outro” inspirando práticas de subordinação e inferioridade dos seus portadores, sendo necessário interpretar as relações sociais ali existentes, e compreender os saberes, os valores, as estratégias de sobrevivências, bem como, as redes de sociabilidades e solidariedades que circulam num espaço múltiplo. Mesmo convivendo com tantos estereótipos em relação aos bolivianos, principalmente pelo policiamento de fronteira em busca de cargas ilegais ou drogas, os assentados que ali prosperaram vêm travando outro tipo de relacionamento onde também é possível evidenciar relações amistosas, amigáveis, festividades, comércio de produtos, solidariedade e respeito ao outro.

Para Cardoso de Oliveira (1976), o contato interétnico é um dos fenômenos mais comuns da contemporaneidade e a identidade étnica é ativada em situações peculiares principalmente em casos de conflitos, pois “as relações sociais se dão em termos de submissão e sujeição do indivíduo em relação ao grupo étnico pertencente”. Não temos material nem dados compilados sobre a possível submissão dos bolivianos em relação aos brasileiros em regiões de fronteira ou vice-versa, mas temos indícios de relações que poderiam ser analisadas

como no mínimo ambivalentes rompendo com alguns estereótipos do lugar. Nota-se, portanto, que não existe apenas uma visão geopolítica de território, uma vez que se trata de um espaço social com limites e fronteiras sob o amparo de estatuto e regras de um Estado-nação, mas não se trata de espaço restrito a estas.

Um indício dessa relação é o fato de, nos Assentamentos Nova Esperança, Corixinha e Escola Municipal Marechal Rondon (Destacamento de Fronteira do Corixa) terem crianças bolivianas estudando. Outro indício do que acontecem nos assentamentos são as relações de parentesco com os bolivianos e especificamente no assentamento Katira existem duas famílias que assumiram terem parentes bolivianos (casal brasileiros e bolivianos com filhos brasileiros) e que moram no assentamento, ficando perceptível essas conexões entre as pessoas que moram em faixa de fronteira com os bolivianos.

Pacheco de Oliveira (1998) esclarece que a identidade pode ser acionada positiva ou negativamente pelas relações estabelecidas entre os grupos étnicos, tratando-se de uma expressão simbólica e também política da forma como se percebe esses processos sociais e graus de pertencimento em curso. E, portanto, os dados apontam para indícios de que a “fronteira” étnica está sendo mantida de forma contraditória por laços fluidos, transitórios ora afirmando-se ora contestando as conexões dos processos de operação identitária com a Bolívia.

Pollak (1987) entende que a identidade se processa simultaneamente na construção da memória, sendo elaborada como uma representação do “eu”, para o “eu” e principalmente, como o “eu” quer ser visto e aceito num determinado grupo. Todavia, não temos controle da aceitabilidade da nossa construção “identitária”, haja vista que não sabemos os valores morais e éticos em que é erigido o “eu” do “outro”, mas nossa construção se baliza próximo das referências de aceitabilidade e credibilidade desse “outro”. Desse modo, o sujeito se constrói e é construído através de relações interpessoais, que se constituem em relações de intercâmbio e transferência, ou seja, este processo da memória e da identidade social são negociáveis e influenciáveis, com forte propensão a mudanças.

Uma categoria muito importante que se destaca para as referidas análises é o de território. “O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado” (SOUZA, 1995, p. 56). Ou seja, o território é uma

construção histórica, social, um espaço relacional definido pelas redes e fluxos.

Uma possibilidade para entendermos essas redes de sociabilidade, territorialidade e interculturalidade que perpassam a fronteira são as atividades desenvolvidas para sustento e entretenimento das famílias que moram nesses assentamentos. Muitos assentados vão até San Matias (Bolívia) para comprar/vender produtos do seu dia-a-dia, bem como, alguns participam de festividades locais (festividades religiosas e bingos) e jogos/campeonatos de futebol. E isso pode ser interpretado como troca cultural com os bolivianos que foi reconhecida pelos próprios assentados como um aspecto de suas experiências e realidade: no assentamento do Corixinha foi evidenciado por 13,04% dos entrevistados, no assentamento Jatobá 10% dos entrevistados reconhecem essas trocas, no assentamento Nova Esperança 31,42% dos entrevistados, no Rancho da Saudade 24,24% dos entrevistados e no Sapiquá 12,50% reconheceram a existência dessas trocas culturais em território de fronteira e relacionamento com os bolivianos. Isso mostra que essas práticas também produzem velhos e novos estreitamentos dos laços de vivências entre as dezenas de comunidades fronteiriças do Brasil e Bolívia.

Significa que as comunidades envolvidas na pesquisa se identificam com esses sentidos e práticas adotadas nos territórios da agricultura familiar em termos culturais. E nesse sentido, a interculturalidade é um conceito chave para perceber que não necessariamente uma cultura esteja se colocando como medida da outra, e que existe um princípio de diálogo entre elas produzindo uma crítica à ordem e aos estereótipos dominantes. Trata-se de um espaço de relações entre as culturas. A organização dessas redes de solidariedades possibilita uma convivência mais digna onde o coletivo faz parte da recriação camponesa e também garante caminhos de maior autonomia na construção de um território camponês com suas especificidades e estratégias de sobrevivências cultural, econômica, social e política.

Hall (2005) entende que o sujeito viva em um espaço “multicultural”, fomentado pelas vicissitudes do mundo cultural “globalizado”, no qual inexistente uma sociedade cultural inerte, intocável. Mas, um universo de culturas que se inter-relacionam e são extremamente influenciáveis. A concepção multiculturalista, ao

superar o monismo cultural abre a possibilidade do diálogo intercultural ao supor o “reconhecimento do outro”.

Arruda (2002) trabalha com as representações de fronteira como um local de tráfico, de misérias, violência, moléstias, onde o que é lícito e o que é ilícito coexistem numa relação de reciprocidade. Para além das denominações que já conhecemos e que são constantemente enfatizadas pelo viés da segurança do Estado Nacional a partir de operações do Exército, Gefron, Polícia Militar etc, na definição do que seja fronteira para os assentados nesses territórios (assentamentos de fronteira) temos a seguinte constatação:

Levando em consideração o conjunto das respostas incluindo os que não responderam, temos uma configuração sobre a definição de fronteira que evidencia que 21,37% a consideram como um espaço de trocas culturais com os bolivianos. 48,72% afirmam que é um lugar de convívio pacífico com as famílias locais. O percentual que avalia que é um lugar precário, difícil de sobreviver é de 6,84% e um lugar perigoso e violento 11,96%. Os que não responderam correspondem a 11,11%. Ao aproximarmos a percepção do território da fronteira como um espaço bom de viver, ao se somar as duas primeiras categorias, constata-se um percentual de 70,10% das respostas. A percepção do espaço da fronteira como forma de vida precarizada associada à violência e ao perigo 18,80% das avaliações.

Na segunda demonstração, quando levamos em consideração o conjunto das respostas excluindo os que não responderam, temos uma configuração sobre a definição de fronteira que evidencia que 24,03% a consideram como um espaço de trocas culturais com os bolivianos. 54,80% afirmam que é um lugar de convívio pacífico com as famílias locais. O percentual que avalia que é um lugar precário, difícil de sobreviver é de 7,69% e um lugar perigoso e violento 13,46%. Ao aproximarmos a percepção do território da fronteira como um espaço bom de viver, ao se somar as duas primeiras categorias, constata-se um percentual de 78,84% das respostas. A percepção do espaço da fronteira como forma de vida precarizada associada à violência e ao perigo 21,16% das avaliações.

Tanto na demonstração 1 quanto na demonstração 2 o índice de respostas de assentados que veem a fronteira como um lugar “pacífico” supera a visão da fronteira como um lugar violento ou perigoso.

Hamel (1998) propõe um modelo pluricultural, em que os atores sociais, tanto das sociedades dominantes como dos povos originários

assumiriam as diferenças étnicas e linguísticas como fatores de enriquecimento cultural e como recursos valiosos para as sociedades em geral. Isso nos remete a constatação de que as relações de solidariedade podem estar assumindo um papel preponderante nesse contexto de fronteira e as noções de perigo, tráfico, sujeira, conflito, drogas, dominação podem não estar condizendo com o que está sendo vivido, sentido, produzido em territórios de fronteira.

## **Considerações Finais**

Os dados da pesquisa permitem concluir que existe uma multiplicidade de territorialidades e relações interétnicas concretizando-se e se tornando inevitáveis nos territórios da fronteira. Os intercâmbios têm produzido não só o mestiço, o híbrido, mas relações “informais” de solidariedades, recriando os meios de contato e as transferências entre as culturas.

A construção identitária em espaços “multiculturais” estão passando por um processo contínuo de significação e ressignificação devido a essas relações de intercâmbio e transferência. Tornando extremamente relevante captar quais práticas e variações étnicas estão sendo conformadas nessas identidades sociais de fronteira, quais aspectos estão sendo negociados e influenciados. A diversidade cultural se traduz em uma ação histórica e social além de cultural que deve assumir-se enquanto tal. As culturas não constituem organizações sociais e simbólicas fechadas em si mesmas. Segundo Geertz (1998), os atores sociais dão sentido à realidade a partir de suas inserções sociais particulares.

A pesquisa de campo na região de fronteira Brasil-Bolívia têm revelado alguns aspectos dessa realidade que ainda não foram profundamente compreendidos, muitos dos silenciamentos e estereótipos produzidos e justificados em torno do “imigrante boliviano” começam a ser desconstruídos com abordagens qualitativas como esta, em territórios (assentamentos) de fronteira que tem nos mostrado relações de solidariedade e estratégias de sobrevivência como trocas culturais e casamentos entre os nacionais e os estrangeiros que compõem os espaços fronteiriços de Mato Grosso e da Bolívia.

Assim, os assentamentos rurais de fronteira podem ser pensados não apenas como um espaço onde se reproduz a agropecuária e a agricultura de subsistência, mas como local onde possibilita uma heterogeneidade de relações com pessoas de outras regiões do Brasil

e até mesmo da Fronteira da Bolívia que passam a conviver nesse espaço físico, social, político, econômico e cultural onde irão reproduzir e reconduzir as suas relações pessoais e de trabalho ganhando novos sentidos.

Outra conclusão provisória está sendo possível a partir dos dados coletados: o da fronteira não como um lugar perigoso e violento, mas um lugar pacífico, de boas convivências e interações sociais. É óbvio que o lugar revela problemas estruturais tais como, a falta de água, estrutura básica de atendimento à saúde, estradas, etc, porém, não podemos rotular a fronteira apenas como um lugar precário ou violento e sim, como um espaço de conflitos reais em que seus agentes elaboram também interações sociais de respeito à diferença, de um multiculturalismo que talvez esteja se tornando, nas palavras de Charles Taylor (1994) “a condição da moralidade” nas relações interétnicas ou entre nacionalidades”.

A maior aposta já enunciada por Cardoso de Oliveira (2010, p. 13) e bem provável nas relações que se configuram em territórios de fronteira é que bem antes de nós, eles entenderam que “a consideração pelos outros, indispensável a própria autoconsideração seria a verdadeira fonte de dignidade do nós”.

Por fim, ressalta-se que por meio deste estudo, de caráter qualitativo, pretende-se contribuir na geração de informações acerca do campo em Mato Grosso que subsidiem a tomada de decisão e uma melhor adequação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar camponesa em território de fronteira.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Rosemeire A. *Recriação do Campesinato, Identidade e Distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: UNESP, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire A; PAULINO, Eliane T. *Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ARRUDA, Adson de. *Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do séc. XX (1900-1930)*. UFMT: Dissertação em História, 2002.

**Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA – Brasil. Relatório 2014.** Presidente Prudente: NERA, 2015. Disponível em: [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera). Acesso em 13 de abril de 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, Etnia e Estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Os (des) Caminhos da Identidade*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsoc/v15n42/1733.pdf>>. Acessado em 03-07-2015.

CARVALHO, Horácio Martins. *A Interação Social e as Possibilidades de Coesão e de Identidade Social no Cotidiano da Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil*. MPF-NEAD-IICA. Curitiba. 1999

GEERTZ, Cliford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracica Lopes Louro. 10 Ed. Rio de Janeiro; DP&A, 2005.

HAMEL, Ranier E. *Políticas de linguagem e estratégias culturais em educação indígena*. Oaxaca: Instituto Estadual de Educação Pública, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; SOUSA, Inês Cabanilha de & ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O Promissor Brasil dos Assentamentos Rurais. In: *Revista Proposta*. N.º77, junho/agosto de 1998, p.54-63.

NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária). *DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2008.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos índios misturados: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João. (org). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

SAYAD, Abdelmalek. “Elghorba: O mecanismo de Reprodução da emigração”. In: *A imigração*. São Paulo: Editora da Edusp, 1998. pp. 9-44.

SINGER, Paul. *Economia Política de Urbanização*. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1973, pp. 29-60.

SILVA, Tânia P.; ALMEIDA, Rosemeire A.; KUDLAVICZ, Mieceslau. Os Assentamentos Rurais em Cáceres-MT: espaço de vida e luta camponesa. In: *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros: Seção Três Lagoas*. Três Lagoas: AGB, 2012, p. 62-82.

SILVA, Tânia P.; BINSZTOK, Jacob. *Espaços de Resistência Camponesa na Fronteira Brasil-Bolívia: os assentamentos rurais em Cáceres-MT*. 2015.

SOUZA, M. L.. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, I. et al. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.



TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo: a diferença é a democracia*. França, Aubier, 1994.

WOORTMANN, Klaas. *Migração, Família e Campesinato*. In: Revista brasileira de Estudo de População. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Janeiro/junho de 1990.

## CAPÍTULO 4

### DO DIÁRIO DE CAMPO: CONVERSAS COM PESCADORAS/ES DO PANTANAL MATO-GROSSENSE SOBRE CULTURA DO TRABALHO

Lia Tiriba  
Fernanda Santana de Souza

O que exige explicação não é a unidade de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza [...]. O que tem que ser explicado é a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação apenas completada, plenamente, na relação entre o trabalho assalariado e o capital (MARX, 1985, p. 82).

#### 1 Introdução

*Cáceres, maio de 2016.* Navegando pelas águas do Rio Paraguai, numa embarcação motorizada, adentramos numa pequeníssima parte do patrimônio ambiental do Sistema Paraguai – Paraná de Zonas Úmidas, que abrange Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai. Na atividade da pesca artesanal, homens e mulheres trabalhadoras do bioma Pantanal tentam ganhar a vida, quer como pescadores/as quer como piloteiros/as que conduzem turistas para apreciar as belezas do Pantanal e, se possível, contribuir para que capturem uma das mil maravilhas existentes no bioma. São cerca de 1.000 espécies de aves, 300 espécies de mamíferos, 480 espécies de répteis e 300 espécies de peixes. Como não poderia ser diferente, o objetivo do trabalho dos pescadores e pescadoras é fisgar o peixe, ou como eles dizem, o que se deseja é que o peixe abocanhe o anzol.

O vento bate forte no rosto. Chapéu de pescador-pantaneiro e o corpo-todo-coberto para nos proteger do sol. Por sorte ou desmando da *Pacha Mama*, não faz tanto calor assim como diziam. É tempo de peixe. Os preferidos são Pintados, Cacharas e Pacus. Existem outros peixes que não são considerados nobres e, portanto, podem ser encontrados no mercado por um preço baixo: Piraputanga, Piavuçu, Barbado, Jurupensém, Jurupoca, Palmito, Jaú, Pacupeva, Piranha, Bagre e Piau. Mas, como diz o ditado popular, “tudo o que cai na rede

é peixe”)? Como pescam os pescadores/as? Em que condições de trabalho? Como se organizam?

Máquina fotográfica a mão. Velas ao mar, quer dizer, ao sistema de áreas úmidas irrigadas pelas bacias dos rios Paraguai e Paraná. Queríamos capturar toda e qualquer imagem que pudesse anunciar elementos da cultura do trabalho da pesca profissional artesanal no Pantanal Mato-grossense. Navegando aproximadamente 150 km rio abaixo, o vento e barulho do motor do barco só permitiram a troca de poucas palavras. A prosa com pescadores/as seria garantida em terra-firme, nos acampamentos e outros espaços de convivência.

O barco saiu da Colônia Z-02 de Pescadores, em Cáceres (MT) – cidade carinhosamente conhecida como *Princesinha do Paraguai*. Antes da partida, visitamos a recepção e o salão onde os trabalhadores/as deixam suas bicicletas e motos em segurança para poder se aventurar no Pantanal em canoas, barcos e chalanas. É neste espaço onde acontecem as assembleias da Colônia e também os encontros para formação de uma cooperativa. Ainda no terreno da Colônia, a primeira foto foi pousada na rampa de cimento que nos conduz às margens do rio, onde as embarcações estão atracadas. Nesta passagem, está gravado o nome dos trabalhadores/as que a construíram: José Farias, Carlos S. Bispo (Carlinho), Nelso A. Santos, Lourenço, Mozena, Luis C. Sousa, Josué O. Vieira, Virgílio Costa, Inocêncio M. Silva, Jorge (Poconé), Virgílio, João Alves, Nivaldo, Reinaldo, Zé Rocha, Leôncio, Zé Meia Noite, Nilza, Vicente Paula, Ademir N. Souza e Milto.

No barco da frente, guiam-nos duas bravas, delicadas e atenciosas pescadoras: Dona Enilza e Dona Maria<sup>58</sup>. Os sorrisos estampados no rosto não negam o quanto estão orgulhosas da oportunidade de conduzir duas pesquisadoras nas águas do Rio Paraguai. Elas sabem que têm muitas coisas para ensinar. Dedos em riste apontam para os espaços/tempos geográficos que os pescadores/as profissionais e amadores/as encontram para fazer do rio o seu meio de vida.

No mesmo barco que navega no remanso das águas do Rio Paraguai, navegam muitas perguntas: Como se dá a organização do processo de trabalho? Como são as relações entre seres humanos e

---

<sup>58</sup> Depois de discutir o conteúdo do artigo, os pescadores e as pescadoras que participaram da pesquisa de campo, consentiram a revelação de seus nomes e assinaram o termo de uso de imagem e de seus depoimentos. Desta forma, suas falas estão identificadas e reproduzidas exatamente como foram proferidas, conservando as expressões populares e os maneirismos regionais.

natureza? E entre si? Como se protegem dos perigos a que estão expostos? No acampamento, quais os costumes e normas de convivência? Existe algum tipo de associatividade? Cada pescador pesca para si próprio? A quem pertencem os frutos do trabalho? Na verdade, qual o objetivo da pesca? Por que querem participar da formação de uma cooperativa? Que cultura do trabalho os pescadores e pescadoras desejam materializar?

Neste texto trazemos à superfície parte do trabalho de campo, realizado no âmbito de duas pesquisas<sup>59</sup>. Para identificar alguns fios que tecem a cultura do trabalho da pesca artesanal profissional, em primeiro lugar, apresentamos aos leitores alguns dados sobre o Pantanal, enfatizando que a lógica destrutiva do capital ameaça sobremaneira a flora, a fauna e modo de vida dos povos e comunidades tradicionais. Em seguida, no diálogo com pescadores e pescadoras, identificamos a pesca artesanal e sua relação com os diversos tipos de embarcação. Focalizamos os acampamentos como locais de trabalho e moradia provisória, bem como, maneiras de se proteger dos perigos da natureza, em especial, da Onça Pintada – entidade material e simbólica. No terceiro momento, fazemos emergir outros elementos que indicam a organização do trabalho, mediada por conhecimentos produzidos e partilhados na labuta da pesca. Por último, para refletir sobre cultura do trabalho, reproduzimos as questões/perguntas que orientaram um *grupo de discussão* em que estavam presentes pescadores/as e pesquisadores/as da Rede de Pesquisa-Ação em Educação Popular e Trabalho Autogestionário (Rede EPTA)<sup>60</sup>. Nossa intenção foi problematizar as relações de convivência que os futuros associados desejam estabelecer com o mercado, entre si e com a natureza.

Como Gramsci (1958), acreditamos que para transformar a realidade opressora, a classe trabalhadora tem o direito e, também, o dever de se educar. Por ser o conhecimento social e coletivamente

---

<sup>59</sup> Referimo-nos à pesquisa *Reprodução ampliada da vida: dimensões educativas, econômicas e culturais do trabalho de produzir a vida associativamente*, coordenada por Lia Tiriba (UFF) e à pesquisa *Relações entre seres humanos e natureza: a cultura do trabalho da pesca artesanal no pantanal mato-grossense*, de Fernanda Santana (Doutoranda em Educação UFF). O trabalho de campo contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital Universal (2014 - 2017) que contemplou a pesquisa *Trabalho associado, cultura do trabalho e saberes da experiência: resistência e produção da vida em comunidades tradicionais de Mato Grosso*, coordenada pelo Prof. Dr. Edson Caetano (UFMT), a qual as duas pesquisas acima se articulam.

<sup>60</sup> A Rede-EPTA é composta por pesquisadores/as do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, da Universidade do Estado de Mato Grosso e da Universidade Federal de Mato Grosso.

construído, o texto que ora apresentamos foi discutido e revisado pelos pescadores/as, pois como afirmou Justino, “de repente, vocês podem até interpretar de outra forma. A gente quer compartilhar com vocês”. A eles e elas o nosso agradecimento.

## **2 Ser Pescador/a: o pantanal por inteiro, não pela metade<sup>61</sup>**

De acordo com a Embrapa Pantanal (2012), a pesca é uma das principais atividades sociais, econômicas e ambientais realizadas no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai, onde é exercida nas modalidades profissional-artesanal, amadora (ou esportiva) e de subsistência. Um total de 14,2 mil pescadores profissionais artesanais encontra-se na Bacia do Paraguai sendo 9,5 mil em Mato Grosso e 4,7 mil em Mato Grosso do Sul. São pescadores/as independentes, proprietários/as de apetrechos de pesca e embarcações (meios de produção) e, portanto, proprietários/as do produto de seu trabalho (pescado). Como parte integrante da classe trabalhadora, as pescadoras e pescadores artesanais são reconhecidos como povos e comunidades tradicionais (CRUZ, 2012) que sobrevivem de atividades extrativistas necessárias para a sobrevivência das famílias ribeirinhas e dos próprios pescadoras/es.

O trabalho da pesca se constitui como atividade humana mediadora na relação entre seres humanos e natureza, ao mesmo tempo em que cria identidades dos sujeitos envolvidos nessa relação. O vínculo com a atividade pesqueira é central para caracterizá-los como povos e comunidade tradicionais. Suas práticas econômicas e culturais conferem as características de seu modo de vida; o *ser pescador* como ser social composto por crenças, mitos e utopias adquire tanto valor simbólico como material (valores indissociáveis), assegurando a reprodução da condição humana de pescador. São detentores de um saber peculiar sobre a natureza: as águas, o peixe e outras espécies da flora e da fauna, o tempo, os astros. De acordo com Lourenço, um dos pescadores que encontramos no Rio Paraguai, “nós somos o Pantanal”.

É preciso apreciar o *Pantanal por inteiro, não pela metade* (SCHLESINGER, 2014). A pesca está ameaçada pelos empreendimentos futurísticos do hidronegócio, entre eles a abertura do Porto de Morrinhos, em Cáceres, para eminente ativação da Hidrovia Paraguai-Paraná para propiciar o escoamento da produção

---

<sup>61</sup> O subtítulo é uma alusão à pesquisa de Schlesinger (2014) sobre o Pantanal.

agropecuária. Não menos relevante é a crescente construção de tanques para a piscicultura nas lâminas d'água da região, bem como, os projetos para implantação de mais de 100 usinas hidrelétricas de pequeno, médio e grande porte nos rios de planalto da Alta Bacia do rio Paraguai.

A instalação destas barragens e construção da hidrovia alterará o pulso de inundações na planície do Pantanal, prejudicando a biodiversidade da região, limitando a migração de peixes que sobem os rios para reprodução, e retendo organismos aquáticos que são importantes para a alimentação dos seres humanos e não humanos.

Em especial, no Estado de Mato Grosso, a voraz lógica do capitalismo proporciona, em grande escala, a degradação deste ecossistema pela exploração do turismo, da caça e pesca predatória. Isso sem falar de outras ameaças à integridade do Pantanal, como a monocultura da soja, eucalipto, pinos e outras monoculturas, a utilização sem limites de agrotóxicos e fertilizantes químicos, o crescimento do rebanho bovino e suíno, poluição e contaminação dos recursos hídricos causados por dejetos industriais, em especial pelos frigoríficos (SCHLESINGER, 2014).

Para a classe trabalhadora a concorrência é sempre desleal. Confinados em cativeiros, em instalações naturais e artificiais, os empresários da piscicultura têm o domínio genético dos peixes. Como modalidade da aquicultura, a pesquisa em piscicultura tem como objetivo o *aperfeiçoamento* de matrizes genéticas de maneira a garantir a rápida produção de proteína animal. O Pintado de Tanque ou Jundiara e o Tabatinga, por exemplo, tornam-se peixes híbridos. Para aumentar a produção e garantir o crescimento dos peixes é necessária a maximização da produção de alimentos naturais e artificiais, utilizando-se esterco de bovinos, suínos e equinos, (que, por sua vez se alimentam de soja transgênica, também produzida pelo agronegócio). Formada a cadeia produtiva da piscicultura, o pescador artesanal torna-se uma figura dispensável. No Rio São Francisco, a produção de Tilápias também se dá em condições adversas para a flora e para fauna, inclusive para os trabalhadores dos empreendimentos aquícolas<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> De acordo com trabalhadores de uma indústria de pescado no Rio São Francisco (Estado da Bahia), a meta de um *fileiteiro* é de 211 Tilápias por hora. Para a *maquiadora*, que também recebe um salário mínimo, é preciso que alcance a meta de 45 kg por hora para que obtenha o prêmio de R\$ 110,00 reais. Devido à intensidade do trabalho, reclamam de dores fortes causadas por tendinite.

Como os demais povos e comunidades tradicionais do Brasil e da América Latina, os pescadores/as do Pantanal Mato-grossense<sup>63</sup> estão imersos neste *mar de contradições*. Apreender as características desses povos na atualidade histórica requer, como diria Thompson (2012), considerar o *conjunto* das relações sociais de produção, captando as mediações de primeira ordem, ou seja, modos de estar no mundo em que o metabolismo entre ser humano e natureza pressupõe a regulação do trabalho em sintonia com a natureza. Considerar também as mediações de segunda ordem do capital (MÉSZÁROS, 2011), as formas pelas quais o capitalismo invade o campo, interferindo sobremaneira nos espaços tempos das culturas milenares dos povos e comunidades tradicionais, ou seja, dos povos indígenas; quilombolas; seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu; faxinais, sertanejos, caipiras, sitiantes-campeiros, fundo de pasto, vaqueiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varjeiros, jangadeiros, marisqueiros; pantaneiros, caatingueiros, vazanteiros, geraizeiros e chapadeiros (CRUZ, 2012, p. 595-596).

Como afirmamos em outra pesquisa, os espaços tempos das culturas milenares dos povos e comunidades tradicionais são espaços/tempos de longa duração que perduram em diversos momentos históricos, mesmo quando o modo de produção capitalista tem hegemonia em relação aos demais modos de produção da vida social (TIRIBA; FISCHER, 2013). Nas palavras de Braudel (1992, p. 49), os tempos históricos de longa duração carregam consigo “certas estruturas [que] tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações”; assim é preciso “não pensar apenas no tempo curto [do evento], não crer que somente os atores que fazem barulho sejam os mais autênticos; há outros e silenciosos” (BRAUDEL, 1992, p. 57).

Na perspectiva desses homens e mulheres, a luta contra a escassez tem como referência a alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, respeitando os níveis de produtividade, os limites ambientais e socioeconômicos existentes; no entanto, a produção destrutiva do capital (MÉSZÁROS, 2011) leva-os a buscar alternativas de sobrevivência. Sem dúvida, é preciso respeitar o período da Piracema para a reprodução dos peixes e preservação das espécies. Embora não cubra as necessidades da família, é bem-vindo o seguro-defeso, pago como seguro-

---

<sup>63</sup> Sobre povos e comunidades tradicionais no Estado de Mato Grosso ver Caetano, Neves e Silva (2015) e Tiriba e Fischer (2015).

desemprego, já que estão impedidos de pescar durante quatro meses<sup>64</sup>. Mas, é preciso ir além: proteger-se de muitos perigos, entre eles, os do bicho-homem, ou melhor, dos homens-de-negócio que enriquecem à custa da exploração do trabalho alheio.

Vincular-se à Colônia de Pescadores Z-02 e se engajar nos movimentos sociais populares são maneiras de afirmar modos de vida sintonizados com a natureza. Daí ser fundamental driblar a lógica perversa dos atravessadores e de outros representantes do capital. Organizar uma cooperativa pode vir ser, também, uma maneira de se fortalecer relações fundadas em laços de solidariedade, colaboração e reciprocidade. Não menos importante têm sido processos educativos que valorizam a cultura popular e defendem a autodeterminação de homens e mulheres que não vivem da exploração do trabalho alheio<sup>65</sup>. Sem desconsiderar as determinações econômicas e da própria natureza, vale lembrar que no processo histórico estruturado entram em cena as determinações da agência humana (THOMPSON, 1981).

### **3 A Força da Natureza: sobre embarcações, acampamentos e onças pintadas**

À medida que nosso barco navega nas águas do Rio Paraguai, é possível registrar a existência de diversos tipos de pescaria: pesca de barranco, pesca de tablado, pesca de canoa de remo, pesca de canoa com motor (*rabetinha*), pesca de barco motorizado e pesca de chalana. Em todos os tipos de pesca é proibida a utilização da rede, porque “acaba pegando os [peixes] pequeno e os grande também, que são as matrizes. Aí, quando joga a rede, aqui costuma falar ‘vem de mamando a caducando’” (Dona Enilza). Ou seja, virão peixes “fora de medida”: o Pacu, por exemplo, só pode ser pescado se tiver não

---

<sup>64</sup> Lei nº 13.134 de 2015, Lei nº 11.959 de 2009 ambas da Presidência da República e Lei Estadual nº 9.893 de 01 de março de 2013 do Governo do Estado de Mato Grosso.

<sup>65</sup> Referimo-nos ao Projeja FIC (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Formação Inicial Continuada), oferecido pelo IFMT Campus Cáceres juntamente com a Prefeitura de Cáceres, o que possibilitou aos pescadores/as artesanais o acesso à educação formal. Atendeu cerca de 150 trabalhadores/as ligados/as à pesca artesanal e teve a duração de 4 anos. Também destacamos o Curso em Socioeconomia Solidária, de iniciativa da Rede de Pesquisa Ação e Trabalho Autogestionário, vinculado ao Núcleo Unemat-Unitrabalho cujo objetivo foi a capacitação de um grupo de pescadoras/es filiados à Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-02 do município de Cáceres e associados da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres (APEC), visando o desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis e solidárias. O curso atendeu cerca de 30 pescadores/as e possibilitou o processo de incubação de uma cooperativa de pescadores.



menos que 45 cm; o Pintado 85 cm e o Cachara 80 cm. Caso contrário, o pescador/a terá que devolvê-lo a seu habitat.

Não é difícil identificar a pesca de barranco, cuja atividade se realiza, literalmente, nos barrancos que margeiam o Rio Paraguai. Nas imagens fotográficas é possível observar homens e mulheres solitários, às vezes acompanhados de uma ou mais crianças. Para se proteger do sol, levam *barraca de praia*, em geral, coloridas. Embora classificados como pescadores amadores, o objetivo do trabalho é a sobrevivência imediata, assim o *caminho do peixe* vai da vara à frigideira. Para satisfazer o reino da necessidade (MARX, 1971), há de sobrar peixe pequeno para ser servido na birosca ou para ser trocado ou vendido no mercado popular.

Em relação à pesca de tablado não seria difícil imaginar dez ou vinte tábuas de madeira boiando, atracadas no Rio Paraguai. Seu Brandão, o pilotoiro que nos acompanhou durante toda a viagem, explica que a pesca de tablado “é só para peixe pequeno, como Pacupeva, Piaú... Quem tem tablado não vai atrás de Pintado”, que é peixe nobre com um bom preço no mercado. Na verdade, o tipo de embarcação e a forma de propriedade dos meios de produção são o que lhes permitem avançar com menor ou maior intensidade no espaço geográfico, ancorando aqui e ali, em busca do pescado com melhor aceitação no mercado local, regional e nacional.

Poderíamos dizer que por não terem acesso aos meios de produção que lhes permitam seguir o *caminho do peixe*, na pesca de barranco e na pesca de tablado os pescadores/as estão presos ao rio, não seguem sua correnteza. Até pouco tempo atrás, há quatro ou cinco anos, a grande maioria dos pescadores artesanais profissionais pescavam em canoas de remo; só recentemente têm conseguido adquirir o motor *rabetinha*. Aí reside uma contradição: enquanto os pescadores *amadores* viajam em iates, barcos-hotéis e andam de barcos com motores 25hp ou 40hp, existem aqueles que pescam no barranco e que não têm nem mesmo canoa de remo. Poucos pescadores artesanais profissionais possuem uma chalana.

Ultrapassar o *status* de pescador amador e se tornar um pescador artesanal profissional, significa deixar de pescar 5 kg (+ um exemplar) e passar a pescar 125 kg, semanalmente, com direito à comercialização<sup>66</sup>. Isso requer algum tipo de tecnologia que, muitas vezes pode sair caro:

---

<sup>66</sup> De acordo com a Lei Estadual 9893/2013, artigos 17 e 21.

A rabetinha é muito econômica, pois de Cáceres à região da Piúva, ele [o barco] veio com 50 litros. E ainda sobra 30 litros [de combustível]. O problema é que esse tipo de motor é muito lento; enquanto a rabetinha gasta 13 horas para chegar a Cáceres, o motor veloz leva quatro horas. Mas, não adianta nada ter um barco de alumínio, com motor veloz, se a gente não dá conta de comprar a gasolina (Seu Jorge - Poconé)

Sair para pescar é sempre uma aventura, e certamente, muito mais para aqueles que adquirem condições para se locomover no rio e acompanhar a trajetória dos peixes, antes que chegue a Piracema. Embora, em seu conjunto, as embarcações possam ser consideradas rudimentares, a tecnologia é uma condição fundamental, mas não a única, que determina que o pescador/a possa voltar para casa com uma quantidade maior ou menor de pescado. Para isso, como veremos adiante, estabelecem relações de convivência que denominam “contrato de parceria”.

Os pescadores/as deixam suas casas geralmente na segunda-feira e permanecem por cinco ou seis dias, ou até mesmo, doze dias em acampamentos às margens do Rio Paraguai, Sepotuba, Jauru e Cabaçal. Como comentam Navarro e Bessi:

A pesca artesanal tem sua dinâmica própria. O pescador se move de acordo com os tempos de reprodução do peixe, de maneira que os espaços de sua atividade variam. Os pescadores costumam alojar-se ao longo de dias ou até mesmo semanas nos chamados “acampamentos”, abrigos de uso comum dos pescadores que ficam às margens do rio. É o espaço de apoio e de convivência, de troca de experiências e de saberes nos dias de trabalho nas águas (2015, p. 04).

Terra à vista! Viajando de Cáceres à Piúva, próximo à Estação Ecológica do Taiamã, estivemos em cinco acampamentos de pescadores/as: o Acampamento do Seu Sílvio Preto (no Morro Pelado), o Acampamento I da Dona Enilza (na Baiazinha), o Acampamento do Seu Virgílio (no Monte de Areia), o Acampamento

II da Dona Enilza (no Morro Pelado<sup>67</sup>) e o Acampamento do Sérgio (na Piúva). Em todos eles, fomos muito bem recebidos! No primeiro deles, encontramos uma placa de madeira com a inscrição “Cabana Velho do Rio”. Seu Sílvio, desiludido da vida, vive ali há 30 anos. Diz que vive de pesca “prá vendê, pra dá, pra trocá com outras coisas”. Assegura que “não farta nada, só falta uma namorada, cigarro.” Sobre a ilustração gravada na placa, comenta: “me fizeram aí o [desenho] de um peixe errado. Porque aqui não tem este peixe. Eu vou mandá eles botá um Cachara”<sup>68</sup>.

Nos acampamentos, os pescadores guardam os diversos tipos de isca, os tonéis de gelo para guardar o pescado, molinete e demais tralhas necessárias para o trabalho. Embaixo das lonas estão as roupas, panelas, pratos, garrafa térmica, garrafão de água, bujão de gás, mesa, banquetas, etc. Tudo absolutamente improvisado! O local para dormir tem que ser escolhido com muito cuidado. Embora *Ela* (a onça, como entidade real) seja muito ágil para subir em troncos, o lugar mais seguro para passar a noite é improvisar uma cama no cume de alguma árvore. De lá, se o pescador/a não cair em sono profundo, *Ela* pode ser vista com facilidade e afastada com uma tocha de fogo. Camilo e Jorge (Poconé), que dividem acampamento com Lourenço (na Piúva), dormem na parte de baixo do acampamento; contam que, para espantá-la, tiveram que ficar batendo panelas durante a noite inteira. Dependendo do humor da Onça-Pintada, outro segredo é ficar absolutamente imóvel e em silêncio.

Sob um forte calor e rodeados por uma imensidão de mosquitos é lá onde, em péssimas condições, comem, dormem e convivem durante a temporada de pesca. Por isso, estabelecer moradia provisória em um acampamento qualquer às margens do Rio Paraguai requer o estabelecimento de normas de convivência: cada um cuida de si, cada um cuida do outro, todos cuidam dos perigos da Onça Pintada (com letras maiúsculas!). Historicamente, como entidade simbólica e material, *Ela* (a onça) permanece como um perigo constante que ameaça a espécie humana. À noite, é preciso iluminar a mata. Além da inconveniência de encontrar uma Sucuri, que pode medir até nove metros, e com outras serpentes, é preciso ter segurança

---

<sup>67</sup> Os acampamentos I e II de Dona Enilza existem devido à provisoriedade e mobilidade da pesca. Em determinada época estão acampados em um lugar para pesca do Pacu; em outro período mudam de local para pesca de Pintado. Outra questão que determina esta provisoriedade de local é o período de cheia (inundação) e vazante (seca) do Pantanal.

<sup>68</sup> Peixe do bioma Pantanal.

de não *tropeçar* em alguma onça. Dona Enilza explica que, “se tivesse uma lamparina, alguma tocha de fogo, era bem mais seguro para a gente descer [do barco] com vocês [pesquisadoras]”. Em terra firme, “só dentro da barraca mesmo. Aí, ascende a lamparina”. Diz que bom mesmo é fazer uma fogueira em volta do acampamento. Melhor ainda é fazer um João Bobo: “coloca óleo diesel, pega um pano e põe dentro de uma lata. Enche de óleo diesel e taca fogo. Aí ele vai pegando aquele pano... Dependendo da vasilha, dura a noite toda”. Não é à toa que os pescadores/as desejam obter autorização do Estado, bem como, recursos públicos para a construção de acampamentos que resistam às inundações e os protejam dos perigos da onça e demais animais silvestres.

Seguindo o *caminho do peixe* nas correntezas do Rio Paraguai, mulheres e homens trabalhadores/as aventuram-se para garantir sua sobrevivência como povos e comunidades tradicionais. Longe dos tiroteios e das misérias dos centros urbanos, correm outros tipos de perigos; além do homem-bicho, estão os perigos dos seres não humanos. Quando o marido não pode sair para pescar, Dona Enilza divide o acampamento com Dona Maria. Sabem que tem Onça Pintada rondando por perto, por isso, são “companheiras de pesca, até mesmo pela defesa, né? Pelo perigo que corre, entendeu? Então é um cuidando o outro!” (Dona Enilza). Ou, como pergunta o pescador Sérgio: “ué... como você vem sozinho? A onça come você!”

Ainda sobre *Ela* (a Onça Pintada), Seu Jorge (Poconé) explica que o pescador,

Não pode ficar acampando sozinho, nem de um nem de dois, por causa daquele bichinho que mora aí no mato, sabe? Então a gente tem que sempre tá formando grupo. Então a união é por causa disso. Para a proteção. Aí a gente faz esse grupo para não ficar sozinho, porque ela é assim, ela tem o tempo do trabalho dela, que é sondar e comer. Então o que acontece: se ficar só um aqui no acampamento, claro que ela vai achar um jeito de pegar. Então por isso sempre tem mais pessoas, ela vai criando medo. Porque ela nunca acha o jeito de avançar numa pessoa e pegar uma pessoa no meio do grupo.

Os acampamentos são conhecidos pelo local onde se situam: Baiazinha, Morro Pelado, Monte de Areia, Piúva e principalmente

pelo nome do pescador ou pescadora que se aventurou para ocupar a terra que, geralmente, é de propriedade do Estado. Dona Enilza explica:

Agora, por exemplo, eu lá naquele acampamento [da Baiazinha] eu posso fazer um título de permanência para mim. Entendeu? Aí, o dia que, por exemplo, a União chegar e falar assim: você está incomodando, você não pode ficar, então eu tenho que sair, entendeu?

Em síntese, qualquer pescador/a pode encontrar um lugarzinho para aportar: “ele entra porque é uma área da União, mas agora se for numa área de fazenda, o fazendeiro pode implicar” (Dona Enilza).

#### **4 Como se a Gente fosse um Biólogo: saberes do trabalho e da labuta**

Como os demais povos e comunidades tradicionais, os pescadores e pescadoras artesanais são herdeiros de cabedal de saberes acumulados ao longo de gerações. Na época da Piracema é o momento de reformar e/ou construir novas embarcações, por isso, alguns pescadores sabem o ofício de carpintaria e com o auxílio dos demais colegas recuperam suas embarcações para a abertura da pesca. Seu Sérgio comenta: “Toda essa embarcação que eu ando [chalana e *rabetinha*], é tudo eu que faço. Esse barco eu que faço, essa lancha foi eu que fiz. Essa caixa de gelo eu que faço. Aprendi sozinho, a vida me ensinou... de eu olhar os outros”. O estaleiro que existe em Cáceres é particular e cobra muito caro pelo conserto de embarcações, assim este trabalho é movido pela solidariedade e ajuda mútua entre os pescadores. Por isso, Seu Jorge (Poconé) afirma que ele também “faz isso aí por causa dos companheiros”, pois sabe “a carência que eles têm [e] a dificuldade que eles passa”.

O trabalho é a forma pela qual os seres humanos estabelecem relações com a natureza; e ao transformá-la, transformam a si mesmo como elementos da natureza. Ao trabalhar produzem cultura, produzem saberes sobre possíveis maneiras de estar no mundo, produzem a própria existência humana. É pela capacidade de ação/pensamento/ação que se dá a possibilidade de criação e recriação da realidade humano-social. Ao longo da história da humanidade, trabalho, cultura e conhecimento caminham de mãos dadas. Assim, os pescadores/as sabem o trabalho que dá para construir uma

embarcação, organizar o acampamento, não deixar o gelo derreter, fazer o fogo para afastar a Onça Pintada e, além de tudo, conseguir iscas que atraiam os melhores peixes que por ali passam. À noite, o trabalho se torna ainda mais árduo.

A gente sofre muito, [principalmente] se tiver frio. Você tem que pegar isca. Se você pega um peixe, tem que tirar ele da água e ele te molha todo. Você dorme um pouquinho, uma hora. Quando o peixe tá saindo bem, você tem que levantar de uma em uma hora ou você fica acordada a noite toda. Ou você dorme um pouquinho pra você levantar e olhar os pendurão. E aí levanta, tá frio, aí você tem que levantar e ir lá olhar. Tá serenando. Tem a época do sereno, daquela chuvinha. (Dona Enilza)

Para saber como se dá a pesca do Pintado e o barulho que os peixes fazem no entardecer, encostamos o barco nos capinzais próximo ao Acampamento II de Dona Enilza. Preocupada em não atrapalhar dois senhores que pescavam bem próximos ao nosso barco, pediu que desligássemos a lanterna, pois “o peixe não encosta se você ficar com a lanterna acesa. Deus abençoa que ele vai pegar um” (Dona Enilza). Dia e noite, o pescador/a não tem descanso, não para de pensar: “será que é esta isca que ele [o Pintado] quer comer? Vamos trocar de isca. Eu já vim três vezes e os Pintado bocando e ele não comeu. Aí você acaba de botar a Pacupeva [como isca], tá lá o Pintado!” (Seu Sérgio). Mas, se é época de Cambatá, esta será a melhor isca utilizada para a pesca do Pintado; mas também pode ser a Tuvira. Apontando para um coquinho verde que não sabe o nome, Seu Camilo diz que “é prá gente pescar o Pacu, que a gente encontra o pé dele bonito a beira do rio, igual a Boicaiuvinha. Aí pega ele maduro, [depois] fica amarelinho ele”. Entre outras iscas, o Pacu gosta de mandioca e, inclusive, de queijo provolone – artimanha utilizada pelos turistas (sic).

Os saberes herdados e construídos na labuta são amplos e complexos. Ou, conforme Franzoi (2011), o trabalho simples também tem sua complexidade<sup>69</sup>. Observando a superfície das águas, aprenderam com os seus ancestrais a identificar cardumes e seus deslocamentos. Pelo barulho dos peixes, percebem os seus caminhos:

---

<sup>69</sup> O estado da arte das pesquisas sobre saberes do trabalho, em especial no GT Trabalho e Educação da ANPEd, pode ser apreciado em Franzoi e Fischer (2015).

Tá vendo? Este batidão é de Pintado [...]. Agora está tendo bastante peixe, mas só que daqui uns dias, eles já vão começar a sumir. Aí quando o rio baixar mais, aí você começa a pescar com a Tuvira ou Cambatá. As Piranhas não dá tempo. O que acontece, como a piranha é que não dá tempo, quando você jogou já vai e tora seu anzol e come a isca. (Dona Enilza)

Mediadas pelo trabalho, as relações entre seres humanos e natureza são intensas! Confeccionam os seus apetrechos de pesca, como canoas e tarrafas para iscas, utilizam-se de frutas nativas como isca e para remédios, conhecem as propriedades de madeiras para diversas finalidades e os hábitos de vários componentes da fauna e têm um acurado senso de orientação pelos rios para navegação. Em síntese, ao considerar racionalidade ambiental (relação com a natureza) que caracteriza os povos e comunidades tradicionais, Cruz (2012, p. 598) lembra que “esses grupos possuem extraordinária gama de saberes sobre os ecossistemas, biodiversidade e os recursos naturais [...]” e que “[...] o acervo de conhecimento está materializado no conjunto de técnicas e sistemas de uso e manejo dos recursos naturais, adaptado às condições do ambiente em que vivem”. Seu Brandão comenta:

Lá pra baixo, o Rio Paraguai fecha todinho. Fecha e não passa mais. Aí você sobe no aguapé [planta aquática] com uma cavadeira na mão e você fura o aguapé. Pega uma vara e enfia lá embaixo. Depois você tira a vara e é só recolher o Pintado. E pega de bastante.

Para o pescador Sérgio, “é como se a [gente] fosse um biólogo, na verdade”. Embora sabedores da vida no Pantanal, os pescadores/as lamentam, por exemplo, pelo fato dos pesquisadores definirem a época da Piracema sem ouvir o que dizem os nativos sobre as mudanças que ocorrem na natureza e, portando interferem no período de desova dos peixes. Seu Justino, do Acampamento da Piúva, diz que é contra a antecipação da Piracema de novembro para outubro de 2016:

Sabe por quê? Por que natureza é natureza. A chuva pode vir mais cedo ou vir mais tarde. Eu penso é isso. De repente, [a temporada de pesca]

fecha mês que vem. De repente a chuva não vem. O peixe que vai sofrer. Não somos nós. O peixe não vai subir. A ova vai ficar na barriga dele. Se tiver água, ela vai subir. Se não tiver, ela não vai subir. É isso o que vale. (Justino)

Poderíamos afirmar que a reconstrução histórica das características atuais da formação social dos espaços-tempos dos povos e comunidades tradicionais seria um ponto de partida para a investigação dos saberes. No caso dos pescadores artesanais, trata-se dos saberes sobre seu modo de vida, da qual a pesca artesanal é parte integrante. No entanto, por ser a relação trabalho e educação uma relação visceral, “os próprios saberes são manifestação – ou porta de entrada – para se conhecer a formação social analisada na sua dinâmica como totalidade histórica” (TIRIBA; FISCHER, 2015, p. 424). Partindo da premissa de que o trabalho é princípio educativo (GRAMSCI, 1982) e que economia e cultura se co-determinam (THOMPSON, 2012), torna-se imprescindível a apreensão da atividade do trabalho, entendido como produção de bens materiais e simbólicos. Daí insistir nas perguntas: Como trabalham? Por que trabalham? Que sentidos e valores são atribuídos ao trabalho? Como são repartidos os frutos do trabalho? Que sentidos e valores são atribuídos ao trabalho? Quais as lógicas de construção de conhecimento que permeiam as relações entre trabalho e educação? (TIRIBA; FISCHER, 2013).

A pesca com barco motorizado (semichata) e a pesca de chalana nos ajudam a compreender a organização do processo de trabalho como elementos da cultura do trabalho. Na verdade, para que cada um *pesque para si próprio*, é preciso compreender as relações de trabalho entre o proprietário e o não proprietário da embarcação. Enilza, que tem dois barcos (semichatas), onde cabem três pessoas, respectivamente, explica o acordo que estabelece com Maria, sua companheira de trabalho: “Maria, o gelo você paga, a gasolina você paga. Entendeu? Só que o barco é meu. Eu não cobro nada dela”. A divisão de contas é feita da seguinte maneira: “se eu gastar 150 litros, 75 dela, 75 meu. Agora, se o meu marido entrar e pescar com nós aqui, então é dividido entre nós três o combustível” (Dona Enilza).

Quanto à pesca de chalana, o contrato informal de parceria reza que cada pescador tem que pagar uma quantidade de pescado para o proprietário da embarcação, que também é pescador. O que cada um pescar, pescou... Se não conseguiu nada, fica devendo ao dono da



chalana. Enilza esclarece que “se ele pescou ou não, ele tem que deixar os 12 kg, por viagem. A pessoa vai dividir a despesas do combustível, do gelo, da comida, de tudo, e ainda vai dar a renda da lancha para ele”. O pescador Sérgio, dono de uma *rabetinha* e de uma chalana que cabem sete pescadores, diz que cobra 10 kg por pescador; “as outras despesas a gente racha tudo, em parte igual. Eu e todo mundo”, porque “se acontece de estragar um motor desses, é 800, 1.200 pra arrumar. Aí fica caro”. A pescadora Laurice, esposa de Sérgio, assegura que “não é todo *lancheiro* que aceita igual isso aí que ele [Sérgio] está fazendo”, pois além de cobrar 2 kg a menos do que os demais *lancheiros* cobram, “se não puder pegar 10 kg de Pacu e Pintado, paga com 10 cambadas<sup>70</sup> de Piranha” (Sérgio), peixe com pouquíssimo valor no mercado.

Os pescadores que se aventuram em barcos motorizados e em chalanas, “quase não pesca peixe miúdo. É mais peixe grande. Os [pescadores/as] que estão aqui em baixo [Pantanal] tão atrás de Pintado e de Pacu. Pra eles não compensa vir aqui pegar peixe menor” (Dona Enilza). Mas, como saber quem pescou o quê?

O meu peixe não é marcado, já o dela é. Todo o peixe que ela pega, ela corta um lado do bracinho dele. Outros [pescadores] marcam com barbante. Outros marcam, cortando em cima. Dá um pique no rabo, dá um pique na cabeça. Alguma coisa...  
(Dona Enilza)

Seu Camilo tira “um pedaço do rabo dele”, Seu Jorge (Poconé) dá “um cortinho na cabeça dele. Cada um tem seu peixe marcado. Aí chega lá [na Colônia de Pescadores], todo mundo tira o seu, pesa, vende e paga a despesa”, conforme o contrato com o dono da chalana. Porque “quando chega assim [marcado], vai colocando lá na lona e vai vendendo o de quem é”. Em síntese, trabalham juntos, se protegem da onça e o que dividem “é a despesa” (Seu Jorge - Poconé).

Entre as mediações de segunda ordem do capital, que indicamos na seção anterior, é preciso considerar o mercado do turismo que, no Pantanal, mobiliza centenas de pescadores/as amadores. O piloto toma como exemplo, o fato de um barco-hotel carregar até 24 turistas, sendo que cada um “tem direito a 5 kg e mais um exemplar. Então pode pegar um exemplar aí de 30 ou 20 kg e levar. Isso é o que eles faz. Você faz o cálculo de 20 turistas, um exemplar para cada um,

---

<sup>70</sup> Uma cambada corresponde a 6 unidades de peixe.

quanto não dá? É muito peixe”. Reconhece que alguns pilotos ensinam “o turista pescá errado”, utilizando técnicas ilegais para “ganhar caixinha do cliente” (Seu Brandão). Na técnica do ligeirinho, “eles põe a chumbada a um palmo dos anzóis. Põe três anzóis sem isca, formando um gancho, aí joga no rio, num poço e os anzóis ficam rodando até que pegue algum peixe, pelo rabo, pelo dorso ou pela cabeça” (Dona Enilza).

Impossível competir com turistas-pescadores que dormem como príncipes em barco-hotéis ou hotéis-em-terra-firme. O preço da estadia sugere um excelente ar-refrigerado, além de proteção máxima para evitar a inconveniência dos milhares e milhares de mosquitos que povoam o Pantanal. De manhã cedinho, depois de tomar café reforçado para aguentar a dureza do ócio no Rio Paraguai, são levados em barquinhos a motor, guiados por “trabalhadores-promotores-de-ócio” (TIRIBA, 2002), quer dizer, por pilotos especialmente contratados para lhes servir. Como em qualquer outro paraíso tropical, para que possa haver ócio, é preciso que alguém trabalhe, servindo (direta ou indiretamente) aos turistas. No reino da liberdade (MARX, 1971), além de cerveja, não falta um bom papo. Para os pescadores profissionais valeria perguntar como passam o tempo livre e, em que medida a Piracema, mesmo com seguro-defeso, constitui-se como tempo de ócio forçado.

No acampamento da Piúva, Seu Justino diz que tomar banho de rio nas horas vagas, nem pensar! “Aqui é muito perigoso, né? Você lava peixe, a piranha te morde”. Embora felizes com a condição de ser pescador, ele, Seu Camilo e Seu Jorge (Poconé) lamentam-se das duras condições de trabalho:

Nós saímos [de Cáceres], nós chegamos hoje à noite [no acampamento da Piúva]; uma distância de lá pra chegar até aqui, no nosso paradeiro... Nós carrega esse barquinho com dois isopor cada pescador, roupa, panela... A gente vai acampá na raizada de pau. Arma rede, é complicado! A árvore é abobreiro, é tudo molhado embaixo, não tem terra seca. (Seu Justino)

As condições de trabalho é muito cansativo. Quer dizer, pra nós pegar esses peixinhos, nós tem que levantar, em média, as 5h pra gente descer pra lá [para o rio], ou seja, bem cedo. É muito cansativo, bastante cansativo mesmo. Às vezes dá caso de pegar [peixe], às vezes não dá caso de pegar.

Como vai, volta de novo [sem ter pescado nada].  
(Seu Camilo)

[O que se pesca] não é o suficiente, até mesmo sabe por quê? Pra gente ter uma vida boa mesmo, de qualidade, a gente precisava de muita coisa mais. Hoje principalmente a produção de peixe tá muito pouco. Muito pouco. Tá faltando. Se fosse igual no passado que não precisava da gente ir nessa distância pra ir pegar essa mixaria de peixe que a gente pega hoje, seria bem mais melhor. Nessa distância, aí chega lá pra vender... E aí o que acontece? Tem muitas vez a gente ganha, mas muita vez a gente perde. O peixe que a gente leva dá muito mal pra cobrir a despesa. Não dá! Como diz o ditado: sobrô, vou guardar esse restinho. Não sobra. (Seu Jorge- Poconé)

Assim, dia e noite sem parar, a atividade da pesca dura até quando durar o gelo que conserva o peixe (até 12 dias, em média). Dura até quando já se pescou o suficiente ou quando já não há mais peixe. E. P. Thompson nos ajuda a refletir sobre a intensidade do trabalho dos pescadores quando afirma que:

[...] a organização do tempo social no porto se ajusta aos ritmos do mar; e isto parece natural e compreensível ao pescador e ao marinheiro; a compulsão pertence à natureza. De maneira similar, o trabalhar do amanhecer ao anoitecer pode parecer ‘natural’ em uma comunidade agrícola, especialmente durante os meses de colheita: a natureza exige que se recolha o grão antes que comecem as tormentas (THOMPSON, 2013 p. 271).

Não se tratando de *pesque e pague* e muito menos de *pesque e solte*, para que serve a pesca no Pantanal? Além de tempo de trabalho para garantir a sobrevivência imediata de ribeirinhos, pantaneiros e outros povos e comunidades tradicionais, sair para pescar pode se constituir como tempo de ócio para crianças, jovens e adultos da região. Para os turistas, embora a pesca exija um “certo trabalho”, a pesca é sempre tempo de ócio. Para os atravessadores e outros representantes do capital, a pesca se apresenta como tempo de trabalho, ou melhor, como tempo de exploração e apropriação do

trabalho alheio. Assim, quando alguns pescadores/as decidem criar uma cooperativa, vale perguntar se, ao invés de contribuir para a reprodução ampliada do capital é possível que a reprodução ampliada da vida, tanto dos seres humanos como dos não humanos, torne-se o objetivo do trabalho de homens e mulheres?

## **5 Conclusão: como prosseguir a pesquisa?**

Depois da árdua labuta nas águas do Rio Paraguai, o valor do trabalho dos pescadores/as artesanais profissionais se realiza em *terra firme*: no pequeníssimo cais da Colônia de Pescadores Z-02, situada em Cáceres. Não acompanhamos a venda do pescado, mas sabemos que, na grande maioria das vezes, os preços estabelecidos pelos atravessadores são aviltantes. Para Enilza, “a gente tem que arrumar um jeito desse peixe sair. Porque não pode chegar com um monte de peixe e não ter para quem vender e dar um preço de banana”. Seu Jorge (Poconé) diz que a cooperativa “é uma coisa muito importante para nós. Porque se nós tem a cooperativa, a gente tem que entregar [o pescado] na cooperativa. E aí nós vamos escapar dos atravessadores que, agora, eles lá querem paga só 13 [reais] no quilo do pescado”. Por isso, com a ajuda da Rede de Pesquisa-Ação em Educação Popular e Trabalho Autogestionário (Rede EPTA), os pescadores/as querem criara Cooperativa de Pescadores e Pescadoras Tradicionais do Pantanal – COOPESPAN.

Embora o escopo deste capítulo só nos permita trazer à superfície uma parte do intenso trabalho de campo realizado, é importante registrar que o diálogo com os pescadores/as prosseguiu em *terra firme*, graças à oportunidade de participar do último encontro do Curso de Formação em Gestão em Socioeconomia Solidária<sup>71</sup>. Depois de assistir a aula sobre Beneficiamento do Pescado, com o Prof. Admilson Costa Cunha, com a participação intensa de Seu Jorge (Poconé), tivemos a oportunidade de animar um grupo de discussão composto de pesquisadores/as da Rede EPTA e pescadores/as, entre eles, os que encontramos nas águas do Rio Paraguai. Presente na sala de aula do IFMT, estava Seu Camilo – feliz da vida porque descobriu que ser “analfabeto” (como ele mesmo se autodenominou), já não era motivo para deixar de frequentar um curso de extensão oferecido por

---

<sup>71</sup> O curso é parte integrante do Projeto de Extensão Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana, da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), coordenado pelo Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart.

uma universidade pública, a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT)<sup>72</sup>.

Por concepção teórico-metodológica e, portanto procedimento de pesquisa, essa seria nossa vez de falar, escutar, voltar a aprender, voltar a conversar... Em primeiro lugar, chamamos a atenção para o fato do estatuto da cooperativa, ainda em construção, conter as seguintes palavras-chave, entre outras: *Produção associada e sustentável; Auto-organização; Autogestão; Redes de colaboração solidária; Igualdade sociocultural e de gênero; Desenvolvimento integral do Pantanal; Economia solidária; Cultura da solidariedade e da sustentabilidade; Reconhecimento dos valores e dos saberes tradicionais; Cultura do trabalho associado*. Em síntese, o esboço de estatuto indicava a necessidade de afirmação e fortalecimento de um modo alternativo de produção e reprodução da vida social.

Essas palavras-chave nos faziam lembrar e nos remeter ao que havíamos vivido nas terras úmidas do bioma Pantanal. Para aprofundar a discussão sobre a cultura do trabalho que os pescadores e pescadoras desejam (re)construir, nossa intenção foi problematizar as relações de convivência que os futuros associados pretendem estabelecer entre si, com o mercado e com a mãe-natureza. Muitas perguntas animaram a conversa, entre elas:

#### Quadro 01: Perguntas

- Se cada um de nós conseguir pescar 125 quilos por semana, cada um de nós terá pescado 500 quilos de peixe. E todos os cooperados juntos? Isto seria o suficiente para garantir o bem-estar de nossas famílias? Do ponto de vista da natureza, poderíamos dizer que nossa pesca é *sustentável*?
- Como vamos nos inserir no mercado? Quem são os principais consumidores (clientes) dos pescadores/as artesanais? Para quem queremos produzir? O que a comunidade ganha com isso?
- Quem são os concorrentes dos pescadores/as artesanais? Com quem, disputam o território?
- Como vamos enfrentar os *tubarões* do pescado? Como vamos conviver com os atravessadores? E com a piscicultura? Quais os critérios para competir no mercado? Até que ponto vale a pena competir? Em nome de quê?
- Qual será a postura da cooperativa sobre a compra de pescado de pessoas que fazem uso de apetrechos ilegais? E quanto os que pescam fora da medida?

<sup>72</sup> Este pescador percebe “que ser analfabeto é pertencer a uma cultura iletrada e não dominar as técnicas de escrever e ler. Essa percepção para alguns chega a ser dramática” (FREIRE, 2007, p.136).

- E se o seguro defeso não for o suficiente para viver? Vale pescar na Piracema? Na luta pela sobrevivência, vale usar técnicas de beneficiamento do pescado que contamine os seres humanos e outros seres da natureza? Por quê?
- Que benefícios os pescadores artesanais teriam com a criação de uma reserva extrativista? O que significa respeitar a natureza?
- As crianças podem participar da pesca? Sem prejuízo da escola, a partir de que idade os jovens podem trabalhar?
- Um cooperativado/a pode assalariar uma pessoa não cooperativada? Vai haver exploração da força de trabalho? Por quê?
- Que outras perguntas devem ser feitas para refletir sobre as relações de convivência com a natureza, com o mercado e entre os associados? O que precisamos aprender?

Fonte: Quadro produzido pelas autoras com base no grupo de discussão com pescadoras/es e pesquisadores/as, em maio de 2016.

O espaço deste capítulo não permite delongas. Esperamos ter instigado os pescadores e pescadoras quanto à necessidade de ser radical, isto é, ir à raiz dos problemas (onde radicam as contradições entre capital e trabalho). Daí perguntar se é possível uma cultura do trabalho que contribua para o fortalecimento das práticas econômico-culturais que (re)afirmem o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais, que contrariem e resistam ao modo capitalista de produção da existência humana? Como articular redes de produção não capitalista?

Como cultura do trabalho entendemos o conjunto de elementos materiais (instrumentos, métodos, técnicas, etc.) e simbólicos (atitudes, ideias, crenças, hábitos, representações, costumes), partilhados pelos grupos humanos – considerados em suas especificidades de classe, gênero, etnia, religiosidade, geração e parentesco, entre outros. Sendo adquirida, construída e transmitida no processo de trabalho, remete a objetivos e formas sobre o dispêndio da força de trabalho, maneiras de pensar, sentir e se relacionar com o trabalho, permitindo que os trabalhadores/as desenvolvam sentidos, gostos e julgamentos sobre as relações sociais mais amplas. A cultura do trabalho requer considerar, entre outros, as formas de propriedade dos meios de produção; as relações de produção que os grupos e classes sociais estabelecem entre si; os efeitos das inovações tecnológicas sobre a atividade do trabalho e o papel dos sistemas simbólicos na vida social e, em especial, dos valores atribuídos ao trabalho (TIRIBA; SICHI, 2012).

Para a constituição de uma cultura do trabalho associado, pensamos ser necessário potencializar a associatividade entre os pescadores/as, a qual nos parece tecida por *fiões fortes*, como por exemplo: a união para se proteger dos perigos da natureza, em especial, da Onça Pintada; pelo respeito e carinho com que se relacionam com a natureza não humana (que nas Constituições do Equador e da Bolívia e do Equador, de 2008 e 2009, respectivamente, também são sujeitos de direito); a inexistência de relações de trabalho marcadas por relações de gênero: todos pescam, todos cozinham e lavam a louça (mas, como costume e norma de convivência, cada um o faz para si e não para o outro!). Assim, ao mesmo tempo, nos parece que a cultura do trabalho é tecida por *fiões frágeis*, os quais resultam, entre outros, da forma de propriedade dos meios de produção que, por sua vez interferem nas relações de trabalho, nas relações que estabelecem entre si no processo de trabalho e com o produto do trabalho. É a fragilidade da organização econômica e política que os leva a buscar novas formas de associatividade, entre si e com outros grupos, criando uma cooperativa com o apoio do Núcleo Unemat-Unitrabalho<sup>73</sup>.

Os registros fotográficos foram fundamentais para a apreensão de alguns dos muitos fiões que tecem a cultura do trabalho da pesca artesanal no Pantanal mato-grossense. De conversa em conversa tentamos provocar os pescadores/as-trabalhadores/as que, sem dúvida são parte integrante da classe trabalhadora: E se, como trabalhadores associados conseguissem, coletivamente, construir três chalanas de madeira? Sendo as tralhas e embarcações de propriedade coletiva, já não haveria necessidade de *contrato de parceria* que estabelecesse o pagamento de 10 ou 12 quilos de peixes por pescador, por viagem. Pertencendo a chalana à cooperativa dos/as pescadores/as já não haveria proprietários de embarcações. Ao invés de pescar para si próprio e por si, o trabalho seria coletivo, seria trabalho associado. Seria sonhar demais querer diversificar a produção, criando uma fabriqueta de gelo, desses que duram 12 dias para derreter? No grupo de discussão no IFMT, alguém afirmou que existe um caminhão-frigorífico estacionado (abandonado?) na Prefeitura de Cáceres. Esse veículo não poderia ser utilizado para armazenamento e distribuição do pescado?

---

<sup>73</sup> Sobre incubação de cooperativas populares no Centro-Oeste ver Zart e Vailant (2014).

Sem tirar os pés do chão (mas da água do rio, para não ser comido por Piranhas), seria interessante criar uma cadeia produtiva comunitária, articulada aos movimentos sociais populares do campo e da cidade. Criar uma produção associada enredada! A *pesca de rede* pode, sim, contribuir para degradar ainda mais o Pantanal – degradação esta que advém das mediações de segunda ordem do capital (e não dos pescadores/as). O que precisamos é ampliar nossas redes associativas, contribuir para (re)criar as culturas do trabalho fundadas nos princípios econômico-filosóficos e culturais de uma sociedade de produtores livres associados (MARX, 2013).

No Pantanal, a relação ser humano-natureza se dá de forma visceral. Exatamente por isso, iniciamos este texto com a citação de Marx (1985) sobre a unidade entre ser humano-natureza e a necessidade de explicitação das condições históricas em que esta relação foi se desgarrando, levada às últimas consequências pelo modo de produção capitalista. Interessante observar que, apesar das duras condições de trabalho, os pescadores parecem estar satisfeitos com a condição de ser pescador:

Já trabalhei na Brahma, mas eu gostei mesmo é de tá no rio, no Pantanal. Porque aqui eu me sinto feliz. O ar aqui é outro, o ar nosso aqui é saudável. Lá o ar é abafado, preso. Aqui eu levanto o mais cedo [possível] pra receber esse ar maravilhoso. Quando que amanhece, pra mim é bom demais. A gente na idade que nós tá, então um ar fresco desse... (Seu Justino)

A gente se sente muito bem aqui porque quando a gente tá aqui até é difícil ver que a pessoa adoeceu. Entende? É muito difícil. A gente chega na cidade, ou está doendo aqui, ali, tá com uma gripe, tá com uma dor de cabeça, aqui não. Passa dia e nada. Então, dá pra dizer que a natureza beneficia até a nossa saúde. Porque eu conheço, tem companheiro meu já tá véio, como diz o ditado, tá veio, não presta mais pra nada, viveu aqui por muitos anos e foi embora com saúde, depois que chegou na cidade ficou doente, nunca mais pode trabalhar. Eu acho que o segredo é a natureza mesmo (Seu Jorge – Poconé).



E tem outra: aqui só trabalha livre. Tem as partes boas e as partes ruim. Tem vezes que a gente ganha, tem vezes que a gente perde. (Dona Enilza) Meu Deus, se você não gostar, Ave Maria! O mais importante é gostar, juntar o útil ao agradável. (Sérgio)

Como elementos constitutivos de um processo histórico estruturado (THOMPSON, 1981) não linear, os espaços/tempos das culturas milenares dos povos e comunidades tradicionais nos asseguram que o modo de produção capitalista é hegemônico em relação a outros modos de produção da existência humana. Tratando-se ou não de uma formação econômica pré-capitalista (MARX, 1985), no sentido de vir a ser, não podemos esquecer que, independentemente do rumo de sua evolução ou involução, a sociedade envolve os sujeitos-trabalhadores em uma armadilha tal que os obrigada a se sujeitar aos desmandos do capital e/ou se tornar sujeito do processo histórico. Assim, considerando as contradições entre capital e trabalho, precisamos buscar, nestas comunidades, indicadores de reprodução simples e de reprodução ampliada da vida, tendo em conta que “não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura” (THOMPSON, 2013 p. 304).

Para concluir, perguntamos o que significa navegar num rio revoltado que carrega as contradições entre capital/trabalho? Como diz a canção de Paulinho da Viola e Hermínio Bello de Carvalho, intitulada *Timoneiro*, “não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar. É ele que me carrega como nem fosse levar”. O que isto quer dizer? Pensamos que, nas correntezas do mar ou nas águas do Rio Paraguai, os pescadores/as, como parte integrante da classe trabalhadora, pescam para tentar garantir a reprodução ampliada da vida. O que os navega é o próprio rio. Assim como no Rio São Francisco (BRANDÃO, 2002) e em outros rios, passam “águas-sabedoras” da diversidade de peixes e de outras espécies da flora e da fauna que por ali passam. Mas, tratando-se de um processo histórico estruturado (THOMPSON, 1981) sob a hegemonia do capital, não é difícil perceber que, assim como a educação, a água e seus derivados tornam-se uma mercadoria, graças à exploração sobremaneira da natureza, nela incluída a exploração da força de trabalho dos pescadores/as.

Mais que nunca é preciso reafirmar formas de produção não capitalista; e como o peruano José Mariátegui, devemos ser contrários à filosofia evolucionista, historicista e racionalista que elege o progresso “como o único caminho para a humanidade”. Como ele, acreditamos que, se fortalecida a organização econômica coletiva, “os povos de economia rudimentar” não precisarão “sofrer a longa evolução pela qual passaram outros povos” (MARIÁTEGUI, 2011, p.144).

Como iniciantes na arte de navegar nas águas do Rio Paraguai, apreendemos alguns fios que tecem a cultura do trabalho da pesca artesanal. Os registros fotográficos foram fundamentais, sem falar dos ensinamentos de Seu Sílvio, Dona Enilza, Dona Maria, Sérgio, Laurice, Seu Justino, Seu Camilo, Seu Jorge (Poconé) e Seu Brandão (nosso piloteiro). Além de apreciar a flora e a fauna, trocamos saberes, estranhamentos, emoções... Mas, como falou Seu Justino, “de repente, vocês pode até interpretar de outra forma. A gente quer compartilhar com vocês”.

### **Referências Bibliográficas**

BRANDÃO, Carlos R. *São Francisco meu Destino*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CAETANO, Edson; NEVES, Camila; SILVA, Marília. A produção da vida material e imaterial em comunidades chiquitanas e quilombolas em Mato Grosso: uma nova/velha forma de existência. *Polis: Santiago*, v. 14, n. 40, p. 1-12, 2015.

CRUZ, Valter. Povos e comunidades tradicionais. In: CALDART, R. S. *et al.* (Org). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Lourenço: Expressão Popular, 2012, p. 596-602.

EMBRAPA PANTANAL. *Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal*. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2012. Disponível em: [http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012\\_CPAP1.pdf](http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012_CPAP1.pdf). Acesso em: 12 jul 2016.

FISCHER, Maria Clara B.; FRANZOI, Naira. Saberes do trabalho: situando o tema no campo Trabalho-Educação. *Trabalho Necessário*, ano 13, n. 20, p. 147-171, 2015.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática de Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FRANZOI, Naira Lisboa. *A Complexidade do Trabalho Simples: trajetórias saberes e identidades profissionais*. Relatório Pós Doutorado Senior – NJCU, New Jersey; UFRGS, Porto Alegre. Dez. 2011. (mimeo).

- GRAMSCI, Antônio. *Scrittigiovannilli*. Turim: Einaudi, 1958, pp. 72-73
- GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. O problema das raças na América Latina. IV. Desenvolvimento econômico-político indígena desde a época inca até a atualidade. In: MARIÁTEGUI, J. C. *Por um Socialismo Indo-americano*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*. 4ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 82.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, vol. VI, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NAVARRO, J. F. e BESSI, R. *Cercamento das Águas Brasileiras Ameaçam Pesca Artesanal*. peloterritoriospequeiro.blogspot.com.br. 20 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://peloterritoriospequeiro.blogspot.com.br/2015/02/cercamento-das-aguas-brasileiras-ameaca.html>
- SCHLESINGER, Sérgio. *Pantanal por Inteiro, não pela Metade*. Soja, hidrovias e outras ameaças à integridade do Pantanal. Mato Grosso: Ecosystem Alliance, 2014.
- THOMPSON, Edward. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- TIRIBA, Lia. Tempos de ócio e de trabalho em tempos de desemprego (a versão angrense do paraíso tropical). *Scripta Nueva Revista*. [online], 2002. Disponível em: [www.ub.es/geocrit/sn](http://www.ub.es/geocrit/sn). Acesso em: 27 jan 2016.
- TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara B. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 527-551, jul. 2013.
- \_\_\_\_\_. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 405-428, maio/ago. 2015.
- TIRIBA, Lia; SICHI, Bruna. *Os Trabalhadores e a Escola: de olho nas culturas do trabalho*. Lia.; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *Trabalho e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Liber Livro e Editora, UFF, 2011, p.239-275.

ZART, Laudemir; VAILANT, Clovis (Orgs.). *Educação e Socioeconomia Solidária*. Incubação em Economia Solidária: empreendimentos em redes e resistência camponesa. Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014.

## CAPÍTULO 5

### TECNOLOGIAS SOCIAIS EM ORGANIZAÇÕES AUTOGESTIONÁRIAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERTAN

Sandro Benedito Sguarezi  
José Jaconias da Silva  
Elei Chavier Martins  
Anderson Gheller Froehlich  
Taliara Teixeira Sguarezi  
Raimundo Nonato Cunha de França  
Sonia Aparecida Beato Ximenes de Melo

#### 1 Introdução

O capítulo<sup>74</sup> tem por objetivo mostrar um recorte de como se dá a produção de Tecnologia Social em organizações autogestionárias vinculadas ao conceito de Economia Solidária. Com base na realidade empírica, numa pesquisa qualitativa sob a forma de pesquisa-ação apoiada em um estudo de caso, pesquisa bibliográfica e balanço de produção científica vinculado a COOPERTAN, o texto problematiza: qual o papel dessa organização de Catadores de materiais recicláveis no processo de construção de Tecnologia Social? Como se dá a relação desse empreendimento com a universidade e demais parceiros? Os resultados apontam que a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra (COOPERTAN) é um *locus* de produção de Tecnologias Sociais possíveis de serem reaplicadas e capazes de produzir políticas públicas que permitem a inclusão socioprodutiva dos Catadores através da coleta seletiva, visando a sustentabilidade nas suas diferentes dimensões.

#### 2 Considerações iniciais: ciência e tecnologia para o Brasil

Os desafios em relação a ciência e tecnologia para o Brasil do século XXI são incomensuráveis e vão da educação básica, passam pela iniciação científica e desembocam na baixa competitividade, pouca inovação e produção de tecnológica dependente dos países do norte desenvolvido. Evidentemente que também passam por temas

---

<sup>74</sup> Projeto financiado por meio do Termo de Cooperação MTE/SENAES/CNPq n. 017/2013/Processo/CNPq n°. 420503/2013-7 (Edital 089/2013).

como: financiamento da pesquisa científica no Brasil; pesquisa científica: interesse público e interesse privado; O papel estratégico dos docentes das universidades públicas brasileiras e a ausência do reconhecimento das Tecnologias Sociais.

Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), ao criar em 2003 a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS) visava pela mão da ciência criar e valorizar instrumentos de inclusão social pela democratização do acesso das populações menos favorecidas o que não deixa de ser um compromisso de colocar a ciência a serviço da sociedade no sentido de reduzir desigualdades econômicas e sociais com sustentabilidade e visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Segundo Campos

Exemplos dessas ações são: a difusão de técnicas aplicadas à agricultura familiar e à agroecologia; a agregação de valor aos produtos e processos; o apoio ao desenvolvimento e a difusão de Tecnologias Sociais e apropriadas, voltadas para a segurança alimentar e nutricional; a promoção da igualdade étnico racial, de forma a favorecer oportunidades de inserção nas atividades produtivas; a inclusão de pessoas portadoras de deficiência; **a inclusão social dos catadores de lixo** [*grifo nosso*] e das comunidades indígenas; além da valorização do idoso na sociedade (2004, p. 07- 08).

Na qualidade de país periférico o Brasil que se quer avançado precisa enfrentara seus desafios visto que “Há uma competitividade internacional sim, mas precisamos daquela competitividade que possa permitir que tenhamos uma ciência brasileira própria, com posicionamentos de ciência brasileira” (PANIZZI, 2011, p. 7). Ou seja, para garantir o desenvolvimento científico o Brasil e seus pesquisadores tem o desafio pesquisar o Brasil e colaborar para que o país se posicione estrategicamente frente aos desafios do século 21.

Mas conforme constata Ferreira (2011, p. 9) “raramente a inovação é dirigida para modificar a curva de pobreza do país”. No sentido de corrigir essas distorções e com esse propósito também em 2004 foi criada a Rede de Tecnologia Social (RTS). Pode ser ingenuidade da nossa parte, mas entendemos que valorizar e produzir Tecnologias Sociais pode colaborar para minimizar esse imenso déficit da produção científica brasileira. O objetivo deste texto não é

explorar todos esses gargalos da ciência no país. O recorte é mostrar como se dá a produção de Tecnologia Social em uma organização autogestionária de Catadores de materiais recicláveis e com base nesse contexto problematizar: qual é o papel desta cooperativa de Catadores no processo de construção de Tecnologia Social e sua relação com a universidade? Porém, antes disso se faz necessário adentrar no conceito de Tecnologias Sociais e a sua relação com a Economia Solidária.

### **3 Tecnologias Sociais (TS) e Economia Solidária**

As Tecnologias Sociais se apresentam como maneiras apropriadas para abordagem de questões e problemas sociais, relacionados à exclusão, demandas por inclusão e outros fatores preponderantes nas sociedades (DAGNINO, 2010; FONSECA e SERAFIM, 2010). Todavia, para que seja possível compreender melhor a lógica das Tecnologias Sociais, é necessário que se conheçam fenômenos e fatores históricos e ideologias que formam suas bases conceituais.

Abordando o contexto social, historicamente tem-se a noção de que as sociedades foram evoluindo à medida que novas tecnologias foram desenvolvidas e implementadas. Essas tecnologias são denominadas tecnologias convencionais (TC), voltadas para otimização dos meios de produção, de maneira que, dentro do modo de produção capitalista, seu domínio represente maior lucro e retorno para quem a detém. Tais tecnologias estão presentes na história da humanidade desde os primórdios e foram sendo aprimoradas de acordo com as necessidades das classes sociais dominantes.

Desde o período das cavernas, por exemplo, para sua sobrevivência, o homem criou ferramentas para caçar, para plantar, se vestir, se locomover, para se proteger das condições naturais de seu ambiente, dentre outros, que foram aprimoradas como o tempo, conforme o homem ia aprendendo novas técnicas. Essa capacidade do ser humano de inventar coisas novas ficou mais evidente durante e após a Revolução Industrial, quando em meados do XVII foi inventada a máquina à vapor, sendo a propulsora para o desenvolvimento de tecnologias revolucionárias, voltadas para o aprimoramento dos meios de produção e, conseqüentemente, acúmulo de capital.

As tecnologias foram se aprimorando, neste sentido, com o discurso de facilitar a vida do homem, como foi o caso do

desenvolvimento da informática e das tecnologias da informação e comunicação (TIC) a partir da década de 1960. Porém nem sempre os trabalhadores foram beneficiados pelo desenvolvimento dessas tecnologias, que na maioria dos casos foram utilizadas para otimizar e aprimorar as estruturas de produção rumo a reorganização do sistema produtivo.

Desde o período industrial, a descoberta e implementação de tecnologias, especialmente as voltadas para a otimização da produção, acabaram por criar lacunas sociais, como, por exemplo, aumento do desemprego e exclusão social. À medida que as organizações produtivas migravam para novas tecnologias capazes de produzir mais com menos, um dos fatores “menos” era o homem, substituído por máquinas ou excluído por não saber como lidar com as novas tendências.

Neste período de transição tecnológica, os problemas sociais afloraram, resultantes em desemprego, miséria, acidentes de trabalho por falta de preparo, dentre outros. Com a nova transição para a Era da Informação, em que as tecnologias já se encontram melhor aprimoradas, surgem possibilidades de mudar o contexto dos problemas sociais decorrentes da exclusão ou da “escravidão tecnológica”. Todavia, a reconfiguração social frente ao desenvolvimento, implementação e uso de novas tecnologias para facilitar a vida do ser humano, ainda não são capazes de promover a inclusão social dos historicamente excluídos e massificados.

Neste contexto, Dagnino (2004) é categórico ao afirmar que a tecnologia convencional “não é adequada para a inclusão social” (p. 53), uma vez que são utilizadas visando a maximização dos lucros privados, objetivos empresariais que, se não dimensionados, tendo somente a otimização organizacional, podem limitar a inclusão do ator principal em toda a história da tecnologia: o homem.

As tecnologias convencionais, voltadas para a maximização organizacional e competitividade, tendem ao individualismo, desviando para si as visões do conhecimento científico-tecnológico aplicado, criando uma lacuna para o desenvolvimento de tecnologias capazes de inserir o homem de forma igualitária no contexto das modernidades, de maneira que o mesmo possa ser autor de sua própria história enquanto ser social. Finaliza Dagnino (2010) dizendo que para o preenchimento ou diminuição de tal lacuna pode se dar pela sensibilização da sociedade, das organizações e do Estado, para que as tecnologias “facilitadoras” possam ser acessadas por todo o



contexto organizacional, possibilitando sua autogestão e sua sustentabilidade.

Diante deste contexto, surgem as discussões acerca das Tecnologias Sociais, direcionando os olhares do conhecimento científico-tecnológico para a solução de problemas, desenvolvimento e facilitação dos processos coletivos. Assim, a Tecnologia Social consiste na quebra de um paradigma do modelo hegemônico que visa o desenvolvimento científico-tecnológico no âmbito cooperativo para o individualismo e competitividade, abrindo campo para as discussões e aplicações no contexto social, inclusivo, coletivo, solidário e sustentável. Assim, as Tecnologias Sociais nada mais são do que as estratégias que visam identificação e solução de problemas sociais, buscando a superação de desigualdades através dos processos de organização aplicados à coletividade, em associações e cooperativas populares pautadas na autogestão (BOCAYUVA; VARANDA, 2009).

A Tecnologia Social também possui foco na atenção às demandas sociais por políticas públicas que possam fomentar a criação de novos modelos de produção, agregação de valor, reconfiguração do espaço social, econômico, ambiental, institucional e cultural (FONSECA; SERAFIM, 2010).

Se observarmos sobre essa ótica, as Tecnologias Sociais já vêm sendo praticadas desde muito tempo, especialmente a partir do século XVII com o surgimento do cooperativismo, bem como no século XIX com os distritos industriais ingleses e também a Terceira Itália, mais recentemente na década de 1970. Em todos esses fenômenos históricos percebe-se a presença de coletividade com o desenvolvimento de novas formas de organização e mobilização social frente ao modelo capitalista dominante.

No contexto brasileiro, as Tecnologias Sociais passam a integrar a realidade social com a ascensão do movimento associativo que se expandia pelo mundo na década de 1980, e que abriu campo para as discussões acerca de novos modelos econômicos, com equidade e justiça social, pautados na coletividade e na autogestão, dando origem à economia solidária (REIS et. al, 2009).

Na atualidade, surgem importantes aliados para a solução de problemas e geração de inclusão, destacando-se neste sentido as incubadoras de empreendimentos populares.

As incubadoras são criadas e se desenvolvem no âmbito das universidades e instituições com foco na promoção da inclusão social

e redução das desigualdades. Para tal, utiliza-se tanto do aparato estrutural e conceitual, empenhado em estratégias que possam fomentar ações proativas com respaldo científico-tecnológico aplicado ao desenvolvimento coletivo (CAZZUNI et. al, 2009). Assim, as incubadoras desenvolvem ferramentas possíveis de implementação em empreendimentos econômicos solidários, de maneira que estes possam ser autogeridos e sustentáveis. É nesse sentido que as Tecnologias Sociais dialogam com a Economia Solidária.

As experiências de Economia Solidária desenvolvidas no Brasil têm se apresentado como uma resposta importante de trabalhadores e trabalhadoras às transformações no mundo do trabalho. Representa uma alternativa de geração de trabalho e renda pela via do trabalho que combina os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade na realização de atividades de produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças (BRASIL, 2015). Estas iniciativas, de origem rural e urbana, se expressam de diversas formas organizativas como:

[...] associações e grupos de produtores ou consumidores; cooperativas de agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária; cooperativas de prestação de serviços; empresas recuperadas que foram assumidas por trabalhadores em sistemas de autogestão; redes de produção, comercialização e consumo; instituições de finanças solidárias (bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito); clubes de trocas; entre outras (BRASIL, 2015, p. 03).

Conforme dados do último levantamento nacional sobre os Empreendimentos de Economia Solidária (EES), coordenado por Gaiger (2014) e realizado entre os anos de 2011 e 2013, 19.708 EES foram confirmados neste mapeamento. A partir destes dados é possível fazer uma caracterização dos empreendimentos, destes 60% são associações, 30,5% são grupos informais, 8,9% cooperativas e 0,6% empresas mercantis. As atividades coletivas que se mostraram mais comuns na pesquisa foram a produção (56,2%), o consumo ou uso coletivo de bens e serviços (20%), a comercialização (13,3%) e a prestação de trabalho ou serviços a terceiros (6,6%). Com menor

destaque, também se mostraram presente as atividades de troca (2,2%) e a poupança, crédito e finanças solidárias (1,7%).

O movimento da Economia Solidária, enquanto outra proposta de economia, vem para ocupar o espaço na fenda criada no sistema socioeconômico capitalista a partir do problema da exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho, a busca da superação da forma de produção e consumo a serviço da reprodução ampliada do capital e a precarização do trabalho. Ao mesmo tempo em que se assume como uma resposta ao processo de crise de reestruturação do capitalismo, constitui também um projeto, ainda frágil e incipiente, objetivando a construção de uma nova forma de produção e consumo, alicerçada na autogestão e produção de bens e serviços que satisfaçam às necessidades populares, ou seja, que tenham valores de uso (NOVAES, 2009).

Singer (1998) compreende a Economia Solidária como o ressurgir do cooperativismo, uma forma de resposta à crescente exclusão social produzida pelo neoliberalismo. Ela se constituiu por uma diversidade de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, segurar. Nasce algumas vezes como solução emergencial na luta contra o desemprego. Compreendem formas de luta direta contra a exclusão social, fundamentando-se na construção de uma economia solidária formada por unidades produtivas autogestionárias.

É representada pelo conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais o trabalho, a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), os resultados econômicos do empreendimento, os conhecimentos acerca de seu funcionamento e o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos que participam diretamente do empreendimento, estabelecendo relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (CRUZ, 2006).

Segundo Nascimento (2005) a Economia Solidária representa, a partir da busca dos trabalhadores pela sua auto-emancipação, uma reinvenção de novas formas para a expressão de suas lutas pela autogestão. Se desenvolve por meio de organizações de produção associada, cooperativismo e associativismo. Ela constitui uma estratégia de desenvolvimento antagônica ao capitalismo, coloca o ser humano na centralidade do processo ao considera-lo na sua integridade como sujeito e finalidade da atividade econômica, invertendo o nexo do modelo hegemônico (BRASIL, 2015). Em um

balanço de produção realizado por nós no Portal Periódicos da CAPES sobre produções acadêmicas no campo da Economia Solidária há relatos de casos onde foi a experiência política que proporcionou a experiência econômica e não o contrário, sinalizando uma inversão da lógica capitalista quanto às relações de produção e formação humana.

A emancipação social, discutida aqui, tem seus possibilitadores na emancipação econômica. A emancipação econômica é condição necessária para a emancipação social (MARX, 1996). O pressuposto deste argumento, conforme Marques (2006), surge no bojo da análise materialista da história, isto é, a compreensão do processo histórico a partir do modo de produção dos homens, o que produzem e como produzem, assim como as relações sociais e políticas que nascem deste processo. Segundo Marx (2006), produzindo seus meios de vida, os homens produzem, de forma indireta, sua própria vida material. Da forma como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. Logo, o que eles são coincide com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.

Desta forma, ao discutir a possibilidade de emancipação dos sujeitos através de práticas autogestionárias em EES deve-se considerar que a “concretização de uma sociabilidade emancipada passa, fundamentalmente, pela efetivação do trabalho emancipado que somente tem sentido no contexto da perspectiva de uma nova sociabilidade” (MARQUES, 2006, p. 14). Faremos aqui, ainda com base neste mesmo autor, um esclarecimento acerca do conceito de emancipação, sobretudo com relação às concepções antagônicas em torno do conceito de emancipação social. De um lado há aquelas identificadas com valores hegemônicos como a concepção liberal, baseadas nos pressupostos da liberdade individualista e que constituem a base ideológica do neoliberalismo. De outro lado, existem as ideias de sentido contra-hegemônico, calçadas na igualdade e na busca da superação das relações capitalistas de produção, ou seja, a emancipação social. É nesse sentido que Tecnologia Social e Economia Solidária se aproximam. É junto aos trabalhadores, aos movimentos sociais e suas experiências no campo da Economia Solidária, do cooperativismo, da autogestão que os trabalhadores se apropriam de técnicas, ferramentas e para além disso dos fundamentos filosóficos e teórico metodológicos do trabalho.

Portanto, colocam a ciência e a técnica à serviço da emancipação dos trabalhadores.

Nosso desafio aqui é analisar no campo empírico, no caso a experiência da COOPERTAN e a sua relação com a universidade, como se dá a *práxis* da construção de Tecnologia Social no campo da Economia Solidária.

#### 4 Resultados e Discussões

Este estudo é resultado de um processo de pesquisa-ação<sup>75</sup> apoiada em um estudo de caso, pesquisa bibliográfica e balanço de produção científica vinculado a COOPERTAN. A COOPERTAN é uma cooperativa de Catadores de referência no Mato Grosso e no Centro Oeste brasileiro. As conquistas em termos de inclusão socioprodutiva dos Catadores e por ser um EES incubado pela UNEMAT/NECOMT/IOCASS é o que justifica esse estudo.

Os desafios concretos da sociedade brasileira, são desafios históricos que precisam e devem ser enfrentados para que Brasil se torne menos desigual, mais inclusivo, mais justo e democrático e a universidade precisa ajudar nisso. Uma das formas são os processos de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). E a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Tangará da Serra - MT, desde 2004, através do Núcleo Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT)<sup>76</sup> desenvolve ações de incubação. No sentido de intensificar essas ações de pesquisa e extensão foi criado em 2011 o Programa de Extensão da Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis (IOCASS) que tem financiamento via acordo de Cooperação MTE/SENAES /CNPq n. 017/2013, processo/CNPq n°. 420503/2013-7 (Edital 089/2013) e também pelo Edital PROEXT 2014 Programa de Extensão

---

<sup>75</sup> Para aprofundar ver: THIOLENT, M. (org). *Pesquisa-ação e Projeto Cooperativo na Perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos: EdUFSCar, 2006. E também: THIOLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986

<sup>76</sup> Vinculado a UNITRABALHO. É uma rede universitária nacional que agrega universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. Constitui-se juridicamente na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos. Foi criada, em 1996, com o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores. Sua missão se concretiza por meio da parceria em projetos de estudos, pesquisas e capacitação. A UNEMAT/NECOMT passou a fazer parte da UNITRABALHO em 2003. Dentro do NECOMT, foi criado em 2006 e institucionalizado junto ao CNPq o Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento Regional Sustentável e as Transformações no Mundo do Trabalho (GDRS) para dar apoio a esse processo.

Universitária MEC/SESu. Porém, desde 2007 que a UNEMAT/NECOMT/IOCASS trabalha o processo de incubação da COOPERTAN.

O apoio formal à organização do grupo de Catadores se deu a partir da institucionalização do Projeto de Pesquisa denominado de: Participação da UNEMAT no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS desenvolvido junto aos Catadores de resíduos sólidos do Aterro Sanitário de Tangará da Serra - MT. Com o ingresso formal da UNEMAT no projeto o NECOMT passou a liderar a rede de parceiros visando a criação da Cooperativa e a consolidação do empreendimento na perspectiva do econômico, do social, do cultural, do técnico e do ecológico, com a perspectiva de implantar a coleta seletiva operada pelos Catadores no Município de Tangará da Serra.

A criação da COOPERTAN se deu, por iniciativa dos Catadores e formalizou-se através de assembleia geral que ocorreu em 12 de julho de 2007 e teve a participação de 22 sócios fundadores. E contou com o apoio de uma rede de parceiros que envolveu inicialmente a da ONG Sociedade Alternativa La Comuna, pioneira no apoio ao grupo, o Banco do Brasil S/A foi procurado para apoiar a consolidação da organização dos catadores. Após as deliberações internas o Banco através do seu Programa Corporativo de Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS<sup>77</sup>, passou a apoiar a organização do grupo e buscou novos parceiros, dentre eles, destacamos os seguintes: D. E. Siebert – Empresa Particular de Assessoria Agrônômica e Ambiental; Câmara Municipal de Vereadores; Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAMAE – Autarquia do Poder Público Municipal responsável pela coleta de lixo e pela administração do Aterro Sanitário e a UNEMAT/NECOMT.

Sempre valorizando os saberes e as experiências dos Catadores

---

<sup>77</sup> O Programa DRS é Estratégia Negocial para o Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, visa articular e mobilizar parceiros e a participação efetiva da comunidade através de uma metodologia construtivista, que prevê planejamento participativo e compartilhamento da visão de futuro pelos diversos atores sociais e econômicos envolvidos. A participação dos parceiros viabiliza ações voltadas, por exemplo, para capacitação, formação de associações e cooperativas, conservação e recuperação ambiental, melhoria das condições de saúde, educação e moradia, construção e melhoria de estruturas de produção e valorização da cultura local. A perspectiva é de que, no longo prazo, o DRS ainda gere outros ganhos. À medida que as ações forem implementadas e os empreendimentos prosperarem, as parcerias consolidadas poderão ser estendidas para outras iniciativas, os beneficiários mudarão de patamar de qualidade de vida e de consumo e o Banco, além dos ganhos de imagem, poderá obter resultados econômicos pela venda de produtos e serviços aos parceiros e aos novos clientes. Um círculo virtuoso que irá propiciar a todos bons negócios. Neste caso o programa DRS, embora tenha colaborado com o processo, não investiu nenhum tipo de recurso financeiro na COOPERTAN.

e tendo estes como sujeitos do processo de construção do conhecimento e com base na metodologia da pesquisa-ação essa rede foi procurando se compreender e compreender as contradições do processo de incubação de um EES e a sua relação com a sociedade civil, com o Estado e com o mercado. A busca da consolidação da cooperativa na perspectiva do econômico, do social, do cultural, do técnico e do ecológico está sendo um desafio até hoje. Em 2008, juntaram-se a rede de apoio a COOPERTAN: a UNIMED Vale do Sepotuba através do Instituto Vale do Sepotuba de Responsabilidade Social (PRÓ-VALE); Banco da Amazônia S/A (BASA); Núcleo de Políticas para Economia Solidária (NUPES) e o Fórum Municipal de Economia Solidária (FESOL-TGA). Além desses parceiros institucionais o projeto recebe apoio de profissionais liberais voluntários. Porém, na mesma medida em que agregou parceiros, alguns ficaram para trás.

A história da COOPERTAN<sup>78</sup>, foi sistematizada e validada pelo coletivo dos Catadores, conforme relato dos cooperados, a trajetória do grupo, que era de aproximadamente dez pessoas, iniciou-se na década de 1980 e hoje, 2016, a cooperativa conta com aproximadamente 45 participantes. Entre 1980 e 2004 todo tipo de lixo/entulho recolhido na cidade, eram jogados no ‘lixão’, onde trabalhavam os catadores. O trabalho não era organizado coletivamente: *“Quando nós trabalhava no antigo lixão, não havia organização. O trabalho era individual. Cada um ajuntava seu material e vendia. Eram mais ou menos 10 pessoas que trabalhavam naquele local”* (Relato Sócio 5, in Sguarezi; Lima; Borges; 2009).

Antes da organização coletiva sob a forma de cooperativa, os Catadores trabalham individualmente. Quatro grupos realizavam a coleta no aterro. A renda era precária. Com a instalação, em 2004, do Aterro Sanitário em Tangará da Serra os Catadores saíram do lixão e forma trabalhar dentro do Aterro Sanitário em situação precária e de risco. Assim a organização do grupo tornou-se uma necessidade. O SAMAE motivou os catadores para se organizarem coletivamente no intuito de que pudessem receber melhor atenção por parte do poder público. E a primeira tentativa de organização aconteceu ainda no ano

---

<sup>78</sup> Para compreender melhor ver: SENGER, Neuri E.; SGUAREZI, Sandro, B. Autogestão: histórico da organização coletiva do trabalho na COOPERTAN. *Revista Territórios e Fronteiras*. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT. V.3 N.2 – Jul/Dez 2010. p. 212-226. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/76/75>>. Acesso em 30 maio 2012. ISSN 1984-9036.

de 2005 com fundação de uma cooperativa que se chamou COOPERAT - Cooperativa de Reciclagem do Aterro Sanitário de Tangará da Serra, mas essa iniciativa não além de uma ata de fundação. Outra tentativa de organização coletiva foi a criação de uma associação que se chamou Associação de Catadores de Material Reciclável de Tangará da Serra (ASCAMARTAS), ainda no ano de 2005. Formada por vinte e três associados foi registrada em agosto de 2005, mas que também não obteve êxito.

A partir da experiência não exitosa da ASCAMARTAS, os associados voltaram a pensar na organização de uma cooperativa, visto que esta forma de empreendimento poderia trazer algumas facilidades de acesso a crédito e comercialização. No mês de junho de 2006, vinte e uma pessoas aprovaram a criação da cooperativa, aprovaram o estatuto e encaminharam para o registro na Junta Comercial. Porém o processo não foi aprovado e foi devolvido indicando os itens a serem retificados para posterior encaminhamento. Foi aí que o trabalho de incubação e o papel da UNEMAT/NECOMT passaram a fazer parte da vida dos Catadores e foi criada a COOPERTAN.

A COOPERTAN conta hoje (2017), com aproximadamente com 46 sócios. Um aumento de mais de 100% no número de sócios desde a sua fundação. No que se refere a relação de gênero e a faixa etária dos sócios os dados mostram que a maioria, em torno de 67% são mulheres e 33% são homens. Bem como a maioria desses trabalhadores tem mais de 40 anos.

Quando se trata da relação entre o nível de escolaridade e a faixa etária dos sócios da COOPERTAN a maioria dos trabalhadores tem o ensino fundamental incompleto e 33% desses estão acima dos 40 anos. Esses são fatores que explicam a necessidade da organização coletiva para o trabalho, visto que a maioria destes trabalhadores estão numa faixa etária que exclui ao emprego, bem como, não apresentam qualificação mínima exigida pelas empresas empregadoras. Nesse contexto, cooperativas de Catadores apresentam uma resposta alternativa ao desemprego estrutural. Para autores como Lassance Jr; Pedreira

A montagem de cooperativas de catadores de lixo e a estruturação de projetos que se relacionam à limpeza urbana, à implantação dos sistemas de coleta seletiva e à reciclagem de materiais também têm sido objeto de políticas em vários



governos municipais e têm ganhado a forma de projeto nacional (2004, 67-68).

É nesse cenário que a COOPERTAN se insere. Se organiza e busca sua consolidação. Essa consolidação só foi possível porque a COOPERTAN conseguiu construir uma rede de apoio bem articulada, também criar uma rede de EES de Catadores que é a Rede CATAMATO.

Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso (REDE CATAMATO) foi criada recentemente – 18 de Julho de 2012 –, é composta por três Empreendimentos Econômicos Solidários (EES): Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN), localizada em Tangará da Serra a 250 km da capital Cuiabá; Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Várzea Grande (ASSCAVAG), localizada em Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá; e a Cooperativa Chapadense de Materiais Recicláveis (COOPCHAMAR), pertencente ao município de Chapada dos Guimarães, a 65 km da capital do estado.

Porém com a implantação atender a Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS 2010), outras seis cooperativas e associações adentraram nessa rede. E existe a demanda de mais treze que desejam fazer parte dessa que deverá ser uma cooperativa de segundo grau. Outra ação em rede que a COOPERTAN participa e ajudou a criar foi o Fundo Rotativo Solidário Unidos Vivendo em Ação (UVA)<sup>79</sup> que é financiado pelos parceiros da Cáritas Brasileira. A seguir vamos listar as instituições que fazem parte da rede de relações da COOPERTAN: ONG Sociedade Alternativa La Comuna, Banco do Brasil S/A através do seu Programa Corporativo de Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS<sup>80</sup> e da Fundação Banco do Brasil (FBB); Prefeitura

---

<sup>79</sup> Essa iniciativa recebeu o I Prêmio de Boas Práticas em Economia Solidária/Prêmio Sandra Magalhães no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), financiado pelo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS).

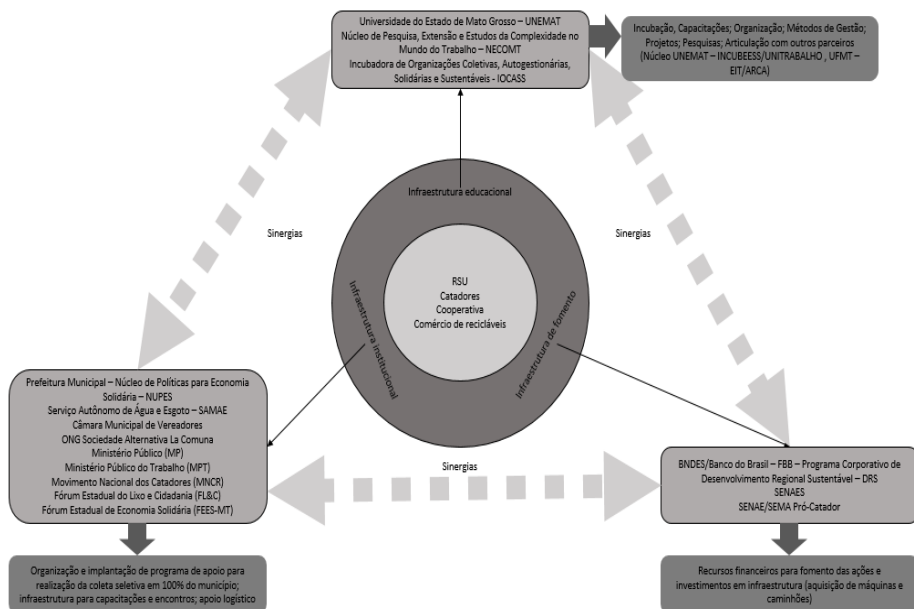
<sup>80</sup> O Programa DRS é Estratégia Negocial para o Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, visa articular e mobilizar parceiros e a participação efetiva da comunidade através de uma metodologia construtivista, que prevê planejamento participativo e compartilhamento da visão de futuro pelos diversos atores sociais e econômicos envolvidos. A participação dos parceiros viabiliza ações voltadas, por exemplo, para capacitação, formação de associações e cooperativas, conservação e recuperação ambiental, melhoria das condições de saúde, educação e moradia, construção e melhoria de estruturas de produção e valorização da cultura local. A perspectiva é de que, no longo prazo, o DRS ainda gere outros ganhos. À medida que as ações forem implementadas e os empreendimentos prosperarem, as parcerias consolidadas poderão ser estendidas para outras iniciativas, os beneficiários mudarão de patamar de qualidade de vida e de consumo e o Banco, além dos ganhos de imagem, poderá obter resultados

Municipal via Núcleo de Políticas para Economia Solidária (NUPES); Serviço Autônomo de Água e Esgoto Autarquia do Poder Público Municipal (SAMAE); Câmara Municipal de Vereadores; Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) através do Núcleo Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT) e do Programa de Extensão da Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis (IOCASS); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) o Escritório de Inovação Tecnológica (EIT) e a Arca Multincubadora; Fundo Rotativo Solidário Unidos Vivendo em Ação (FRS-UVA); Faculdade de Educação de Tangará da Serra - MT (FAEST) que desenvolve o Projeto de Educação de Jovens e Adultos para os Catadores da COOPERTAN; o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público Estadual (MPE) que atuam no apoio institucional e fomento, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) via Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) via CNPq; Fórum de Lixo e Cidadania do Estado de Mato Grosso (FL&C-MT); Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e Comissão Gestora do Pró-Catador. A seguir, a Figura 01 mostra a complexidade dessa rede.

---

econômicos pela venda de produtos e serviços aos parceiros e aos novos clientes. Um círculo virtuoso que irá propiciar a todos bons negócios. Neste caso o programa DRS, embora tenha colaborado com o processo, não investiu nenhum tipo de recurso financeiro na COOPERTAN.

**Figura 1: Rede de atores sociais em torno da COOPERTAN**



Fonte: NECTOMT/IOCASS Projeto CNPq/Edital 089/2013, desenvolvido com base Lassance Jr; Pedreira (2004)

Analisando os resultados a partir dos quatro procedimentos e métodos sugerido por Lassance Jr; Pedreira (2004) pode ser afirmar que a COOPERTAN produz Tecnologia Social porque se enquadra no pressuposto 01: “[...] a base em torno da qual é possível articular uma ampla rede de atores sociais. São uma condição necessária, mas não suficiente”.

Também pode ser afirmar que a COOPERTAN produz Tecnologia Social porque se enquadra no pressuposto 02, no qual os modelos,

[...] precisam ser estruturados em modelos flexíveis. Nem tudo que é viável em um lugar pode sê-lo, da mesma forma, em outro. Adaptações inteligentes e espírito inovador explicam por que se fala em reaplicação, e não em replicação, de TSs. Por outro lado, é também impossível disseminar uma determinada TS se não há um padrão tecnológico cujos elementos essenciais permitam escala. Considere-se que, no padrão tecnológico, o mais importante para a reaplicação pode ser, por exemplo, um programa de formação e capacitação, e não necessariamente um componente mecânico ou eletrônico. Veja ABNT se fonte é registrada ao término.

A estrutura da cooperativa analisada se enquadra num modelo flexível de superação de problemas. Exemplo disso foi a recuperação do grupo frente ao incêndio<sup>81</sup> de barracão sofrido em março de 2013. No que se refere a adaptações inteligentes e espírito inovador explicam por que se fala em reaplicação do modelo da COOPERTAN em outros municípios. Também podemos citar a criação da Rede CATAMATO que teve a COOPERTAN como proponente. A COOPERTAN também foi ativa e protagonista na elaboração do Projeto Pró-Catador que é o Projeto de Integração e suporte à ação de fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários e redes de cooperação constituídas por Catadores e Catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. Chamada Pública 003/2012 – SENAES/TEM. - Termo de Referência. (Convênio 772379/2013).

Pressuposto três, pode se afirmar que o empreendimento analisado cumpre pelo menos quatro fases essenciais que fazem parte do segredo de sua viabilidade em escala, conforme segue:

- a) a primeira é a fase de criação. As TSs nascem ou da sabedoria popular, ou do conhecimento científico, ou da combinação de ambas;
- b) a fase de viabilidade técnica, na qual há a consolidação de um padrão tecnológico (a multimistura tem uma fórmula e um método de

---

<sup>81</sup> Nesse incêndio queimaram o barracão, um caminhão; três prensas; elevador; esteira; mesa de reciclagem; carrinhos; balança; todo equipamento e material de escritório. Um dia após o acidente, por iniciativa de seus sócios, a COOPERTAN alugou uma sala para um escritório improvisado, locou um caminhão para fazer a coleta seletiva e continuou suas atividades rumo a recuperação da Cooperativa.

produção; a cisterna tem um projeto básico e um roteiro de construção);

c) a fase de viabilidade política. A tecnologia, por várias razões e meios, ganha autoridade e visibilidade. Especialistas influentes comentam e recomendam-na. Entidades civis e outras organizações passam a reivindicar seu uso. Movimentos sociais passam a apontá-la como solução;

d) a fase de viabilidade social, quando a tecnologia tem de se mostrar capaz de ganhar escala. É chave que se forme em torno dela uma ampla rede de atores que consigam dar capilaridade à sua demanda e capacidade de implementação. Isso inclui a montagem de uma complexa logística de *delivery* e assistência. Ou seja, a tecnologia precisa ter bases de apoio para que seja demonstrada, reaplicada e cercada de orientações a quem a aplica (LASSANCE JR; PEDREIRA, 2004, p. 68-69).

Pode se inferir que a COOPERTAN passou pelos pressupostos básicos exigidos nas quatro as fases da elaboração a implantação da Tecnologia Social. Que todas as fases foram plenamente cumpridas e que também tornou possível a articulação entre governo, administração, especialistas e organizações sociais. Podemos iniciar citando a implantação da coleta seletiva e sua operação pela COOPERTAN via a criação do Programa Tangará Recicla; a criação Lei Municipal de Economia Solidária; a criação do Fórum Municipal de Economia Solidária (FESOL-TGA); a criação e participação do Conselho Municipal de Economia Solidária (COMSOL); do Conselho Estadual de Economia Solidária (CESOL-MT); Participação do Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES-MT); participação da Comissão Gestora do Projeto Pró-Catador ancorados no Movimento Nacional do Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Bem como, a análise evidencia uma forte “articulação entre governo, administração, especialistas e organizações sociais”, que percorre um circuito de relações que estabelecem as práticas da COOPERTAN num horizonte de inclusão das políticas públicas, conforme segue:

O primeiro circuito: os dirigentes governamentais. O circuito dos dirigentes governamentais vinha sendo o mais impenetrável de todos os circuitos. É formado pelos responsáveis por tomar as decisões sobre as políticas e definir sobre a alocação de recursos. Sem um amplo envolvimento desses atores, as tecnologias terão, sempre, problemas de escala. Podem ser boas práticas, mas isoladas. Serão meros experimentos “para inglês ver”.

O segundo circuito: a burocracia. Administração e governo são duas coisas completamente distintas, embora extremamente próximas. A administração é o território da burocracia, enquanto o governo é o território da política. Não há como o governo implementar decisões sem burocracia, nem há como a burocracia agir sem decisões que precisam ser invariavelmente legitimadas.

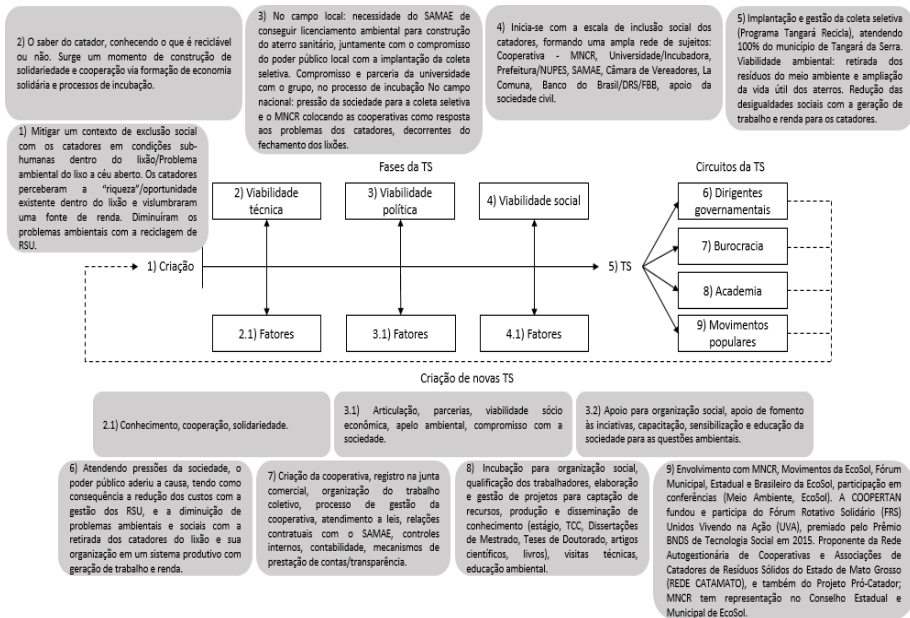
O terceiro circuito: a academia. As tecnologias precisam se viabilizar tecnicamente. Quando sua origem é a sabedoria popular, ocorre que as soluções reunidas em torno das tecnologias têm larga experiência empírica. Têm efeitos comprovados e seus procedimentos são repassados por mecanismos complexos, mas muito bem organizados na vida comunitária. Todavia, boa parte desse estoque de conhecimento é tácita, e não explícita. As pessoas sabem mostrar o que fazem, mas têm dificuldade para explicar de que maneira conseguem fazê-lo.

O quarto circuito: os movimentos populares. Nem sempre as tecnologias nascem ligadas a organizações e a movimentos sociais, mas só se tornam verdadeiramente sociais quando conquistam espaço nesse circuito. Tecnologias construtivas e o uso de materiais alternativos, resultantes da pesquisa de universidades e centros de pesquisa, tornaram-se TSs a partir do momento em que passaram a ser adotados em mutirões de moradia e em projetos governamentais reivindicados por associações de moradores e movimentos de sem-teto. Em casos como esse, a tecnologia se torna inviável se não se sustenta em

comunidades organizadas para sustentar seu uso continuado e adequado. Dependem de um capital social mínimo, para reunir as pessoas em torno daquela solução, e de capital humano, decisivo para reduzir os custos de construção (LASSANCE JR; PEDREIRA, 2004, p. 68-76).

Pelo exposto, é possível a compreensão das fases pelas quais perpassam as Tecnologias Sociais, evidenciadas empiricamente no contexto da COOPERTAN, de maneira que seja possível elencar os resultados alcançados no decorrer de todo o processo. A Figura 02 apresenta as fases das Tecnologias Sociais e os resultados alcançados pelas ações da COOPERTAN.

**Figura 2: fases da Tecnologia Social no âmbito da COOPERTAN**



Fonte: NECOMT/IOCASS Projeto CNPq/Edital 089/2013, desenvolvido com base Lassance Jr; Pedreira (2004).

Evidenciamos as relações da Tecnologia Social que se promoveram, ou alteraram as políticas públicas em todos os circuitos. Porém, merece destaque o quarto circuito. O quarto circuito trata da relação da COOPERTAN com o MNCR na construção dessas práticas inovadoras de gestão de resíduos sólidos apresentando às

cooperativas de Catadores como instrumentos eficientes e eficazes na implantação da coleta seletiva. É preciso destacar o papel do Movimento, da organização, da articulação política no processo de construção contra hegemônica e na defesa dos direitos dos Catadores.

Também é importante voltar à análise para o terceiro e quarto circuito. O terceiro analisa o resultado da relação da COOPERTAN com a academia no processo de construção do conhecimentos via processo de incubação; qualificação dos trabalhadores; elaboração e gestão de projetos para captação de recursos, e a produção e disseminação de conhecimento através de estágio, Monografias ou Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC), Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado, artigos científicos, livros, capítulos de livros, visitas técnicas e outros processos de educação ambiental que atendem as demandas da universidade, mas que não deixam de ser protagonizados pelos próprios Catadores. Isso tudo, permitiu mostra a viabilidade técnica dessa Tecnologia Social, que pode ser retratado na quantidade (aproximadamente 40 publicações) e na qualidade da produção científica à partir da experiência exitosa da COOPERTAN que se transformou numa usina de produção de conhecimento e Tecnologia Social.

Analisando a realidade empírica à partir da proposta teoria de Lassance Jr; Pedreira (2004), podemos afirmar que esse Empreendimento Econômico Solidário (EES) produz Tecnologia Social.

A Tecnologia Social, embora impacte apenas localmente, valoriza a técnica produzida de dentro para fora dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que visam a emancipação e o conhecimento dos sujeitos da economia solidária num processo contra hegemônico. Igualmente aos camponeses, agricultores, pescadores, quilombolas os catadores oriundos dos lixões e das ruas comportam um conhecimento próprio que deve e precisa ser valorizado. Reconhecer esses conhecimentos e trabalhar no sentido de melhorar, modernizar essas técnicas e replicá-las com o objetivo de resolver problemas concretos dos Catadores é o desafio colocado para a Tecnologia Social, para o Estado ampliar suas políticas públicas e para que a universidade cada vez mais assuma seu compromisso com a inclusão socioprodutiva numa lógica contra hegemônica e sustentável.



## Considerações Finais

Em um contexto complexo de transformações sociais alavancados por iniciativas neoliberais atreladas ao violento processo de globalização, perversa concentração de riqueza, aumento da produção de lixo e o aprofundamento das desigualdades em diferentes níveis e setores a Economia Solidária se apresenta como uma alternativa contra hegemônica. Num processo contínuo de aprendizagem em autogestão Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) vinculados a movimentos sociais como é o caso do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) constroem suas experiências de organização utilizando-se do aprendizado da vida, da rua, dos lixões e da luta que podem ser denominadas de Tecnologias Sociais.

Esses processos de aprendizagem passam pelo diálogo com o mercado e Estado e suas diferentes esferas. Uma delas é a universidade. É nesse diálogo não linear e horizontal no qual aprendem os Catadores e os pesquisadores. É nesse processo de organização de troca de saberes que se dá a construção do conhecimento que envolve outras instituições mas que é capitaneado pela cooperativa e pela universidade.

A realidade empírica, no caso da COOPERTAN, explicita de forma muito ampla como a universidade pode aprender com esses trabalhadores que empreendem no sentido de superar o violento processo de exclusão. O espaço de gestão e autogestão da cooperativa passa a ser um terreno fértil de produção científica à partir das experiências desses trabalhadores num permanente processo de formação política. Por outro lado, a universidade através da incubação e de metodologias de pesquisa ação deixa um produto dessa co-construção para a cooperativa. Dessa forma, cooperativa e universidade desenvolvem Tecnologias Sociais que valorizam os saberes dos Catadores e promovem a construção do conhecimento científico que é sistematizado por estudantes e professores que aprendem com Catadores e ao mesmo tempo lhes ensinam a utilizar ferramentas de gestão para consolidar a ação da cooperativa.

Foi possível evidenciar que na COOPERTAN existem as diferentes fases da TS que permitem um padrão tecnológico importante para a reaplicação e que permitem a viabilidade de escala, ações em rede, flexibilidade, inovação e articulação entre os movimentos sociais/sociedade civil e governo através da criação de

políticas públicas, programas e projetos que acabam por inserir social e economicamente esses trabalhadores que quando atuam isoladamente se tornam seres ‘invisibilizados’ mas dentro das cooperativas ganham projeção de sujeitos protagonistas do seu próprio destino que são capazes de construir relações sociais e de trabalho emancipatórias.

### **Referências Bibliográficas**

BOCAYUVA, Claudio Cunca; VARANDA, Ana Paula de Moura (organizadores). *Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas* - 1.ed. - Rio de Janeiro: FASE: IPPUR, UFRJ, 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Economia Solidária. *1º Conferência Nacional de Economia Solidária: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável* Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4DA189CA014E079A96245953/Plano%20Nacional%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria.pdf>.

Acesso em: 27. Jul., 2015.

CAMPOS, Eduardo, (Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia). *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil (FBB). Rio de Janeiro: 2004.

CAZZUNI, Dulce Helena; SILVA, Sandra Faé Praxedes; REGULES, Maria Paula Patrone. *Tecnologia Social e Incubadoras Públicas: a experiência do Programa Osasco Solidária*. In. BOCAYUVA, Claudio Cunca; VARANDA, Ana Paula de Moura (organizadores). *Tecnologia Social, economia solidária e políticas públicas* - 1.ed. - Rio de Janeiro: FASE: IPPUR, UFRJ, 2009.

CRUZ, A. *A Diferença da Igualdade: a dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Campinas, 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2006.

DAGNINO, Renato. *A Tecnologia Social e seus desafios*. In DAGNINO, Renato (org.). *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade* - 2. ed. - Campinas, SP: Komedi, 2010.

FONSECA, Rodrigo; SERAFIM, Milena. *A Tecnologia Social e seus arranjos institucionais*. In DAGNINO, Renato (org.). *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade* - 2. ed. - Campinas, SP: Komedi, 2010.

GAIGER, Luiz Inácio G. (Coord.) KUYVEN, Patrícia Sorgatto; OGANDO, Cláudio Barcelos; KAPPES, Sylvio Antonio; SILVA, Jardel Knecht da. *A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. 1. reimp. São Leopoldo: Editora Oikos, 2014.

LASSANCE JR, Antonio E.; PEDREIRA, Juçara S. Tecnologias Sociais e políticas públicas. In: *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil (FBB). Rio de Janeiro: 2004. p. 65-82.

MARQUES, Paulo Lisandro Amaral. *Trabalho Emancipado Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores: a experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos*. Porto Alegre, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

MARTINS, Elei C. *O Papel Educativo Assumido pelo Trabalho na Produção Associada Desenvolvida pela Coopertan*. 2015, 30 p. Projeto de dissertação (Mestrado em Educação – Linha de pesquisa: Educação e Diversidade) – Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres-MT.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. São Paulo: Editora Boitempo, 2008. (Tradução e Notas de Jesus Ranieri).

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Nova Cultural Ltda., 1996 (Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe).

NASCIMENTO, Claudio. *Do “beco dos sapos” aos Canaviais de Catende*. Texto de Apoio. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Brasília: SENAES, 2005. Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF0BC7F11434/prog\\_becosapos.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF0BC7F11434/prog_becosapos.pdf). Acesso em: 03, jun. 2015.

NOVAES, Henrique T. A autogestão como magnífica escola: notas sobre a educação no trabalho associado. *Revista e-curriculum*, São Paulo, v.5, n.1, dez., 2009.

PANIZZI, Wrana In: RUIZ, Antonio I.; HELENE, Otaviano.; PANIZZI, Wrana. *Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN: Os desafios para o Brasil do século XXI. Mesa redonda: Financiamento da pesquisa científica no Brasil*. Seminário Nacional do ANDES-SN. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. De: 17 e 18 de novembro, 2011. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UNB), 2011.

REIS, Tatiana; MARTINS, Edie; MEIRA, Ludmila; OLIVA, Helbeth; OLIVEIRA, Karine; e MATOS, Lara. O Centro Público e as Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários no âmbito do Programa Bahia Solidária. In. BOCAYUVA, Claudio Cunca; VARANDA, Ana Paula de Moura (organizadores). *Tecnologia Social, economia solidária e políticas públicas - 1.ed.* - Rio de Janeiro: FASE: IPPUR, UFRJ, 2009.

SINGER, Paul. *Uma Utopia Militante: repensando o socialismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN: Os desafios para o Brasil do século XXI. Mesa redonda: Pesquisa científica: interesse público e interesse privado. Seminário Nacional do ANDES-SN. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. De: 17 e 18 de novembro, 2011. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UNB), 2011.

SGUAREZI, Sandro. B.; LIMA, Ana M. De; BORGES, Juliano L. *Contradições no Processo de Incubação de uma Cooperativa de Catadores em Tangará da Serra-MT. In: XXVII CONGRESO ALAS-Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Latinoamérica interrogada: Depredación de Recursos Naturales, Democracia Participativa, Escenarios Productivos y Construcción de Conocimiento. 27., 2009. Buenos Aires-AR. Grupo de Trabalho 20 Sociedad civil: Protestas y movimientos sociales. Anais... ALAS. Buenos Aires, 2009.*

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

## CAPÍTULO 6

### **ECONOMIA SOLIDÁRIA: FORMA DIFERENCIADA DE GERAÇÃO DE RENDA, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO - Estudo a partir da implantação do CANTASOL**

Melre Rocha Lima  
Milton Mauad de Carvalho Camera Filho  
Angela Ester Mallmann Centenaro  
Alceu Zóia

#### **1 Introdução**

Entre vários temas polêmicos, a Reforma Agrária gera discussões entre capitalistas que prezam pela propriedade privada e, movimentos sociais que prezam pela distribuição da propriedade privada acumulada pelos capitalistas. No Estatuto da Terra, Lei nº 4504/64, "a reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção".

No Brasil, apesar do Estatuto da Terra, milhares de famílias foram, e são assentadas em terras, muitas vezes inférteis, de difícil acesso e desprovidas de infraestrutura. Desta forma, os pequenos produtores rurais, ou a chamada agricultura familiar, não conseguem organizar-se e capitalizar-se ficando na dependência financeira de instituições, para garantir sua sustentabilidade (KUSTER et al, 2004).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, *online* 2015), "a agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho", isto é, são os próprios agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, sazonalmente ou eventualmente complementado por trabalhos assalariados. Apesar dos entraves financeiros e organizacionais, a agricultura familiar é responsável economicamente, por gerar uma grande produção de alimentos, porém não atrativa para o agronegócio, pois este possui um foco produtivo diferente.

Este tipo de produção, familiar, tem um impacto positivo no setor primário da economia brasileira, pois utiliza mão de obra e recursos próprios, como a terra, além de produzir uma vasta gama de

produtos alimentícios, diferentemente do agronegócio, que se fixa num produto em grande quantidade.

Os assentamentos agrários são locais para onde muitas famílias sem terras são alocadas pelo governo federal. Atualmente, o Brasil possui 9.288 assentamentos, 969.583 famílias assentadas e 88.270.046,03ha de área de assentamentos. O Estado de Mato Grosso, apesar de a agricultura familiar estar ofuscada pelo agronegócio, possui 547 assentamentos, com 82.751 famílias assentadas, num total de 6.067.509,27 ha de área de assentamento (INCRA, *on line* 2015).

Os espaços dos assentamentos, como estão fragilizados pela falta de infraestrutura, organização e capital, são espaços propícios para a economia solidária, que nesta pesquisa foi estudada por se apresentar como forma diferenciada de geração de renda, produção e comercialização da produção.

A pesquisa visa realizar um diagnóstico socioeconômico, mostrando o trabalho desenvolvido no Assentamento 12 de Outubro, localizado no município de Cláudia – MT, juntamente com a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e a Escola Estadual do Campo Florestan Fernandes, na área da economia solidária e agricultura camponesa ou familiar, auxiliando na organização do sistema produtivo das famílias assentadas através do Sistema Canteiros de Comercialização Socio-solidária Agroecológica (CANTASOL). Este é uma parte do Projeto Canteiros de Sabores e Saberes institucionalizado na Universidade do Estado de Mato Grosso - *Campus* de Sinop. Nesse subprojeto é proposta a inversão de paradigma da indissociabilidade, quando a universidade vai ao encontro da comunidade.

A preocupação com a forma como o sistema capitalista se comporta excluindo esses produtores, faz com que esses formatos de projetos sejam uma esperança de permanência em suas propriedades. O projeto da Universidade busca a inserção desses indivíduos na sociedade, mas com o pensamento de coletividade, através de práticas pedagógicas, discutindo a teoria e a prática de conceitos de organização coletiva, de economia solidária, trabalhos cooperativos para a geração de renda, entre outros. Mostram uma nova visão de mercado, onde se ganha renda, mas todos precisam cooperar e trabalhar juntos para aumentar o bem-estar social coletivo, além do financeiro.

Com essa abordagem, chegou-se ao questionamento: após a implantação do subprojeto CANTASOL, visando uma nova forma de

produção e comercialização, quais as mudanças socioeconômicas percebidas pelos assentados do Assentamento 12 de Outubro do município de Cláudia-MT?

Assim, o objetivo da pesquisa foi avaliar sobre as mudanças socioeconômicas percebidas pelos assentados do Assentamento 12 de Outubro do município de Cláudia-MT, após a implantação do CANTASOL através da forma diferenciada de produzir e comercializar seus produtos agrícolas.

A metodologia se fundiu com a união das atividades extensionistas da Universidade com a da Escola Florestan Fernandes, do Assentamento 12 de Outubro, observando-se uma série de situações a serem problematizadas: uma delas é o papel dessas instituições na comunidade que as cercam. Entende-se que para lidar com essa realidade, uma característica da pesquisa científica, deve-se não só observar, mas também transformar.

## 2 Assentamentos em Mato Grosso

Pelo *site* do INCRA, assentamento rural é “um **conjunto de unidades agrícolas** independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário” (INCRA, *on line* 2015).

O estado de Mato Grosso, quando colonizado, recebeu incentivo partindo de empreendimentos imobiliários e governamentais. Como era uma região extensa e com poucos habitantes por metros quadrados, foram doadas terras para pessoas que vinham, na sua maioria, da região sul do país. Mas esse modelo de colonização excluía o pequeno camponês, pois eram regiões de mata fechada e sem estrutura de permanência. Muitos agricultores que chegaram ao estado acabaram trocando suas terras por passagens de volta à origem, onde voltaram a ser "sem terras" entrando nos movimentos sociais em busca de um lugar para produzir e manter sua família.

Para tanto, o governo federal criou diversos programas que visavam estimular o desenvolvimento da região, viabilizando a entrada do grande capital e mantendo grandes propriedades nas áreas de agropecuária, promovendo um modelo de desenvolvimento que excluiu o agricultor familiar (II CA Brasil, *on line*).

Assim que iniciaram as discussões sobre reforma agrária no país, também foi visualizado que o estado era uma esperança para aquelas pessoas que não tinham condição de desbravar sozinhas as terras mato-grossenses, porém a maioria dos produtores que permaneceram no estado venderam suas terras no Sul para terem suporte financeiro no Mato Grosso. O primeiro assentamento com parceria do INCRA surgiu em 1979 no modelo PAC – (Projeto de Assentamento Comum), mas só ocorreu efetivamente a desapropriação em 1986.

Tabela I - Assentamentos no Estado de Mato Grosso, 2015.

Número de Assentamentos	547	
Número de famílias assentadas	82.571	
Área de Assentamentos (ha)	6.067.509,27	
PA <sup>82</sup> com mais de dez anos	Número de Assentamentos	469
	Número de famílias assentadas	75.391
PA com menos de dez anos	Número de Assentamentos	78
	Número de famílias assentadas	7.180

Fonte: INCRA, *on line 2015* (Adaptado pelos autores).

O assentamento aqui estudado se originou a partir do interesse de trabalhadores camponeses que lutavam contra a desigualdade social no campo. Enviaram proposta, para a direção do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) para ocupar terras da União destinadas à Reforma Agrária. Os dirigentes foram até o local, na época chamada de Fazenda Agroquímica. Mas com a intervenção da polícia, em setembro de 2003 foi escolhida outra área localizada aproximadamente a 17 km da cidade de Sinop. Nesta área, que também era pertencente à Fazenda Agroquímica, cerca de 200 famílias deram início ao Assentamento Claudinei de Barros com a ocupação no dia 12 de outubro.

A ocupação não foi tranquila, mesmo com aproximadamente 800 famílias, foram despejados com apenas trinta dias de ocupação, na ocasião, também foram presos professores da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, os quais estavam no local para contribuir na negociação, todos foram acusados de desobediência. Como não tinham para onde ir, os assentados foram

<sup>82</sup> PA - Projeto de Assentamento.



para o Ginásio de Esportes Benedito Santiago, na cidade de Sinop-MT, ficaram alojados por cerca de dois dias (KOCHHANN e BREDA, 2015).

Após esta breve estada, as pessoas foram removidas para outro local, a uma distância de 60 Km do centro da cidade. Cerca de 200 famílias permanecem neste local, mas novamente vivendo com medo do despejo devido a construção da UHE – Sinop, barragem Usina Hidrelétrica que deverá alagar pelo menos 29 lotes do assentamento, segundo dados do PPA (Pesquisa de Impacto Ambiental) do próprio empreendimento.

Depois de tantas lutas pelos assentados, uma das conquistas foi a Escola do Campo Florestan Fernandes, sendo este, o lugar que concentra todos os pontos de discussões da comunidade e são realizados os trabalhos com o projeto CANTASOL com os professores e alunos. Através do projeto, aprendem na prática as lições de Matemática, Português, entre outras disciplinas do currículo escolar regular.

No Assentamento, atualmente moram cerca de duzentas (200) famílias, mas somente 15 (quinze) fazem parte do subprojeto, pois muitas trabalham fora do assentamento para sustentar suas famílias e não tem plantação nas suas terras, por serem terras que necessitam de investimento para produzir e não possuem dinheiro para tal, diante do exposto, o cultivo é bastante prejudicado. Dos 15 participantes, sete responderam o questionário da pesquisa. Além deles, também duas mulheres que fazem parte da associação (Coletivo de Mulheres) responderam os questionários sobre renda, produção, comercialização e economia solidária, através do projeto CANTASOL.

### **3 Economia Solidária: forma diferenciada de produção e comercialização**

Robert Owen, durante o período da Revolução Industrial, por volta de 1850, afirmava que a indústria trazia efeitos positivos para a sociedade, mas a gestão dela deveria ser feita pelos próprios trabalhadores, se caracterizando uma Cooperativa Solidária onde todos os que trabalham na empresa são os proprietários e, não tem proprietário que não trabalhe e, não pode haver a divisão de trabalho e capital, sendo elas autônomas e controladas pelos seus membros.

Antes mesmo da crise de 1929, em que ocorreu a intervenção do Estado de acordo com a teoria keynesiana para regulação do mercado e bem-estar da população, os operários trouxeram a proposta

de cooperativas, que são organizações, como grupos de trabalho, células de produção sem fins lucrativos e, que beneficiam todos os trabalhadores envolvidos de forma mais igualitária e justa, gerando trabalho e renda.

Para Singer a economia solidária é alternativa ao capitalismo, próxima à cooperativa e afirma que,

[...] a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) (SINGER, 2003, p.13).

Segundo Leachat, *in* Singer a economia solidária se destaca como alternativa para a classe proletária,

[...] no bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a economia solidária ressurge no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva (1998, p. 27).

Segundo o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) o plano de economia solidária no país possui as seguintes características,

**Cooperação:** reconhece propriedade comum, divisão de responsabilidade e de resultados; **Autogestão:** protagonismo dos participantes na gestão do empreendimento; **Dimensão econômica:** é o que move os esforços e congrega os interesses; **Solidariedade:** é perceptível na distribuição igualitária dos resultados, na produção de oportunidades para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos - *grifos nossos* (IPEA, *on line*).

A economia solidária também é utilizada como forma de amenizar o sofrimento de muitos trabalhadores que estão desempregados ou dos pequenos camponeses e assentados. Para Leachat (2001, p. 07) a economia solidária se organiza “a partir de fatores humanos, favorecendo as relações do laço social, o qual é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade”.

Depois do início das discussões sobre essa economia alternativa, precisa-se trabalhar de forma organizada no princípio da coletividade, iniciaram a criação de políticas públicas, criação de programas específicos nas prefeituras e projetos nas universidades de incentivo e financiamentos do Governo Federal para a implantação de projetos e incubadoras solidárias.

Para Costa,

A Economia Solidária, conhecida principalmente na forma de cooperativismo, vem ganhando espaço à medida que aumenta o desemprego e diminuem as garantias sociais. Ela é vista também, como forma de buscar autonomia e de estabelecer outros tipos de interação homem-trabalho, homem-ambiente e homem-homem (2009, p. 01).

A Economia Solidária se torna importante para as regiões de assentamentos e acampamentos, pois são locais que se encontram grande concentração de desigualdade socioeconômica e a solidariedade econômica tende a dirimir um pouco estas divergências sociais utilizando-se da associação de pessoas objetivando o bem comum.

As famílias assentadas sofrem com problemas de discriminação por parte das pessoas que vivem nos centros urbanos, também com o escoamento da sua produção, dificuldade de transporte, distância da cidade, contaminação do solo e da produção, causado pelos agrotóxicos e a concorrência dos grandes produtores (ANDREOLA, 2011). Mesmo esses indivíduos possuindo um pedaço de terra para plantar e conseguir gerar seu sustento, isso não ocorre, pois vivem em condições de extrema pobreza e são abandonados em terras improdutivas, sem condições dignas mínimas de sobrevivência.

Andreola aponta que,

A fome é um problema distributivo e não técnico. Assim, temos de discutir causas da desigualdade social, ou seja, temos muito mais produção do que consumo. Mas o problema clássico da fome é o difícil acesso aos alimentos produzidos, por parte de uma maioria que passa fome e está abaixo da linha da pobreza no mundo. Paradoxalmente, a maioria das pessoas que passam fome no mundo são agricultores que vivem no meio rural, exatamente num local onde poderiam ser produzidos alimentos (2011, p. 1-3).

Mais da metade dos alimentos que vai para a mesa da população brasileira vem da produção do pequeno camponês e, mesmo assim a grande concentração de pobreza e desigualdade está nas zonas rurais dos municípios.

Órgãos do governo como, Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria Nacional de Economia Solidária (SNES), Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) são alguns que são responsáveis por elaborações e execução a projetos de economia solidária. Eles elaboram editais de incentivo a projetos comunitários, científicos de caráter solidário.

A economia solidária, além de ser uma economia alternativa, também trabalha de forma diferente do capitalismo em relação a produção e comercialização. Ela é uma forma de organizar coletivos de produção, consumidores responsáveis, distribuição justa dos bens produzidos coletivamente.

## **4 Resultados da Pesquisa**

### **4.1 Projeto Canteiros e Subprojeto CANTASOL**

O Projeto Canteiros de Sabores e Saberes<sup>83</sup>, concebido como projeto de extensão e institucionalizado na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) desde junho de 2011, atua em bairros periféricos do município de Sinop/MT e, mais recentemente, em assentamentos da Reforma Agrária na região. Privilegiando a participação de estudantes dos semestres iniciais. Tal projeto implica na construção de saberes a partir de atividades práticas nos campos de pesquisa, por meio de ações extensionistas, formuladas e executadas

---

<sup>83</sup> Doravante, denominado 'Projeto Canteiros'.

pelos próprios alunos, sob orientação de professores especialistas na área.

Antes de sua institucionalização, já haviam ações sendo desenvolvidas nas periferias urbanas de Sinop/MT. Inicialmente três subprojetos: Compostagem, Hortas Urbanas e Arborização Urbana, em parceria com estudantes da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMT). Em 2011, já institucionalizado, vieram novas ações, “com maior protagonismo dos estudantes da UNEMAT, nas áreas de Libras e Projetos de Aprendizagem” (PEREIRA; DE SOUZA, 2016, p. 109).

Outras experiências vivenciadas no projeto é o Sistema Canteiros de Comercialização Sociossolidária Agroecológica (CANTASOL), ação iniciada em dezembro de 2012, junto aos produtores do Assentamento 12 de Outubro e Assentamento Zumbi dos Palmares, em Cláudia/MT.

Em dezembro de 2012, após um período de aproximação com famílias assentadas, deu-se início à construção de uma plataforma para o escoamento de produtos da agricultura familiar camponesa de dois assentamentos: 12 de Outubro e Zumbi dos Palmares, no município de Cláudia/MT. Tal processo, além dos estudantes e professores da UNEMAT, participaram os professores da Escola Estadual do Campo Florestan Fernandes (EEFF), militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e parceiros do Sistema de Comercialização Solidária (SISCOS<sup>84</sup>). A colaboração destes últimos mostrou-se fundamental, tanto pela capacidade mobilizadora do MST e da Escola do Campo, como pelos importantes subsídios que os parceiros do *SISCOS* oportunizaram, com base nos anos de experiência na área pretendida. Foram quatro meses de assembleias e oficinas, promovendo diálogos entre os diversos atores do projeto e os produtores e lideranças da comunidade, até a primeira experiência de venda dos produtos da comunidade. Ainda de maneira rudimentar, dispendo de pouca experiência e ferramentas, no dia 19 de março de 2013, foram iniciadas as vendas pelo CANTASOL. Destacamos que o CANTASOL pretende ser um sistema de comercialização direta beneficiando trabalhadores e consumidores com produtos oriundos da agricultura familiar, produzidos por

---

<sup>84</sup> O SISCOS, em atividade desde 2006, é uma iniciativa do Instituto Ouro Verde (IOV), organização não-governamental instalada no município de Alta Floresta/MT. Consiste num sistema de vendas *online* de produtos agroecológicos, das famílias camponesas da região, baseados nas propostas da Economia Solidária.

pessoas comprometidas com a agroecologia, respeitando os ciclos naturais de renovação e produzindo alimentos livres de agrotóxicos e insumos sintéticos, potencialmente danosos a nossa saúde.

Completando três anos de vendas regulares, o CANTASOL continua dispondo de vários estudantes e professores comprometidos com sua continuidade, mesmo sendo uma equipe claramente multidisciplinar, contemplando as áreas de Economia, Administração, Pedagogia, Letras, Matemática e Engenharias, o projeto atua com diferencial da inserção dos conceitos da Economia Solidária Cooperativismo e, da parceria dos professores da escola do campo Florestan Fernandes, que leva o aprendizado adquirido durante o processo de organização para a sala de aula, através das disciplinas do currículo escolar tradicional.

Os alunos compartilham a experiência de acompanhar o período de conferência dos produtos vendidos. Aprendem o nome dos alimentos produzidos pelos seus pais e vizinhos. Dados como preço, quantidade são utilizados pelos professores para ensinar a ler, escrever e calcular medidas.

No início, o processo consolida um canal de escoamento e comercialização de produtos oriundos dos agricultores camponeses assentados, na modalidade de *e-commerce*<sup>85</sup>, processo, este, gerido por professores e estudantes, da Universidade e Escola do Campo. Na plataforma são cadastrados os produtos dos assentados para a comercialização no município de Sinop-MT. A plataforma é paga com o recurso do projeto que conta com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Atualmente, o ciclo inicia na quarta-feira quando os produtores ou seus filhos entregam as comandas de oferta dos produtos para o grupo de alunos responsáveis pela organização do *site* [www.cantasol.org.br/sistema](http://www.cantasol.org.br/sistema). Os produtos ficam disponíveis no portal de quinta à segunda-feira. Ao final do dia, o grupo se reúne para fazer a partilha solidária que tenta distribuir de forma mais equitativa possível, os produtos demandados e também observando as condições socioeconômicas de cada produtor. O *site* oferece a possibilidade de fazer o cadastro e consultar os produtos disponíveis.

Em seguida, fazem a distribuição das comandas de pedidos e efetuam a entrega das mesmas para os produtores. O trabalho envolve

---

<sup>85</sup> Termo adotado para definição de plataformas de comércio eletrônico.

os produtores, seus filhos e a escola, sendo que os produtos são levados à escola, pelos alunos, através do ônibus escolar.

A comanda de oferta foi uma ferramenta encontrada para identificar a quantidade de produtos ofertados. A outra comanda, que também é fundamental, é a comanda de pedidos que é entregue ao produtor depois de realizada a partilha dos produtos. Através da lista de produtos solicitados que é gerada pelo portal, é feita conferência dos produtos entregues e marcada na comanda de pedidos.

No início, o transporte era realizado através da parceria com a Universidade, sendo que todas as quartas-feiras os acadêmicos eram levados ao assentamento para buscar os produtos, fazerem a conferência das vendas e a entrega do dinheiro para pagamento aos produtores.

Com a aquisição de uma Van pela cooperativa, o transporte é realizado por eles, onde os gastos com combustível são custeados através da cota de 10% cobrada pelo CANTASOL, pago pelos produtores para a manutenção do processo de trabalho.

#### **4. 2 Dialogando com a Pesquisa de Campo**

A pesquisa iniciou-se com dados socioeconômicos, com perguntas relacionadas à etnia, ao nível educacional, condições de moradia, trabalho e a influência do CANTASOL no seu cotidiano.

Descobriu-se que a maioria, 78% dos que responderam à pesquisa se autodeclararam negros e 22% declararam ser brancos. Esse resultado precisa ser melhor estudado, pois pode demonstrar uma diferença ocorrida entre cidade (negros se declaram pardos, brancos ou não declaram) e campo (todos se declararam negros), assim como, pode ser uma forma de conseguirem mais auxílio via governo federal com cotas, etc.

Na entrevista foi perguntado se eles já sofreram preconceito econômico, étnico, racial ou de cor ou mesmo por morarem em um assentamento, 33% responderam que já sofreram preconceito porque residem em um assentamento, 56% preconceito racial, 11% disseram que nunca sofreram preconceito e um entrevistado respondeu que sofreu preconceito por não ter alimentos em casa. Desses que responderam que já sofreram preconceito por morar em assentamento, disseram que o preconceito parte da própria família residente na cidade.

A fala de uma entrevistada retrata a discriminação sofrida,

Já passei discriminação, vou falar bem a verdade até por passar fome, por faltar alimento dentro de casa e, não foi longe não, de próprio parente, eu não ter o que comer, eles tinham e zombar com a minha cara.

Esta fala traz em si o que Carvalho (1999) afirma que existe uma diferenciação na memória de vida, sendo importante destacar que cada grupo social tende a aviltar o outro. Entretanto quanto mais os grupos se tornarem homogêneos tendo "laços fortes" (GRANOVETTER, 1985), mais conseguem reagir aos preconceitos sofridos por parte de outros grupos.

Em relação a épocas passadas, o número de pessoas que residem e trabalham no meio rural diminuiu, pois a quantidade de filhos por família não é mais a mesma das antigas famílias camponesas. Pela pesquisa, nota-se que 25% das propriedades são compostas por duas pessoas, provavelmente o casal; 25% das propriedades são povoadas por 3 pessoas e 50% das propriedades possuem mais de 3 pessoas que moram na propriedade. Segundo o Censo do IBGE (2000), o número de filhos na área rural influenciou a menor diminuição da taxa de fecundidade no Brasil (2000-2010). Embora tenha diminuído de 3,4 filhos para 2,6; é maior do que o verificado nas áreas urbanas, de 2,18 para 1,7. Outro dado interessante, demonstra que, assim como em outros assentamentos, as mulheres é que tomam conta da produção, sendo que no Assentamento 12 de Outubro, o percentual de gênero está representada por 56% de público feminino e 44% de masculino. Apesar disso, a discriminação feminina continua ocorrendo, pelo meio rural ser um ambiente onde ainda se prolifera o patriarcalismo, mesmo invisível.

A vida escolar dos moradores pesquisados se evidencia na grande maioria tendo frequentado uma escola, sendo que 45% cursou somente o Ensino Fundamental, 33% cursam ou cursaram o Ensino Médio e 22% responderam que nunca foram à escola.

Os entrevistados, além de terem frequentado, em sua maioria apenas o Ensino Fundamental, também, em sua maioria 83%, estavam estudando em escolas públicas, sendo que o restante, 17%, frequentaram escolas da rede particular de ensino.

Depois de conhecer o nível educacional dos produtores, os dados seguintes apontam para dados da escolha do Assentamento para constituir moradia.



Dos 100% dos entrevistados, 67% escolheram o assentamento para morar, assim como, uma camponesa afirma, “*Escolhi por que para mim a terra era um sonho*”. Outros 22% dizem que decidiram morar no assentamento por estarem engajados no movimento dos sem terras e 11% por não ter emprego na cidade, encontraram no Assentamento a possibilidade de gerarem renda e sobreviverem economicamente.

Os moradores contam que as dificuldades encontradas no início do Assentamento eram a educação dos filhos, emprego e condições de moradia. Hoje em dia essas dificuldades foram amenizadas, porém, as dificuldades em relação ao trabalho ainda persistem, pois o assentamento tem dificuldade na produção, permanência dos pais de família na ajuda com a produção. Estes saem do assentamento para trabalhar e gerar renda adicional à produção rural familiar. A dificuldade na produção familiar relatada por 45% dos entrevistados está na falta de incentivo com crédito ao produtor e políticas públicas de incentivo à produção. 22% dos moradores apontam a questão do solo infértil e arenoso que não conseguem plantar nenhum tipo de produto, porque o solo não produz sem ajuda de componentes químicos e, como o projeto trabalha com a conscientização da agroecologia não pode utilizar os agrotóxicos, mas produtos caseiros para que possa colher o que a família consome. Outros 22% afirmam que a falta de chuva e falta de condição de fazer uma irrigação mecânica para produção no ano todo e, 11% julgam as pragas como dificuldade. Como há vizinhos de terras, grandes produtores rurais e, estes jogam agrotóxicos em suas plantações, os assentados são prejudicados, pois as plantas deles são atacadas pelas pragas que saem dessas plantações.

Os moradores possuem experiência no trabalho agrícola já demonstrado anteriormente, com perguntas pertinentes ao tema. Assim como, nos outros assentamentos da reforma agrária, os moradores são indivíduos que passaram a vida toda trabalhando na agricultura e, por consequência, permanecem nesse ramo.

Visualizou-se também que 67% dos entrevistados trabalharam a maior parte de suas vidas na agricultura e atividades que fazem parte do campo. Outros 22% dos entrevistados trabalharam a maior parte de suas vidas em atividades informais não ligadas à agricultura e 11% tiveram sua ocupação na construção civil. Somados os 33%, demonstram que as atividades agrícolas estão sendo substituídas por outras atividades que possam gerar renda para a família. Estes dados

vêm de encontro aos dados acima, que afirmam que os pais de família, devido às dificuldades de produção, procuram outras atividades para aumentar a renda.

A negociação da força de trabalho se torna necessária para alguns pais de família para o sustento dos membros, pois pela situação em que se encontram em relação à terra improdutiva, falta de crédito para o cultivo da terra, problemas climáticos entre outros, não recebem o suficiente para sobreviver. Esse pensamento vem a calhar com o de Smith (1996) quando afirma que a renda da terra<sup>86</sup> tem uma dependência com as forças produtivas, se elas se aperfeiçoam (através de investimentos), a renda tirada da terra aumenta, se elas estagnam (pela falta de investimentos), há uma diminuição da renda tirada da terra. No caso dos assentados, existem duas das três tipologias visíveis de sujeitos, aquelas que sobrevivem da renda conseguida pela produção na terra e aquelas que sobrevivem do salário.

Quanto às moradias, o caso é peculiar, pois eles consideram que possuem moradia própria, mesmo que ainda não possuam a concessão de uso da terra, pois o INCRA não fornece escritura de posse, mas a concessão. Entretanto, 89% afirmam que possuem residência própria e 11% ainda não possuem residência própria, morando de aluguel ou outras formas de morada, no próprio assentamento.

A renda média das famílias assentadas antes do projeto CANTASOL chegava, em média, até R\$ 300,00 reais, representando 57% dos entrevistados. Um segundo grupo, 14%, chegou a uma renda média de R\$ 301,00 a R\$ 600,00 mensais. Outros 29% chegavam a ter uma média de renda de R\$ 601,00 a R\$ 708,00. Os trabalhos realizados eram diárias para outros proprietários, coletas de castanhas e empreitadas, alguns chegavam a ganhar R\$100,00 reais por mês para sustentar a família.

Atualmente, a renda no assentamento para alguns assentados ainda não é fixa ou regular, pois trabalham com diárias ou empreitadas. A outra parte da amostra são moradores que também trabalham no serviço público.

A maioria, 78% dos entrevistados possuem renda regular, isto é, trabalham por diária ou são mensalistas, não se dedicando ao trabalho agrícola plenamente. Os demais, 22% não possuem renda

---

<sup>86</sup> Renda da terra, para Smith não era a renda pela produção do agricultor, mas o valor intrínseco que ela fornecia ao proprietário.

regular. Segundo dados do INCRA<sup>87</sup>, 81 milhões de reais foram investidos na criação de novas fontes de renda em assentamentos. O objetivo deste investimento é fomentar a agregação de valor à produção e apoiar a agroindustrialização e a comercialização de produtos da reforma agrária, com foco nas práticas agroecológicas. Entretanto, o valor investido pelo Governo Federal, através do INCRA, não foi capaz de fazer com que os assentados se fixassem na terra e dela tirassem renda suficiente para viver com suas famílias, pelo menos isso não se observou no Assentamento 12 de Outubro.

Apesar dos trabalhos que geram renda regular, ocorreu no assentamento estudado, a organização de trabalhos coletivos através do projeto CANTASOL quando a renda dos moradores aumentou significativamente, além de surgir o Coletivo de Mulheres Amazônia Livre e o Coletivo de Jovens Camponeses do assentamento.

A renda média de até R\$ 300,00 ainda é auferida por 11% dos moradores entrevistados; 22% recebem renda de R\$ 301,00 a R\$ 600,00; 45% renda de R\$ 601,00 a R\$ 788,00 (correspondente a um salário mínimo (SM) atual) e 11% auferem renda de 1 a 2 SM e mais 11% tem renda de 2 a 4 salários mínimos atuais. Para o INCRA<sup>88</sup>, nos termos de composição da renda foi constatado diferenças por região, por exemplo: 27% das famílias em Santa Catarina auferem uma renda familiar mensal de mais de 5 SM e 29% delas, no Ceará, menos que 0,5 SM; contudo, a maioria do contingente de assentados no país recebem uma renda familiar mensal de até 2 SM. Observando estes valores, percebe-se que os assentados do 12 de Outubro ainda permanecem abaixo da média da renda nacional, o que demonstra que ainda há espaço para crescer neste aspecto.

A renda familiar dos assentados aumentou e a explicação para essa mudança, segundo os entrevistados, foi porque "*os moradores começaram a frequentar algum coletivo de produção e comercialização*", que representa 34% dos entrevistados, o que também explica os 22% na mudança de trabalho/emprego, o que significou para eles, o trabalho com o projeto CANTASOL. Outros 22% começaram a trabalhar no setor público e 22% não souberam responder o que acarretou a mudança.

Dos entrevistados, 67% responderam que se envolvem comunitariamente e participam ativamente da cooperativa; 22%

---

<sup>87</sup> Balanço INCRA 2003/2010, disponível em [www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes](http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes).

<sup>88</sup> Balanço INCRA 2003/2010, disponível em [www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes](http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes).

participam ativamente da associação dos moradores e 11% disseram que não participam de nenhuma das organizações. A criação das associações é um meio que os assentados encontraram para enfrentarem a problemática da comercialização de seus produtos, sendo esse órgão remediador da venda dos produtos dos assentados, tendo maior autonomia diante dos compradores (IZIDORO, BARONE e SILVA, 2008). As associações e cooperativas ajudam o coletivo na organização das atividades de produção e, ao mesmo tempo, na organização familiar nas questões de trabalho, financeira, social, educacional, pois para 89% dos entrevistados, ocorreram mudanças educacionais na vida das crianças do assentamento, entre outros.

Mesmo que o trabalho do projeto CANTASOL realizado no assentamento seja de comercialização coletiva, ou seja, na linha da Economia Solidária, ainda existe produção individual e comercialização também em 44% dos entrevistados, o sistema misto de produção é utilizado por 45% dos assentados; e coletivo mostra-se em 11% da produção do assentamento, mas ainda eles consideram que a produção coletiva é a que mais dá certo, pois todos trabalham e conseguem vender sua produção. Todos concordaram que o entendimento de uma produção coletiva ocorreu depois da entrada do projeto CANTASOL, pois ele traz os princípios de cooperativismo, coletividade aos moradores além do talvez mais importante, mais renda.

A grande dificuldade encontrada por eles na comercialização é a quantidade de produtos entregues, pois a produção é maior que a demanda, isso traz prejuízos, pois perdem mais da metade do que produziram. Esse problema está sendo estudado pela Universidade que apoia os assentados, além de divulgar, via meios eletrônicos, as datas e horários em que os consumidores podem fazer seus pedidos. A preocupação também é com o transporte, pois a distância do assentamento até a cidade é de 60Km. O acesso é precário. Mas nem tudo é negativo. Um dos apontamentos positivos sobre a comercialização coletiva e do fato do transporte se tornar mais barato, maioria dos moradores não possuem transporte próprio.

Na pesquisa podemos perceber que a maior preocupação dos produtores é a relação oferta e demanda dos produtos agroecológicos produzidos, com 43% dos entrevistados. 29% entendem que a entrega dos produtos é um entrave na comercialização, pois além de estarem situados longe do mercado consumidor, há o problema de estradas,

pois no período de chuvas o tráfego é difícil pelo barro e, no período de seca, se torna difícil pela poeira. O transporte se torna custoso, o que faz com que os preços não sejam competitivos como respondeu 28% da amostra.

Pelas respostas, pode-se também afirmar, que o projeto CANTASOL mudou a vida econômica das famílias, trazendo a produção e comercialização coletiva, auxiliando para que a comunidade ficasse mais unida. Assim, 78% dos respondentes acreditam que o projeto foi responsável pelo aumento da renda familiar; 11% demonstrou que o CANTASOL teve influência na união da comunidade e 11% afirmou que o projeto trouxe motivação aos participantes.

Um dos maiores problemas encontrados nos assentamentos em geral, é a infraestrutura (cultivo, logística, armazenagem, etc.), muitas vezes ela é inexistente ou muito precária. Assentar uma população em terras inférteis, sem implementos, sem transporte para escoamento da produção, com estradas intransitáveis, longe dos centros consumidores, é, no mínimo estranho, pois os discursos sobre a ajuda aos necessitados são fervorosos, mas na prática, são frios e calculistas. É necessário um mínimo de infraestrutura, para que os assentados produzam, vendam sua produção e por conseguinte, tenham uma melhor qualidade de vida. Existem vários fatores econômicos, sociais e ambientais associados às problemáticas dos assentamentos rurais envolvidos na produtividade do lote, na geração de renda, na capacitação técnica, no associativismo, entre outros.

Neste sentido, apresentar aos assentados projetos como o CANTASOL, que gere oportunidades de melhorar a gestão de suas propriedades e incentivar a geração de renda sustentável é de fundamental importância. A fala de um entrevistado resume essa importância: *“Eu acho que ele é importante, né! Por que ajuda muita gente, né! Ajuda no financeiro”*.

Assim, o projeto CANTASOL que nasceu dentro do Projeto Canteiros de Sabores e Saberes da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT trabalha com o Assentamento 12 de Outubro, em Cláudia-MT. Preocupados com a qualidade de vida, com a geração de renda, com a união da comunidade em torno de seus objetivos que são igualmente a melhoria dos intermináveis dias de sofrimento, com a motivação em torno de novo tempo de prosperidade, as pessoas associadas ao projeto tentam encontrar equilíbrio entre os pontos negativos e os positivos da estrutura socioeconômica do local.

A utilização dos fatores de produção, nem sempre é possível, pois a terra nem sempre gera renda; a força de trabalho para gerar e gerir seu próprio negócio ou de forma coletiva, se torna difícil, tendo que ofertá-la aos proprietários do capital; além de não possuírem capital em forma de acesso ao crédito, torna a caminhada pesada. Mas a organização de forma coletiva, em associações, em cooperativas, usando os princípios da Economia Solidária ameniza e melhora a vida dos cooperados, como se pode observar nesta pesquisa.

## **5 Considerações Finais**

O estado de Mato Grosso tem como base econômica o agronegócio, caracterizado por plantações de monoculturas, jornada de trabalho prolongada, salários reduzidos. Os vilões do agronegócio para a sociedade são o agrotóxico, sementes modificadas e, principalmente a expropriação do camponês.

A reforma agrária é um programa que veio para auxiliar indivíduos a mudar sua realidade social, conseguir sua terra e permanência nela. Mas, quando conseguem a concessão de uso, não conseguem permanecer na propriedade por dificuldades de plantio e financeiros, principalmente ou por não se adaptar ao local. Mas, o fator que mais influencia, apontado na pesquisa realizada, é a falta de incentivo do governo através de políticas públicas.

A agricultura camponesa, a reforma agrária e a economia solidária têm formas diferentes de ver a produção e a comercialização comparando com o modo de produção capitalista. Eles prezam por produtos agroecológicos, onde não há contaminação por agrotóxicos, preços justos que todo cidadão consiga pagar e também, ter consciência e respeito de levar produtos à mesa do consumidor que tenham qualidade.

O CANTASOL surge não como incentivo governamental, mas da Universidade do Estado de Mato Grosso para a comunidade, fazendo com que seja uma forma de coletivização dos espaços e, interação entre os atores da universidade – campo, divulgando diversos saberes, de ambos os lados. Traz os princípios da agroecologia, da economia solidária porque prioriza também a vida socioeconômica do produtor e, mantém diálogo direto com os consumidores. Os colaboradores realizam trabalho voluntário, todos com o mesmo objetivo: transformar a vida socioeconômica dos assentados.

Apesar das características de união, motivação e agregação de renda, ainda há problemas que assolam praticamente todos os assentamentos que são: a falta de infraestrutura, estradas precárias, logística deficiente, terras com problemas de produtividade, entre outros. Porém, o projeto CANTASOL está sempre atento a estes problemas e tenta ajudar, sendo politicamente e/ou educacionalmente.

As organizações coletivas são discutidas dentro da economia solidária nos temas de associativismo e cooperativismo, pois é a forma encontrada de produção e comercialização mais justa. Estas alternativas surgem em regiões de grande concentração de desigualdade. Sendo assim, estas formas diferenciadas do atual modo de produção capitalista, onde o dono do capital procura lucrar, utilizando-se da força de trabalho e dos bens que são de sua propriedade, tendem a crescer nos espaços onde encontram pessoas dispostas a aceitar tais mudanças, pois não possuem nada a não ser sua força de trabalho.

### Referências Bibliográficas

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. *Industrialização: fontes para pesquisa em industrialização no Brasil (1889-1945)*. Coordenado por Déa Ribeiro Fenelon. Campinas: IFCH, 1984. 117 . (Projeto FINEP/HISTÓRIA).

ANDREOLA, Balduino Antonio. *Por uma Pedagogia das Grandes Urgências Planetárias*. Revista Educação. v. 36, n. 2, mai/ago, 2011.

BORIN, André Luis dos Santos. *A “nova” senzala é logo ali: ao lado da “Capital do agronegócio”*; lá nos fundos dos canaviais sertanezinos / André Luis dos Santos Borin. –Franca: [s.n.], 2011 279 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

CAMACHO, Rodrigo Simão. *O Agronegócio Latifundiário versus a Agricultura Camponesa: a luta política e pedagógica do campesinato*. [http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Camacho\\_RS.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Camacho_RS.pdf) > Acessado em 03 de novembro de 2015.

CARVALHO, Jô (Coord.). *São Rafael: memória de uma cidade submersa*. Natal: EDUFRRN, 1999.

COSTA, Luciano de Souza (2009). *O Cooperativismo: uma breve reflexão teórica*. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VIseminario/Artigos%20apresentados%20>.

FRANCIO, Nilso. (2011). *Solidariedade, Trabalho e Renda: um estudo no assentamento Wesley Manoel dos Santos* >

<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4262> > Acessado em 15 de novembro de 2015.

GRANOVETTER, Mark (1985), *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness*, *The American Journal of Sociology*, 91(3), 481-510.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – (2000) > <http://www.ibge.gov.br/censo> > Acessado em 15 de outubro de 2015.

Instituto Souza Cruz. >[http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS\\_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8KMJ7B?opendocument](http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8KMJ7B?opendocument). Acesso em 27 de Outubro de 2015

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) > <http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/142-conselho-nacional-de-economia-solidaria/278-conselho-nacional-de-economia-solidaria>. Acesso em. 22 de setembro de 2015.

IICA Brasil <[http://www.iicabr.iica.org.br/produtos\\_tecnicos/os-assentamentos-rurais-no-estado-de-mato-grosso/](http://www.iicabr.iica.org.br/produtos_tecnicos/os-assentamentos-rurais-no-estado-de-mato-grosso/). Acesso em 27 de outubro de 2015.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2015) ><http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 27 de outubro de 2015.

IZIDORO, Laís Túbero; SILVA, Martha Esthela dos Santos e BARONE, Luís Antonio. (2008). A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS NO PAA: O CASO DE PRESIDENTE VENCESLAU/SP > [http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2014/Trabalhos.pdf](http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Trabalhos.pdf) > Acessado em 05 de novembro de 2015.

KUSTER, A. et al. *Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste do Brasil* - Fortaleza, 2004.

LECHAT, Noelle Marie Paule.(2001). *As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil* > [http://base.socioeco.org/docs/raizes\\_histor.pdf](http://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf) > Acessado em 18 de setembro de 2015.

MDA (2015) > <http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>> Acessado em 03 de novembro de 2015.

KOCHHANN, Maria Elizabete Rambo e BREDA, Ana Maria Reis D’Azevedo. *Observatório da Educação: descrevendo as produções de conhecimento na relação universidade-escola*. Revista Eventos Pedagógicos, V. 6, n. 1 (14. ed.), jan./maio 2015.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Vol. I e II

SINGER, Paul. *Economia Solidária* (2003) > <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf> > Acessado em 23 de outubro de 2015.



STEDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500 – 1960*/ João Pedro Stédile (orgs); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) -1. Ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2005.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 2008.



**PARTE III**

**INCUBAÇÃO SOLIDÁRIA  
NAS EXPERIÊNCIAS  
DO NÚCLEO  
UNEMAT-UNITRABALHO**

## CAPÍTULO 1

### **MAPEAMENTO DE EXPERIÊNCIAS COM FAMÍLIAS ASSENTADAS: APRENDIZAGEM DA JUVENTUDE CAMPONESA NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE – MATO GROSSO**

Marcia Aparecida de Barros da Cruz  
Laudemir Luiz Zart

#### **1 Introdução**

No presente capítulo apresentar-se-á uma das atividades desenvolvidas no processo de incubação realizado pelo Núcleo Unemat-Unitrabalho com a juventude camponesa. Esta atividade proporcionou aos jovens a troca de experiências com os camponeses e camponesas do Assentamento Roseli Nunes e Santa Helena. Esta ação se efetivou com a pesquisa de campo realizada pelos bolsistas do projeto: *Desenvolvimento e Fortalecimento Científico-tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes – Mirassol do Oeste – MT*, denominado entre os sujeitos participantes de ‘Juventude Camponesa’.

Este projeto foi aprovado a partir do edital da chamada MCTI/MDA-INCRA/CNPq N° 19/2014 - Fortalecimento da Juventude Rural, proposto a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). Tem como objetivo apoiar os projetos de capacitação profissional e extensão tecnológica e inovadora com jovens de 15 a 29 anos, estudantes de nível médio e pós-médio. Visa contribuir significativamente para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária popular, da agricultura familiar camponesa e comunidades tradicionais e suas práticas de experimentos inovadores nas relações sociais de produção, de comercialização e de socialização de conhecimentos pertinentes para a fortalecimento dos povos do campo.

Esta atividade de pesquisa de campo denominada como “experiências interessantes” é um recorte no projeto maior, foi proposta, elaborada, executada e analisada com os bolsistas técnicos e estudantes que fazem parte do processo de formação realizado com intuito de promover a organização solidária camponesa em processo

de efetivação na Escola Estadual Madre Cristina, na Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e na comunidade com grupos informais de organização da produção associada e agroecológica. O processo geral tem como objetivo o fortalecimento e a autonomia econômica, social e política, segundo os princípios da educação do campo, da agroecologia, da economia solidária e das tecnologias sociais.

O enfoque epistemológico evidencia ações de investigação e de formação que relacionam os espaços educacionais formais e não formais, no processo de auto-organização e de autogestão. Para tecer este processo de reflexão e análise em prol das experiências tem-se como parâmetro o complexo contexto do campo, considerando o histórico de luta em prol da valorização da economia camponesa e da cultura do campo. Ao se inserirem na comunidade, numa caminhada problematizadora, os jovens têm a oportunidade de dialogar com os/as camponeses/as, estabelecendo uma relação sócio-pedagógica, que possibilita descobertas e maiores conhecimentos, de si mesmos, a partir de suas experiências, sobre as tecnologias sociais inventadas e experimentadas, sobre as entidades sociais e populares que atuam no campo na perspectiva da socioeconomia solidária e da agroecologia.

## **2 Contextualização das Práticas de Incubação Solidária**

O Núcleo Unemat-Unitrabalho desenvolve o processo de incubação através da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES) na região da grande Cáceres, com intuito de promover o acompanhamento e as movimentações desenvolvidas pelos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis. Durante a realização de toda a caminhada de incubação é realizada a formação e a organização dos sujeitos com atividades práticas, fortalecidas nos movimentos sociais como forma de transformação, promovendo o ensino-aprendizagem, valorizando a cidadania, resgatando a dignidade e a autoestima dos sujeitos sociais.

Neste processo de formação e organização várias ações são pensadas e realizadas com o propósito de que se possa concretizar espaços de solidariedade, que possibilitem a realização de discussões, formações, comercialização como o Fórum Cacerense de Economia Solidária (FOCAES), a Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL), o Centro de Comercialização Solidária dos Empreendimentos Solidários (CESSOL). A formação e a organização

dos sujeitos estão voltadas para pensar o trabalho associado desde a produção até o processo de comercialização, fortalecendo uma rede de solidariedade, além de propiciar a geração de renda, o espaço do empreendimento solidário é também um espaço de convivência.

Ao refletir no processo de incubação sobre a proximidade da literatura com as práticas sociais, foi pensado sobre o mapeamento e a análise das “experiências interessantes” no Assentamento Roseli Nunes e Santa Helena, com intuito que a juventude pudesse investigar e interagir com os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Objetivou-se realizar um levantamento que levasse a juventude a compreender quais ações estão sendo desenvolvidas nos assentamentos que perpassam pelos conceitos desenvolvidos na INCUBEES para fortalecer a realização do trabalho coletivo.

A propositura da investigação sobre as “experiências interessantes” ocorreu porque estava previsto no desenvolvimento do projeto ‘Juventude Camponesa’ a realização de atividades formativas e de investigação ligadas ao campo. O contexto de aprendizagem e de reflexão relaciona os espaços educacionais formais e não formais. Conecta os processos de auto-organização, na produção de conhecimentos tecnológicos, considerando as experiências vivenciadas pelos/as camponeses/as, suas práticas, seus saberes para o aprofundamento das práxis científicas desenvolvidas na interação tempo escola e tempo comunidade.

Na nossa compreensão, a metodologia de reconhecer os saberes camponeses é mergulhar no cotidiano da imaginação e dos fazeres inventivos das mulheres e dos homens que reproduzem a sua existência no campo.

O campo é um espaço e tempo complexos, constituído de um emaranhado de relações socioculturais afirmados e constituídos nas relações de poder e de existência das pessoas e das institucionalidades. Temos como hipótese que as ações históricas de solidariedade e de cuidado com o meio ambiente, são fortalecidas com a inserção dos jovens nas atividades de associativismo e sustentabilidade, juntamente com a economia do campo, a produção associada e a comercialização solidária, em conformidade com os princípios da economia solidária, da agroecologia e da educação do campo.

Neste sentido nos colocamos num terreno fértil, porém desafiador, que tem como princípio político e epistemológico orientador, proporcionar uma visão de totalidade dos territórios

camponeses, integrando a escola, a cultura, o currículo, a produção de conhecimento científico e tecnológico e as práticas sociais da juventude camponesa.

Ao considerarmos todo esse contexto de ação, que interliga a formação e a organização, foi pensado com os jovens que fizessem uma atividade que os levassem a se indagar sobre *experiências interessantes* porque significativas para os indivíduos e a coletividade, que foram ou são realizadas na comunidade. Consideramos como experiências interessantes as atividades desenvolvidas por pessoas ou grupos coletivos e que demonstram processos de produção de conhecimentos que traduzem concepções epistemológicas das ciências comprometidas com a agroecologia, a economia solidária e a educação do campo. As experiências interessantes são expressões das práticas criadoras e inovadoras do cotidiano da classe trabalhadora que se afirma como sujeito inventivo e experimentador.

Com este pressuposto teórico propomos a investigação de campo acima referido, com intuito que os jovens, pela atitude problematizadora e investigadora, pudessem estar inseridos no meio em que vivem, estar com olhar de observação atentos, e, dialogar com os camponeses para reconhecer com mais atenção e profundidade algumas experiências interessantes vivenciadas por eles, e ao mesmo tempo desenvolver a aprendizagem com a pesquisa e métodos para a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Neste sentido, teceremos uma reflexão acerca das experiências interessantes que foram coletadas pelos jovens, a partir do mapeamento nos assentamentos, fazendo o levantamento para conhecer e refletir sobre as realidades concretas do campo, concebendo o campo em sua totalidade.

### **3 O Campo como Espaço de Vida**

Apreendemos o território camponês como um espaço de vida complexo que carrega e expressa contradições na comunidade, na escola, nos movimentos sociais, na cultura e na política. Portanto, expressão de concepções sociais influenciadas pelas culturas dominantes, representadas por interesses de grupos e classes sociais.

O viver no campo é completado e é correlacionado às diversas atividades: econômicas, sociais, culturais e políticas. Têm-se

uma perspectiva de desenvolvimento, isto é, de abrir possibilidades e das potencialidades existentes nos espaços do campo, tendo como horizonte a permanência e o bem viver no campo. Portanto a contraposição das comunidades camponesas às tendências do modelo econômico dominante, do capitalismo, do agronegócio, de expulsar o homem e a mulher do campo (ZART, 2011, p. 18).

Ao concebermos o campo em sua totalidade, abrangemos questões que estão vinculadas a uma nova perspectiva de desenvolvimento para o campo. Para essa transformação idealizamos a construção de um projeto a partir dos sujeitos sociais que vivem neste espaço e apreendem todo esse contexto.

Devemos considerar que ao fazermos uma projeção de mudança para o contexto social do campo, provocamos contradições, que acarretam lutas que são geradas dentro de diversos contextos complexos, nos campos educacionais, econômicos e políticos. Deste modo, é preciso ressaltar que “uma das lutas dos movimentos sociais do campo tem sido por políticas públicas que garantam o direito da população do campo à educação, e a educação que seja no e do campo” (ZART, 2011, p. 34).

Ao considerarmos esta conjuntura social, dimensionada simultaneamente para a realidade do território camponês, desenvolveu-se um pensamento social que ampara as ações concretas, a partir das experiências que são concretizadas pela resistência e persistência camponesa em permanecer nos espaços atuais (territórios) que conquistaram ao longo dos anos.

Nessa perspectiva, de um pensar e agir por meio de lutas e resistências que foram apontadas nas experiências interessantes coletadas, primeiramente apresentamos de forma sucinta o contexto social em que estão inseridos, buscar o seu contexto histórico, social e cultural. Desta forma, poderemos analisar e refletir de maneira que tenhamos uma melhor compreensão das experiências que foram destacadas pelos sujeitos que vivem no assentamento.

Os Assentamentos Roseli Nunes e Santa Helena estão localizados no município de Mirassol do Oeste - MT e surgiram a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Em 17 de março de 1997 ocorreu a ocupação da Fazenda Facão onde

foram acampados durante seis anos, a 12 km da cidade de Cáceres-MT.

Para ilustrar a configuração do espaço de ação onde foi desenvolvido o projeto, focaremos mais especificamente o Assentamento Roseli Nunes. Após doze anos de lutas, resistência e construção encontram-se organizadas entidades mobilizadoras e agregadoras, como a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), a Cooperativa de Produção Agropecuária da Região Sudoeste do Estado de Mato Grosso (COOPARAS) e a Escola Estadual Madre Cristina.

No contexto das lutas sociais camponesas, a escola surgiu desde o início do acampamento, tendo como processo educativo as matrizes pedagógicas enfatizadas pelo MST: educação do campo e para o campo. É na perspectiva de campo, segundo Caldart (2010) que se busca uma educação voltada para os/as camponeses/as. O que se propõe é a interação dos seus saberes diversos e a busca constante de mudanças, para os que vivem no campo, com discussões voltadas para melhoria e permanência no campo, com qualidade de vida, estudo, trabalho e renda.

A educação tem sido proclamada como uma das áreas-chaves para enfrentar novos desafios gerados pela globalização e pelos avanços tecnológicos na era da informação. A educação é conclamada também para superar a miséria do povo, promovendo o acesso dos excluídos a uma sociedade justa e igualitária, juntamente com novas formas de distribuição de renda e de justiça social (GOHN, 1999, p. 07).

É neste cenário que frisamos a educação como uma construção constante de busca de alternativas para melhorar a situação de quem está na terra, de valorizar a escola, os educadores, educandos e a comunidade camponesa. A escola tem proporcionado aos educandos a aprendizagem do conhecimento científico, a construção de valores como a solidariedade, a sustentabilidade e a compreensão e determinação do cooperativismo, gerando conhecimentos e relações comprometidas com a própria realidade.



## 4 Experiências Interessantes: um olhar de si

Remetemo-nos a explicitar alguns pontos essenciais que foram abordados nas “experiências interessantes”. Nesta atividade foram coletadas 35 experiências que contribuem significativamente para interpretarmos o ambiente que estamos analisando, e para conhecermos as diversidades das configurações das práticas sociais camponesas.

Dentre várias reflexões desencadeadas após a leitura dos relatos coletados e sistematizados pelos bolsistas, podemos perceber o compromisso dos sujeitos com o ambiente em que vivem, o compromisso com o seu trabalho, a compreensão esboçada sobre a importância da luta pelo movimento, a conquista pela terra, o direito à educação. Desta forma, expõem significativamente o seu pensar, expressando a sua indignação ao modelo capitalista que rege a sociedade globalizada, frisando a necessidade de democratizar as esferas públicas, fazendo-nos pensar sobre a importância da construção de um projeto popular para o Brasil.

Um projeto que tenha como paradigma a democratização das esferas públicas e a construção de uma sociedade sustentável, especialmente quando pensamos no campo brasileiro frente às novas perspectivas e avanços da escola proposta pelos movimentos sociais se apresenta como um instrumento vital para vivenciar, propor e elaborar tal projeto (SILVA, 2012, p. 79).

Diante do exposto, é necessária uma análise sobre o papel dos sujeitos em todo esse contexto, os princípios que regem e contemplam o campo, na forma como as pessoas se relacionam na troca de experiências e saberes culturais que ressignificam a formação cidadã dos sujeitos que vai além de uma sala de aula, reafirmando a valorização da obtenção de competências e conhecimentos de cada um.

Nesse sentido, uma jovem que vive no assentamento relata em sua experiência interessante, a forma como a juventude camponesa se organiza coletivamente para desenvolver suas ações, sendo assim, ressalta que “*tem como uma experiência interessante a organização da juventude, a forma de organização, quando se reúnem, as trocas de ideias, suas lutas*” (2015).

Não obstante, o desdobramento a esse contexto em outra experiência interessante ressaltado a importância do trabalho coletivo, desta vez no âmbito familiar, o modo como buscam alternativas diferenciadas para fomentar o trabalho e a renda da família.

Fomos convidados para participar da Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA) gostamos de produzir sem agrotóxicos e estamos maravilhados com a produção, aqui trabalhamos em família.

A agricultura familiar qualifica o homem através do seu trabalho, porque é aqui que podemos contar com a participação de toda a família é uma troca de experiência e união cultural.

A horta hoje para nós é um meio de sobrevivência, é uma renda a mais, além da fartura para a família e outra família.

Na horta trabalhamos com o aproveitamento da terra plantamos milho e mandioca juntos, porque o milho produz primeiro, com isso a palha do milho serve de adubo para a mandioca, na rua da banana plantamos feijão, colhendo o feijão a palha serve de adubo para a banana. A experiência interessante hoje no sítio é o trabalho em família (2015).

Diferentemente do que estamos acostumados a ouvir durante a formação realizada com a juventude camponesa, sobre o competitivismo e o individualismo pregados pelo capitalismo, percebemos pelos trabalhos que a união e o trabalho desenvolvidos coletivamente trazem consigo conceitos essenciais para o bem viver dos sujeitos que envolvem as ações do seu cotidiano, fundamentadas na cooperação, na solidariedade, na coletividade.

Neste sentido, o trabalho de investigação carrega um sentido adicional. Podemos afirmar que foi pensado para provocar um debate intensivo entre os participantes do projeto, para que reflitam e entrem em um consenso de que a pesquisa é uma ferramenta pedagógica indispensável para o desenvolvimento de suas atividades de produção, organização e formação. A pesquisa é a capacidade intelectual de sair do comum, de provocar o olhar atento e crítico para a compreensão da realidade.

A pesquisa se caracteriza pela busca de informação sobre assuntos dos quais não se tenha conhecimentos ou cujos conhecimentos ainda são limitados, necessitando maiores estudos e aprofundamentos teóricos e/ou práticos. Logo, o que não se conhece direito gera temas de pesquisas, objetivando investigações científicas que nos levem a maiores compreensões das problemáticas em questão, ou simplesmente pelo fato de buscar novas informações que culminarão em conhecimentos.

Sendo assim, a pesquisa pode ocorrer por interesse pessoal ou acadêmico. De um modo geral, a necessidade de pesquisar surge a partir de inquietações, perguntas, dúvidas a respeito de algum problema, busca de respaldo para pensamentos e afirmações, a procura por novos conhecimentos. Conforme afirma Gatti;

Pesquisa é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa. [...] Contudo, num sentido mais estrito, visando a criação de um corpo de conhecimentos sobre um certo assunto, o ato de pesquisar deve apresentar certas características específicas. Não buscamos, com ele, qualquer conhecimento, mas um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos (2002, p. 9-10).

O objetivo dos principiantes deve ser a aprendizagem quanto à forma de percorrer as fases do método científico e à operacionalização de técnicas de investigação. À medida que o pesquisador amplia o seu amadurecimento na utilização de procedimentos científicos, torna-se mais hábil e capaz de realizar pesquisas (BARROS; LEHFELD, 1986, p.88).

As pesquisas devem contribuir para a formação de uma consciência crítica ou um espírito científico do/a pesquisador/a. O/a estudante, apoiando-se em observações, análise e deduções interpretadas, através de uma reflexão crítica, vai, paulatinamente, formando o seu espírito científico.

De acordo com os distintos métodos de ciência e com a questão da criatividade diante dos processos científicos nos encontramos com inúmeras formas de se fazer a pesquisa. Para explicitarmos aqui algumas dessas formas recorreremos a Demo (2005, p.18) que indica a pesquisa “compreendida como capacidade de elaboração própria, a

pesquisa condensa-se numa multiplicidade de horizontes no contexto científico”.

A pesquisa é, também, um estudo pessoal, pois carrega em si marcas, inferências e atitudes investigativas de quem a faz. É um estudo delimitado pelo rigor que é compreendido de diversas formas no cenário científico.

Nesse sentido, a atividade que foi proposta aos bolsistas, como forma de levá-los a campo, proporcionou o desenvolvimento de ações de pesquisa que constantemente irão influenciá-los como pesquisadores do projeto.

Em meio ao levantamento que foi realizado no assentamento, o que mais foi destacado como experiência interessante foi a produção consorciada dos produtos agrícolas como forma de aproveitar o espaço do terreno e realizar uma produção orgânica, pois utiliza os nutrientes em cada produto para adubar a terra.

Como ressalta um camponês que foi entrevistado:

uma prática interessante que eu fiz e deu certo, no ano de 2008 comecei uma plantação de banana, quando a banana estava em crescimento, plantei milho e abóbora, junto com a banana, deu uma ótima produção, pois o milho foi colhido junto com a abóbora sem prejudicar a banana, então logo no ano seguinte a banana produziu normalmente, então houve o aproveitamento de um mesmo terreno.

É necessário, ainda, compreendermos que os camponeses do Assentamento Roseli Nunes possuem uma formação fundamentada nos princípios abstraídos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que priorizam a produção de alimentos sem a utilização de agrotóxicos, considerando a agroecologia como uma forma de produção orgânica que remete o bem viver dos sujeitos.

Sendo assim, consideramos o relato de experiência de uma camponesa *“experiência de produção agroecológica, é que a pessoa pode fazer suas produções agroecológicas, sem agrotóxico, uma boa alimentação saudável, traz ótimos benefícios, como uma melhor saúde e uma forma de trabalhar saudável”*.

Apesar dos avanços que os movimentos sociais já obtiveram neste processo de luta em prol da produção agroecológica sem a utilização de agrotóxicos, ainda há um grande percurso a ser

percorrido, pois grande parte da população ainda não está consciente dos malefícios gerados pela utilização dos defensivos, ou mais efetivamente dos venenos. Uma questão que é notória e permanece no nosso meio constantemente, há que se considerar, que ainda hoje, há uma ideologia que faz acreditar que não somos responsáveis pelas catástrofes que afetam o meio ambiente.

Portanto, são ignoradas as atitudes desenfreadas que acarretam a utilização em grande escala de inseticidas para manter as monoculturas geradas pelas grandes produções dos latifundiários.

Na contramão da ciência moderna, surge, nos anos 1970, os estudos a respeito de agroecologia que resgatam o saber da experiência, que analisam o conhecimento pela aprendizagem da observação. São saberes que se transmitem geracionalmente de forma sustentável e guardam a relação entre o fazer e o pensar para fortalecer o viver (ESMERALDO, et al, 2014, p. 127).

Diante de um quadro de perversidades, é preciso, no sentido ético, reverter esta realidade e deixar bem claro, no sentido político, que no campo existem sujeitos de direitos, e que apesar de todo este processo de descaso que historicamente foram submetidos, e que apesar de todas as decepções, desencantamentos e desesperanças que todo este processo acarretou por uma realidade que lhes foram impostas. Os camponeses estão conseguindo construir o sentido inverso a todo este processo, deixando bem claro que o campo existe e está bem vivo.

Neste sentido, nos movimentos sociais, nas universidades, nas políticas públicas, são fundamentais a geração e o desenvolvimento de situações para que a população em geral se conscientize e se desperte para a importância de uma educação no/do campo. “NO CAMPO: as pessoas têm direito a serem educadas no lugar onde vivem; DO CAMPO: as pessoas têm direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (ZART, 2011, p. 34).

Estes fatos são conquistas que vem sendo realizadas ao longo dos anos pelos movimentos sociais do campo. Dentre eles se destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que intensificou suas lutas para desconstruir os paradigmas que foram construídos ao longo dos anos. As complicações existentes

politicamente em nossa sociedade, “as lutas são ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais – e, por consequência, são biopolíticas, valendo para decidir a forma da vida. São lutas constituintes, que criam novos espaços públicos e novas formas de comunidade” (KNIJNIK, 2004, p. 74-75).

## **5 Considerações Finais**

Diante da reflexão exposta sobre o contexto ligado ao campo, o levantamento das experiências interessantes provocou o interesse dos bolsistas pela investigação, pois em relato sobre a realização da atividade ressaltaram que foi interessante parar para ouvir as pessoas que vivem no assentamento e desenvolvem experiências que contribuem para o campo.

Desta forma, ao considerarmos os desafios e as perspectivas existentes no assentamento, os jovens quando em posição de investigação puderam perceber a grande riqueza de conhecimentos dos camponeses. Saberes obtidos nas suas experiências, sua história de vida, formadas e marcadas pelos percursos individuais e coletivos porque trazem consigo suas frustrações, seus anseios e principalmente os seus sonhos representados nas lutas coletivas, nas experiências de produção, de organização política e econômica.

Sendo assim, o campo deve ser compreendido como um espaço de vida, um território complexo, formado por sujeitos culturais e históricos que lutam para desconstruir a concepção de educação rural, fortalecendo a ideia de um campo rico em conhecimento, com sujeitos trabalhadores que lutam pelo bem viver.

Deste modo, a educação existente no campo não deve apenas compor os conteúdos curriculares, mas deve contemplar as concepções e valores que norteiam as práticas educativas no espaço não escolar, e estes se constituírem conteúdos curriculares permanentes. Neste sentido, valorizar os saberes existentes na comunidade, na construção de uma identidade, ou seja, no seu auto-reconhecimento como camponês, considerando às suas especificidades, seus valores. Este caminho deve ser construído coletivamente.

Os estudos possibilitaram um aprofundamento de questões teóricas e metodológicas, com intuito de dialogar, refletir e socializar conhecimentos e vivências sobre educação, histórias de vida, trabalho

coletivo, produção agroecológica, proporcionando a valorização do campo juntamente com os sujeitos do campo.

### **Referências Bibliográficas.**

BARROS, Aidil Jesus de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *A Pesquisa Científica*. In: \_\_\_\_\_. Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1986. p. 87-121.

CALDART, Roseli Salete. *Caminhos para Transformação da Escola*: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. Organização Roseli Salete Caldart: textos Andréa Rosana Fetzner et al. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DEMO, Pedro. *Pesquisa Princípio Científico e Educativo*. São Paulo: Cortez, 2005.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; et al. *O Pronera na Reforma Agrária e a Pesquisa em Agroecologia*. p. 118-136. Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera. Mônica Castagna Molina, Clarice Aparecida Santos, Fernando Michelotti, Romier da Paixão Sousa, (orgs). – Brasília: MDA, 2014.

GATTI, Bernardete Angelina. *A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil*. Brasília: Plano Editora, 2002. Série Pesquisa em Educação, v. 1.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e Cultura Política*. São Paulo: Cortez, 1999.

KNIJNIK, Gelsa. *Currículo e Movimento Sociais nos Tempos do Império*. In: MOREIRA, Antônio Flávia Barbosa, PACHECO, José Augusto e GARCIA, Regina Leite (Orgs) Currículo: pensar, sentir e deferir. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 95-107.

SILVA, Severino Bezerra da. *O PRONERA e a Educação do Campo*. p. 73-83. Educação do Campo: intencionalidades políticas e pedagógicas. Organização: Lindalva Maria Novaes Garske, Érica Virgílio Rodrigues da Cunha. Cuiabá: EDUFMT, 2012.

ZART, Laudemir Luiz. *O Que é o Campo*. In.: Educação do Campo: formação e desenvolvimento comunitário/ PIESES, UNEMAT, PROEC-UNEMAT. – Cáceres [MT]: Editora Unemat, 2011. 38 p. (Série: Sociedade Solidária, Caderno Pedagógico I).

\_\_\_\_\_. *Educação, Formação e Desenvolvimento do Campo*. In.: Educação do Campo: formação e desenvolvimento comunitário/ PIESES, UNEMAT, PROEC-UNEMAT. – Cáceres [MT]: Editora Unemat, 2011. 38 p. (Série: Sociedade Solidária, Caderno Pedagógico I).

## CAPÍTULO 2

### **Formação e Empreendimentos Econômicos Solidários: uma análise das oficinas do projeto juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes - Mirassol do Oeste-MT**

Cristiane Gonçalves Ribeiro  
Thiago Wanderson Zorzan Santana  
Marcia Aparecida de Barros da Cruz  
Laudemir Luiz Zart

#### **1 Introdução**

O curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários foi planejado e organizado pelo Núcleo Unemat–Unitrabalho e a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBESS), através do Projeto Desenvolvimento e Fortalecimento Científico-Tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes – Mirassol do Oeste – MT. Este trabalho desenvolvido com a juventude camponesa integra uma ação no projeto de pesquisa, extensão e formação que são desenvolvidas com jovens ligados ao Ensino Médio e Pós-Médio da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes.

O curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários foi organizado com intuito de promover discussões teóricas em consonância com a reflexão acerca das experiências a partir das práticas vivenciadas. Estas ações foram pensadas em meio às atividades desenvolvidas no decorrer do projeto e as experiências da produção realizada pelo trabalho associado.

Com isso, buscou-se desenvolver ações para fortalecer a inserção dos jovens nas atividades do Trabalho Associado, da Economia Solidária e da Agroecologia, com objetivo que os jovens possam ter condições de realizar trabalhos que lhes possibilitem uma viabilidade econômica para permanecer no campo, tendo qualidade de vida. As atividades foram planejadas com base na contabilidade, estudo de mercado, logística, produção e comercialização, seguindo o processo de incubação que é realizado com os empreendimentos econômico solidário que se utiliza dos princípios da contabilidade para gerir a gestão de uma empresa/empreendimento, porém, neste caso, voltado para os empreendimentos da economia solidária.



Este trabalho proporcionou uma visão de totalidade do território camponês, integrando a cultura, a produção de conhecimento científico e tecnológico e as práticas sociais e comerciais da juventude camponesa, através das experiências vivenciadas pelos mesmos acerca de ações que já vinham desenvolvendo no assentamento em relação à agricultura familiar e agroecologia. Sendo assim, este curso possibilitou a realização de diálogos reflexivos a partir da prática dos jovens buscando fortalecer os grupos produtivos presentes no assentamento, com intuito que possam constituir em um empreendimento econômico solidário.

Em meio à realização das atividades desenvolvidas no processo de formação observou-se a participação da juventude nas discussões sobre as políticas públicas voltadas para a juventude, bem como, nas práticas do trabalho associado, e no acesso aos mercados institucionais, fortalecendo assim a agricultura agroecológica e suprafamiliar. Promovendo o desenvolvimento de ações concretas que fortaleçam a permanência da juventude no campo.

## **2 O Processo Metodológico**

A proposta metodológica do projeto denominado juventude camponesa se amparara na pesquisa-ação-participante dialogando com os autores Andaloussi (2004) e Brandão (2006). Essa abordagem proporciona os recursos metodológicos necessários para registrar, sistematizar e entender os acontecimentos e as ligações dos sujeitos no interior das relações social, histórica, cultural, econômica e política.

Esta metodologia busca fomentar a participação dos jovens na vida da escola e dos assentamentos, tendo os princípios da Educação do Campo, da Agroecologia e Economia Solidária como promotoras da formação e da organização dos assentados.

O curso de gestão de empreendimentos econômicos solidários desenvolveu as atividades de formação e ações de investigação ligadas ao campo, relacionando os espaços educacionais formais e não formais, no processo de auto-organização, na produção de conhecimentos tecnológicos, considerando as experiências vivenciadas pelos camponeses (as), suas práticas e seus saberes.

Através da metodologia realizada no macroprojeto da juventude camponesa, que desenvolveu seis cursos de formação de 40 horas. Focaremos nossa análise no curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários, realizado em 11 (onze) oficinas de 04

(quatro) horas totalizando neste em específico 44 (quarenta e quatro) horas, no qual foram planejadas oficinas teóricas direcionadas à prática para fomentar os espaços de produção e de comercialização.

Neste sentido, a organização da gestão dos grupos coletivos de jovens que tem como base os grupos da horta agroecológica e como prática a participação na Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL), realizada toda semana nas quintas-feiras no espaço da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), tem como intuito compreender as relações de aprendizagem que englobam os saberes camponeses e os fundamentos científicos nas relações de produção e comercialização de produtos provindos do trabalho da economia camponesa.

Logo, a observação desta realidade e a convivência nos espaços do campo e as práticas produtivas orientadas pelos princípios da agroecologia em unidades familiares e em espaços de trabalho coletivo, nos possibilita apreender os conceitos em meio às práticas vivenciadas.

### **3 Desenvolvimento do Curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos e Solidários**

A elaboração do curso de extensão Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários buscou a formação da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes na perspectiva de realizar a formação da juventude para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa, e assim, tornar os jovens capazes de realizarem debates e discussões sobre os empreendimentos econômicos solidários, como propositores do processo, promovendo a visibilidade dos empreendimentos econômicos solidários nos grupos de produção.

Este curso teve como objetivo geral promover a formação da juventude camponesa com relação à gestão de empreendimentos econômicos solidários para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa e dos grupos de trabalho coletivo. Além de promover debates acerca das técnicas de vendas e publicidades, produzir a imagem societal do grupo e apreender os processos organizacionais de autogestão, bem como, contabilidade básica, custo da produção e distribuição de seus resultados.

O curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários foi organizado em torno das seguintes dimensões formativas: Empreendimentos Econômicos Solidários, Autogestão: Empreendimentos Solidários, Marketing Societal, Logística: cadeia

de suplementos, Técnicas de Vendas, Contabilidade Básica: o fluxo de Caixa, Custo de Produção, Método /Distribuição de Resultados, Publicidades, Estudo de Mercado, Matemática Básica.

O curso gerou uma ambiência favorável para realizar discussões teóricas em consonância com a reflexão acerca das práticas vivenciadas em meio às ações desenvolvidas no decorrer do projeto e antes dele. Ao mesmo tempo discutir sobre as experiências que estão tendo na produção realizada através do trabalho associado que foi proposto como forma de organizar o trabalho com intuito de promover esta prática no assentamento.

As oficinas realizadas foram planejadas e organizadas sob a metodologia de cada ministrante que geralmente seguiam a lógica de exposições teóricas sobre a temática e num segundo momento com diálogos reflexivos. Estes diálogos, geralmente eram acompanhados por uma atividade ligada à prática do dia-a-dia dos jovens, e os debates gerados buscavam fortalecer os grupos de produção dos jovens presentes no assentamento.

Abaixo, organizamos uma síntese dos conceitos básicos trabalhados pelos ministrantes de cada oficina no decorrer do curso.

### **a) Empreendimentos Econômicos Solidários**

A oficina Empreendimentos Econômicos Solidários teve como objetivo apresentar o que é um empreendimento econômico solidário, bem como, mostrar as práticas existentes no Brasil e também no Estado de Mato Grosso. O empreendimento econômico solidário é a representação concreta da manifestação da Economia Solidária em nosso país, pois representa grupos de pessoas que buscam mudar a própria realidade produzindo e comercializando seus produtos com base nos princípios norteadores da Economia Solidária.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações que desenvolvem ações coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, entre outros), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano ou do campo que exercem o gerenciamento com base na autogestão desde a realização das atividades até a obtenção dos seus resultados.

Os empreendimentos realizam atividades econômicas de produção de bens e prestação de serviços, fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e

serviços) e de consumo solidário. Outro fator importante que caracteriza um Empreendimento é que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo à existência real ou a vida regular da organização.

Quanto à administração de um empreendimento ela é também diferenciada das formas convencionais, uma vez que é realizada de maneira coletiva e de forma democrática, na qual todas as decisões são tomadas em conjunto. Com isso, a administração ou gestão de um empreendimento, é um processo diferenciado e possui um procedimento muito complexo, por isso propomos uma oficina que fizesse a abordagem exclusivamente sobre a autogestão.

## **b) Autogestão: Empreendimentos Solidários**

A autogestão surge como um modelo de alternativa de gestão, que está nas práticas políticas e sociais hierarquizadas e heteronormativas. Acontecendo a autogestão, o empreendimento, a empresa ou estabelecimento é gerido pelos próprios trabalhadores como uma forma de organização social horizontal onde não existem hierarquias e as decisões são tomadas pelo coletivo.

No processo de incubação para que um coletivo esteja organizado e possa desenvolver as práticas da autogestão, primeiramente é preciso que todos do grupo passem pelo processo de formação e tenham a compreensão dos três conceitos primordiais para se chegar ao patamar de grupos consolidados, que terão condições de caminhar fortalecidos com base na democracia participativa. Conforme Paezano, Cruz e Barbosa, tais conceitos fundamentais são autonomia, auto-organização e autogestão;

O primeiro sentido a ser apreendido pelos sujeitos vem a ser a autonomia, enquanto afirmação de agentes que se percebem como integrantes da sociedade e se reconhecem em meio a este processo como protagonistas do pensamento e das práticas. [...]

O segundo passo a ser construído é a concepção de auto-organização. Neste direcionamento é preciso haver a compreensão de que para desenvolver um trabalho coletivo os sujeitos se mobilizem e promovam a auto-organização em meio às suas ações, seus espaços, sua ambiência cultural, econômica e política. [...]

O terceiro passo a ser apreendido no processo de formação para o trabalho associado vem a ser a autogestão. Como o próprio nome está dizendo, é gerir por si mesmo e gerir com o outro, isto quer dizer, fazer a gestão compartilhada. Tendo como fundamento a autogestão, o empreendimento econômico solidário é gerido pelos próprios trabalhadores como uma forma de organização social, onde não existem hierarquias e as decisões são tomadas no coletivo [...] (2016, p. 19).

O princípio geral da autogestão é que *“todos os que trabalham são donos do empreendimento e todos os que são donos trabalham no empreendimento”*. É uma nova prática de organização socioeconômica que se pauta em princípios fundamentais como solidariedade, cooperação e autogestão que tem como protagonista final os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Para, Puhl 2014, a autogestão torna-se possível quando todos se comprometem e assumem responsabilidades, participando das decisões e da execução do que foi planejado junto. Logo é exigido muito empenho de todos e a participação assídua em todo o processo, e a realização permanente de uma autoavaliação crítica para reconhecer os erros e as responsabilidades sobre eles e a mesma vontade para continuar construindo coletivamente os projetos.

### **c) Marketing Societal**

Cada indivíduo interage na fabricação da imagem social do empreendimento por meio da personalidade individual e do coletivo. Para Castrilon Junior (2016) o marketing societal tem em sua essência as relações de necessidades e desejos, entretanto, também é constituído pela relação com o ambiente e a sociedade, criando a cultura de prossumidores, ou do reconhecimento entre os produtores e os consumidores.

A estratégia de estabelecer consumo de determinado produto irá depender da tecnologia ou procedimentos empregados na produção e ou prestação de serviços, pois ao atingir o campo de consumo o marketing societal dos empreendimentos econômicos solidários fomentará o consumo solidário ou a relação de prossumidores na perspectiva de organizar uma sociedade solidária.

Desse modo, o marketing societal se torna também um importante instrumento para a concretização de um empreendimento

econômico solidário, pois deve-se pensar o todo do procedimento, para que os consumidores dos produtos elaborados pela organização coletiva saiam satisfeitos, por isso, considera-se também a avaliação realizada pelos consumidores.

#### **d) Logística: cadeia de suplemento:**

Quanto ao conceito trabalhado sobre logística nos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis, é possível apontar que ele se aplica nos processos de fornecimento e distribuição de matéria-prima e produtos *in natura* e/ou beneficiados compreendendo os processos de produção, beneficiamento e comercialização dos empreendimentos de economia solidária.

A logística no âmbito da agricultura familiar, por exemplo, é usada de base estratégica para os produtos agrícolas. A logística tem a importância de propiciar fomentação de precificação e sustentabilidade, criando formas de chegar ao preço ideal ou ao preço justo. Portanto, é por meio das atividades de logística que se deve investir para diminuição dos custos nas atividades dos EESS, acrescentando sustentabilidade entre a produção, sociedade e meio ambiente.

#### **e) Técnicas de Vendas**

A metodologia de incubação utilizada para trabalhar com as técnicas de vendas em Empreendimentos Econômicos Solidários é utilizada uma abordagem diferenciada, haja vista que, essa técnica é muito utilizada no ambiente capitalista. Neste sentido, há o desafio de trabalhar com esta técnica nos empreendimentos, de forma que não seja instigada a concorrência do mercado capitalista.

Para uma melhor compreensão sobre as técnicas de vendas e qual metodologia que se deve utilizar, é preciso que todos que participam do empreendimento conheçam o produto que está produzindo, e para quem será encaminhada a produção e de que forma será comercializado, uma vez que, quando se conhece o produto que está produzindo e comercializando, bem como, seus benefícios, torna-se mais fácil explicar ao consumidor sobre o mesmo, sem a necessidade de instigar o consumismo.

Nas técnicas de vendas é essencial também saber qual o perfil do consumidor, conhecer seus gostos e também a periodicidade de compra, isso é importante para saber como divulgar o produto para

este consumidor. Assim, essa técnica não engloba somente o momento da venda, mas sim todo o processo ao qual foi realizada a produção.

#### **f) Contabilidade Básica: escrituração e fluxo de Caixa**

A contabilidade tem como uma de suas técnicas contábeis à escrituração, na qual Ribeiro (2010) discorre que esta técnica consiste em registrar nos livros próprios todos os eventos que acontecem na organização e que alterem ou possa vir a alterar a sua situação patrimonial. Para Souza (2012) a escrituração tem por objetivo registrar todos os fatos contábeis que alteram de forma qualitativa ou quantitativa o patrimônio e que estas alterações devem ser expostas nas demonstrações contábeis.

Por meio dos autores supracitados é possível compreender que o objetivo central da escrituração é registrar as alterações ocorridas em um determinado patrimônio e esses registros são necessários principalmente para tomar decisão.

Portanto, no livro diário deve ser feito os registros de forma clara, concisa e de forma cronológica, ou seja, diariamente. Ribeiro (2010) aponta que o livro diário está sujeito às formalidades extrínsecas, no caso quanto a sua apresentação externa como encadernação, folhas enumeradas e termos de abertura e encerramento e também intrínsecas, isso é relacionado à escrituração que deve ser completa, clara em idioma e moeda nacional, isto é exigido para os livros de escrituração em geral.

Portanto, mesmo o empreendimento sendo informal, pode e deve através do que foi apontado neste referencial, utilizar desta técnica, para gerar informações aos participantes do empreendimento e que os mesmos possam se planejar a partir da escrituração ter autonomia e se formalizar, além disso, inserir outras técnicas contábeis, surgindo assim novas demandas.

#### **g) Custo de Produção**

A contabilidade de custos é uma ferramenta do ramo da contabilidade de suma importância para adquirir informações relevantes quanto à produção e a realização de planejamentos em uma entidade. Com isso compreender os conceitos da contabilidade de custos torna-se necessário para gerar tais informações.

Com isso, nas oficinas foram trabalhados os seguintes conceitos: **a) Gasto:** conceito extremamente amplo e que se aplica a todos os bens e serviços adquiridos, ou seja, no conceito de gastos estão inseridos os investimentos, custos e despesas. **b) Investimento:** é um gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuros períodos, ou seja, quando é feito o sacrifício financeiro para adquirir insumos, Ex. Matéria prima; **c) Custos:** gasto relativo à bem ou serviço que entra no processo de produção, para a fabricação de um produto ou execução de um serviço. **d) Despesas:** bem ou serviço consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de recursos (dinheiro ou equivalente).

Após aprender esses conceitos foram realizadas atividades práticas de como proceder nos cálculos de contabilidade de custo, e através de métodos para apurar os custos que tiveram ao produzir um determinado produto. Os bolsistas do projeto juventude camponesa puderam entender qual a função que a contabilidade tem em um empreendimento e como traz beneficiamento para as pessoas quando aplicada corretamente.

## **h) Método de Distribuição de Resultados**

A renda de um empreendimento ou de uma empresa pode ser medida a partir de demonstração contábil e com balancetes periódicos, sempre acompanhados e elaborados por um profissional da contabilidade ou responsável com dimensões claras. Desta forma, as distribuições dos resultados (sobras), podem ser melhor planejadas e realizadas com responsabilidade.

Essas distribuições são as remunerações dos associados ou cooperados por conta de seus investimentos ou por seu trabalho. Para isso, é importante realizar a fiscalização dos procedimentos dentro dos empreendimentos para que a apuração dos resultados seja realizada de maneira correta. Assim, antes de se realizar tais distribuições é necessário realizar diversos procedimentos para que ao final se confirme a existência da renda.

## **i) Publicidades**

Publicidade é uma técnica de comunicação em massa, com o propósito de condicioná-la para o ato de consumir algo. A publicidade além de estimular a ação de compra, tem o propósito de dar maior identidade a um produto ou a um empreendimento; torna os benefícios



e vantagens do produto conhecidos e aumenta a convicção racional ou emocional do consumidor em relação ao produto.

Desta forma, foi demonstrado a juventude que deve realizar a publicidade de seus produtos, de modo que leve o consumidor a ter uma satisfação ao adquiri-lo, pois estão no campo trabalhando com a agricultura familiar e realizando uma produção agroecológica. Então é preciso que os consumidores tenham consciência de que estão adquirindo um produto de boa qualidade, saudável, pois não há o uso do agrotóxico.

## **j) Estudo de Mercado**

Os Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (EESS) para analisarem os contextos econômicos de produção e comercialização, realizam estudos que os possibilitam entender quais serão as oportunidades ou desafios de inserção de determinado produto ou prestação de serviço e também a evidenciação de possíveis nichos de mercado, fornecedores, concorrentes diretos e indiretos para terem a clareza do desenho mercadológico. A ferramenta ou o meio utilizado para este estudo é chamado de pesquisa de mercado.

A função da pesquisa de mercado consiste na captação de informações que possam tornar nítidas evidências e esclarecimentos do desenho mercadológico no qual o empreendimento está envolvido e os possíveis enquadramentos e articulações em outros ramos de atividades, regiões e públicos consumidores.

Portanto, buscou-se apresentar a juventude técnicas para desenvolver este trabalho, considerando a sua relevância, em relação a conhecer o espaço no qual irão comercializar seus produtos.

## **l) Matemática Básica**

Matemática básica é o primeiro passo para que sejam apreendidos os conceitos matemáticos mais complexos. É a base que todos os participantes precisam ter para entrarem no ramo da venda. Sendo assim, sem ter essa compreensão dos conceitos básicos fica difícil entender e resolver assuntos mais avançados.

Assim foi trabalhado durante a oficina como calcular juros simples e compostos; entender o conceito de conjuntos; os critérios de divisibilidade; resolver a porcentagem e como aplicá-las em conceitos do cotidiano; e conhecer algumas unidades de medidas.

Em meio à realização da oficina o ministrante procurou estimular os jovens a participarem da atividade proposta, pois a participação proporciona uma maior interação no coletivo, e possibilita uma maior compreensão acerca da temática. Os jovens interagiram em meio às atividades indo até o quadro para resolver exercícios, e proporcionaram uma ambiência favorável para sanarem as dúvidas que fossem surgindo no decorrer do dia.

#### **4 Algumas Considerações**

Ao propormos a realização do curso, procuramos captar as distintas abordagens que dizem respeito à gestão de empreendimentos econômicos solidários, sua composição, seus entraves e as suas mudanças. Sendo assim, refletir sobre todo esse processo com a juventude, criou possibilidades para que pudessem apreender os diversos conteúdos que foram abordados no desenvolvimento do tema, mas também o enfoque que foi adotado, tendo em vista amarrar os conteúdos visando os resultados práticos esperados como consequência da atividade formativa.

Nessa perspectiva, o curso veio ao encontro dos anseios que a juventude expressou, como forma de tentar sanar as inquietações de jovens que vivem no campo, e querem ter a possibilidade de permanecer no campo. Tais oficinas proporcionaram transformações satisfatórias no trabalho diário dos bolsistas diretamente ligados aos grupos de produção e de comercialização.

O enfoque na comercialização dos produtos agroecológicos visa à comercialização, e além da renda busca a satisfação, o diálogo entre produtor e consumidor, a implementação dessas atividades em meio à juventude cria a possibilidade de que possam juntos proporcionarem um futuro melhor para o assentamento e conseqüentemente para o país.

Nesse sentido, acreditamos que não bastaria apenas que a juventude dissesse que as oficinas foram boas ou que o ministrante foi ótimo, pois precisamos visualizar os resultados de todo o trabalho realizado sendo implementados na prática em suas ações diárias, além de atingir os objetivos pedagógicos estabelecidos, de fato o objetivo é que possa repercutir em algum resultado concreto frente às reais demandas formativas do curso para os jovens presentes, pois este trabalho foi pensado com intuito que a juventude possa propor ações que possibilite o desenvolvimento do assentamento.

O enfoque do desenvolvimento local a partir dessas práticas vistas nas oficinas através das discussões, desde como, construir o marketing, fabricar a imagem social do empreendimento como desenvolver estratégias de promoção social, a publicidade para divulgar o produto ou serviço para que o consumidor o conheça e tenha em comprar o produto ou adquirir o serviço. Os conteúdos trabalhados foram componentes importantes para a prática da divulgação dos produtos da agricultura familiar, levando em consideração o aprendizado de outras oficinas e da agroecologia.

Desse modo, um componente importante e prático que mobiliza o interesse da juventude e da agricultura familiar está sendo a Feira de Economia Solidária e Agroecologia, onde os bolsistas da juventude comercializam os seus produtos. Desta forma, se faz um revezamento com uma escala pré-estabelecida para que todos os integrantes do grupo possam participar da comercialização na feira. A feira denominada FEISOL, localizada no município de Cáceres - MT é um espaço de organização e trabalho coletivo, onde os jovens têm um espaço de diálogos, consumo e renda, contribuindo para a relação prossumidores, um espaço visto que fora para realizar a autonomia dos camponeses.

A feira tornou-se um marco na Universidade, além de promover a geração de renda para os empreendimentos, originou um espaço de pesquisa e estudo, pois tem se observado a interação do pedagógico em meio às práticas desenvolvidas, a troca de saberes entre os empreendimentos e entre os produtores e consumidores no momento de fazer a contabilidade dos produtos, troca de receitas, modo de armazenamento dos produtos. A Juventude vivenciando todo esse processo está desenvolvendo a capacitação para trabalhar na sua realidade.

Todavia o fundamental também é que a juventude, juntamente com a comunidade perceba que a construção de um grupo de empreendimento solidário no Assentamento Roseli Nunes, somente avançará a partir de diálogos e participação de todos.

E assim, finalizamos esse trabalho tendo a compreensão de que avançamos nas discussões com a juventude em relação aos empreendimentos econômicos solidários, porém temos a compreensão de que este é apenas o início de um diálogo, e que precisamos continuar ainda mais comprometidos na luta com a juventude possibilitando que os mesmos possam participar das atividades no assentamento, expressar suas ideias, e assim, gerar mais

espaços de formação, que lhes possibilitem desenvolver ações voltadas para trabalho e geração de renda para os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

### **Referências Bibliográficas**

ANDALOUSSI, Khalid El. *Pesquisas-Ações: ciências, desenvolvimento, democracia*. Trad. Michel Thiollent. São Carlos: Edufscar, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). *Pesquisa Participante: o saber da partilha*. Aparecida/SP: Idéias e Letras, 2006.

BORGES, Janbor Alencar. OLIVEIRA, Lizandra Ozeia. SANTOS, Evelyn Oliveira Cardoso. ZORZAN Thiago Wanderson Santana. *Processos de elaboração de preço de vendas e técnicas de vendas*. In.: Caderno pedagógico IV: Práticas de Incubação Solidária–N I -2016. Série Sociedade Solidária.

GAMA, Maria Gabriela. *A Fabricação da Imagem Social da Empresa*. Universidade do Minho, LIVRO DE ACTAS – 4º SOPCOM, 2005.

JUNIOR, Douglas Alexandre de Campos Castrillon, CORREIA Hemily Lohainy de Souza. BORGES Janbor Alencar. *Estudo de mercado, logística e marketing societal em empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis*. In.: Caderno pedagógico IV Práticas de Incubação solidária – N I -2016. Série Sociedade Solidária.

MANCE, Euclides André (Org.). *Como Organizar Redes Solidárias*. Rio de Janeiro DP&A, Fase, IFiL,2003.

PAEZANO, Eliane dos Santos Martinez; CRUZ, Marcia Aparecida de Barros da; BARBOSA, Maria Vanisse. *Formação no Processo de Incubação: autonomia, auto-organização e autogestão*. In.: Caderno Pedagógico: práticas de incubação solidária/Unemat. Vol. 4, n.1. Unemat Editora, 2016.

PUHL, João Ivo. Participação política e didática autogestionária. In ZART, Laudemir Luiz e Edson Penha Mendes (Org.). *Política e Participação*. Caderno Pedagógico vol. 3, nº 1 – Cáceres: Unemat Editora, 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. *Contabilidade Geral Fácil*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUZA, Sérgio Adriano de. *Contabilidade Geral 3D: Básica, intermediária e avançada*. São Paulo: Método 2012.

## **CAPÍTULO 3**

# **CONTRIBUIÇÕES DA INCUBADORA NA FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: REATIVAÇÃO DA FARINHEIRA NA COMUNIDADE TRADICIONAL DISTRITO DO FAVAL NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**

Eliane dos Santos Martinez Paezano  
Douglas Alexandre Campos Castrillon Junior  
Evelyn Oliveira Cardoso Santos  
Luan Benedito Oliveira da Silva  
Laudemir Luiz Zart

### **1 Introdução**

Analisamos o processo de formação e organização realizado em uma comunidade tradicional com intuito de proporcionar a compreensão política e econômica para a reativação da farinha no território da Morraria. A experiência foi realizada no Distrito do Faval que fica localizado no município de Nossa Senhora do Livramento – MT. A formação e organização são ações realizadas dentro do processo de incubação, desenvolvida pelo Núcleo Unemat-Unitrabalho através do Projeto de Extensão Universitária denominado de “Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis da Baixada Cuiabana e do Pantanal” (INCUBAR), UNEMAT-Cáceres/MT.

Estas ações contaram com a participação de professores universitários e bolsistas de extensão – CNPq. As atividades foram desenvolvidas utilizando a metodologia de incubação solidária e nestas, realizadas várias formações de cunho pedagógico, sociológico, administrativo e contábil, com o propósito que os/as camponeses/as se apoderassem dos conceitos fundamentais para apreenderem o processo de produção associada e realizar a comercialização.

Foi aplicada e realizada o acompanhamento da metodologia participativa com fundamentos críticos para que os sujeitos pudessem compreender todo o processo organizacional. A epistemologia da educação popular, complementada com métodos e dinâmicas formativas centradas na relação pedagógica camponês/as para camponês/as, quando o conhecimento adquirido, durante a realização

do trabalho, era replicado para outros camponeses/as. O fundamento é a necessidade que os conhecimentos tradicionais das comunidades, centrados nos mais idosos, sejam repassados para que os mais jovens conheçam todos os processos que perpassam a produção da farinha. A formação foi desenvolvida com a intenção de fortalecer os direitos à educação e à economia dos camponeses para gerar uma cultura de autonomia e de emancipação social, pautados na economia solidária, técnicas de produção, autogestão, auto-organização, cooperação, no campo da socioeconomia solidária (ZART, 2009).

Economia solidária é uma forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Diferente do capitalismo, sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o meio ambiente. Assim cooperando, fortalecendo o grupo ou empreendimentos, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem viver. Nesse sentido, a economia solidária vem se apresentando como inovadora e alternativa na geração de trabalho, renda e é uma resposta a favor da inclusão social dos trabalhadores em geral e em especial dos camponeses/as e dos povos de comunidades tradicionais.

O projeto de Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana (INCUBAR) desenvolveu formação no território da Morraria. Pela metodologia de incubação solidária, realizamos formações administrativas e contábeis para a gestão democrática do empreendimento econômico solidário. Em uma das atividades a metodologia utilizada foi a de camponês/a para camponês/a. Essa atividade também foi realizada com os/as professores/as da Escola Estadual José de Lima Barros, são professores/as e moradores da Comunidade do Faval e das comunidades vizinhas que participaram das ações formativas vinculadas às realidades socioeconômicas camponesas.

Para Neves (2013) as comunidades tradicionais são remanescentes de quilombos, segundo a Fundação Palmares, são espaços de resistência de negros descendentes de escravos. Mais que compartilhar um pedaço de terra, essas pessoas compartilham identidades que são perpassadas de geração em geração, com a garantia de assegurar a reprodução ampliada da vida, da cultura, o modo de produzir e distribuir os bens materiais e culturais.

De acordo com o artigo 2º do decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, são remanescentes quilombolas “os grupos étnicos-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria,

dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência a opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

A Fundação Palmares informa que já certificou quase mil e quinhentas comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, no Mato Grosso, esse número chega a sessenta.

Assim percebemos que a economia solidária atende a vários grupos étnicos e apresenta questões culturais específicas para a compreensão e a organização das relações sociais e econômicas de cada comunidade. Nesse sentido, vamos mostrar no trabalho a seguir que a formação dos princípios da economia solidária colabora para formação de empreendimentos econômicos solidários. Através de formações dos princípios e conceitos de administração e contabilidade vamos observar como os agricultores/as quilombolas estão evoluindo.

## **2 Caracterização do Território**

A Morraria é uma unidade territorial que se estende de Barra do Bugres até Poconé coincidindo com a extensão da Província Serrana. No caso, a região que estamos analisando, resultante dos trabalhos de extensão-pesquisa universitária, fica no Município de Nossa Senhora do Livramento. No território há Assentamentos de Comunidades Tradicionais, Assentamentos Quilombolas e Assentamentos Clássicos. Neste território, fruto do processo de formação desenvolvido pela INCUBEES entre os anos de 2008 a 2012, foram realizados cursos formações de formadores, e, deste processo de formação surgiu a Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Nossa Senhora do Livramento (COOPERLIVRA).

Nesse universo do trabalho realizado desde 2008 envolvem vinte comunidades. Nas atividades de 2015 e 2016 foram retomadas ações com as lideranças de base de sete comunidades. Nessas comunidades foram feitas reuniões de mobilização e de articulação dos/as camponeses/as para a apreensão das necessidades e das proposições para as comunidades tradicionais. Nas atividades de inserção no campo a INCUBEES tem parceria e contato com a vice-presidente estadual da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). As parcerias com entidades são estratégicas para a proximidade e a coerência de ações da universidade com os/as camponeses/as.

Os Assentamentos/Comunidades localizados na região do Posto 120 na BR 070 e a cidade de Nossa Senhora do Livramento, representam nove Assentamentos/Comunidades assistidos pela INCUBEESS. São elas: Comunidade Cachoeirinha, Assentamento Cabocla, Comunidade da Serragem, Assentamento Lajinha de Cima, Comunidade do Faval, Comunidade Capão Verde e Comunidade Zé Alves. Esta microrregião está localizada aproximadamente a cento e sessenta km da cidade de Cáceres, sede da UNEMAT, tendo seu transcorrer pela BR 070, nos municípios de Poconé e de Nossa Senhora do Livramento.

Na metodologia de incubação adotada na INCUBEESS, podemos indicar que os Assentamentos/Comunidades do território da Morraria estão passando pelo que denominamos de primeiros contatos com a incubadora, isto é, as relações de conhecimento e do estabelecimento de atitudes de confiança recíproca. Seguiu a esta dinâmica a realização do diagnóstico participativo para a caracterização socioeconômica e ambiental dos produtores rurais, para a interpretação e o debate com as comunidades do potencial produtivo das diversas culturas agrícolas e dos limites e das potencialidades de organização. O trabalho da incubadora na formação de empreendimentos econômicos solidários segue a aplicação da metodologia de incubação proposta por Vailant:

Quando afirmamos que o resultado econômico não é o único que queremos como resultado do processo de incubação, estamos apontando, então outros compromissos com os grupos parceiros, dos quais destacamos: compromisso ético; respeito e inclusão, no plano de trabalho e no cotidiano de ações, dos saberes do grupo e da equipe e das experiências e relações do/no mundo do trabalho; formação para a autogestão; o grupo social no centro das ações e a autonomia a partir do pressuposto do ‘fazer com’ e não ‘fazer para’ (2006, p. 141).

Todo procedimento metodológico segue o conceito do autor, sendo avaliado e registrado todos os processos, procurando organizar cientificamente uma possível reformulação dos conceitos propostos. A transformação social representa, a organização coletiva em forma de grupos e classes sociais, movimentos sociais que necessitam serem compreendidos. Para isso, o envolvimento acadêmico e científico



para a explicação, tendo como auxílio a formação sob os preceitos da educação popular, propagam efetivamente o auxílio necessário para o entendimento e a efetivação de planos de trabalho nos assentamentos e nas comunidades tradicionais.

### **3 Incubação no Processo de Reativação da Farinheira**

A interação do processo de incubação seguindo métodos de trabalho participativos e baseados na formação em espaços não formais de educação, desencadeou a discussão sobre formas decorrentes da fomentação de meios de produção pertencer aos trabalhadores. A educação autogestionária gera uma lógica articulada a partir das formações e trocas de experiências e de diálogos aprendentes entre os/as trabalhadores/as. A constância de desenvolver caminhos decorrentes da formação para uma socioeconomia solidária transformam processos em práticas de trabalho organizados, conforme Zart (2005). Na incubação solidária, transformam-se os meios de produção em potencializadores de crescimento e desenvolvimento, circunstancialmente originado de uma formação transformadora fundamentadas em diferentes dimensões formativas. Estas são práticas sociais voluntárias de construção de uma nova sociedade, podendo assim, pensar uma sociedade de cooperação e de solidariedade.

Compreendemos por dimensões formativas, campos de conhecimentos e de saberes que agregam e configuram conceitos que traduzem práticas sociais concretizadoras tanto de relações de sociedade quanto epistemológicas, fundamentadas no princípio da solidariedade. A solidariedade assentada em eticidades e culturalidades profundas, inauguradoras de uma antropologia de respeito à alteridade, de consideração cuidadosa com a natureza, de troca de saberes e de experiências que elevam a humanidade (ZART, 2005, p.116).

A realização da incubação nos procedimentos de reabertura do empreendimento, a farinheira, concentrou-se nos esforços para promover a equidade econômica na forma do trabalho associado. Na formação para a cultura do trabalho a educação em espaços não

formais na perspectiva da economia solidária tem fortes vínculos fundantes na promoção da cultura do associativismo.

Albuquerque afirma que,

O associativismo se apresenta como práticas sociais datadas e localizadas historicamente que propõe autonomia do «nós», qualificando a cooperação entre as pessoas, porque baseia estas práticas sociais na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e no respeito mútuo (2003, p.15).

A fecundação do processo de formação com trabalhadores/as do campo com concepções de organização socioprodutiva, projeta-nos na estada de propor o desencadeamento de posturas solidárias em bases comerciais solidárias, nos procedimentos de trabalho associado, buscando a inteiração do associativismo solidário.

Martins & Gasparin (2005) discutem o desenvolvimento do escoamento produtivo na chamada logística solidária. A concepção de trabalho associado inteirando com difusão do processo de relações de comércio justo, promovem o debate nos espaços de formação, a difusão do saber social de desenvolvimento a partir das relações culturais, dos costumes e características inerentes à história de vida dos trabalhadores.

Relações comerciais baseadas no trabalho racionalizado, flexível e colaborativo de processamento hierárquico e hereditário, de difusão apenas financeira Pinto (2007), não são processos de trabalhos inerentes ao desenvolvimento socioeconômico, pois a vida do trabalho, resume-se em apenas vender a força de trabalho, não discutindo relações sociais e culturais.

O desenvolvimento de ações formativas integradas às ações produtivas desencadeou atividades correspondentes a criação e desenvolvimento de renda para os/as trabalhadores/as associados/as. A articulação da formação e da produção leva à inserção do conhecimento tácito, organizativo e os pressupostos de aplicação da participação e da democracia nas ações de direcionamento e controle das atividades administrativas do empreendimento econômicos solidário. O grande fator motivacional das ações de trabalho para produção dentro do empreendimento solidário, concentra-se nas atividades formativas. Espaços organizacionais e formativos como a sede da associação dos agricultores, a casa de farinha e a escola no campo, são locais propícios da troca de experiências organizadas no

sentido de construir ideias sólidas para o aparecimento e desenvolvimento de ações de cooperação, mobilizando o tempo e os espaços dos agricultores para a concretização de metodologias de trabalho associado.

Nas nossas investigações e nos diálogos, eram destacadas as questões do deslocamento de jovens do território da Morraria, evidenciando o êxodo rural, agravando a situação de diminuição produtiva, entendendo que, a saída se acarreta pela falta do emprego formal, as condições de acesso de graduação ao nível superior e as outras possibilidades de geração de renda.

Assim, “ficar ou sair” do campo é mais complexo do que a leitura da atração pela cidade e nos remete à análise de juventude como categoria social-chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo, e para a qual a educação do campo tornou-se uma questão estratégica (CASTRO, 2012, p. 440).

Encontrar estratégias adequadas de geração de expectativas produtivas desencadeadas pela formação, foram processos organizacionais concluídos para a reabertura do empreendimento. Na comunidade tradicional da Morraria, no decorrer do tempo, houve o que podemos denominar de aprisionamento da vontade de produção e beneficiamento da mandioca. Vinculado aos conhecimentos tradicionais, os saberes e as tecnologias sociais associadas ao cultivo e ao beneficiamento da mandioca, ensinou que este é um produto altamente nutritivo e com possibilidades culinárias para vários tipos de alimentos. Acontece que no Distrito do Favai, localidade em que a incubação foi realizada, ocorreu um processo de desmotivação dos/as camponeses/as, com o receio de possíveis endividamentos, na falta de possibilidades de comercialização, abandonaram inicialmente a fabricação da farinha de mandioca, limitando as condições e as iniciativas de desencadeamento econômico do empreendimento econômico.

A função da incubação solidária no processo de execução das atividades formativas, demonstrou o quanto a educação, realizada com objetivo transformador, mobiliza politicamente os atores sociais, tendo como finalidade a prosperidade comum, identificando alternativas internas para as imposições externas relacionadas aos fatores econômicos e sociais.

Um grande resultado oriundo ao enfrentamento aos fatores externos é a capacidade de organização da produção, desde o plantio, passando pelo beneficiamento e comercialização. Soma-se a competência de mobilização e organização da produção associada, o controle temporal para a distribuição da quantidade e da qualidade da produção durante o ano todo, denominado por nós na incubação solidária de planejamento participativo, dando direcionamento e controle produtivo, gerando conforto operacional para a autogestão da farinha, na projeção do beneficiamento, por terem ao certo as toneladas de matéria-prima, produzidas na comunidade, e, nas práticas sociais aprendidas de comercialização.

#### **4 Processo Histórico da Farinha contada a partir de um Morador da Comunidade**

Antes de explanar sobre o processo da reativação é muito importante, relatar sobre como se deu o início da farinha. Ao realizar um diálogo com um morador, Manoel da Paixão, nascido e criado na comunidade, podemos compreender como todo esse trabalho foi desenvolvido, pois ele nos relatou sucintamente como se deu o início para a construção desta farinha.

Em meio à conversa ele nos relatou que,

a farinha chegou à comunidade por intermédio de um compadre, que escreveu um projeto para a construção dessa farinha, que proporcionaria algo bom e que ajudaria a comunidade. Porém, antes da existência da farinha, eles já produziam farinha, mas de uma forma artesanal e fatigante, até mesmo pelos equipamentos que não eram os mais apropriados, somente tinham um ralo manual, um rodo de madeira para espalhar a farinha e um forno artesanal.

Assim nos contou que o presidente da associação decidiu que iriam escrever o projeto para concorrer a esses equipamentos e a construção do espaço onde seria implantada a farinha, mesmo enfrentando as dificuldades por não ter a aprovação de todos os membros da comunidade. O financiamento para a execução do projeto foi oferecido por um programa do governo estadual de Dante de Oliveira, o Programa de Apoio Direto às Iniciativas Comunitárias (PADIC). Após realizar a inscrição do projeto no programa PADIC,

tiveram o êxito da aprovação e eles ganharam a construção do espaço e todos os equipamentos novos. Entretanto, com a chegada desses novos equipamentos os moradores não sabiam manuseá-los, pois não obtinham as técnicas de funcionamento dos mesmos. Porém, dentro do programa do PADIC havia um recurso que proporcionava a realização de um suporte técnico, no qual foi disponibilizado um curso que demonstrou todo o processo, desde a trituração da mandioca até a técnica de torrar a farinha.

Manoel da Paixão nos relatou que após iniciarem a utilização da nova farinheira, há um fato interessante quanto a este processo, pois foi implantada uma metodologia de troca, que funcionará da seguinte maneira: *a cada quilo de mandioca levada da farinheira, era distribuído da seguinte forma, 20% era da associação e os outros 80% eram divididos entre os que fizeram a farinha e para quem levou a mandioca.* Os 20% revertidos para a associação eram utilizados para o pagamento da conta de luz e água. No decorrer do processo de produção da farinha, podemos destacar outra circunstância bem interessante na divisão técnica do trabalho, pois *a parte de descascar e lavar a mandioca é realizada pelas mulheres, já o manuseamento feito nos maquinários é trabalho desenvolvido pelos homens.* Todo esse processo para a produção da farinha leva em média 24 horas dividido em dois dias, um dia para o trabalho das mulheres e outro para o trabalho dos homens. Neste trabalho específico é importante salientar a interação que acontece entre as mulheres durante execução das atividades, essa interação é bastante comum em comunidades tradicionais, melhor dizendo, essa proximidade é mais vista nestas comunidades.

*Ao fazer a comparação de como era antes da chegada dos novos equipamentos, e após a utilização desses novos recursos nos mostra um aumento considerável na velocidade da produção, pois o tempo que gastava para antes fazer um saco de farinha, hoje se faz seis sacos.* Os equipamentos antigos utilizados para a produção da farinha eram todos produzidos pelos próprios moradores, podemos citar exemplos como:

O ralo que era feito com uma lata de alumínio, furada com prego e martelo e pregada em dois pedaços de madeira. A prensa para a mandioca era feita por um equipamento conhecido na comunidade como “sucuri”, uma prensa manual

feita de bambu, no qual o bambu é trançado para fazer confeccionar este equipamento.

Neste momento, o senhor destaca a importância de todo um trabalho já realizado pela comunidade, *frisando que aqueles equipamentos que eram utilizados são culturalmente históricos, pois foram confeccionados artesanalmente por eles*. Entretanto, nos ressalta que estavam ultrapassados e causavam um grande esgotamento físico, tendo em vista que a maioria dos envolvidos na realização do trabalho são idosos.

Este fato aumenta o risco de acidentes, principalmente no momento de ralar a mandioca, por ser um processo manual geralmente ocasiona acidentes. Entretanto, com a chegada desses equipamentos novos e mais atuais a otimização do tempo foi um grande ganho, visto até pelo fato de algumas etapas feitas anteriormente não se fazerem mais necessárias.

Ao relembrar o contexto histórico daquela comunidade, pensativo em meio aos fatos ocorridos no período de instalação da farinha, o seu Manoel da Paixão destaca como se deu o processo de construção do novo prédio para montagem da farinha.

O prédio da farinha começou a ser construído em 2004, sendo finalizada a obra no ano de 2006. No entanto somente depois de 5 anos utilizando os equipamentos, e com a realização das fiscalizações frequentes do governo do Estado, foi escrita uma carta pelo secretário de planejamento do governo do Estado, passando a posse definitivamente os equipamentos para a associação.

Em meio a tantos fatos destacados sobre o processamento da farinha, sobre a forma como foram utilizados os equipamentos, o Manoel da Paixão destaca algo bem interessante: *com o passar do tempo tudo vai sendo modificado, o prédio e equipamentos que eram modernos acabaram se tornando ultrapassados, com isso a associação passou a enfrentar um novo desafio o de manter a farinha dentro dos requisitos da vigilância sanitária*. Mas como a comunidade sempre lutou em prol de seus objetivos valorizando suas

conquistas, isto não fez com que a comunidade desistisse de continuar trabalhando.

A chegada da farinha com os novos equipamentos foi muito importante para a comunidade, considerando-se, que esse já era um trabalho feito manualmente, a otimização do tempo, o fato de ter menos riscos de acidentes e também um aumento na renda de várias famílias, visto que, o processo de produção da farinha vai desde o plantio da mandioca até a fabricação. Assim, desde o produtor da mandioca, a quem faz a farinha, obteve-se um aumento de renda, além de outros ganhos que a comunidade teve. Destacando assim, *a chegada de mais projetos que disponibilizaram cursos para os moradores, com a realização desses cursos houve um grande desenvolvimento para toda a comunidade.*

A farinha antes de tudo é um marco para as famílias da Comunidade Tradicional do Faval, para a comunidade em si, haja vista, que *a produção da farinha é algo que vem sendo passado de geração em geração.* Em gerações passadas feitas totalmente de forma manual a farinha era a principal fonte de renda de muitas famílias, além de ser um alimento que é consumido em praticamente todas as casas. *Hoje com mais equipamentos e uma estrutura maior, alguns moradores da comunidade do Faval não deixam essa tradição morrer, produzindo farinha anualmente e buscando passar esse conhecimento tão importante para as novas gerações que vão surgindo.*

Neste momento muito emocionado nos relatou sobre:

o amor em produzir a própria farinha e força de vontade em manter a tradição é o que mantém viva a luta dos moradores, que estão sempre buscando aprender novos métodos de produção. Além de aprimorar novos recursos disponíveis em projetos e programas governamentais, para que eles possam, não só produzir, se alimentar, mas que também possam sobreviver desse bem que faz parte do contexto histórico da comunidade extremamente importante para a região: a farinha de mandioca.

## **5 Reativação da Farinha: método camponês para camponês**

Ao ouvirmos todo o contexto histórico de um morador emocionado pela luta em prol da construção da farinha, destacou a

importância deste trabalho de formação para a comunidade. O Núcleo Unemat-Unitrabalho realizou a formação para a consolidação do empreendimento da economia solidária. Iniciou o trabalho formativo com os moradores, dentro dos princípios da economia solidária, visando manter viva a vontade de produzir coletivamente, de forma que haja uma auto-organização. Neste caso, pensar a comunidade, um grupo social, buscando sempre manter e mostrar a importância de seus valores próprios.

(...) a socioeconomia solidária é uma expressão que traduz a necessidade de pensar a organização da sociedade a partir de seus valores próprios, da sua gente, da sua natureza, do seu saber fazer, das suas necessidades e dos seus desejos (ZART, 2013, p.10).

Neste sentido, foi pensada uma formação que estivesse em consonância com as necessidades dos membros da comunidade, com intuito de proporcionar ações que fortaleçam a realização do trabalho coletivo. As formações foram realizadas com muita riqueza, pois ver os/as camponeses/as se apropriando de seu trabalho e replicando para outros/as camponeses/as, com idades diferenciadas, na nossa avaliação, é próprio dos princípios da educação popular, desenvolvida com metodologia e conteúdos adequados em relação à cultura da comunidade. Esta avaliação se dá pelo resultado de terem acompanhado o processo de formação e organização e estão tendo a oportunidade de se apoderar deste conhecimento, o passado de geração a geração, aos conhecimentos tecnológicos e científicos.

Durante todo o processo de formação realizado pelo Núcleo Unemat-Unitrabalho, os participantes propuseram que houvesse uma formação prática, onde os camponeses iriam poder ministrar oficinas sobre suas experiências na fabricação da farinha, pois existem participantes que fazem parte do curso que ainda não haviam aprendido todo o processo da produção da farinha.

Durante a realização da oficina do “Processo de Produção da Farinha de Mandioca”, foi um momento muito importante, pois aconteceram várias trocas de informações, histórias contadas por moradores nascidos e criados na comunidade, que relataram todos os processos de povoamento que seus pais já contaram no passado, as formas de organização, da memória coletiva, da produção associada e das tecnologias sociais empreendidas.



No processo para reativação da farinheira foi necessário a manutenção dos maquinários, pois estavam há algum tempo paradas. Assim que as máquinas foram ligadas, foram explicados como seriam todos os processos da fabricação da farinha. Durante o processo da produção da farinha, foi notada a importância dos equipamentos para a produção, pois a praticidade e o tempo com que é feita a produção de farinha é o grande diferencial para os moradores que em sua grande maioria são pessoas da terceira idade.

Ao término da primeira fabricação pós reativação foram realizadas degustações da produção realizada nesse processo. Foi marcante a reação positiva dos/as moradores/as da comunidade em ver a farinheira funcionando, podendo proporcionar à comunidade novamente a satisfação de ter o direito de produzir seu produto e também poder comercializar.

A ambiência de aprendizagem da interação da universidade com um projeto de extensão e o encontro com os conhecimentos passados de geração para geração, e essas simplicidades de fazer as coisas com amor, foi uma das características marcantes na incubação solidária ocorrida no Distrito da Comunidade do Faval. As relações de proximidade e de reciprocidade que ocorrem nas comunidades tradicionais, precisam ser estudadas, socializadas e mantidas, para que as próximas gerações possam tomar conhecimento e vivenciar algo tão importante, a solidariedade humana.

## **6 Considerações Finais**

Através do processo de incubação solidária, de formação e organização, na comunidade tradicional Distrito do Faval, avaliamos que ocorreu um aprofundamento satisfatório de questões teóricas e metodológicas, com intuito de dialogar, refletir e socializar conhecimentos e vivências. Fez com que os/as camponeses/as pudessem adquirir e relacionar conhecimentos teóricos e as práticas da própria comunidade. Consideramos que ao ser realizado com dedicação e afinho, obtém-se o resultado almejado por todos.

A participação dos/as camponeses/as como atores participantes na incubação foi muito relevante para a formação e organização, pois além dos camponeses/as os/as professores/as participam dessa formação, ampliando os espaços de aprendizagem e fazendo uma socialização importante nesse processo, pois engrandece os debates e a forma de compreensão dos temas apresentados durante a formação na Economia Solidária.

A formação nas áreas administrativa e contábil no processo de incubação, proporcionou para os/as camponeses/as um conhecimento, que além de auxiliá-los na gestão, no planejamento, na contabilidade da farinha, pode auxiliá-los em suas contas de casa e no dia a dia, em conformidade com os relatos de avaliação realizados pelos participantes.

Através das discussões com os atores desse processo, compreendemos que precisamos de muito trabalho para que se concretizem as ações discutidas, e a incubação foi importante para que reativação da farinha, no processo de trabalho associado, trabalho coletivo, observaram que o trabalho em grupo é mais forte para que assim possam atingir os objetivos. Além da reativação da farinha, precisam ainda ser realizadas muitas outras ações, que envolva o Estado, com políticas públicas, pensando no bem viver das populações de Comunidades Tradicionais que muitas vezes são esquecidos pelos governantes, pelas universidades e outros sistemas oficiais de governanças públicas. Neste sentido, ficou evidenciado que se precisa criar e concretizar ainda políticas públicas para as comunidades tradicionais. Só assim se acredita que possam evoluir e concretizar seus sonhos e garantir que possam desfrutar de seus benefícios.

### **Referências Bibliográficas**

- ADAMS, Telmo. *Educação e Economia Popular Solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado*. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2010.
- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Associativismo. In: CATTANI, Antonio David. *A Outra Economia* (Org). Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. P.15.
- BRASIL. *Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003*. (Art.2). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/decreto/2003/d48887.htm>. Acesso dia 12 de setembro de 2015.
- CASTRO, Elisa G. *Juventude do Campo*. In: CALDART, Roseli S. (Orgs). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venancio, Expressão Popular, 2012. P. 440
- MARTINS, Juliano Rodrigues; GASPARI, Leandro Martins. *Logística Solidária*. São Paulo: Sorteccei, 2005.
- NEVES, Camila Emanuella Pereira. *A Produção Associada em Capão Verde: entre bananas, saberes e utopias*. Cuiabá: EdUFMT, 2013.
- PINTO, Geraldo Augusto. *A Organização do Trabalho no Século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZART, Laudemir Luiz. *Caderno Pedagógico II Socioeconomia Solidária*. Vol 2. Nº 1. Cáceres: Editora UNEMAT, 2013.

ZART, Laudemir Luiz. *Dimensões formativas para a construção de práticas sociais relativas ao cooperativismo solidário*. In: ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo Constantino dos. (Orgs). Educação e Sócio-Economia. Interação Universidade – Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária. Vol. 2 (2006). Cáceres-MT: Editora Unemat, 2005. P. 116.

VAILANT, COSTA e COSTA, A Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentável, e, a Educação e Sócio-Economia Solidaria na Incubadora da UNEMAT, Laudemir Luiz Zart e Josivaldo Constantino dos Santos (orgs.). *Educação e Socioeconomia Solidaria*. Vol. 02 (2006) Cáceres – MT: Editora Unemat, 2006.

ZART, Laudemir Luiz et al. *Educação e Socioeconomia Solidaria: Processos Organizacionais Socioeconômicos na Economia Solidaria*. Serie Sociedade Solidaria. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2009.

ZART, Laudemir Luiz; VAILANT, Clovis (Orgs) *Educação e socioeconômica solidaria: configurações do amplo e experiências educacionais*. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2015.

## CAPÍTULO 4

# ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES DA REGIÃO FRONTEIRA BRASIL/ BOLÍVIA

Jucilene de Oliveira Martins  
Janbor Alencar Borges  
Lizandra Ozeia de Oliveira  
Thiago Wanderson Zorzan Santana  
Laudemir Luiz Zart

### 1 Introdução

Este trabalho tem por objetivo compreender a estrutura socioprodutiva dos pequenos agricultores da região fronteira Brasil/Bolívia. Para que haja melhor compreensão, este texto está dividido em três partes. A primeira é referenciada em debate teórico sobre autogestão e empreendimentos solidários correlacionados com formas das práticas sociais. Na segunda, apresentamos eixos temáticos do diagnóstico do território da Fronteira Brasil/Bolívia. A última contempla uma análise síntese do sentido dos dados do campo empírico com os referenciais teóricos.

Esta pesquisa buscou seguir os pressupostos da pesquisa participante. Um referencial de base para esta metodologia investigativa é a obra organizada por Brandão (1999) que define conceitos e estratégias de pesquisa e de participação na coleta de dados, na organização dos grupos sociais para a inserção, na elaboração colaborativa dos referenciais, na avaliação dos processos e dos resultados das informações. Na análise da pesquisa são apresentadas e debatidas informações quantitativas que expressam a organização social e econômica, o manejo agropecuário e a comercialização agrícola; a formação, questões culturais e das políticas públicas.

Para compreender a organização socioprodutiva da Fronteira Brasil/Bolívia, localizada a 90 km da cidade de Cáceres-MT, investigamos o território formado por seis assentamentos denominados: Corixinha, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Rancho da Saudade e Sapiquá. A pesquisa de campo foi realizada pelo Núcleo Unemat-Unitrabalho e a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBESS) através projeto

*“Configuração Socioprodutiva da Economia e Cultura Camponesa: análise da organização econômica e de capacidades de processos inovadores em três territórios de agricultura familiar”*. Vale salientar que o conjunto dos assentamentos é um território formado por 287 lotes mobilizados e organizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Neste capítulo, apresentamos dados da pesquisa de campo realizada no primeiro semestre de 2014, envolvendo 95 camponeses/as entrevistados/as. A atividade de investigação foi desenvolvida por professores, colaboradores e bolsistas do Núcleo Unemat-Unitrabalho.

A partir desta pesquisa, foi possível compreender a configuração e as necessidades dos assentamentos, assim como, as potencialidades e a luta pela organização a partir da produção no campo. A pesquisa teve como finalidade perceber, sistematizar e expor o processo que envolve o enredo, afirmações e/ou negações, da produção agroecológica, a identidade e a cultura do local, os parâmetros de socialização das famílias que estão inseridas no manejo do campo e na organização do trabalho.

## **2 Autogestão**

A autogestão se relaciona ao modo de produção e trabalho associado. Portanto, não ao trabalho no qual os trabalhadores são submetidos a alguém, que possui o meio de produção, ou seja, em que são explorados, ganham parcela ínfima do resultado do trabalho. Autogestão está vinculada à concepção do trabalho associado voltado aos princípios da própria economia solidária, no qual buscam o desenvolvimento e a transformação da comunidade de forma coletiva. Para que ela aconteça é necessário que haja sujeitos autônomos e protagonistas para promover as práticas correspondentes da transformação social (OLIVEIRA; CASTRILON JUNIOR; ZART, 2015).

Segundo Melo Neto (2005) a autogestão entre os trabalhadores não se constitui apenas de um ideário ou um objetivo, pois adquire características de mudança gradual como um meio alternativo à estrutura capitalista. Obteve configurações práticas demonstrativas da viabilidade histórica através dos movimentos operários e camponeses em diferentes partes do mundo em que a autogestão expressou de forma clara a contra-hegemonia no campo das lutas de classes.

A organização econômica solidária está pautada na gestão coletiva exercida pelos/as trabalhadores/as, atingindo o controle e a

administração dos meios de produção. Convém salientar ainda os princípios da equidade na distribuição dos resultados e a própria valorização do trabalho, enfatizando a natureza solidária que adquirem as relações humanas, inclusive os intercâmbios no mercado (MACDONALD, 2005).

Reforça-se para tanto, a importância dos processos de formação, pautados nos princípios da economia solidária. Neste contexto de formação, cabe ressaltar os trabalhos desenvolvidos por núcleos e incubadoras universitárias, que em seus desenhos multidisciplinares trabalham diversos fundamentos humanos e sociais, técnicas administrativas, jurídicas e contábeis, durante a incubação, como requisitos fundamentais para a permanência e ampliação da luta pelas relações sociais solidárias.

São muitos os desafios presentes na vida dos/as trabalhadores/as e na vida das sociedades autogestionárias. Corrobora Motta (1981), que a sociedade autogestionária é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias, de grupos se auto administrando, cuja vida exige a coordenação sem hierarquização. A autogestão se insere na perspectiva de transformação geral da sociedade. São mudanças de ordem intelectual, cultural e moral da classe trabalhadora, inscritas em avanços e recuos profundos, marcando um socialismo que, sua essência é baseada na mais ampla democracia dos trabalhadores (NASCIMENTO, 1999).

Autogestão pode ser compreendida, portanto, como uma forma de promoção da democracia em instituições sociais em que trabalhadores/as são os/as sócios/as e estes são os trabalhadores (SINGER, 2000). É uma visão avessa aos tantos instrumentos de promoção de participação, prisioneira da hierarquização, no campo da democracia formal. Considera, todavia, essas formas interessantes, porém limitadas, se comparada ao exercício democrático vivenciado diretamente pelos próprios trabalhadores.

### **3 Empreendimentos Econômicos Solidários**

A organização do trabalho é cultural. Esta condição requer pensar que esta perspectiva possui diversidades conforme cada território e as formações sociais. Os fatores como meios de produção, acesso à tecnologia social, mobilizações e articulações são preponderantes na concretização da organização de empreendimento econômico solidário. A partir deste entendimento, de que o trabalho é um processo complexo, num contexto que resulta de vários elementos

e que somados refletem a identidade local, é que nos é possibilitado pensar com maior rigor a organização do trabalho associado. As localidades em geral, e os assentamentos em especial, abrangem em sua maioria pessoas que buscam meios alternativos para superar as dificuldades econômicas e sociais. Neste sentido, surge o trabalho associado, representado na organização coletiva de indivíduos que almejam superar as dificuldades, permitindo assim a construção de melhores condições de produção e de vida.

As múltiplas formas de associação e cooperação, são inseridas e desenvolvidas no sentido de progressão e resistência daqueles/as que procuram melhores condições de vida, e, a inserção na sociedade por meio da produção associada, das tecnologias sociais, da comercialização solidária. O trabalho associado e coletivo se expressa na forma de cooperativas, associações, reunindo trabalhadores/as com objetivos comuns. Na busca, uma forma de organização institucionalizada do movimento de construção e consolidação das relações sociais de reciprocidade, surgem os empreendimentos econômicos solidários, a partir dos princípios da economia solidária (OLIVEIRA; CASTRILON JUNIOR; ZART, 2015).

Empreendimentos de Economia Solidária são as diversas formas concretas de manifestação da Economia Solidária, ou seja, grupos de pessoas que produzem e comercializam seus produtos com base nos princípios da Economia Solidária. O princípio geral da autogestão é que todos os que trabalham são donos do empreendimento e todos os que são donos trabalham no empreendimento (ECOSOLBRASÍLIA, 2011).

Neste contexto é importante a percepção de que os/as trabalhadores/as que se encontram fora do mercado de trabalho, ou que trabalham no mercado informal, procuram constituir alguma associação ou cooperativa, como estratégia de proteção contra a condição de precarização social e de trabalho em que se encontram. Assim surgem os empreendimentos econômicos solidários, que são formados por grupos de pessoas componentes de segmentos sociais de baixa renda, trabalhadores/as desempregados/as, ou, que correm riscos de desemprego, trabalhadores/as do mercado informal de área urbana ou rural, que de forma coletiva exercem a autogestão das

atividades e alocação dos resultados obtidos com o trabalho (CULTI, 2007).

Segundo Vailant (2011) um dos princípios orientadores dos empreendimentos econômicos solidários é que todas as decisões são tomadas coletivamente através de assembleias. Acrescentamos outro valor fundante para a existência dos grupos de trabalho coletivo que é o bem-viver dos/as associados/as. Complementa Vailant, “sendo assim cada associado recebe de acordo com o que produziu, e a retirada mensal deve ser suficiente para lhe garantir uma boa alimentação, vestuário, moradia para toda a família” (p. 25).

No que se refere às formas de regimento, cada organização possui suas especificidades. Quanto às associações estas podem ser organizadas a partir de duas pessoas e não tem limite máximo previsto por lei, conforme lei nº 10406/2002. No que diz respeito às cooperativas de produção, estas necessitam de no mínimo vinte pessoas para serem constituídas, conforme lei nº 5764/1971. Já os grupos informais são aqueles grupos que trabalham coletivamente, mas que ainda não buscaram se formalizar, ou por falta de incentivos políticos, apoio ou mesmo conhecimento de que possuem tais direitos (VAILANT, 2011).

Vale ressaltar que para se escolher a melhor forma de se organizar, os envolvidos devem ter em mente quais os objetivos e metas querem alcançar, e escolherem coletivamente qual caminho seguir a partir daí, buscando através da autogestão alcançar tais metas. Os empreendimentos econômicos solidários, fundamentados pelos princípios da autogestão possuem particularidades, em especial a de que os/as trabalhadores/as se apropriem dos meios de produção e democraticamente exerçam as tomadas de decisões da organização, modificando as relações sociais impostas pelo capital. (AZEREDO, 2013).

#### **4 A Configuração do Território da Fronteira**

Como exposto anteriormente com a pesquisa de campo foram sistematizadas informações quantitativas relativas à organização social e econômica, manejo agropecuário, comercialização, formação, questões culturais e políticas públicas. Para isso, estaremos trabalhando e interpretando dados da investigação realizada no início de 2014. Nela foram aplicados 95 questionários semiestruturados com os/as camponeses/as nos assentamentos Corixinha, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Rancho da Saudade e Sapiquá.



Vale elucidar que a pesquisa foi feita a partir de visitas aos lares dos/as camponeses/as e com isso, na aplicação e na análise dos questionários, foram entrevistadas 53 mulheres e 42 homens, entre outras questões para estarem respondendo às perguntas, para quem residia na propriedade e as informações acerca do que ocorria dentro da mesma como instalações, consumo, produção, comercialização e outros.

A tabela abaixo nos permite explorar a amplitude da pesquisa, nela estão contidas informações sobre o universo da pesquisa, por assentamento, demonstrando o total de lotes, de entrevistados e sexo.

Quadro 01: Total de lotes, de entrevistados e sexo.

Assentamento	Total de Lotes	Entrevistados	Sexo	
			Feminino	Masculino
Katira	48	12	8	4
Corixinha	74	17	7	10
Jatobá	30	9	6	3
Nova Esperança	49	24	10	14
Rancho da Saudade	47	21	13	8
Sapiquá	39	12	9	3
Total	<b>287</b>	<b>95</b>	<b>53</b>	<b>42</b>

Fonte: Núcleo Unemat-Unitrabalho, 2014.

De acordo com a tabela acima, o assentamento Corixinha é o que possui mais lotes, seguido sendo 74 (setenta e quatro) seguido por Nova Esperança com 49 (quarenta e nove), Katira com 48 (quarenta e oito), Rancho da Saudade com 47 (quarenta e sete), Sapiquá com 39 (trinta e nove) e Jatobá com 30 (trinta) lotes. O total de entrevistados não foi proporcional a quantidade de lotes por assentamento, para aplicação dos questionários foi distribuídos os integrantes da pesquisa por assentamento e com isso foi aplicado aos que se dispuseram a responder.

Nota-se que a quantidade de mulheres que responderam o questionário 53 (cinquenta e três) foi superior a dos homens 42 (quarenta e dois), sendo assim podemos responder ao fato de que no campo as mulheres assumem a responsabilidade dos cuidados do lar, ou seja, estavam presentes em suas casas na hora da aplicação dos questionários.

Quadro 02: Principais atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade.

Assentamento	Laranja	Banana	Horta	Mandioca	Outros
Katira	4	2	5	6	2
Corixinha	10	10	7	11	8
Jatobá	4	6	4	7	2
Nova Esperança	6	11	8	16	10
Rancho da Saudade	5	10	13	17	8
Sapiquá	2	5	7	8	5
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>44</b>	<b>44</b>	<b>65</b>	<b>35</b>

Fonte: Núcleo Unemat-Unitrabalho, 2014.

Foram escolhidas 05 (cinco) atividades com mais destaque em termos de produção de 15 (quinze) tipos identificados na Fronteira, entre os que não foram demonstrados no quadro estão: arroz, café, cana de açúcar, feijão, milho, soja, abacaxi, mamão e melancia.

De acordo com as informações a mandioca é a cultura mais produzida em toda a região da fronteira, sendo 65 (sessenta e cinco) famílias produtoras, ou seja mais da metade das famílias que responderam ao questionário. Logo atrás da mandioca temos a banana e a horta com 44 (quarenta e quatro) respostas, seguida por outros produtos com 35 (trinta e cinco) respostas e laranja com 31 (trinta e uma) respostas. O total de produtos produzidos na Fronteira, ou seja, a soma dos totais da laranja com a banana, a horta, mandioca e outros é igual a 219 (duzentos e dezenove). De acordo com este valor é evidente que a maioria das famílias cultivam mais de uma atividade agrícola.

Quadro 03: Atividades pecuárias desenvolvidas na propriedade

Assentamento	Aves	Bovino	Suíno	Bovino leiteiro
Katira	4	7	4	5
Corixinha	8	9	7	12
Jatobá	7	7	5	5
Nova Esperança	15	15	9	13
Rancho da Saudade	10	10	4	11
Sapiquá	6	3	2	5
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>51</b>	<b>31</b>	<b>51</b>

Fonte: Núcleo Unemat-Unitrabalho, 2014.

Dentre as atividades pecuárias demonstradas acima, nota-se uma quantidade de respostas próximas entre aves 50 (cinquenta), bovino 51 (cinquenta e um) e bovino leiteiro 51 (cinquenta e um), apenas o suíno 31 (trinta e um) apresentou menores resultados referente a sua participação nas atividades pecuárias da região. Esses tipos de atividades geralmente não são desenvolvidas sózinhas, o total delas na tabela nos indica que algumas famílias desenvolvem mais de um tipo atividades pecuárias.

Quadro 04 – Renda familiar

Assentamento	Até 1 salário mínimo	Até 2 salários mínimos	Acima de 2 salários mínimos	Não respon- deu
Katira	5	6	1	0
Corixinha	4	9	4	0
Jatobá	1	4	3	1
Nova Esperança	10	9	2	3
Rancho da Saudade	6	5	10	0
Sapiquá	2	4	6	0
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>37</b>	<b>26</b>	<b>4</b>

Fonte: Núcleo Unemat-Unitrabalho, 2014.

A tabela acima nos apontou para a direção cujo maior parte de famílias recebem até 02 (dois) salários mínimos, totalizando 37 (trinta e sete) famílias. Após esse resultado tem-se 28 (vinte e oito) famílias que recebem até 01 salário mínimo e com o menor número de respostas, as famílias que recebem acima de 02 salários mínimos somam 26 (vinte e seis). Não responderam 04 (quatro).

Quadro 05: Para quem é comercializado

Assentamento	Associação/ Cooperativa	Ao Atraves- sador	Ao Consu- midor	Ao Merca- do	Não respon- deu
Katira	2	4	1	3	1
Corixinha	2	1	1	7	5
Jatobá	0	3	3	3	3
Nova Esperança	3	3	8	9	2
Rancho da Saudade	1	1	8	3	6

Sapiquá	2	1	3	1	4
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>24</b>	<b>26</b>	<b>21</b>

Fonte: Núcleo Unemat-Unitrabalho, 2014.

Foram escolhidos 05 (cinco) meios de comercialização com mais destaque em termos de vendas de 11 (onze) tipos identificados na Fronteira, entre os que não foram demonstrados no gráfico estão: PNAE, PAA, feira, restaurante, outros e nenhuma das alternativas.

Na etapa da comercialização é o mercado quem está comprando mais, totalizando 26 (vinte e seis) famílias cuja produção é destinada aos comércios, ainda destacamos que o assentamento Nova Esperança é o que mais comercializa para os mercados, são 09 (nove) famílias que mantem esse contato. Ao consumidor 24 (vinte e quatro) famílias, ao atravessador 13 (treze) famílias, associação/cooperativa 10 (dez) e não responderam 21 (vinte e um).

Quadro 06 – Possui algum financiamento

Assentamento	Sim	Não	Não respondeu
Katira	8	4	0
Corixinha	6	10	1
Jatobá	4	5	0
Nova Esperança	14	10	0
Rancho da Saudade	9	11	1
Sapiquá	8	4	0
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>44</b>	<b>2</b>

Fonte: Núcleo Unemat-Unitrabalho, 2014.

Como mostra a tabela acima 49 (quarenta e nove) famílias possuem algum tipo de financiamento, 44 (quarenta e quatro) não possuem nenhum tipo de financiamento e 02 famílias não responderam.

Quadro 07 – Aposentados

Assentamento	Sim	Não	Não respondeu
Katira	1	7	4
Corixinha	5	10	2
Jatobá	1	5	3

Nova Esperança	2	15	8
Rancho da Saudade	5	12	4
Sapiquá	1	10	1
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>59</b>	<b>22</b>

Fonte: Núcleo Unemat-Unitrabalho, 2014.

A respeito da aposentadoria 59 (cinquenta e nove) responderam não ser aposentados, 15 (quinze) responderam serem aposentados e 22 (vinte e duas) pessoas não responderam a questão.

## 5 Considerações Finais

A economia solidária num aspecto geral aplica-se no contexto social através de novos caminhos e possibilidades econômicas elaboradas com o objetivo da geração de renda aos trabalhadores em desvantagem no mercado de trabalho. Tais organizadores econômicos podem ser entendidos como um processo educativo, visto que, os diversos atores envolvidos trocam experiências e saberes para a construção de um conhecimento que visa resultados positivos para uma melhor viabilidade econômica.

São visíveis no espaço da agricultura familiar camponesa o constante trabalho empregado nas atividades pecuárias e agrícolas do assentamento, entretanto nas condições de produção visualizadas na pesquisa foram percebidas tipologias primárias de união entre as diversas famílias na produção. Com isso, este fato torna os produtores enfraquecidos, em relação ao mercado competitivo dominado pelo capital, por conta da falta de integrantes que de início atenderiam à economia local e posteriormente buscariam parcerias e apoios para se organizarem e se fortalecerem na produção e no comércio, ampliando as redes de cooperação.

Este trabalho possibilitou compreender um pouco do espaço da produção e do espaço do convívio social. Entende-se que é necessário mais formação técnica e incentivo para os pequenos camponeses adentrar no mercado e com isso trabalharem a agricultura de forma ecológica e sustentável. Essas práticas poderiam auxiliar o desenvolvimento local e conseqüentemente seus familiares, proporcionando a eles mais viabilidade econômica e social.

Percebemos que a organização produtiva ainda se encontra de forma isolada, poucas famílias procuram trabalhar em conjunto. Acreditamos que esse fato pode ser resultado da falta de mais

formação que incentivem os jovens e os pequenos agricultores a trabalharem em conjunto no campo e continuarem no coletivo.

### Referências Bibliográficas

AZEREDO, Raoni Fernandes. *A Autogestão nos Empreendimentos Econômicos Solidários: O Desafio Da Contabilidade Solidária*. Disponível em: <http://www.coloquioepistemologia.com.br/anais2013/AES101.pdf>. Acesso em 04/05/ 2016.

ECOSOLBRASÍLIA. *O Que é Empreendimento Econômico Solidário*. Disponível em: <http://www.ecosolbasebrasil.com.br/index.php/economiasolidaria/empreendimento-solidario/>. Acesso em 04/05/ 2016.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. *Economia solidária – Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários* - 2010. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/spip.Php?Article94>. Acesso em 04/05/2016.

CULTI, Maria Nezilda. *Economia Solidária: Incubadoras Universitárias e Processo Educativo*. Disponível em: [http://www.unitrabalho.uem.br/administracao/bd\\_artigos/arquivos/010614153016.pdf](http://www.unitrabalho.uem.br/administracao/bd_artigos/arquivos/010614153016.pdf). Acesso em 04/05/ 2016.

MACDONALD, José Brendan. *Economia Solidária e Autogestão Ponderações Teóricas e Achados Empíricos*. Disponível em: [http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao\\_academica/livros/pa\\_1\\_economia\\_solidaria\\_e\\_autogestao.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_1_economia_solidaria_e_autogestao.pdf). Acesso em 05/04/2016.

MELO NETO, José Francisco. *Economia Solidária e Autogestão Ponderações Teóricas e Achados Empíricos*. Disponível em: [http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao\\_academica/livros/pa\\_1\\_economia\\_solidaria\\_e\\_autogestao.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_1_economia_solidaria_e_autogestao.pdf). Acesso em 05/04/2016.

MOTTA, F. C. P. *Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NASCIMENTO, Cláudio. *Autogestão e economia solidária*. In: Democracia e autogestão. São Paulo: Humanistas Publicações, 1999.

OLIVEIRA, Lizandra Ozeia; CASTRILON JUNIOR, Douglas; ZART, Laudemir Luiz. Relato De Experiência: Percepções Concretas de Organização Econômica Solidária a Partir da Feira Internacional do Cooperativismo - FEICOOP - Santa Maria/Rs. Anais Vol. 1(2015): *Encontro Cacerense de Economia Solidária*, Cáceres/MT, Brasil, 19-22 agosto 2015, Núcleo Unemat-Unitrabalho, Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT.

Palácio do Planalto. *Lei nº 10406 de 10 de janeiro de 2002*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em 12/04/2016.

Palácio do Planalto. *Lei nº 5764 de 16 de dezembro de 1971*. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm). Acesso em 12/04/2016.

Palácio do Planalto. *Lei n° 8934 de 18 de novembro de 1994*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8934.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8934.htm). Acesso em 12/05/2016.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante. Repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. *Mapeamento dos empreendimentos*. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/resultado>. Acesso em 16/04/2016.

VAILANT, Clóvis. *Empreendimentos Econômicos Solidários*. In: Educação do Campo: formação e desenvolvimento comunitário / PIESES, UNEMAT, PROEC-UNEMAT – Cáceres (MT): Editora Unemat, 2011. (Série: Sociedade Solidária, Caderno pedagógico I).

## CAPÍTULO 5

### CONTABILIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA JUSTO NA ACOOPERFRON

Thiago Wanderson Zorzan Santana  
Jucilene de Oliveira Martins  
Luan Benedito Oliveira da Silva  
Lizandra Ozeia de Oliveira  
Laudemir Luiz Zart

#### 1 Introdução

A economia solidária no Brasil, segundo Singer (2003) reaparece de forma esparsa na década de 1980 e se impulsionou principalmente na segunda metade dos anos 1990. Desta maneira, a economia solidária continua se desenvolvendo de forma convincente, especialmente nos últimos dez anos com as diversas práticas que surgem em várias regiões do Brasil e, também, pelas políticas públicas que têm incentivado a continuidade da mesma.

As ações na economia solidária se destacam principalmente pelo fato de estarem sendo discutidas em vários locais (instituições) como universidades, movimentos sociais, agricultores familiares e também grupos informais de trabalhos coletivos. Assim, ganhando força e buscando uma nova economia e uma forma de se organizar, configura-se através do trabalho coletivo e da autonomia do e no processo produtivo e da comercialização.

A economia solidária se consolida através de cooperativas, associações, movimentos sociais do campo, bem como, os empreendimentos que ainda não são legalmente formalizados como tal, mas que realizam práticas na perspectiva da economia solidária. Dentre estas práticas realizadas pelos empreendimentos estão as trocas, a comercialização da produção agroecológica e outras formas de trabalhos associados.

Os empreendimentos econômicos solidários seguem diversos princípios e conceitos a partir de vários referenciais teóricos de autores como Singer (2001), Gaiger (2003), França e Filho (2001), Zart e Vailant (2006). Deste modo, na economia solidária é praticado o comércio justo, que para se alcançar o mesmo, é proposto o conceito e/ou princípio de preço justo e solidário. E segundo a resolução



Conselho Federal de Contabilidade nº 1282/2010 o valor justo ou preço justo é a transação de um ativo que pode ser trocado ou vendido, entre partes conhecedoras, dispostas a uma transação sem favorecidos.

Buscamos neste capítulo demonstrar como um empreendimento econômico solidário, mesmo sendo informal, pode realizar a formação do preço de venda de seus produtos, ou seja, quais são os processos e os métodos que podem ser utilizados para chegar a um preço solidário. Uma vez que, os preços dos produtos podem alavancar o desenvolvimento de um empreendimento como também retroagir.

Portanto, os empreendimentos, mesmo os informais, comercializam seus produtos e estão inseridos no mercado e isto segundo Lisboa (2006), é uma das inovações da economia solidária, já que está inserida no mercado sem estar submissa à busca do lucro e isso se concretiza através da prática do preço justo e solidário.

Para realizar tal pesquisa insere-se neste campo da economia solidária as ciências contábeis, especificamente, um ramo desta ciência que é a contabilidade de custos. Segundo Martins (2010) a contabilidade de custos nas últimas décadas passou de uma simples auxiliar de controle de estoques para uma importante peça de controle e de decisão gerencial, tornando-se ótimo instrumento para o processo de formação do preço de venda.

## **2 Metodologia**

A partir deste contexto, elucidamos os procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos propostos. Sob a ótica de Richardson “a metodologia são os procedimentos e regras utilizadas por determinado método” (2012, p. 22) e esse método que apresenta o autor é o método científico, sendo ele o caminho para alcançar os objetivos.

Assim com relação aos objetivos essa pesquisa é considerada explicativa, uma vez que, Jung (2004) afirma que essa prática propõe ampliar, estruturar e definir modelos teóricos e que possibilita gerar hipóteses ou ideias por força de dedução lógica. Em conformidade com o autor supracitado, Andrade afirma ainda que “os resultados das pesquisas explicativas fundamentam o conhecimento científico” (2001, p. 125).

Quanto ao problema, é classificada como qualitativa, pois Richardson (2012) afirma que esse método não emprega um

instrumento estatístico como base do processo de análise de um problema e, ainda, não pretende também numerar ou medir as unidades categorias.

Richardson (2014) define amostra como qualquer subconjunto do conjunto universal ou de uma população, assim a amostra é uma parcela do todo que se pretende pesquisar, avaliar ou analisar.

Desse modo, foi delimitado trabalhar com apenas um empreendimento pelo curto tempo. Assim, a escolha do empreendimento da fronteira foi pelo fato de ser um empreendimento que está avançado no processo de incubação/formação que é realizado pelo Núcleo Unemat-Unitrabalho e que está localizado a 90 km da cidade de Cáceres.

A coleta dos dados foi realizada no empreendimento Associação de Cooperação da Agricultura Familiar Camponesa da Fronteira (ACOOOPERFRON). Tal empreendimento tem seu embrião no processo de formação e organização do projeto Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana (INCUBAR)<sup>89</sup> que através do Núcleo Unemat-Unitrabalho tem objetivo de realizar a incubação de empreendimentos e constituir novos. Assim, uma das primeiras reuniões de apresentação do projeto com os assentados da Fronteira foi em fevereiro de 2014, no qual foram discutidos também os problemas existentes nos assentamentos. Nesta reunião teve representantes de sete assentamentos.

Os próximos procedimentos com os assentados foram de aplicação de questionário pelo Núcleo Unemat-Unitrabalho e de formação em economia solidária e outras áreas, dando início ao processo de incubação. Em março de 2015 se realizou a apresentação dos dados do diagnóstico socioeconômico aos assentados. Desta apresentação de dados, foi proposto um Workshop para que os assentados discutissem sobre suas dificuldades e forças com autoridades como: vereadores, prefeito, organizações sociais, professores, pesquisadores etc.

Percebe-se que este é um longo processo e com encontros importantes e um deles foi a efetivação do *I Workshop: Fortalecimento do Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Território da Fronteira*, que foi realizado em abril de 2015. A partir desse Workshop um grupo familiar com representantes de seis

---

<sup>89</sup> Projeto financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Ciência Tecnologia e Inovação.

famílias começou a se fortalecer e nas próximas reuniões a discutir possibilidades de trabalhos coletivos.

No dia 20 e 21 de julho de 2015 com a vontade de produzir e conseguir consolidar a economia solidária e a cooperação, inicia-se a construção da horta coletiva e agroecológica no lote do João A. Pereira e Marcilene Pereira, na região de Fronteira Brasil X Bolívia, no Assentamento Sapicuá com distância de 90 Km de Cáceres. A escolha desse lote foi devido à elevada quantidade de água existente. Assim, com o auxílio dos bolsistas do Núcleo foi realizado o processo de construção dos canteiros, onde foram plantadas as verduras e legumes.

Durante a produção havia a preocupação para quem vender a quantidade de verduras que estavam em crescimento. Dessa forma, foi pensado a estratégia de venda das hortaliças para consumidores da cidade comunicando para os mesmos via e-mail, ligações, WhatsApp, e outros meios de comunicação. Com isso, no dia 14 de setembro de 2015 ocorreu a primeira comercialização, na qual os técnicos do núcleo buscaram as verduras e venderam no pátio da Unemat, iniciando outro processo, o de construção da feira no espaço da universidade. No começo, as vendas eram feitas apenas por encomenda.

A produção do grupo foi crescendo e no início seus principais produtos eram alface, rúcula, cheiro verde, almeirão, ovo caipira. Com o tempo o grupo percebeu a necessidade de diversificação de seus produtos, ou seja, manter os que já tinham e produzir outros. Com isso, foram surgindo novos produtos como o queijo e o doce, posteriormente o pão, portanto crescendo a produção e também os trabalhos internos.

Entretanto, como em todos os empreendimentos, o início é um processo doloroso, no qual se exige muito esforço, investimento, paciência e calma pois o retorno do investimento é demorado. Neste empreendimento não foi diferente, o grupo foi se fortalecendo, mas no caminhar duas famílias desistiram por motivos particulares ou até mesmo por acreditarem que o retorno seria rápido. Os que permaneceram ficaram tristes com a saída desses integrantes, mas não desistiram e os outros integrantes continuam com uma boa produção e com produtos que se destacam como o queijo, pão e o doce.

Esse processo da economia solidária é interessante e até emocionante, pois mesmo com muito trabalho, já que a quantidade de pessoas está reduzida, o grupo está se fortalecendo cada vez mais e

pensam em crescer, construir, investir, pois, o retorno financeiro já começou a aparecer e a satisfação de produzir e de trabalhar em conjunto esteve com eles sempre e isso já está influenciando até outros agricultores próximos.

Portanto, esses são alguns relatos da história desse grupo e do processo de incubação de empreendimentos solidários, que ainda continua, e é importante salientar que entre os lapsos das datas apresentadas aqui tiveram várias oficinas com o grupo dentre eles: elaboração de estatuto, cooperativismo, contabilidade, marketing societal, cursos técnicos de produção, e outros propostos no processo de incubação do empreendimento.

Dessa forma, os dados coletados no empreendimento da fronteira foram sobre os gastos relativos a dois conjuntos de produtos: os de origem animal, sendo processados (queijo e doce de leite); e os de origem vegetal, hortaliças folhosas (alface, almeirão); e hortaliças não folhosas (quiabo e milho verde)<sup>90</sup>.

Contudo, optou-se pela realização da análise da formação do preço do queijo, devido a relevância de comercialização deste e também para não tornar o processo de análise repetitivo, já que os quadros são idênticos mudando apenas os produtos e valores.

A coleta de dados com o empreendimento aconteceu em quatro momentos, sendo o primeiro no dia 25 de fevereiro de 2016, foi explicado sobre a pesquisa e oficializado a autorização para coletar os dados, neste dia, também foi iniciado a coleta de dados de dois produtos, o milho verde e o doce de leite. Os outros encontros aconteceram nos dias 14, 15 e 19 de abril de 2016, quando foi possível coletar os dados dos gastos incorridos nos produtos supracitados.

É importante ressaltar que nos dias 25 de fevereiro e 14 de abril de 2016 era uma quinta-feira e o Núcleo Unemat-Unitrabalho buscou os produtos para serem comercializados na Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL) e nos dias 15 e 19 de abril de 2016 foram realizadas atividades de formação e avaliação com o grupo. Dessa forma, o procedimento de coleta de dados foi realizado nestas datas como forma de aproveitar o deslocamento que já estava sendo feito, uma vez que, o empreendimento fica 90 km da cidade e as atividades de formação são realizadas “geralmente” uma vez na semana.

---

<sup>90</sup> A classificação dos produtos foi orientada através do Sítio Eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), acessado em 2016.

Quanto aos procedimentos foram feitos registros no caderno de campo, fotografias e relatórios. Esses instrumentos trazem informações necessárias dos acontecimentos durante a pesquisa, pois demonstram fatos do processo de coleta de dados e auxilia na estrutura de descrição dos mesmos.

Realizado os procedimentos de coleta dos dados, esse é o momento em que se estrutura, organiza, sistematiza, classifica e codifica as informações obtidas para se realizar as análises devidas, e assim confrontar com os objetivos propostos (BARROS, LEHFELD, 1990).

Quanto aos dados coletados com o empreendimento (gastos de produção dos produtos), foi realizado um processo complexo, já que os mesmos primeiramente foram classificados como orienta Martins (2010) sobre o que é custo, despesa e investimento (bens patrimoniais). Com base nesses conceitos e em outros expressos no apêndice, foram elaborados, as tabelas de custeios para fazer o levantamento de custos.

Posteriormente a coleta dos dados de gastos foi realizado a aplicação dos índices e estratégia de preço (mark-up) apresentado no referencial. Além disso, no processo de organização dos dados e execução da contabilidade de custos foram observados os princípios e normas contábeis vigentes relacionados ao tema.

Portanto, estes foram os procedimentos realizados para se alcançar os objetivos deste trabalho, assim para melhor compreender as etapas presentes nesta metodologia foi elaborado a figura que consta na próxima página, a mesma auxilia na interpretação da pesquisa.

### **3 Formação do Preço**

O preço é um fator decisivo em uma organização, para a sobrevivência e crescimento, independentemente do tipo de organização ou área de atuação. Ele também é um dos principais indicadores do valor que a empresa entrega a seus clientes e se não for devidamente ajustado, adequado, elaborado, o mesmo colocará em risco todos os componentes de uma entidade. Assim, compreender as maneiras de formar preço é relevante para criar alternativas estratégicas para o empreendimento (WERNKE, 2005; CREPALDI 2009; MORANTE E TIMACO, 2009).

Crepaldi (2009) afirma que são várias as estratégias de compor o preço e isso vai depender do objetivo da empresa, do cliente que ela

quer alcançar, da posição em que está a empresa e também pode-se utilizar os custos.

Para Morante e Timaco (2009) a estratégia de formação do preço de venda na grande maioria parte dos custos de transformação, no qual considera o valor com materiais, horas máquinas utilizadas e outros fatores que compõem a produção e é acrescentado uma porcentagem sobre esse custo para chegar ao preço de venda. Entretanto, Crepaldi (2009) cita que as estratégias baseadas em custos procuram olhar para dentro da empresa e não só esse fator deve ser levado em consideração, uma vez que, deve-se observar o mercado, se o produto oferece algum fator a mais e verificar se o preço vai ser considerado justo também pelo cliente.

MARTINS (2010, p. 156) cita que os preços podem ser fixados “com base nos custos, com base no mercado ou com base numa combinação de ambos”. Dessa maneira, as principais estratégias para estabelecer os preços, utilizando critérios externos a empresa ou estratégias de custos são: taxa de marcação conhecida como Mark-up, critério de demanda e critério da concorrência, preço orientativo.

O preço de venda orientativo é a estratégia na qual se aplica uma taxa de marcação sobre os custos unitários de cada produto ou mercadoria que serão comercializados. Wernke (2005), expõe que essa estratégia é comum em determinadas empresas que desejam fixar um preço de venda mínimo e nesse preço já está inserido a margem de sobras desejadas.

Assim, quanto a estratégia taxa de marcação - Mark-up, Cogan (2002) expõem que este é um índice para se aplicar sobre o custo de um bem ou serviço para a formação do preço de venda. Para Wernke, essa estratégia,

É um fator aplicado sobre o custo de compra de uma mercadoria ou sobre o custo total unitário de um bem ou serviço, para a formação do preço de venda respectivo. No cálculo do Mark-up podem ser inseridos todos os fatores que se deseja cobrar no preço de venda, sob a forma de percentuais (2005, p.147).

Isso significa que vai depender da escolha da empresa para colocar no índice os fatores que queira recuperar ou ganhar como tributos, comissões e as sobras. Para elaboração do Mark-up existe duas formas o divisor e o multiplicador.

### a) Mark-up Divisor

<b>Mark-up divisor =</b>	$\frac{(100-\%PV)}{100}$
--------------------------	--------------------------

Figura 01: Equação do Mark-up Divisor. Fonte: Wernke, (2005, p.154)

Para obter o valor do Mark-up divisor seguindo o que mostra Wernke, (2005), primeiramente é necessário listar todos os percentuais incidentes sobre o preço de venda, como tributos, comissões e também os lucros desejados (no caso dos empreendimentos as sobras desejadas). Realizado esse procedimento inserir na fórmula do mark-up divisor. Encontrado o valor, o próximo passo é dividir os custos de produção para produtores, (custos de aquisição para comércios) pelo resultado da equação do mark-up divisor.

Realizado todo esse procedimento será encontrado o preço de venda do produto para ser comercializado.

### b) Mark-up multiplicador

<b>Mark-up Multiplicador =</b>	$\frac{100}{(100-\%PV)}$
--------------------------------	--------------------------

Figura 02: Equação do Mark-up Multiplicador. Fonte: Wernke, (2005, p.154)

Para obter o valor do Mark-up multiplicador seguindo o que mostra Wernke, (2005), necessário listar todos os percentuais incidentes sobre o preço de venda, assim como o mark-up divisor. Realizado esse procedimento inserir na fórmula do mark-up multiplicador. Encontrado o valor o próximo passo é multiplicar os custos de produção para produtores, (custos de aquisição para comércios) pelo resultado da equação do mark-up multiplicador.

Sobre esses dois métodos, ao final chegaram ao mesmo preço de venda, assim um vai servir para comprovar o outro. A estratégia do mark-up é usualmente utilizada por muitas empresas seja ela de grande ou pequeno porte, e essa estratégia pode ser utilizada e inserida em um empreendimento econômico solidário.

A estratégia de preço estabelecida por critério de demanda tem um olhar para fora da empresa, ou seja, no mercado, no consumidor. Crepaldi (2009) cita que cobrar o que o mercado pode pagar é uma forma de sistema de preços baseado na demanda, e para fixar preço

vai depender do produto que se está vendendo. Quanto ao critério baseado na concorrência é também estabelecido um olhar externo à empresa e para fixar os preços, deve-se observar segundo, o autor supracitado, os movimentos quanto a compra e venda que a concorrência faz.

Para Morante, Timaco (2009) a formação do preço de venda é “um capítulo especial na vida das empresas. Daí decorre grande parte do seu sucesso e, também, do fracasso no mercado em que atua”. Seguindo esse autor foi apresentado estratégias que pode mudar o capítulo de um empreendimento econômico solidário, entretanto, os empreendimentos na busca de um preço justo inserem outros fatores que será apresentado no próximo item.

#### **4 Preço Justo**

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) na perspectiva do bem viver coletivo dos integrantes dos empreendimentos e de quem consome seus produtos e também na busca de estabelecer uma rede de comércio justo estabelece na carta de princípios que o preço deve ser justo.

Seguindo o que segue a resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1282/2010 o valor justo ou preço justo é a transação de um ativo que pode ser trocado ou vendido, entre partes conhecedoras, dispostas a uma transação sem favorecidos. Deste modo, o preço justo é um processo que leva em consentimento ambas as partes, ou seja, quem vende e quem está comprando.

Assim, para formar o preço justo Asti cita que:

Preço justo praticado no âmbito do comércio justo, não é fruto de um cálculo mecânico de custo e preço, mas sim dos interesses individuais e coletivos, ou seja, o preço leva em consideração não apenas os aspectos econômicos das trocas, mas também os morais. Devido a estes aspectos, o preço justo não é determinado necessariamente pelas forças de mercado, e sim pela avaliação das necessidades de qualidade de vida dos produtores que se encaixam no perfil exigido pelos princípios do comércio justo (2007, p. 68).

Para Oliveira, Araújo e Santos o preço justo é estabelecido quando “mutuamente acertado entre os produtores e compradores,



que implique em uma renda que assegure as condições de vida dos produtores e que cubra o custo da produção sustentável” (2008, p.215-116).

Portanto, seguindo as citações acima, a prática do preço justo deve estabelecer fatores morais e também princípios que norteiam os empreendimentos econômicos solidários, tais como, a solidariedade, cooperação e autogestão. Ainda deve ser acertado com os compradores um valor que seja bom para ambos e este valor deve cobrir o custo de produção. Para estabelecer este preço os empreendimentos devem dispor de ferramentas que os orientem na correta formação de preço.

Por fim, na busca da existência desse preço justo ASTI (2007 p. 69) expõe: “o que se pode é buscar construir uma metodologia de análise de preço que seja aberta e simples o suficiente para que grupos de produção e compradores possam aplicá-la no seu dia a dia, adaptando-a as diferentes realidades locais”. Assim, para inserir os fatores morais e princípios nos preços de venda é necessário pensar também em um método para se realizar isso e que este método seja aberto e feito de forma simples para que todos os empreendimentos possam utilizá-los.

## **5 Método de Custeio Absorção**

O método de custeio por absorção é adotado pela legislação comercial e fiscal no Brasil, uma vez que ele é um procedimento que surge da aplicação dos princípios da contabilidade. Desse modo, ele é um método válido para apresentação das demonstrações financeiras, já que ele cumpre com esses princípios, então obedece a legislação, este método nasce da situação histórica apresentada nos itens anteriores, sendo ele o mais utilizado para finalidades contábeis (MARTINS, 2010; CREPALDI, 2009; NASCIMENTO, RÊGO E DIAS, 2014).

Neste método, Martins (2010) afirma que se apropria todos os custos de produção ao período. E Crepaldi, corrobora o que dispõe Martins, e ainda complementa descrevendo:

Que todos esses custos de produção podem ser apropriados diretamente, como é o caso do material direto e mão de obra direta, ou indiretamente, como é o caso dos custos indiretos de fabricação. Já os gastos que não pertencem ao

processo produtivo, como as despesas, são excluídos (2009, p. 218).

Desse modo, através dos autores supracitados, este método segue os princípios da contabilidade e ainda cumpre a legislação vigente, e para realizar o cálculo do mesmo é necessário apropriar todos os custos de produção e os gastos que não pertencem aos processos de produção devem ser considerados como despesas. Crepaldi (2009) complementa ainda, que tal método geralmente não é usado para a tomada de decisões e os gastos não fabris são excluídos dos custos.

Por fim, Wernke (2005) cita também que este método não possui muita capacidade de fornecer informações de cunho gerencial, contudo possui algumas vantagens como a de atender a legislação fiscal e a de permitir a apuração do custo total de cada produto.

## **6 Custeio Reichskuratorium für Wirtschaftlichtleit (RKW)**

A técnica Reichskuratorium für Wirtschaftlichtleit, muito conhecida no Brasil pela sigla RKW, é originária da Alemanha e surgiu por volta do século XX. Essa técnica é diferente das demais supracitadas, pois ela adota uma prática de apropriação das despesas de forma diferenciada (BAKERS *et. all*, 2007; MARTINS, 2010).

O RKW é um sistema de custeio que:

Consiste no rateio não só dos custos de produção como também de todas as despesas da empresa, inclusive financeiras, a todos os produtos. Desse modo, ao final, todos os custos e despesas vão estar recaindo exclusivamente sobre os produtos (MARTINS, 2010 p. 158).

O RKW então é uma técnica que realiza um procedimento diferenciado com os gastos, ele insere tanto os custos como também as despesas no cálculo do produto. Para Bakkers *et. all*, 2007 o RKW é também uma técnica essencial para o gerenciamento da organização devido a apropriação de todos os gastos ao produto.

Com isso, são diversas as vantagens de se utilizar essa técnica, dentre elas estão a de serem utilizados todos os gastos que ocorrem na organização, sem exceções. Proporcionando a obtenção de uma informação de custos completa. A outra vantagem que se pode ressaltar é a prudência em considerar como base na formação de

preços a quantia total de custos e despesas que o empreendimento tem, assim, no preço fixado ao produto irá permitir que todos os gastos de produção sejam inseridos (BAKERS *et. all*; MARTINS, 2010; BEUREN, SCHLINDWEIN 2008)

Desse modo, fundamenta-se esse método na aplicação de todos os gastos que uma organização têm, na formação dos custos do produto. Isso proporcionará no processo de formação do preço de venda uma certa tranquilidade, já que os custos estarão todos apropriados.

## **7 Análise dos Dados do Empreendimento – Gastos**

Nesse momento do trabalho serão expostos os dados dos gastos quanto a produção do produto comercializado e também a formação do preço de venda. Ressalta-se que esse trabalho delimitou na formação do preço de venda apenas pelo método Mark-up aplicado na fórmula do preço orientativo.

É relevante destacar também, que será analisado apenas o processo de gastos e formação do preço de venda do queijo, mas a contabilidade dos gastos foi realizada com seis produtos como expostos na metodologia e para fins dessa pesquisa não se torna relevante demonstrar todos. Isso se justifica, pelo fato de o processo de análise ser idêntico para os quadros dos gastos, mudando apenas os produtos e valores.

Como apresentado na metodologia, foi pensado no desenvolvimento de um quadro didático com os métodos de custeio, para se aplicar nessa pesquisa e também para posteriormente o empreendimento ter facilidade ao utilizá-la.

Assim, antes de se realizar a análise dos quadros abaixo é importante compreender todo o processo de construção dos mesmos. Sendo necessário explicar como está estruturada a tabela, para a mesma ser de fácil compreensão no processo de análise e utilização dos que se apropriarem deste trabalho.

O quadro está estruturado da seguinte forma: no item de número 01 é inserido o nome do produto sobre o qual se realiza os cálculos dos gastos e aplicação do preço de venda. Nessa mesma coluna está a quantidade produzida desse item.

No número 02 já se inicia o processo de levantamento dos custos. Verifica-se que nessa coluna está a fórmula para calcular os mesmos que são os materiais diretos, mão de obra e dependendo do método de custeio é inserido também os custos indiretos e as despesas.

Na coluna com o número 03, estão os itens de gastos para fazer os produtos, com sua devida unidade de medida (unidade, litros, quilo, hora, dias, mês, etc.), que devem ser classificados no seu devido local de custo, a classificação dos gastos deste trabalho se orientou pelos conceitos do apêndice, no qual orienta também para classificar outros trabalhos.

No item 04 são destacados a quantidade utilizada para se produzir o produto, deve-se ter atenção nesse item por dois motivos, o primeiro é que ele tem valores em horas, litros, porcentagem e quantidade, e o segundo motivo é que a quantidade utilizada na maioria dos itens irá variar conforme a quantidade dos itens, e isso está devidamente apresentado nos quadros abaixo.

Já na coluna de número 05 estão expostos os valores unitários para produzir a quantidade apresentada no início da tabela. Nessa coluna, há necessidade de explicação do item: valor da hora da mão de obra. O valor da hora foi calculado nesta pesquisa sobre o salário mínimo (R\$ 880,00) inserindo todos os encargos que um empreendimento tem com um funcionário. Para encontrar o valor unitário da hora foi realizada a operação de divisão do valor total por 220 horas, ou seja, o máximo de horas normais que pode ser trabalhado segundo o artigo 7º inciso XII da Constituição Federal de 1988. Utilizou-se esse procedimento para esta pesquisa, entretanto pode o valor da hora ser superior.

O número 06 representa a operação de multiplicação do valor unitário pela quantidade utilizada, demonstrando o custo de cada um. Já no item 07 é feita a soma total dos custos e no item 08 é o valor do custo unitário do produto produzido que é o custo total dividido pela quantidade produzida.

## **8 Método Absorção**

Nesse momento serão analisados os quadros do método de custeio por absorção e a aplicação da formação do preço de venda pelo método mark-up. Aplicamos o cálculo dos custos do queijo e formação do preço.

### Quadro 1.0: Cálculo dos custos do Queijo pelo método Absorção

	2 - Custo do produto produzido	3 - Itens dos Gastos	4 - Quant. Utilizada Para Produção	5 - Valor Unitário	6 - Valor da Produção de Queijos
1 - Queijo Pequeno	Material Direto	Leite (Litros)	50	R\$ 0,72	R\$ 36,00
		Sal (Kg)	33,33%	R\$ 1,10	R\$ 0,37
		Coalho 200 ml	33,33%	R\$ 4,49	R\$ 1,50
		Pct. C/ 50 Un (Emba-lagens)	13	R\$ 0,08	R\$ 1,04
	Mão de Obra Direta	Hora	2,5	R\$ 6,22	R\$ 15,55
	Custos Indire-tos de Fabri-cação	Energia Elétrica (Mês)	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Quantidade Produzida		7 - CUSTO TOTAL			R\$ 56,95
		8-CUSTO UNITÁRIO			R\$ 4,38

Fonte: Elaboração própria 2016.

### Quadro 1. 1: Fatores que deseja cobrar sobre o preço de venda

09 - Fatores que Deseja Cobrar No Preço de Venda	% PV
Sobras	15
Despesas Gerais (Vendas)	10
Fundo Rotativo	10
<b>Total</b>	<b>35</b>

Fonte: Elaboração própria 2016.

### Quadro 1. 2: Cálculo do Mark-up - multiplicador

10-Mark-up multiplicador =	100	= 100 ÷ 65 =	1,54
	(100 - %PV)		

Fonte: Elaboração própria 2016.

### Quadro 1.3: Cálculo do Preço sugerido: método de preço orientativo

11-Preço Orientativo = Custo Unitário X Mark – Up	4,38 X 1,54	Preço Sugerido
		R\$ 6,74

Fonte: Elaboração própria 2016.

Os quadros apresentados acima, representam o processo de levantamento dos custos e de formação do preço de venda do Queijo produzido pelos associados da ACOOPERFRON.

No processo de levantamento dos custos o item leite é produto mais utilizado para se produzir o queijo e o que consome o maior gasto dos produtos listados, já que os associados pagam R\$ 0,72 por litro de leite para se produzir o queijo. O leite então é o item determinante deste produto e que varia o preço conforme os períodos do ano e isso reflete significativamente no preço final do produto.

A mão de obra para se produzir a quantidade apresentada representa um valor de relevância, apesar de a quantidade de horas ser pouca, para se produzir 13 queijos, o valor total chega a R\$ 15,55.

No método de custeio por absorção, Martins (2010) afirma que se apropriam todos os custos de produção ao produto. Assim, o fator que difere dos outros métodos é o tratamento dos custos indiretos, que nesse produto é apropriado o valor de R\$ 2,50 do rateio do valor total da energia que é R\$50,00, tal valor será o mesmo, caso o empreendimento produza uma quantidade mais elevada do queijo. Assim, o rateio se procedeu de forma igual para todos os produtos, ou seja, 20 produtos.

Desse modo, encontrou-se o valor do custo total igual a R\$ 56,95, sendo o custo unitário a divisão do total pela a quantidade produzida, assim o valor do custo unitário foi de R\$ 4,38.

Feito o levantamento dos gastos, realizou-se o procedimento da formação do preço de venda. O empreendimento fixou as porcentagens que pretende cobrar sobre o preço, com isso, resultou o valor de 1,54 do mark-up. O valor do mark-up multiplicado pelo custo unitário do produto resulta na formação do preço orientativo, discutido por Wernke (2005). Assim, o valor do preço sugerido para o queijo, após todos os procedimentos no método de custeio por absorção, foi de R\$ 6,74.

Observa-se que a partir dos dados apresentados, o queijo tem elevados custos de produção e conseqüentemente o preço será elevado, caso se mantenham fixados os valores altos para se obter como sobras. Distorcendo-se do preço praticado pelo empreendimento na FEISOL, que é de R\$ 6,00 e que os consumidores, como apresentado nos dados acima, consideram como justos. Devido a isso, Asti (2007) defende que não se deve formar preços justos apenas com procedimentos mecânicos, mas também, deve-se observar a realidade local para formá-lo, sendo assim, é

necessário tanto a percepção dos produtores como dos consumidores para que não se tenha preços exacerbados ou preço que não conseguem cobrir os gastos.

Entretanto, além de observar a realidade local como cita a autora supracitada, outras análises devem ser feitas quando se têm custos elevados, como por exemplo, se o produto é rentável ou não para o empreendimento.

Sendo assim, os associados afirmam que o preço de R\$ 6,00 se torna rentável no momento da venda, na qual a maioria dos consumidores ao comprar o queijo compram também o doce de leite que é um produto rentável ao empreendimento.

Dessa forma, verifica-se que nesse produto, o método de custeio por absorção e os métodos de formar o preço, após fixados os valores que se pretendiam obter com ele, tornou o produto com valor não praticado na FEISOL, entretanto só é possível analisar se nesse caso é o método que influenciou de forma negativa no preço, após apresentado todos os outros dois métodos restantes para o mesmo produto, o que será feito mais adiante.

## 9 Método RKW

Nesse momento serão analisados os quadros do método de custeio RKW e a aplicação da formação do preço de venda pelo método mark-up e preço orientativo.

**Quadro 5.0:** Cálculo dos custos do Queijo pelo método RKW.

	2-Custo do produto produzido	3-Itens dos Gastos	4-Quant. Utilizada Para Produção	5-Valor Unitário	6-Valor da Produção de Queijos
<b>1- Queijo Pequeno</b>	<b>Material Direto</b>	Leite Litros	50	R\$ 0,72	R\$ 36,00
		Sal	33,33%	R\$ 1,10	R\$ 0,37
		Coalho 200 ml	33,33%	R\$ 4,49	R\$ 1,50
		Pct. C/ 50Un (Embalagens)	13	R\$ 0,08	R\$ 1,04
	<b>Mão de Obra Direta</b>	Hora	2,5	R\$ 6,22	R\$ 15,55

	<b>Custos Indiretos de Fabricação</b>	Energia Elétrica (Mês)	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
	<b>Despesas</b>	Combustível/ Sacola/ Rótulo de Preço	1	R\$ 7,49	R\$ 7,49
<b>Quantidade Produzida</b>	<b>7-CUSTO TOTAL</b>				R\$ 64,44
<b>13</b>	<b>8-CUSTO UNITÁRIO</b>				<b>R\$ 4,96</b>

Fonte: Elaboração própria 2016.

### Quadro 5. 1: Fatores que deseja cobrar sobre o preço de venda

Fatores que Deseja Cobrar No Preço de Venda	% PV
Sobras	15
Fundo Rotativo	10
<b>Total</b>	<b>25</b>

Fonte: Elaboração própria 2016.

### Quadro 5. 2: Cálculo Mark-up multiplicador

$\text{Mark-up multiplicador} = \frac{100}{(100 - \%PV)} = 100 \div 75 =$	<b>1,33</b>
---------------------------------------------------------------------------	-------------

Fonte: Elaboração própria 2016.

### Quadro 5. 3: Cálculo do Preço sugerido: método de preço orientativo

<b>Preço Orientativo</b> = Custo Unitário X Mark – Up $4,96 \times 1,33$	<b>Preço Sugerido</b> <b>R\$</b> <b>6,61</b>

Fonte: Elaboração própria 2016.

Os quadros apresentados acima representam o processo de levantamento dos custos e de formação do preço de venda do Queijo produzido pelos associados da ACOOPERFRON, utilizou-se nesse momento o método de custeio RKW.



Nesse método de custeio RKW, o fator que o difere dos outros, é tratamento dado a todos os gastos, pois estes são alocados aos produtos, inclusive as despesas.

Desse modo, realizado todos os procedimentos de levantamento dos custos o valor total foi igual a R\$ 64,44, sendo o custo unitário a divisão do total pela quantidade produzida, assim o valor do custo unitário foi de R\$ 4,96.

Observa-se que dos três métodos propostos nesta pesquisa, esse é o método que apresenta o maior custo, já que nele estão todos os gastos dentre as despesas incorridas no empreendimento que são: combustível, rótulos de preço, sacola.

Apesar de o método RKW ser o que apresentou o maior custo do produto (queijo), ao final o preço do mesmo não foi o maior que os outros métodos, já que, quando se inclui todas as despesas no produto, não existe a necessidade de se estabelecer porcentagens de despesas e isso vai mudar o valor das porcentagens cobradas sobre o preço como apresentado no quadro acima.

Portanto, o valor sugerido por este método foi de R\$ 6,61 sendo menor que o método do custeio por absorção que foi de R\$ 6,74. Assim, verifica-se que realmente nos três métodos o preço do queijo fica elevado e não condiz com o praticado na FEISOL, mostrando que os custos do mesmo são elevados para conseguir manter preços abaixo do praticado em outras feiras ou comércios, já que os materiais diretos são os que consomem a maior fatia dos custos e esses materiais são essenciais para a produção do mesmo.

## 10 Comparação dos Métodos de Custeio

**Quadro 7.0:** Resumo dos valores apresentados através dos métodos.

Produtos	Métodos	Custos totais	Custos unitários	Preço sugerido
Queijo Pequeno	Absorção	R\$ 56,95	R\$ 4,38	R\$ 6,74
	RKW	R\$ 64,44	R\$ 4,96	R\$ 6,61

Fonte: Elaboração própria 2016.

Para se completar essa análise é necessário expor a comparação dos métodos de custeio e os valores resultante dos procedimentos dos cálculos desta pesquisa.

Verifica-se que o método de custeio RKW apresenta o maior valor dos custos dos produtos, seja do queijo pequeno ou a alface. Quando se trata do preço, o método que apresenta o mais elevado é o absorção. Assim, tais resultados indicam que os dois métodos são válidos para se praticar o levantamento dos gastos de um empreendimento.

Como observado, o absorção tem sua principal característica não inserir as despesas nos gastos e o mesmo pode ser utilizado pelo empreendimento principalmente para auxiliar no processo da autogestão. O RKW, também se destaca por ser esse método que inclui todos os gastos inclusive as despesas, aproximando da realidade vivida pelo empreendimento e também proporciona melhor entendimento para quem está começando a realizar cálculos de custos, uma vez que, as despesas entram como parte integrante para cálculo do custo do produto.

## **11 Considerações Finais**

No presente capítulo, objetivou-se analisar o processo de formação do preço de venda justo dos produtos comercializados pelo empreendimento econômico solidário e sustentável considerando a ambiência da relação do produtor-produto e consumidor.

Para isso, realizou-se o procedimento de compreender como pode ser realizado a formação do preço justo, averiguar qual o método de custeio que se aponta como mais adequado para o empreendimento pesquisado.

A pesquisa demonstrou que um empreendimento de economia solidária realmente necessita de técnicas contábeis específicas como se apresentou nos cálculos realizados com os gastos com o trabalho, que é associado, e também quanto ao tratamento dos custos indiretos e a necessidade de procedimentos contínuos da contabilidade, para que os associados possam diminuir seus gastos e conseqüentemente fornecer produtos de qualidade e com preços justos tanto para o consumidor, como para quem produz, proporcionando assim um comércio justo.

Além de se mostrar possível a prática de procedimentos contábeis em Empreendimentos Econômicos Solidários, verificou-se alguns aspectos importantes, como o preço que os produtores estabeleceram ao seu leite, esse preço é o estabelecido pelo mercado, no qual necessita realizar a seguinte questão: é justo para o produtor receber apenas R\$ 0,72 centavos por litro de leite? Seria certo o

produtor continuar aceitando que o mercado estabeleça o seu preço não permitindo questionamentos?

São questionamentos em que não seria necessária tabela de custeio para serem feitos, mas que o produtor deve a partir desses procedimentos contábeis começar a observar tais fatores e agregar os reais valores ao seu produto, efetivando uma justa composição do preço, tanto para o produto quanto ao consumidor.

Esses fatores apontados acima demonstram que a contabilidade, neste caso, a de custos, é uma área relevante para os empreendimentos, já que a mesma pode auxiliar no processo de autogestão e de formação do preço de venda justo. Assim, com essa pesquisa pode-se apontar como o início de trabalhos futuros para a Economia Solidária na região de Cáceres, visto que na consolidação da mesma é importante a relação de várias áreas de conhecimento para que os empreendimentos possam se inserir no mercado.

Portanto, podemos concluir que no processo de formação do preço na economia solidária é fundamental a transparência e a efetiva participação de todos que compõe o empreendimento bem como quem compra, tornando-se as técnicas e procedimentos contábeis, elementos essenciais para estes fatores.

### **Referências Bibliográficas**

- ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2001.
- ANVISA. *Classificação de Produtos*. Disponível em: <http://s.anvisa.gov.br/wps/s/r/bbd>. Acessado em: 20 de Maio de 2016.
- ASTI, A. L. *Comércio Justo e o Caso do Algodão: A Cadeia Produtiva Têxtil Brasileira*. 2007. 238 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- BACKES, Rosemary Gelatti. KUHN, Claudia Mares Scherer. PERLEBERG, Cesar Roberto. DALBEN, Luis Carlos. ALBERTI, João Aloisio. WIEST, Lisandro. Aplicação do método de custeio RKW em uma cooperativa agrícola. *Custos e @gronegocio on line - v. 3 - ISSN 1808-2882 – Edição Especial – Maio - 2007*.
- BARROS, A. J. P; LEHFELD, N. A. S. *Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BEUREN, Ilse Maria. Evolução Histórica da Contabilidade de Custos. *Contabilidade Vista & Revista Belo Horizonte*, v.5, n.1, p. 61-66, fev. 1993.
- \_\_\_\_\_. SCHLINDWEIN, Nair Fernandes. Uso do custeio por absorção e do sistema RKW para gerar informações gerenciais: Um estudo de caso em hospital. *ABCustos Associação Brasileira de Custos - Vol. III n° 2 – maio-agosto 2008*.

BERTUCCI, Ademar. LIMA, Claudia. TYGEL, Daniel. NAGEM, Fernanda. AMORIM, Rizioneide. SOUZA, Robson Patrocínio de. KIRSCH, Rosana. SILVA, Shirlei. *Economia Solidária: outra economia a serviço da vida acontece*. Cartilha FBES, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CFC. Resolução n.º 1.282, de 28 de janeiro de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC n.º 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. *Resolução CFC N.º 1.282/10*. Disponível em:

<[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/respcaoafc1282\\_2010.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/respcaoafc1282_2010.htm)>.

Acesso em: 25 abr.2016.

COGAN, Samuel. *Custos e Preços: formação e análise*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

COSTA, R. P.. *Economia Solidária e Contabilidade*. Anais do III Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Porto Alegre, RS, Brasil, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Curso Básico de Contabilidade de Custos*. 4º Ed. São Paulo: Atlas 2009.

DAL RI, Neusa Maria. *Trabalho Associado, Economia Solidária e Mudança Social na América Latina*. São Paulo: Editorial PROCOAS, 2010.

FBES. *Carta de Princípios da Economia Solidária*. III Plenária de Nacional da Economia Solidária, 2003. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=63&Itemid=60](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60)>. Acesso em: 09 nov. 2015.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Novos Arranjos Organizacionais Possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (Precisões e complementos). *Organizações & Sociedade*, Salvador, v.8, n. 20, p.1-14, jun./jul. 2001.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, v. 30, n. 39, p.181-211, jul./dez.2003

JUNG, Carlos Fernando. *Metodologia Para Pesquisa & Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil Editora, 2004.

LIMA, J. P. S. *A Contabilidade e as Cooperativas Populares Autogestionárias – uma contribuição à democratização da gestão*. In: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo; Núcleo de Gestão da ITCP-USP (Org.). *A gestão da autogestão na economia solidária: contribuições iniciais*. (pp. 67-73), Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007.

LISBOA, Armando de Melo. Significado e perspectivas da economia solidária. In. ZART, Laudemir Luiz e SANTOS, Josivaldo Constantino dos (Orgs). *Educação e Sócio-economia Solidária. Interação Universidade –*

*Movimentos Sociais*. Série Sociedade Solidária Vol. 2. Cáceres: Unemat Editora, 2006.

MAHER, Michel. *Contabilidade de Custos: criando valor para a administração*. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Elizeu. *Contabilidade de Custos*. São paulo: Atlas, 2010

MORANTE, Antonio Salvador. JORGE, Fauzi Timaco. *Formação de Preços de Venda: preços e custos e composto de marketing, preços e concorrência, preços e clientes*. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Rayanna Nayhara Oliveira do. RÊGO, Thaiseany de Freitas. DIAS, Thiago Ferreira. *Gestão de custos e formação de preço: um estudo das práticas adotadas pelos empreendimentos econômicos solidários. XXI Congresso Brasileiro de Custos*. Natal, 2014

OLIVEIRA, Renato Ferreira de. ARAÚJO, Uajará Pessoa. SANTOS, Antônio Carlos dos. *Efeito do fair trade na cooperativa de agricultores familiares de café de poço fundo, mg. Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 10, n. 2, p. 211-225, Lavras, 2008.

SENAES-SIES. *Atlas da Economia Solidária 2005-2007*. São Paulo: Todos os Bichos/ANTEAG, 2009

SINGER, Paul. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Economia Solidária: um modo de produção e distribuição*. In. \_\_\_\_\_ e Souza, André Ricardo de (Orgs). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2 Ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, André Ricardo. *Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho*. In. \_\_\_\_\_, Singer, Paul, CUNHA, Gabriela Cavalcanti, DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs.) *Uma Outra Economia é Possível*. São Paulo: Contexto, 2003

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2014.

WERNKE, Rodney. *Análise de Custos e Preços de Venda: ênfase em aplicações de casos nacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

ZART, Laudemir Luiz. *Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários*. 2013.

## ANEXO

### Quadro de Conceitos Referenciais para a Contabilidade com Empreendimentos Econômicos Solidários

<b>Conceitos</b>	<b>Descrição</b>
<b>Gasto</b>	Aquisição de produtos ou serviços que implica em sacrifício financeiro, imediato ou não, para a entidade.
<b>Desembolso</b>	Corresponde ao pagamento resultante da aquisição de bens ou serviços.
<b>Custo</b>	É o valor pelo qual se obtém um bem, direito ou serviço. Por extensão, é também o montante dos valores da matéria-prima, mão de obra e outros encargos incorridos para a produção de bens e serviços. Ele é, pois, tanto o preço pelo qual o bem ou serviço foi adquirido, como o incorrido no processo interno da entidade para prestação de serviços ou obtenção de bens, para venda ou uso interno.
<b>Despesa</b>	É o sacrifício que não mais trará benefícios futuros, correspondendo aos bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para obtenção de receitas.
<b>Investimento</b>	É o gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a períodos futuros.
<b>Perda</b>	Bem ou serviço consumido de forma anormal e involuntária, que não visa à obtenção de receita. Caracteriza-se pelo uso de recursos sem o correspondente benefício.
<b>Objeto de Custo</b>	Item para o qual se deseja atribuir ou conferir a informação de custos.
<b>Materiais Diretos</b>	Integram o custo dos Materiais todos os sacrifícios incorridos até a sua utilização, ou seja, as matérias primas, os componentes adquiridos prontos, as embalagens e os materiais utilizados diretamente no processo de produção. Todos os gastos com esses itens serão apropriados aos produtos.
<b>Mão de Obra</b>	A mão de obra são gastos dispendidos na produção, podendo também existir os gastos na administração e em outros setores da empresa. Fazem parte da taxa de mão de obra direta todos os encargos sociais, férias, 13º salário, descanso remunerado, feriados etc.;
<b>Gastos Gerais de Fabricação ou Custos Indiretos de Fabricação</b>	Geralmente são os gastos que não estão classificados nos materiais diretos ou mão de obra direta e que sua alocação aos produtos deve ser realizada com critérios julgados mais adequados possível

<b>Custo da Produção do Período</b>	É a soma dos custos incorridos no período dentro da fábrica. Ex: CPP = Material Direto + Mão de Obra Direta + Custos indiretos. Obs. Se utilizar o método de custeio variável exclui os custos indiretos.
<b>Custo da Produção Acabada</b>	É a soma dos custos contidos na produção acabada no período. Pode conter Custos de Produção também de períodos anteriores existentes em unidades que só foram completas no presente período.
<b>Custo dos Produtos Vendidos</b>	É a soma dos custos incorridos na produção dos bens e serviços que só agora estão sendo vendidos
<b>Custos Diretos</b>	São os custos que podem ser diretamente apropriados aos produtos, bastando haver uma medida de consumo (quilogramas de materiais consumidos, embalagens utilizadas, horas de mão de obra utilizadas e até a quantidade de força consumida), assim são os Custos Diretos com relação aos produtos.
<b>Custos Indiretos</b>	São os custos que não oferecem condição de uma medida objetiva e qualquer tentativa de alocação tem de ser feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária (como o aluguel, a supervisão, as chefias etc.). Assim, são os Custos Indiretos com relação aos produtos.
<b>Onde Terminam os Custos de Produção</b>	Os custos terminam quando se define o momento em que o produto está pronto para a venda. Exemplo básico: no caso da embalagem; se os produtos já são colocados à venda embalados de forma diferente (ex. no pote de doce) então os gastos com esses potes serão considerados custos. Agora se o produto só necessita de uma embalagem no momento da venda (ex. o saco plástico) isso é considerado despesa.

**Elaboração:** Thiago Wanderson Zorzan Santana.

**Fontes:** MARTINS, 2010; WERNKE, 2005, MAHER, 2001; NAKAGAWA, 2001.

## CAPÍTULO 6

### PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO PONTO DE COMERCIALIZAÇÃO: FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA (FEISOL)

Douglas Alexandre Campos Castrillon Junior  
Eliane dos Santos Martinez Paezano  
Luan Benedito Oliveira da Silva  
Rafaela Grazielle Castrillon

#### 1 Introdução

A oportunidade de relatar e analisar a passagem de atividades e ações advindas de trabalhadores e trabalhadoras de vários grupos sociais, com o intuito de realizar crescimento e desenvolvimento coletivo sustentável e solidário, motiva a objetivação de explanação deste trabalho.

Há o significado de discutir e indicar processos organizacionais, realizados na área da formação, mobilização e execução em prol de um modo de organização do trabalho, pensado por trabalhadores, apresentando a passagem problematizada das condições em situações de desorganização para criar mecanismos de acesso de geração de renda e fortalecimento de atores sociais do campo como pressuposto de protagonismo social.

A fluência do trabalho de campo de formação em espaços não formais de educação, propositou ao avanço de abordagens sistêmicas de desenvolvimento para ocorrer as possibilidades de processos formativos de organização comercial, a mobilização e a organização para a Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL), e, o processo operacional comercial, que relatam a proximidade da história vivida pelo Núcleo Unemat-Unitrabalho, juntamente com a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES), com grupos sociais nas labutas primárias e significativas de estabelecerem relação de coletividade e trabalho associado.

A condição de estabelecer atividades de extensão universitária avilta a proposição de vias alternativas do conhecimento científico no campo social e a condição contrária deste conhecimento social para o centro científico, portando, nesta extensão a incubação como forma organizativa institucional para fecundação de empreendimentos



econômicos solidários e suas formas sociais de organização. A conclusão estabelece a função social do sujeito social em colaboração não somente no campo econômico ou na construção de renda individual, mas sim, na renda coletiva.

A contemplação deste trabalho se representa pela iniciativa de inovar como forma a contraposição ao processo estabelecido do pensar maquinário, do olhar cibernético, do fazer gerencial, e sim da relevância do estar produtivo, bem comum, desejos sustentáveis. Esta iniciativa representa focalmente a observância do trabalho de extensão universitária realizada pelo Núcleo Unemat–Unitrabalho conjuntamente com Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Desde 2005 o Núcleo Unemat–Unitrabalho promove formação de sujeitos sociais para a perspectiva de um novo olhar para o modo de trabalho e a obtenção dos trabalhadores aos modos de produção. Deste modo, enfrentando a permanência da transformação social apresentada como oposição as condições irregulares ao trabalho no campo e na cidade, surgiram resultados de trabalhos materializados após todo o ciclo de incubação de novos empreendimentos e de empreendimentos já constituídos. Assim, uma importante materialização do trabalho realizado, consiste no nascimento da Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL), obtendo a abertura e acesso de trabalhadores do campo na promoção de suas produções no setor urbano da cidade de Cáceres – MT.

Contudo a contemplação dos processos organizacional comercial, organizacional da mobilização, FEISOL e a sua inicial operacionalização para enfatizar o processo da construção e desenvolvimento saber popular, discutindo espaços de organização social ilustrando o protagonismo dos sujeitos sociais que transformam ambientes, são resultados inerentes da participação das instituições e trabalhadores no ambiente que sobrepõe o fator econômico, atendendo a socioeconomia.

Para tanto, os processos permitirão conhecer períodos de trabalho que arduamente foram a estrutura da Feira e os espaços de organização que foram crescendo na perspectiva do trabalho associado e bem viver.

## 2 Processo Formativo de Organização Comercial

Com a aprovação do projeto INCUBAR, via a política pública PRONINC que através do Núcleo Unemat–Unitrabalho objetivou a realização da incubação de empreendimentos e o desenvolvimento de novos empreendimentos, surgindo como embriões organizacionais, os Empreendimentos Econômicos Solidários.

Todo trabalho desenvolvido pelo projeto supracitado passou pelos primeiros contatos denominado pré–incubação,

Nesta etapa realizamos várias reuniões. Na primeira reunião que denominamos como conhecimento mútuo, nós apresentamos a equipe: quem somos, o que propomos e o que é o movimento de Economia Solidária [...]. Nos encontros seguintes levantamos a história do grupo os seus componentes e do lugar geográfico. Aplicamos nessa etapa, o questionário socioeconômico que auxiliará no planejamento das ações (VAILANT, COSTA E COSTA 2006 p. 143).

É importante todo esse processo denominado como primeiros contatos para que hajam a constituição de vínculo com a comunidade e lideranças locais com as equipes de campo, neste caso, a equipe do Núcleo Unemat–Unitrabalho.

As primeiras reuniões obtiveram cunho norteador para a apresentação do projeto com os/e sujeitos assentados da Fronteira realizada em fevereiro de 2014, no qual foram discutidos os problemas existentes nos assentamentos, nesta reunião estiveram presentes representantes de sete assentamentos denominados assentamento: Corixa, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Rancho da Saudade, Bom Sucesso e Sapiquá, todos geograficamente em área de fronteira com a Bolívia.

Os próximos procedimentos com os assentados foram a aplicação de questionários de caracterização socioeconômica e ambiental dos agricultores do território, que tem por objetivo, compreender e visualizar o potencial produtivo de diversas culturas agrícolas dos agricultores daquele território. Após a sistematização e compartilhamento dos dados, iniciou-se pelas formações em espaços não escolares com temáticas sobre a Economia Solidária, tecnologias sociais entre outras, dando início ao processo de incubação. Em março

de 2015, realizou-se a apresentação dos dados do diagnóstico socioeconômico aos assentados, onde foram criadas metodologias, conforme Martins:

Para a apresentação dos dados coletados foi desenvolvida como método de exposição: o muro das lamentações, que é o momento que os camponeses fizeram apontamentos dos problemas existentes nos assentamentos. Após foi trabalhada as árvores dos sonhos, que tinha por objetivo elencar as possíveis soluções para os problemas pontuados. As metodologias trabalhadas tinham por objetivo facilitar a compreensão referente aos dados apresentados e ao mesmo tempo fazer a interação entre os participantes. Entre os métodos desenvolvidos o que teve mais repercussão foi o muro das lamentações. Os agricultores pontuaram uma grande quantidade de problemas que enfrentam no dia a dia (2015, p. 03).

Oriundo a apresentação de dados foi pensado e efetivado em abril de 2015 o I Workshop Fortalecimento do Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Território de Fronteira, para que os assentados discutissem sobre suas dificuldades e forças com autoridades como: vereadores, prefeito, organizações sociais, professores, pesquisadores etc.

A partir desse Workshop um grupo familiar com representantes de seis famílias começam a fortalecer e se destacar nas próximas reuniões de formação, a discutir possibilidades de trabalhos coletivos. Nesse sentido, no dia 20 e 21 de julho de 2016 com a vontade de produzir e conseguir consolidar a economia solidária e a cooperação entre trabalhadores, inicia-se a construção da horta no lote dos agricultores João A. Pereira e Marcilene Pereira, na região de Fronteira Brasil X Bolívia, especificamente no Assentamento Sapiquá com distância de 90 Km de Cáceres.

A escolha desse lote, deu-se por obter água em boa escala e espaços virgens de produção, que naquela propriedade, assim com o auxílio dos bolsistas do núcleo e agrônomos da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) Campus de Tangará da Serra foi realizado o processo de análise, esquadrejamento e construção dos canteiros, iniciando o plantio de mudas das hortaliças.

Após todo o processo acima citado, iniciou-se via agricultores a etapa de plantio de hortaliças, enquanto, produziam produtos com a iniciativa coletiva de gerar renda, havia a preocupação para (quem) e para onde (vender) a quantidade produzida durante o processo de planejamento e controle produtivo, dessa forma, foram pensadas estratégias de comercialização via meios eletrônicos como: via e-mail, ligações, WhatsApp, e outros meios de comunicação, para que pudéssemos alcançar o maior número de consumidores da cidade Cáceres-MT, destacando que todo esse processo foi realizado com semanas que antecedia a comercialização.

Com isso, no dia 14 de setembro de 2015, ocorreu a primeira comercialização, na qual os técnicos do Núcleo Unemat-Unitrabalho, organizaram o processo logístico dos produtos participando de toda a comercialização no pátio da Universidade do Estado de Mato Grosso. As atividades do processo logísticos do assentamento a comercialização, ocorreram por um longo período, a princípio, as vendas eram feitas apenas por encomendas.

A produção do grupo foi crescendo e no início, seus principais produtos eram alface, rúcula, cheiro verde, almeirão, ovos caipiras. Assim, o grupo percebeu a necessidade de diversificação de seus produtos, ou seja, manter os que já tinham e produzir outros, desta forma no decorrer do processo foram surgindo novos produtos como o queijo e o doce, posteriormente o pão, diversificando a produção e também os trabalhos internos.

Entretanto, a organização do empreendimento em seu início é um processo doloroso, no qual são necessários por parte de todos os atores envolvidos muito esforço, investimento, paciência, compreensão, pois o retorno desse investimento é demorado. Neste empreendimento, não foi diferente, o grupo foi se fortalecendo, mas no caminhar duas famílias desistiram por motivos particulares ou até mesmo por acreditarem que o retorno seria rápido. Com apenas quatro famílias integrantes eles continuaram com uma boa produção e com produtos que se destacaram como o queijo, pão e o doce caseiro.

Como todo o processo realizado, foi construído com os princípios da economia Solidária fazendo relação aos objetivos dos projetos de extensão, conforme:

Uma maneira de organização da sociedade e da vida que tem nos valores da cooperação, da democracia, da autogestão, da coletividade, da valorização do trabalho, do respeito à natureza e

do outro ser humano sua forma de pensar e agir. A Economia Solidária não está centrada na prática da exploração do outro, da destruição do meio ambiente, da dominação. Ela é um processo de viver em plenitude da liberdade humana (Núcleo Unemat-Unitrabalho, INCUBEES, 2014).

Nesse sentido, é importante destacar que é muito interessante e até emocionante, pois mesmo com muito trabalho, já que a quantidade de pessoas inicialmente foi pequena, este grupo pioneiro fortaleceu com estratégias incutidas na comercialização dentro do assentamento e no território de fronteira. Sendo o início de pressupostos da comercialização solidária no ponto de comercialização Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL).

### **3 Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL)**

A FEISOL teve seu início no dia 14 de setembro de 2015, na primeira comercialização foi adotada a metodologia comercialização em ligar para possíveis consumidores explicando a existência dos produtos e se gostaria de fazer encomendas, esta ação ocorreu com um público alvo específico, sendo estudantes, técnicos e professores universitários. E assim, esta ação ocorreu por semanas, mas com o aumento de consumidores e dos vários produtos que estavam sendo comercializados se tornou inviável o trabalho por encomenda, a partir de detectar essa inviabilidade, foi proposto pela equipe de técnicos, consumidores e agricultores a realização semanal nas quintas-feiras no pátio da Unemat a comercialização presencial.

No início, eram comercializados somente os produtos dos agricultores da fronteira e como o Núcleo Unemat-Unitrabalho realizava trabalhos com outros grupos, estes também foram inseridos na feira no ano de 2015 e em novembro o ponto de comercialização continha quatro grupos de agricultores rurais com diversidades de produtos entre verduras, legumes, queijos, salgados, doces, bebidas e galinha caipira.

Portanto, conforme levantamento realizado com todos empreendimentos, essa feira proporciona uma renda contínua para os agricultores, uma vez que, toda semana circulam muitos consumidores, proporcionando um ciclo de benefícios, destacando que, os produtores comercializam seus produtos sem atravessadores

tendo uma renda e os consumidores têm a oportunidade de consumir produtos de qualidade a preços acessíveis a todos.

#### **4 Processo Organizativo de Mobilização Comercial**

Para iniciarmos a mobilização comercial para o desenvolvimento do processo de produção até a comercialização, foram identificadas fragilidades comerciais, pois existiam graves fragilidades de acesso entre os produtos dos empreendimentos e os grupos de potenciais consumidores.

Foram refletidas sobre as possibilidades existentes, entre uma produção sem agrotóxicos introduzindo um conjunto de produtos diferentes do consumo existentes na região de Cáceres, onde precisaríamos fazer essa ponte entre o produto e consumidor, assim, estabeleceu-se a criação de listas com contatos institucionais, amigos, colegas de trabalho, familiares e professores da universidade. A relação diária com possíveis consumidores, pressupôs a relação de convívio, ajuda mútua entre trabalhadores de diversos ramos operacionais.

O processo de mobilização tem a necessidade de ser realizado constantemente, é necessário que haja muita determinação e vontade, pois exige do mobilizador muita paciência e determinação para atingir seu objetivo, nesse sentido, em relação aos nossos mobilizadores não foi diferente, foram encontradas muitas dificuldades, principalmente em criar o hábito de consumo local, dias e horários diferentes em que habitualmente realizam nos mercados, mercearias e frutarias. Como de início as pessoas não conheciam nossos produtos, não foi fácil as primeiras tentativas.

A cartilha de Economia Solidária outra economia a serviço acontece diz que;

Um dos grandes desafios está justamente em construir uma diversidade de estratégias para a alteração dos atuais mecanismos de funcionamento do mercado e das atividades econômicas, que ao mesmo tempo deem um retorno imediato aos empreendimentos solidários para que a economia solidária aconteça concretamente e mostre seus resultados e suas vantagens para a sociedade brasileira, buscando articular a dimensão política com a dimensão econômica (2010, p. 24).

Nesse processo de mobilização foi dividido em três equipes, dividindo o método de trabalho em: realizar contato com o consumidor; relacionar produtos e organizar a entrega do produto nas mãos do consumidor. A primeira fase de mobilização iniciou através do contato com os agricultores para destacar quais produtos estariam a disposição para aquela semana, assim eram feitas planilhas detalhando produtos e quantidade.

A partir desse ponto entra a segunda equipe para a mobilização dos consumidores, entrando em contato com todos os possíveis contatos/consumidores que, com o passar das semanas, os mesmos foram indicando novos consumidores e a oferta de novos produtos. As ligações foram realizadas duas vezes na semana, no início, a lista de venda continham cerca cem possíveis ligações, iniciando o processo de sensibilização da comercialização com os produtos, pois o próprio consumidor já começa a fazer propaganda dos produtos que favorecem a saúde por não conter o agrotóxico.

A terceira e última equipe realizavam a fase fina, sendo ela a entrega desses produtos, este trabalho iniciava por voltar das quinze horas, nesse horário a equipe se deslocava para o Assentamento Sapiquá, onde havia a colaboração na colheita dos produtos para que esse processo, ocorresse com agilidade e que os produtos não ficassem expostos por muito tempo fora da refrigeração.

Após realizamos a conferencia dos produtos com os agricultores, saímos em direção a Cáceres, valendo ressaltar que nunca trazíamos os produtos contados sempre trazíamos alguns produtos a mais, pois sempre apareciam consumidores querendo adquirir mais produtos.

No início, como não havia um ponto para comercialização com a massificação comercial e ou Ponto de Vendas (PDV), foram executados com os consumidores o ponto de entrega na universidade, utilizando a estrutura de mesas e cadeiras para o processo de separação e distribuição dos produtos. Esta iniciativa, fortaleceu a localização de recebimento de consumidores, onde acontecia com agilidade, pois o processo de separação identificava, o nome, valor e o horário de entrega, assim, ganhando a confiança e credibilidade, muitas vezes encomendavam os seus produtos para a próxima semana.

Foi a partir desse processo de mobilização que ocorreu a propagação e massificação do ponto de comercialização universitário, posteriormente FEISOL.

Após alguns meses de mobilização, novas formas de divulgação e mobilização foram introduzidas, criando nas redes sociais perfis de acesso com diversos públicos, ajudando nas divulgações, criando slogans, cartazes em mídias digitais.

No decorrer do processo de comercialização, outros empreendimentos eram incubados e assim começaram a manifestar vontade pela comercialização, aos poucos no pátio da universidade iniciamos a abrangência espacial de vendas, sendo uma comercialização ainda meio tímida, pois para todo esse processo de mobilização até a comercialização ainda era novo, todos os dias tínhamos aprendizados diferentes, tornando-se um espaço de aprendizagem para a equipe do núcleo e os trabalhadores assessorados. O envolvimento de entidades nesse processo foi peça chave para avanço no decorrer das atividades, pois os maiores interessados nesse segmento de comercialização eram os agricultores, a relação entre instituições que trouxeram formas e técnicas para processos de desenvolvimento fortaleceu as associações e a criação de novas.

Com o envolvimento das entidades como: o Centro de direitos Humanos Dom Máximo Biennès (CDH), a Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) e a Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER) no processo de mobilização da abrangência em atingir um objetivo único, que foi a consolidação da FEISOL, realizada semanalmente na universidade, processo pelo qual o atravessador é excluído do percurso da comercialização. Assim o produtor realiza sua venda diretamente ao consumidor havendo uma relação próxima e confortável, bem como, concretizou a parceria interinstitucional necessária para desenvolver práticas de trabalho associado entre instituições, juntamente com agricultores e agricultoras de várias regiões da cidade de Cáceres, fortalecendo uma novo modo de trabalho cooperado, dando ênfase a uma outra economia, destacando princípios solidários e técnicas sócias inovadoras.

A cartilha de Economia Solidária, outra economia a serviço acontece, diz que:

Quando falamos que “Outra Economia Acontece”, estamos nos referindo à prática da



Economia Solidária, que aparece justamente nas iniciativas de produção, comercialização e consumo solidários. Trata-se de um eixo complexo, pois envolve e articula os diferentes estágios da atividade econômica dos empreendimentos solidários, desde a produção até o consumidor final (2010, p. 24).

A procura por construir acesso entre os agricultores e consumidores, foca-se na relação comercial derivada de sujeitos trabalhadores, acrescidas as possibilidades do consumo de variedades de produtos que trazem benefícios à saúde, tendo ainda, um espaço de confraternização, entre as pessoas envolvidas na feira.

## **5 Processo Operacional de Comercialização**

O processo de chegar a autogestão do trabalho associado, vindo em contraposição ao sistema capitalista, que nos é imposto e buscando as prerrogativas da cooperação e da solidariedade, elucida-se o que fala Cornelian:

A autogestão pressupõe que o trabalhador seja capaz de atuar de maneira contundente no contexto econômico e político do empreendimento no qual ele está inserido. Mais do que isso, as possibilidades de desenvolvimento local que tais empreendimentos solidários proporcionam exigem que o trabalhador saiba atuar politicamente na comunidade local de maneira responsável. Por esse motivo, é necessário que os trabalhadores adquiram e consolidem uma formação educacional crítica que permita a absorção de valores como solidariedade e cooperação, em contraposição ao sistema de valores capitalista. Tudo isso, sem descuidar de uma formação técnica capaz de permitir a adequada geração de riqueza em tais empreendimentos e a gestão eficiente destes. É a articulação entre esses dois aspectos, educação crítica e formação técnica, que permitirá uma nova lógica de participação e distribuição de riqueza nesses empreendimentos econômicos (CORNELIAN, 2006, p. 65).

O trabalho de comercialização realizado pelos técnicos universitário e agricultores, mostra um exemplo de coletivo cooperado, essa forma de trabalho que é pouco comum, pois é difícil enxergar a cooperação entre as pessoas, em tempos que a individualidade vem tomando espaço. A iniciativa e a confiança no trabalho dos agricultores, fez com que o passo dado com a iniciação da formação e incubação, fosse o suporte para que mesmo sem uma demanda comercial estabelecida, sem uma estrutura mínima, a comercialização, ocorreu a fundamentação de que é possível fazer diferente e foi realizada, utilizando somente o que estava disponível.

Passando de um início com entregas na casa das pessoas e depois a técnica de venda utilizada que foi a ligação telefônica, para que as pessoas fossem até um local pré-estabelecido, neste caso, o campus da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), no campus eram separadas as encomendas das pessoas para que deixássemos pronto para entregar, neste início ainda por uma falta de experiência os sujeitos operacionais falharam, por exemplo em: estabelecer pouco troco como fundo de caixa, o que ocasionou um certo desconforto por parte dos consumidores, mas isso, também foi superado com a experiência adquirida durante as semanas de trabalho; estrutura física para organizar os produtos, os mesmos eram colocados em mesas de concreto do pátio da UNEMAT depois de um tempo, conseguiu-se a disponibilização de uma mesa de madeira grande da UNEMAT, assim já houve um avanço na questão da organização de produtos.

Outra dificuldade enfrentada enquanto estrutura, era a iluminação do espaço onde acontecia a comercialização, mesmo que, com as dificuldades iniciais, a organização do trabalho crescia a vontade de ver aquele embrião desenvolver e processos operacionais de separação embalagem e entrega aconteciam de forma rápida, mesmo com as grandes quantidades de pedidos.

Na busca por alternativas para a resolução desses problemas, optou-se por ir o pátio central da UNEMAT, onde havia mais iluminação, mais se criou uma nova ambiguidade, pois mesmo que, ainda não seria o ideal as mesas de concreto, elas auxiliavam na organização dos produtos e indo para uma área mais central do pátio, os agricultores não teria essas mesas e ficariam somente com a mesa de madeira. A partir daí o trabalho começou a ampliar-se, com o aumento de empreendimentos, produtos e consumidores, dando complexidade aos processos de venda e do trabalho comercial.

Apontando o indicativo de maior proximidade com o consumidor, obtendo um consumo solidário.

Para Zart (2013), o consumo solidário implica a relação direta entre aqueles que produzem e aqueles que consomem. O consumo solidário pode ser resultado de políticas públicas e é bom que se avance neste caminho. Mas ele pode também ser resultado da associação livre de consumidores que se organizam para a aquisição de produtos que além de definir quais são, discutem a quantidade e qualidade destes produtos.

Com essa interação entre produtor e consumidor, ambos têm a possibilidade de buscar e relatar processos que poderiam fazer com que os produtos sejam mais adequados aos consumidores e que os consumidores consigam enxergar a importância da pessoa produtor enquanto trabalhador.

Neste caso específico da FEISOL, os empreendimentos passaram a trazer produtos minimamente processados, por exemplo: abóbora e mandioca já cortadas e descascadas, com a perspectiva de atingir esse público enorme, caracterizados em acadêmicos e professores.

Outra forma de ter o produtor e consumidor, e produtor com produtor, é uma feira mais ampla, que ocorre basicamente duas vezes ao ano. Esta feira ganhou o nome de Feira Pantaneira: sabores e saberes, por ser uma feira maior com apresentações culturais, o envolvimento entre as pessoas acaba sendo maior e assim ocasionando mais trocas de experiências, aprendizado levando em consideração as culturas, os sabores e os saberes de várias regiões. A feira Pantaneira se tornou uma estratégia operacional de promoção das atividades realizadas pelos agricultores, dando a oportunidade de crescimento econômico e publicidades das ações cotidianas.

## **6 Considerações Finais**

A importância de enfatizar que a presença da formação de sujeitos sociais para o saber do pensar, para depois agir, acrescenta a possibilidade assertiva deste processo de fecundação de ambiente organizacional sustentável e solidário, vivido e desenvolvido com e por trabalhadores.

Sendo assim, a pertinência em destacar que a figura de crescimento foi a presença dos trabalhadores do campo, com a sua sensibilidade e intensidade de promover a revelação do saber comercial diferente, onde a postura de comerciante não sobressai a

origem, evitando o pronunciamento do saber promiscuo e individual, observando que no campo da agricultura familiar, sob a forma do trabalho associado, o fazer é coletivo e a ajuda é mutua, para tanto destaca-se a identificação de novas relações entre os sujeitos sociais dentro ponto de comercialização.

Os processos que operacionalizaram a implantação, crescimento e desenvolvimento da Feira, remete ao protagonismo social da intenção de fazer um ato inédito, com a visão de que a associação dos saberes os tornam sustentáveis.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Decreto nº. 7.358, de 17 de novembro de 2010. *Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências.* Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm)

[2010/2010/decreto/d7358.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm). Acessado em 03 de agosto de 2016.

Campanha da Fraternidade Ecumênica, *Economia Solidaria outra Economia a Serviço da Vida Acontece*, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, 2010. CORNELIAN, Anderson Ricardo. *A Concepção de “Economia Solidária” em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas.* Unesp. <<http://portal.fclar.unesp.br/possoc/teses>. Acessado em 03 de agosto de 2016. 2006. Pág. 65.

GALVÃO, M. N. & CITUENTES, R. *Cooperação, Autogestão e Educação nas novas Configurações do Trabalho.* UNESP <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/448/347>> Acessado em: 02 de agosto de 2016.

MARTINS, Jucilene de Oliveira, *Processo de mobilização e articulação do I Workshop Fortalecimento do desenvolvimento da agricultura familiar no território de fronteira.* Encontro Cacerense de Economia Solidária, Cáceres/MT, Brasil, 19-22 agosto 2015, Núcleo Unemat-Unitrabalho, Universidade do Estado de Mato Grosso. Anais Vol. 1.

VAILANT Clovis; COSTA, Dilma Lourenço da; e COSTA, Rogerio de Oliveira, *Incubação de Empreendimentos Econômicos-Solidários e Sustentáveis e a Educação e Sócio-economia Solidária na Incubadora da Unemat.* ZART, Laudemir Luiz. (org.) *Educação e Sócio-Economia Solidária. Interação Universidade – Movimentos Sociais.* Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

ZART, Laudemir Luiz. *Caderno Pedagógico II Socieconomia Solidária.* Vol 2. Nº 1. Cáceres/MT: Editora Unemat, 2013.

## Relação dos Autores/as

### **Alceu Zóia**

Graduado em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1990), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2000) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás(2009). É professor efetivo da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Sinop.

*e-mail: [alceuzoia@hotmail.com](mailto:alceuzoia@hotmail.com)*

### **Angela Ester Mallmann Centenaro**

Graduado em Economia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1996), Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004) e Doutorado em Ciências Sociais, ênfase em Sociologia Econômica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2013). É professora efetiva da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Sinop.

*e-mail: [angela.centenaro@unemat.br](mailto:angela.centenaro@unemat.br)*

### **Anderson Gheller Froehlich**

Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (2015), Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente pela Universidade de Brasília - UnB (2008), Especialização em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras - UFLA (2000) e Graduação em Administração pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (1995). É professor efetivo da Universidade do Estado de Mato Grosso.

*e-mail: [andergf@gmail.com](mailto:andergf@gmail.com)*

### **Armando Lirio de Souza**

Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará. Graduado em Ciências Econômicas pela UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo PLADES/UFPA e Doutor em Desenvolvimento Rural pelo PGDR/UFRGS. Atualmente, professor colaborador do programa de Pós-Graduação em Economia(PPGE/UFPA), com orientação de Mestrado e Doutorado.

*e-mail: [armandolirio@gmail.com](mailto:armandolirio@gmail.com)*

### **Camila Emanuella Pereira Neves**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (2009), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2012) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2017). Atuou como professora do município de Cuiabá.

*e-mail: [camilaemamuella@hotmail.com](mailto:camilaemamuella@hotmail.com)*

### **Cristiane Gonçalves Ribeiro**

Graduada no curso de Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT e especialista em políticas públicas e controle social do estado- UNEMAT. Mestranda em Geografia UNEMAT. Bolsista do Núcleo Unemat - Unitrabalho.

*e-mail: [cristianegribeiro@outlook.com.br](mailto:cristianegribeiro@outlook.com.br)*

### **Douglas Alexandre de Campos Castrillon Junior.**

Graduado em Administração pela Faculdade do Pantanal (FAPAN/2013); Especialização em Economia Solidaria e Políticas Públicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Núcleo Unemat Unitrabalho/2017); Mestrando no Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA/UNEMAT/2017). Bolsista técnico do Núcleo Unemat- Unitrabalho.

*e-mail: [douglas\\_castrillon@hotmail.com](mailto:douglas_castrillon@hotmail.com)*

### **Edson Caetano**

Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1991), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Atualmente é Professor Associado II da Universidade Federal de Mato Grosso; Instituto de Educação, Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação.

*e-mail: [caetanoedson@hotmail.com](mailto:caetanoedson@hotmail.com)*

### **Elei Chavier Martins**

Graduado em Administração pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Mestrado em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Foi estagiário da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Tangará da Serra.

*e-mail: [leichavier@yahoo.com.br](mailto:leichavier@yahoo.com.br)*

### **Eliane dos Santos Martinez Paezano**

Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2008), e em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso(2013), Especialista em Psicopedagogia pela UniSERRA, Especialista em Economia Solidária e Políticas Públicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Mestranda em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT. Bolsista técnica do Núcleo Unemat – Unitrabalho.

*e-mail: [elianesmpaezano@gmail.com](mailto:elianesmpaezano@gmail.com)*

### **Evelyn de Oliveira Cardoso dos Santos**

Técnica em Segurança do Trabalho pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI/MT(2014), graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso –UNEMAT (2018). Bolsista do Núcleo Unemat - Unitrabalho.

*e-mail: [evelyn\\_cardosoo@hotmail.com](mailto:evelyn_cardosoo@hotmail.com)*

### **Everson E. Farias de Lima**

Economista formado pela Universidade Federal do Para (UFPA). Integrante do Diretório de Pesquisa/Grupo de Estudo e Pesquisa Desenvolvimento, Dinâmica do Trabalho e Gestão Territorial na Amazônia Oriental e do Programa Integrado de ensino, Pesquisa e extensão Mercado Institucional de Alimentos. Atualmente Economista Técnico do Projeto de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários no Estado do Pará.

*e-mail: [everson.e.f.lima@gmail.com](mailto:everson.e.f.lima@gmail.com)*

### **Fernanda Santana de Souza**

Mestra em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (2013), Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2014), Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (2005) e Bacharel em Teologia - Seminário Teológico Batista de Mato Grosso (2004). Atualmente é assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

*e-mail: [Fernanda\\_ses@yahoo.com.br](mailto:Fernanda_ses@yahoo.com.br)*

### **Iraci Aguiar Medeiros**

Graduada em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1994), especialista em História Moderna pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1996), especialista em Ciências e Técnicas de Governo pela Fundação de Desenvolvimento da Administração Pública de São Paulo (2002), Mestrado em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (2008) e Doutorado em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (2013). Bolsista do Núcleo Unemat - Unitrabalho.

*e-mail: [medeiros.ira@gmail.com](mailto:medeiros.ira@gmail.com)*

### **Janbor Alencar Borges**

Graduado em Ciências Contábeis na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), bolsista de iniciação científica pela FAPEMAT e apoio técnico (CNPq) vinculado ao núcleo Unemat-Unitrabalho da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

*e-mail: [janbor\\_alencar@hotmail.com](mailto:janbor_alencar@hotmail.com)*

### **João Ivo Puhl**

Graduado em Licenciatura Curta Estudos Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências Dom Bosco(1977). Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul(1981), graduação(1996) e especialização(2000) em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Mestrado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso(2003) e Doutorado pela em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos(2011). Atualmente é professor adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso.

*e-mail: [jivopuhl@gmail.com](mailto:jivopuhl@gmail.com)*

### **Jonathas Felipe Aires Ferreira**

Possui Graduação em Gestão Ambiental pela Universidade de Brasília- UnB (2013) e Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade de Brasília – UnB (2016). Atuando principalmente nos seguintes temas: Assentados, empoderamento, agroecologia e relações de gênero.

*e-mail: [jonathas.felipe18@gmail.com](mailto:jonathas.felipe18@gmail.com)*

### **Jucilene de Oliveira Martins**

Graduada em Licenciatura plena em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Participou como bolsista no período de 2012 a 2013 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, que desenvolve atividades na área da Educação do Campo; fundamentados na economia solidária e popular, agroecologia e sustentabilidade. É mestranda do Curso de Pós Graduação em Geografia PPGGEO da UNEMAT. Bolsista Núcleo Unemat – Unitrabalho.

*e-mail: [juci-oliveira2010@hotmail.com](mailto:juci-oliveira2010@hotmail.com)*

### **Laudemir Luiz Zart**

Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco, Santa Rosa - RS (1987), mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998) e doutorado em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (2012). É Professor Adjunto VIII da Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus Universitário Jane Vanini de Cáceres, integra o Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO e a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES).

*e-mail: [laudemirzart13@yahoo.com.br](mailto:laudemirzart13@yahoo.com.br)*

### **Lia Tiriba**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em Educação pela Fundação Getúlio Vargas e doutorado em Ciências Políticas e Sociologia (Programa Sociologia Econômica e do Trabalho) pela Universidade Complutense de Madrid. Líder do grupo de pesquisa/CNPq Trabalho e educação - Neddade (2016).

*e-mail: [liatiriba@gmail.com](mailto:liatiriba@gmail.com)*

### **Lizandra Ozeia de Oliveira**

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (2017). Tem experiência em Contabilidade Gerencial e Contabilidade Fiscal. Bolsista do Núcleo Unemat – Unitrabalho.

*e-mail: [lizandraozeia@gmail.com](mailto:lizandraozeia@gmail.com)*

### **Leda Gitahy**

Professora do Programa de Pós-graduação em Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas e professora colaboradora do Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento da



Universidade federal do Oeste do Pará. Tem graduação (1979) e mestrado (1980) em Ciências Sociais e doutorado em Sociologia (2000) pela Universidade de Uppsala (Suécia). Atualmente é Professora Livre Docente da Universidade Estadual de Campinas e Chefe do Departamento de Política Científica e Tecnológica do IG/UNICAMP.

*e-mail: [gitayh@gmail.com](mailto:gitayh@gmail.com)*

### **Luan Benedito Oliveira da Silva**

Graduando em Licenciatura Plena em Matemática, bolsista do Projeto de extensão: Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana (INCUBAR), no Núcleo Unemat – Unitrabalho.

*e-mail: [luanbene\\_17@hotmail.com](mailto:luanbene_17@hotmail.com)*

### **Marcia Aparecida de Barros da Cruz**

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (2015). Especialista em Economia Solidária e Políticas Públicas – UNEMAT (2017), Mestra em Educação – UNEMAT (2018). Bolsista do Núcleo Unemat – Unitrabalho.

*e-mail: [marciasantoscruz@hotmail.com](mailto:marciasantoscruz@hotmail.com)*

### **Maria Nezilda Cultí**

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (1978), mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2006). Atualmente está aposentada como professora associado da Universidade Estadual de Maringá. *e-mail: [Nezilda@terra.com.br](mailto:Nezilda@terra.com.br)*

### **Melre Rocha Lima**

Graduada em Ciências Econômicas pela UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

(2015) Foi membro do Conselho Estadual de Economia Solidária (2015 a 2017)

*e-mail: [melrelimaunemat@gmail.com](mailto:melrelimaunemat@gmail.com)*

### **Milton Mauad de Carvalho Camera Filho**

Graduado em Administração pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2017). Atualmente é professor da Educação Superior da Universidade do Estado de Mato Grosso.

*e-mail: [mauadmilton@gmail.com](mailto:mauadmilton@gmail.com)*

### **Rafaela Grazielle Castrillon**

Graduada em Engenharia de Alimentos pelo Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG (2013). Mestrado no Programa de Pós-graduação em

Genética e Melhoramento de Plantas (PGMP) pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

*e-mail: [rafaela\\_castrillon@hotmail.com](mailto:rafaela_castrillon@hotmail.com)*

### **Raimundo Nonato Cunha de França**

Graduado em Ciências Sociais, com habilitação em Ciência Política, pela Universidade Federal do Acre(2002). É mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006) e é doutor em Ciências Sociais na Área de Concentração: Política, Desenvolvimento e Sociedade. É professor Adjunto na Universidade do Estado do Mato Grosso.

*e-mail: [raimundofranca@gmail.com](mailto:raimundofranca@gmail.com)*

### **Rodrigo A. Sobral Santos**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia- PPGE/UFPA. Possui especialização em economia Solidária da Amazônia – UFPA (2009) e a graduação em Administração – Comercio Exterior Pelo Centro Universitário do Estado do Pará (2008). Atua desde 2008 com projetos de pesquisa e extensão universitária voltados a formação, assessoria técnica e pesquisa no âmbito da gestão de empreendimentos solidários para o desenvolvimento territorial rural.

*E-mail: [rodrigossobral@yahoo.com.br](mailto:rodrigossobral@yahoo.com.br)*

### **Sandro Benedito Sguarezi**

Graduado em Administração pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1993) e mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), onde fez doutorado no curso de Ciências Sociais (2012). Atualmente é professor da Universidade do Estado de Mato Grosso.

*e-mail: [sandrosquarezi@gmail.com](mailto:sandrosquarezi@gmail.com)*

### **Sonia Aparecida Beato Ximenes de Melo**

Doutorado em andamento em Ciências Ambientais Pela Universidade do Estado de Mato Grosso, mestrado em Ambiente e Sistema de Produção Agrícola pela UNEMAT. Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Campo Grande (2001). Atua como pesquisadora e Docente do Ensino Superior desde 2004. Atualmente é professora titular da Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT em Tangará da Serra –MT.

### **Sônia Marise Salles Carvalho**

Doutora em Sociologia pela Programa de Pós-graduação do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Brasília/UnB (2008). Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1991). Professora da Universidade Federal do Amazonas em exercício provisório na Universidade de Brasília-UnB.

*e-mail: [smarises@yahoo.com.br](mailto:smarises@yahoo.com.br)*

### **Taliara Teixeira Sguarezi**

Bacharel em Direito, pela Universidade de Cuiabá - UNIC/MT em 2015. Curso de Administração em Agronegócios, pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, em andamento.

*e-mail: [taliara.sguarezi@gmail.com](mailto:taliara.sguarezi@gmail.com)*

### **Tânia Cristina da Silva Cruz**

Professora Adjunto da Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB); Coordenadora do curso de Graduação de Gestão Ambiental da FUP/UnB; Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais, Métodos Qualitativos e Mobilização Social (LaPCIS/UnB); Membro do Programa de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável (MADER) e Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento Territorial e da Cidadania da Chapada dos Veadeiros (TCCV).

*e-mail: [taniacristina75@gmail.com](mailto:taniacristina75@gmail.com)*

### **Tânia Paula da Silva**

Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CEUL). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/FCT), Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É docente do Curso de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT-Campus de Cáceres).

*e-mail: [tanggela@bol.com.br](mailto:tanggela@bol.com.br)*

### **Thiago Wanderson Zorzan Santana**

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT. Bolsista de extensão (com Bolsas Unemat e CNPq) nos projetos da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis - INCUBEES, vinculado ao Núcleo Unemat – Unitrabalho.

*e-mail: [thiago\\_wzs@hotmail.com](mailto:thiago_wzs@hotmail.com)*

### **Vivian Lara Cáceres Dan**

Doutora em Sociologia e Direito (2016) pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em História Contemporânea (2010) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Possui graduação em licenciatura em história pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2006), graduação em Bacharelado em Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2004). Professora efetiva da Universidade do Estado de Mato Grosso, curso de Direito em Barra do Bugres.

*e-mail: [vivianlcaceresdan@gmail.com](mailto:vivianlcaceresdan@gmail.com)*

Este livro evidencia metodologias, referenciais teóricos, práticas sociais e culturais de interação de pesquisadores/as, estudantes e servidores/as de universidades brasileiras para o entendimento e a ação transformadora de realidades sociais de empobrecimento das pessoas. A temática da economia solidária perpassa todos os capítulos e as experiências narradas e refletidas demonstram e argumentam das possibilidades e das potencialidades de superação da pobreza para a criação de relações sociais de promoção da solidariedade humana.

O conceito de produção social do conhecimento é a lógica fundante que configura os conhecimentos sistematizados. A sociabilidade do conhecimento é uma estratégia de produção, aprendizagem e socialização que descentraliza o lócus de legitimidade das ciências. É a realização de diálogos profícuos e profundos entre os conhecimentos científicos das universidades e os saberes tradicionais predominantes nos grupos sociais. São os fluidos e os encontros dos diferentes tipos de saberes que se alimentam, se fertilizam e se fortificam para a apreensão e a compreensão adequada das realidades sociais e o exercício pertinente de práticas sociais.

